



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII Nº 15, SEXTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2022

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 10ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022

1.1 – ABERTURA	10
1.2 – ORDEM DO DIA	
1.2.1 – Fala da Presidência	
Manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente Executivo, desde 1993, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).	10
1.2.2 – Realização de 1 minuto de silêncio em homenagem às vítimas dos temporais ocorridos na cidade de Petrópolis-RJ.	11
1.2.3 – Oradores	
Senador Fernando Bezerra Coelho – Apelo ao Senado Federal para que assegure a independência e a autonomia da PGR, censurando eventuais gestos de constrangimento à instituição ou ao Procurador-Geral da República.	11
Senador Carlos Portinho – Relato das medidas em curso para lidar com a tragédia ocorrida em Petrópolis-RJ. Reflexão sobre a questão da habitação social no Estado do Rio de Janeiro. Pedido de apoio ao Requerimento nº 90/2022, que solicita a criação de Comissão Externa para acompanhamento da mencionada tragédia. Defesa de maiores investimentos em habitação social para a prevenção de problemas dessa natureza.	12
Senador Jorge Kajuru – Defesa do sistema eleitoral brasileiro. Críticas ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, por declarações que colocam em dúvida a transparência do processo eleitoral.	14
Senador Paulo Paim – Solidariedade ao Estado do Rio de Janeiro pela tragédia ocorrida em Petrópolis. Defesa de projeto apresentado pela Bancada do PT que pretende criar um fundo específico para combater as calamidades públicas no País. Reflexão sobre a necessidade de uma gestão pública mais eficiente. Satisfação com a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 4.392/2021, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI).	16
1.2.4 – Item extrapauta	
Requerimento nº 90/2022, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, de constituição de comissão temporária externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade. Aprovado.	20



1.2.5 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2022, que *aprova o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021. Aprovado*, nos termos do **Parecer nº 24/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Nelsinho Trad. À promulgação. 20

1.2.6 – Item extrapauta

Projeto de Lei nº 4528/2019, do Deputado Federal Fábio Trad, que *confere ao Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé. Aprovado*, nos termos do **Parecer nº 25/2022-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Nelsinho Trad. À sanção. 21

1.2.7 – Item 1

Projeto de Lei nº 316/2021, do Deputado Federal Aureo Ribeiro, que *altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para reduzir a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso. Retirado da pauta.* 23

1.2.8 – Item 2

Projeto de Lei nº 4041/2021, da Defensoria Pública da União, que *dispõe sobre a transformação de cargos de Defensor Público Federal, para adequação à criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e ao disposto no § 3º do art. 14 e no art. 19 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994. Retirado da pauta.* 23

1.2.9 – Item 3

Projeto de Lei nº 2868/2019, do Deputado Federal Fábio Faria, que *altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência. Retirado da pauta.* 23

1.2.10 – Oradores (continuação)

Senador Eduardo Girão – Preocupação com o crescimento da violência e do crime organizado no Estado do Ceará. Críticas ao governo estadual pela redução no orçamento da segurança pública, enquanto supostamente realiza outros gastos que não seriam prioritários. 24

1.2.11 – Item extrapauta

Requerimento nº 71/2022, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial em 25 de abril de 2022, destinada a comemorar os 60 anos da Universidade de Brasília - UnB. **Aprovado.** 25

1.2.12 – Item extrapauta

Requerimento nº 22/2022, do Senador Vanderlan Cardoso e outros Senadores, de realização de sessão especial em 4 de abril de 2022, destinada homenagear o Lions Club Internacional. **Aprovado.** 25

1.2.13 – Oradores (continuação)

Senador Confúcio Moura – Exposição sobre a importância do porto alfandegado a ser instalado na divisa do Brasil com a Bolívia, consequência do trabalho realizado por S. Exa. e aliados do Estado de Rondônia. Defesa do incremento das relações comerciais entre o Brasil e os países da América Latina. 25



Senadora Nilda Gondim – Satisfação pela prisão do responsável por maus-tratos cometidos contra búfalos no município de Brotas-SP, em novembro do último ano. Comentários sobre a situação de abandono de 300 bezerros em Cunha-SP, relatada em reportagem do programa Fantástico. Defesa de uma punição mais severa para crimes desta natureza em proteção à dignidade dos animais.	26
Senadora Zenaide Maia – Solidariedade às vítimas dos deslizamentos em Petrópolis-RJ. Reflexão sobre a questão ambiental. Preocupação com a crise econômica brasileira, o desemprego e a precarização do trabalho. Críticas à atuação do Governo Federal por não propor um programa econômico capaz de solucionar o aumento da inflação e dos juros do País.	27
Senadora Rose de Freitas – Cobrança da realização de um trabalho preventivo para mapeamento nos municípios das áreas propícias à ocorrência de deslizamentos e outros acidentes, em especial pela Defesa Civil. Necessidade de avaliação técnica dos empreendimentos urbanísticos para evitar tragédias como as que têm ocorrido no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, bem como da implantação de uma política habitacional voltada para os mais pobres.	28
Senador Esperidião Amin – Análise sobre os efeitos da rápida urbanização ocorrida no País sem os investimentos adequados em infraestrutura. Apoio à criação da comissão externa para acompanhar a situação de Petrópolis-RJ.	30
Senadora Leila Barros – Solidariedade à população da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Considerações sobre a importância de planejamento urbano, investimento em moradias e ações preventivas em áreas de risco para evitar novas tragédias. Pedido de apoio para aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 257/2019, de autoria de S. Exa., que visa aperfeiçoar os meios técnicos e financeiros de resposta da União a calamidades públicas.	31
Senador Romário – Destaque para a importância do trabalho de prevenção para evitar tragédias como a ocorrida em Petrópolis-RJ. Anúncio da destinação de R\$ 1 milhão, das emendas individuais de S. Exa., para ajudar no atendimento às vítimas. Cumprimentos ao Senador Wellington Fagundes pela iniciativa de propor a criação de comissão externa para acompanhar a situação da cidade.	33
Senador Chico Rodrigues – Críticas às ações do Ibama, ao ICMBio e à Polícia Federal na fiscalização da atividade garimpeira no Estado do Acre. Pedido de apoio para a regulamentação da atuação dos órgãos fiscalizatórios para que seja proibida a destruição de bens e equipamentos apreendidos.	33
1.3 – ENCERRAMENTO	35
1.4 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO	36

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 10ª SESSÃO

2.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.1.1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2022

Parecer nº 24/2022-PLN-SF	39
---------------------------------	----

2.1.2 – Projeto de Lei nº 4528/2019

Parecer nº 25/2022-PLN-SF	44
---------------------------------	----

2.1.3 – Projeto de Lei nº 2868/2019

Emenda nº 1-PLN	48
-----------------------	----



3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de Prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aos Projetos de Lei nºs 341, 610, 1269, 1901, 2522, 2529, 2568, 3704, 3936, 4319 e 5514/2019; 1803, 1846, 1848 a 1850, 1854, 1856, 2071, 3533, 3534, 3537, 3639 e 3764/2021. 52

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aos Projetos de Lei nºs 3763 e 3778/2021. 55

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei nº 2040/2021. 56

3.1.2 – Comunicações

Do Senador Confúcio Moura, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (**Ofício nº 15/2022**). 58

Da Liderança do PODEMOS, de indicação de membro para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense (**Ofício nº 7/2022**). 59

3.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 328/2021, na origem (**Mensagem nº 1/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. 61

Nº 670/2021, na origem (**Mensagem nº 2/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. 83

Nº 699/2021, na origem (**Mensagem nº 3/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia. 135

Nº 700/2021, na origem (**Mensagem nº 10/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue. 159

Nº 714/2021, na origem (**Mensagem nº 4/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique e, cumulativamente, ao Reino de Essuatíni e à República de Madagascar. 184

Nº 1/2022, na origem (**Mensagem nº 5/2022, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Guiné-Bissau. 269



Nº 29/2022, na origem (Mensagem nº 6/2022, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.	296
Nº 43/2022, na origem (Mensagem nº 9/2022, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Bangladesh.	333
Nº 44/2022, na origem (Mensagem nº 7/2022, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné Equatorial.	354
Nº 51/2022, na origem (Mensagem nº 8/2022, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Sudão.	393
Nº 52/2022, na origem, que comunica, com a restituição dos respectivos autógrafos, a promulgação das partes vetadas do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4572/2019, incorporadas à Lei nº 14291/2022.	426

3.1.4 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 1/2022-CE, sobre o Projeto de Lei nº 397/2019	429
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 397/2019</i>	<i>436</i>
Nº 2/2022-CE, sobre o Projeto de Lei nº 5884/2019	437
Nº 1/2022-CRA, sobre o Projeto de Lei nº 1862/2021	447
Nº 2/2022-CRA, sobre o Projeto de Lei nº 486/2020	454
<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 486/2020 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 11/2022-CRA)</i>	<i>465</i>

3.1.5 – Projetos de Decreto Legislativo

Nº 43/2022, do Senador Jorge Kajuru, que <i>susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.</i>	468
Nº 44/2022, do Senador Fabiano Contarato, que <i>susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).</i>	475



3.1.6 – Projetos de Lei

Nº 300/2022, do Senador Eduardo Girão, que *altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800)*. 482

Nº 301/2022, do Senador Alessandro Vieira, que *altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos*. 486

3.1.7 – Requerimentos

Nº 90/20202, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, de constituição de comissão temporária externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade. 494

Nº 91/2022, do Senador Vanderlan Cardoso e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 70/2022, para incluir convidados na sessão a que se refere esse requerimento. 496

Nº 92/2022, do Senador Fabiano Contarato e outros Senadores, de realização de sessão especial em 25 de maio de 2022, destinada a celebrar e dar visibilidade ao Dia Nacional da Adoção. 500

Nº 93/2022, do Senador Nelsinho Trad, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho. 502

Nº 45/2022-CE, do Senador Paulo Paim, de voto de solidariedade às Sras. Laura Sito, Daiana Santos e Karen Santos. 504

PARTE III**4 – RESOLUÇÃO**

Nº 1/2022 (proveniente do Projeto de Resolução nº 62/2020), que *denomina “Estúdio Carlos Alberto Pereira” o estúdio da TV Senado situado no Salão Azul*. 510

5 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Nº 3/2022. 512

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 513

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 516

8 – LIDERANÇAS 517

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 520

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 527

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 531

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 585



Ata da 10ª Sessão, Deliberativa Ordinária Semipresencial,
em 17 de fevereiro de 2022

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco e Paulo Rocha.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 34 minutos e encerra-se às 18 horas e 30 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Início da Ordem do Dia.

Neste momento, serão abertas as inscrições de oradores, que farão uso da palavra por três minutos.

Para os Senadores presentes no Plenário, as inscrições serão feitas em lista específica de inscrições que se encontra sobre a mesa.

Para os Senadores presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema de videoconferência.

Os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas.

A presente Sessão Deliberativa Semipresencial é destinada à apreciação da seguinte pauta:

– Projeto de Lei nº 316, de 2021, do Deputado Aureo Ribeiro, tendo como Relator o Senador Angelo Coronel;

– Projeto de Lei nº 4.041, de 2021, de iniciativa da Defensoria Pública da União, tendo como Relator o Senador Alexandre Silveira; e

– Projeto de Lei nº 2.868, de 2019, do Deputado Fábio Faria, tendo como Relator o Senador Lucas Barreto.

As matérias foram disponibilizadas em avulso eletrônico e na Ordem do Dia eletrônica de hoje.

A Presidência comunica à Casa, com grande tristeza, o falecimento, nesta quinta-feira, dia 17 de fevereiro, aos 81 anos, do Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, Presidente Executivo, desde 1993, da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos.

Otávio Vieira era natural de Matias Barbosa, Minas Gerais. Foi pioneiro no transporte coletivo urbano, no qual atuava desde 1965, com trajetória marcada pelo reconhecimento de seus pares devido à sua dedicação e à sua luta pelas pautas e pelo fortalecimento dessa atividade fundamental para o país e para a sociedade brasileira.

Teve a atuação de excelência como dirigente nesse importante setor, exercendo, antes de ser Presidente da NTU, o cargo de Diretor do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte, de Presidente de Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís e de membro de Conselho Diretor da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

Otávio Vieira da Cunha Filho deixa esposa, D. Jurema, e os filhos Marcelo, Roberto e Paula, a quem, em nome do Senado Federal, das Sras. e dos Srs. Senadores, transmito os mais profundos e sinceros votos de condolências pela inestimável perda.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, gostaria de colocar-me como coautor dessa matéria ora lida de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Cunha, que fez uma interlocução, até no leito da sua internação, com a gente a respeito do projeto de ontem, e quis o destino, um projeto em que ele lutou tanto, que no dia do seu falecimento a gente pudesse tê-lo aprovado aqui.

Então, eu gostaria de somar-me a V. Exa., porque eu senti muito o passamento do Sr. Otávio Cunha, Presidente da NTU.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Fica registrado, Senador Nelsinho Trad, e esse voto de pesar será encaminhado à publicação na forma regimental com comunicação aos familiares e



à NTU. **(Requerimento nº 93/2022 - Vide Item 3.1.7 do Sumário)**

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, antes da minha inscrição como orador, eu gostaria de pedir a V. Exa., com, acredito, a concordância de todos os meus colegas, que podem se manifestar, que a gente possa prestar um minuto de silêncio em pesar às vítimas da terrível tragédia de Petrópolis.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Carlos Portinho, manifestamos o nosso profundo pesar por essa tragédia na cidade, na querida cidade de Petrópolis.

Já ontem eu o fiz na sessão do Senado Federal e reitero na sessão de hoje, acolhendo o pleito de V. Exa. e propondo um minuto de silêncio em homenagem às vítimas.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de registrar um fato ocorrido nesta semana quando alguns colegas vieram a público, primeiramente através da imprensa e depois aqui no Senado Federal, para pedir que o Procurador-Geral da República adote providências sobre um tema ainda em fase de formação de convencimento no âmbito da Procuradoria-Geral da República.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, é que essas manifestações, claramente excessivas, parecem ser uma tentativa de intimidação do chefe da Procuradoria-Geral da República para dar seguimento às conclusões que integram o relatório final da CPI da Pandemia, no sentido do indiciamento das autoridades brasileiras por supostas falhas ou omissões no enfrentamento da pandemia da covid-19.

Lembro que o Ministério Público possui independência funcional por força de nossa Constituição. Essa independência dos membros do Ministério Público é uma garantia para a instituição e, principalmente, para a sociedade brasileira, que deve contar com o pleno exercício de suas atividades a ser norteado não por pressões de qualquer natureza, mas unicamente pelo respeito às leis e à Constituição.

Sr. Presidente, em duas oportunidades, o Senado Federal aprovou a indicação do Dr. Augusto Aras para a chefia do Ministério Público, reconhecendo o seu compromisso e o respeito às leis e ao devido processo legal.

Todos os instituídos de responsabilidades podem e devem ser criticados em suas ações ou omissões, mas manifestações exageradas devem ser rechaçadas por constituírem pressões para que o Procurador-Geral da República aja de forma atropelada e sem a observância dos limites legais,

Portanto, faço um apelo no sentido de que o Senado Federal mantenha o seu compromisso com a independência e a autonomia das instituições, censurando qualquer gesto que possa constranger ou embaraçar a atuação do Procurador-Geral da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Em nome da Presidência do Senado, também gostaria de manifestar o nosso mais profundo respeito à Procuradoria-Geral da República, aos seus membros e também ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, já por duas vezes sabatinado no Senado Federal, tendo os seus atributos e os seus predicados reconhecidos por esta Casa. Então, externo, de fato, a confiança no bom trabalho da Procuradoria-Geral da República e na qualidade técnica, funcional, profissional e humana do Dr. Augusto Aras.

Fica também esse registro, aderindo, de certo modo, ao pronunciamento de V. Exa.



Próximo orador inscrito, Senador Carlos Portinho, a quem peço desculpas, porque subtraí a palavra na sequência, por um erro, mas a concedo agora a S. Exa. o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente.

Um instante só, porque não o estou ouvindo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Estamos ouvindo V. Exa., Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*)

– Ah, agora eu o estou ouvindo, Presidente.

A situação de Petrópolis é muito dramática, Presidente. Eu queria...

Perdão, Presidente, eu não o estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Nós estamos ouvindo V. Exa. Nós estamos ouvindo perfeitamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*)

– Ah, muito obrigado. Desculpe, meus colegas.

A situação de Petrópolis é muito dramática. Eu queria participar aos nossos colegas, inclusive ao Senador Romário também, ao Senador Flávio, que certamente estão acompanhando com atenção todo o trabalho, e participar a todos, porque a distância... Às vezes, a gente desconhece as características da região. Petrópolis é uma região que eu conheço bem, porque fui Secretário de Meio Ambiente do Estado. Procurei limpar os rios – o Rio de Janeiro tem um programa muito interessante chamado Limpa Rio, que é justamente para desassorear os rios.

Petrópolis tem um sistema de sirenes desde as chuvas de 2011, que foi também uma tragédia – eu, particularmente, perdi uma pessoa muito próxima e muito querida da minha vida toda... Aqui, não se escolhem ricos e pobres. É claro que os mais vulneráveis, Senador Paulo Paim, são os que mais sofrem neste momento.

Há um crescimento desordenado – sem dúvida nenhuma há –, não só em Petrópolis, mas em muitas cidades do nosso país, inclusive nas nossas capitais – aqui no Rio de Janeiro temos comunidades sobre morros. Petrópolis e toda a região serrana, como o nome diz, é uma serra, é uma região montanhosa, uma região de difícil realocação, porque não há terrenos planos ou, se há, são muito reduzidos, muito poucos. Então, se não são morros, são vales. Em 2011, ocorreu no Vale do Cuiabá, lá em Itaipava, também uma tragédia semelhante, que, até hoje, o Rio de Janeiro, o Estado, não virou essa página; ainda enxuga as lágrimas e ainda constrói habitação social ...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*)

– ... para aquelas famílias.

Eu tive oportunidade, como Senador, no meu primeiro ato de mandato, retomar, por meio de uma emenda que encaminhei à Areal, a construção, a retomada da construção da Granja do Disco, justamente para aquelas famílias que, desde 2011, esperavam pelas suas casas.

O Governo do Estado encampou a minha iniciativa, e não só em Areal, o Governador Cláudio Castro desenvolveu um projeto, a retomada de todas as obras daquela tragédia, que já estão em licitação, e algumas já, como Areal, em execução... Mas não deu tempo nem de enxugarmos as lágrimas e outra tragédia abateu Petrópolis, como já ocorrera antes, há poucas semanas também – talvez em uma dimensão um pouco menor, mas tão catastrófica quanto –, em Laje do Muriaé, Itaperuna, no noroeste fluminense, em Italva e Miracema.

(Soa a campanha.)



O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*)

– Em todas essas cidades o Governo Federal decretou ajuda através de medida de estado de calamidade. Tem prestado assistência.

No caso de Petrópolis, no mesmo dia... Até peço desculpas aos meus colegas pela minha ausência nesses dias, porque eu vinha acompanhando... No dia da catástrofe, às 5h da tarde, eu já estava acompanhando *pari passu* o que acontecia na cidade de Petrópolis e pude mobilizar o Ministro Rogério Marinho, que atendeu de imediato e, pelo avançar do horário, só lhe restava no dia seguinte, pela manhã, encaminhar o seu secretário de defesa civil nacional, o que foi feito. Ele já está lá em Petrópolis desde ontem, assim como o Presidente da Caixa, Pedro Guimarães, que estava no Amazonas, inclusive, em visita, e cancelou a sua agenda, retornou a Brasília e colocou a sua equipe imediatamente em contato – já está liberando o FGTS para as famílias e encaminhou o caminhão da agência volante da Caixa Econômica.

Enfim, se há uma coisa positiva nisso tudo é que, tanto o Governo Federal quanto – quero registrar – o Prefeito da cidade, do PSB, Rubens Bomtempo, meu amigo, naturalmente, como Prefeito da cidade, também estão unidos nesses esforços, assim como o Governador Cláudio Castro e toda a bancada parlamentar do Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados. Independentemente de partido, de eleição, o momento é de extrema dor e de solidariedade.

Eu tenho evitado ir a Petrópolis neste momento, embora esteja no Rio, por uma única razão: agora é o momento daqueles que têm os instrumentos de execução fazerem o seu mister. A Defesa Civil, o Governador, todos os seus secretários, assim como o Prefeito Rubens Bomtempo e todo o seu secretariado estão lá trabalhando; o Presidente Bolsonaro, Chefe do Executivo nacional, estará lá amanhã junto com os ministros. Agora é o momento de a gente prestar solidariedade através daqueles que têm a capacidade de executar, os executivos do poder público. Não tenho dúvida alguma de que haverá o momento: por iniciativa do Senador Wellington Fagundes, como lido ontem, o requerimento para a criação de uma Comissão Externa deste Senado Federal, que nunca ficaria alheio a qualquer cidade do nosso país em que ocorresse tragédia semelhante.

Por essa razão, eu venho pedir a todos o apoio a esse requerimento, que o Presidente Rodrigo Pacheco encaminhará, acredito, nesta sessão, para que possamos formar essa Comissão Externa com o propósito único de acompanhar a evolução do que ocorre e de poder, de forma propositiva, em 30 dias, oferecer algum encaminhamento de política pública necessária, não só a Petrópolis, não só à toda a região do Estado do Rio de Janeiro, à região serrana, mas também poderemos aproveitar para outras regiões serranas do nosso país. Conversei hoje com o Senador Esperidião Amin – Santa Catarina já viveu situação semelhante –; o Senador Wellington Fagundes, no Pantanal, tem a experiência de uma Comissão Externa em assunto semelhante; e todos os nossos colegas Senadores, nos seus estados, a grande maioria, possuem regiões de montanha, regiões serranas, a que – Deus queira que não, Deus queira que não aconteça – essa Comissão possa, principalmente no aspecto da prevenção, levar alguma proposta legislativa ou de desenvolvimento de políticas públicas.

Eu não pude participar da reunião de Líderes hoje, mas queria agradecer e dizer que empenho a minha simpatia pela iniciativa do Senador Paulo Rocha, do PT, para que nós possamos tratar de algumas iniciativas, como o Fundo Nacional de Emergência, que possa responder ainda mais rápido a essas calamidades.

Também entendo que o país precisa voltar a investir em habitação social – em regiões de montanha como essa, não há como evitar a verticalização –, porque são construções muito mais seguras, lógico, em áreas mais propícias do que nessas, que são áreas iminentemente de risco. Mas a política de habitação social – e falo porque fui Secretário de Habitação por duas vezes da cidade do Rio de Janeiro – é de extrema importância. Na política de habitação social, o Brasil tem liderança, inclusive, nessa matéria.



Não posso deixar de registrar que a minha tia-avó Carmen Portinho, primeira urbanista mulher do Brasil, Zenaide, e terceira arquiteta mulher do Brasil, é responsável pelo ícone da habitação social no Brasil que é o Pedregulho, um prédio com lindas curvas arquitetônicas, que acompanham a montanha e está integrado à paisagem. Ele, embora seja verticalizado em poucos andares, é horizontal, justamente para seguir a arquitetura e o paisagismo da cidade.

Nós tivemos muitas experiências e devemos retomar habitação – habitação – e habitação social, porque precisamos dar moradia digna, Senador Paulo Paim – e sei que é sua bandeira também – para essas comunidades, para essas famílias e que possamos livrá-las do risco maior. É a hora de chorar a dor – agora, sem dúvida –, mas é a hora da reflexão sobre uma política pública efetiva.

Por isso, concluindo, Sr. Presidente, eu peço o apoio de todos os nossos colegas, principalmente àqueles que, nos seus estados principalmente, possam viver – espero que não, mas possam –, em algum momento, situação dramática semelhante e possam também contribuir com esta Comissão, como conversei hoje com o Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a relatar e a requerer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho. Nossa solidariedade uma vez mais.

E será o primeiro item da pauta de hoje o Requerimento nº 90, de 2022, do Senador Wellington Fagundes, que solicita a constituição dessa Comissão Temporária Externa.

Obrigado, Senador Carlos Portinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para reforçar aí o pedido de extrapauta de ontem. Ele está no radar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente. Será também incluído na pauta de hoje.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É apenas um comentário.

Quando eu fui Prefeito de Campo Grande, eu fiz várias amizades com outros Prefeitos, dentre eles o atual Prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, que já tinha passado por uma situação como essa, ocasião em que a gente se conheceu e ele me relatou.

Eu queria aqui manifestar toda a minha solidariedade ao Prefeito Rubinho Bomtempo, de Petrópolis, a toda a população de Petrópolis. Realmente, é uma tragédia inimaginável que pudesse acontecer e está acontecendo. Imagino o sofrimento daquelas pessoas sem conseguir ter um abastecimento de água, de energia, fora aqueles que se foram e a cidade totalmente destruída. Com certeza, o que a gente puder fazer aqui para amenizar esse sofrimento nós vamos fazer.

Quero aqui enviar nossos votos também de condolência a toda a população de Petrópolis, uma cidade tão formosa, tão rica, tão bela, tão histórica, que passa por um momento tão difícil.

Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

O próximo orador inscrito presencialmente é o Senador Jorge Kajuru.

Na sequência, remoto, é o Senador Paulo Paim.

Com a palavra Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, Senadores, Senadoras, amigos,



colegas, presentes ou remotamente, o meu assunto hoje, como seu empregado público Jorge Kajuru, 17 de fevereiro de 2022, é eleição, mais precisamente, presente amigo Rodrigo Pacheco, é a defesa do sistema eleitoral brasileiro, que vem sofrendo ataques de gente descomprometida com a democracia. Sobre tudo falo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que sempre aciona a boca e não liga o cérebro, talvez até porque ele não o tenha.

Há exatamente uma semana, Jair Messias Bolsonaro voltou a colocar em dúvida a transparência do processo eleitoral – depois de ter dado a palavra de que esse assunto estava encerrado.

Cabe aqui uma pergunta, pátria amada? Se o dono nega a própria palavra, como acreditar que essa palavra pode conter alguma verdade? Pergunto.

É mentira atrás de mentira.

Por isso o verdadeiro apelido deveria ser mitômano, que é quem tem compulsão por mentira.

Logo que assumiu, o Presidente alardeou fraude na eleição em que saiu vencedor, quatro anos atrás. Foi intimado pelo Tribunal Superior Eleitoral a apresentar provas e nada mostrou.

Em outra frente, tentou trazer de volta o voto impresso. Em vão.

Prometeu enviar a viola no saco, mas descumpriu.

Na semana passada, quis dar uma de alquimista, transformar perguntas do representante das Forças Armadas, na Comissão de Transparência das Eleições, do TSE, em suposto questionamento sobre vulnerabilidades no sistema de votação eletrônica, implantado no país em 1996.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, que, ontem, tornou público o relatório com as respostas, foram perguntas específicas, com pedidos de informações para compreender o funcionamento das urnas eletrônicas, sem comentários ou juízo de valor sobre segurança.

Curioso é o fato de, uma semana antes, Jair Bolsonaro declarar de público que o TSE teria silenciado sobre o questionamento das Forças Armadas.

Levou o troco de imediato do Presidente do TSE.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Luís Roberto Barroso declarou que Jair Messias, abrem-se aspas, "antecipou a estratégia dele, que é não importa quais sejam as respostas...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... eu vou dizer que o sistema eleitoral eletrônico tem vulnerabilidades. Ele não precisa de fatos. A mentira já está pronta". Fecham-se aspas.

Aplaudo o Ministro Barroso.

As mentiras vão-se repetir, e, até outubro ou mesmo depois, a carga antidemocrática continuará. Mas não tenho dúvida de que os Ministros do STF Edson Fachin, que assumirá a Presidência do TSE por seis meses, e Alexandre de Moraes, que vai presidi-lo durante as eleições de 2022, saberão enquadrar as tentativas de minar a credibilidade do processo eleitoral.

Encerro: ambos darão sequência ao trabalho meritório, inquestionável do Ministro Barroso...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – ... a quem presto homenagem, encerrando minha fala com a frase que ele citou hoje em seu discurso de despedida da Presidência do TSE – aspas –: "Não há remédio na farmacologia jurídica contra maus perdedores". Repito, "contra maus perdedores".

Agradecidíssimo, Presidente.



Desculpe se passei um pouquinho do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

O próximo orador inscrito: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Rodrigo Pacheco, minha solidariedade ao Estado do Rio de Janeiro, na figura do Senador Carlos Portinho, do Romário e do Senador Flávio.

Presidente, o Brasil todo ainda está sob o impacto da tragédia de Petrópolis, aqui muito bem resgatada, que vitimou mais de cem pessoas, adultos, crianças e idosos. Casas soterradas, carros, ônibus e caminhões deslizando pelas ruas; sonhos, presentes e futuros interrompidos.

Notícia de hoje diz que, desde 2017, a prefeitura tinha em mãos um estudo apontando que 15.240 moradias estavam com um risco muito alto de destruição por causa das chuvas.

Todos os anos... A questão é nacional, Sr. Presidente: todos os anos, o Brasil sofre com calamidades provocadas por chuvas, secas, caso do Rio Grande, e desastres ambientais. Não trabalhamos, infelizmente, com a precaução e a prevenção.

Os agricultores – pegando aqui o meu caso, do Sul – sofrem consequências de estiagem das mais cruéis (água, até para tomar), sendo que governos, não este ou aquele governo, pecam na gestão de lidar com essas calamidades. Por isso elas se repetem.

O fato é o mesmo. Ao invés de um problema ser resolvido, infelizmente é empurrado para depois. E a morte não espera.

O Brasil precisa, urgentemente – eu dou os parabéns ao Colégio de Líderes! –, criar um fundo específico para combater as calamidades públicas.

O Líder da Bancada do PT, Senador Paulo Rocha, apresentou o projeto nesse sentido, com o apoio não só da nossa bancada, com o apoio de inúmeros Senadores e Senadoras.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, no nosso entendimento é preciso também que tenhamos uma gestão pública eficiente.

Hoje eu lembro, temos duas leis: a 12.340, de 2010, que dispõe sobre ações de socorro e assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres; temos também a 12.608, de 2012, que cria a Política Nacional de Proteção à Defesa Civil.

Aí a pergunta, e por isso a proposta que deveria ser debatida: elas são suficientes? Elas são cumpridas? Qual é a realidade? – porque esse triste espetáculo que se repete não pode continuar. A vida pede socorro.

Presidente, concluo só destacando e cumprimentando o Plenário pela aprovação do projeto, no dia de ontem, do transporte público. É um clamor de todos os Prefeitos do Brasil, sem trazer prejuízo algum para os idosos, acima de 65 anos. Recursos federais sendo repassados para os municípios. Parabéns ao autor, aos autores, ao Relator, a todos os Senadores e Senadoras e a V. Exa., Presidente!

É importante ressaltar que, com a aprovação deste projeto, este Plenário assegurou a preservação do Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 2003, casualmente de nossa autoria. Essa lei foi construída com o movimento de toda a sociedade: idosos, trabalhadores, aposentados... Foi mais de uma década de debates. O Estatuto do Idoso é uma enorme conquista social. É garantia de cidadania, é garantia jurídica, é inclusão, é respeito. Ele aborda questões da vida, familiares, de alimentação, de transporte, de saúde, da previdência, de segurança, de discriminação, de lazer, de trabalho e de renda. Assegurar o bem-estar aos idosos, como este Senado fez ontem, é reverenciar a existência humana.

Muito obrigado, Presidente.



O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Presidente, pela ordem. O senhor me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado.

Claro! Com a palavra, pela ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Pela ordem.) – Eu quero aproveitar – tanto o Senador Portinho quanto os demais já se manifestaram sobre este tema – e dizer aqui sobre a criação de fundos que hoje o Brasil começa a debater.

Sempre que nós temos uma tragédia de grande porte ou um assunto que requeira discussões, nós logo vamos para a criação de fundos. Nós precisamos ter fundos, sim, mas para a prevenção de desastres. O Brasil precisa começar a não querer ou pelo menos a abandonar a tradição de lamentar, de fazer grandes matérias de repercussão sobre morte de pessoas. Nós precisamos começar a trabalhar antecipadamente. Petrópolis, infelizmente, já passou por isso, e, de lá para cá, muito pouco foi feito para resolver esse problema. E a população mais simples é a que sofre.

Eu quero destacar aqui, Sr. Presidente, que o nosso Estado de Minas Gerais, por exemplo, hoje, vive situações semelhantes. Nós bem saímos das cheias do Jequitinhonha, no norte de Minas, onde estive, na virada do ano, com os Prefeitos, e agora temos a Zona da Mata em situação de perigo, de muito prejuízo. Nas cidades de Cataguases e de Muriaé e em outras cidades menores, os Prefeitos estão enfrentando problemas seriíssimos.

E a reação hoje com relação a esses procedimentos precisa ser maior. Nós temos radares meteorológicos, nós temos avisos, as prefeituras têm que ser avisadas e amparadas pelo próprio governo do estado com mais rapidez.

Eu quero deixar aqui os meus dois posicionamentos. Nós precisamos discutir prevenção de tragédias. Nós não temos que ficar discutindo o pós-tragédia. É importante? É, mas prevenção, planejamento, ações imediatas, juntamente Governo Federal e governos estaduais... É fundamental mudarmos essa cultura!

E, com relação à Minas Gerais, quero dizer aqui da minha solidariedade – e acredito também que a de V. Exa., Presidente Rodrigo Pacheco – aos Prefeitos da Zona da Mata de Minas Gerais, que vivem momentos muito difíceis; e do nosso apoio desde já por meio da Defesa Civil nacional, com todas as ações necessárias...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – ... para que as cidades possam vencer com mais rapidez esses momentos difíceis.

Chuva não castiga, chuva é bem-vinda; a seca é que castiga. A chuva vem todos os anos. Nós é que precisamos nos planejar para conviver com as mudanças ambientais e com o período em que ela aparece, para ajudar a evitar outras tragédias no país que, infelizmente, nós vivemos todos os dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Eu só fiquei na dúvida se o Senador Paulo Paim concluiu o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Concluí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Concluiu? Perfeito. Obrigado, Senador Paulo Paim.

Pede a palavra pela ordem o Senador Carlos Portinho. Na sequência, pela ordem, o Senador



Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem, eu quero pedir ao Senador Carlos Portinho para eu falar um pouquinho antes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Está bom. Está deferido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – É porque eu quero só agradecer, Sr. Presidente, pelo requerimento que apresentamos aqui ontem exatamente para que essa Comissão Externa possa estar debruçando-se mais sobre o caso de Petrópolis.

Como o Senador Viana falou, nós tivemos o caso de Brumadinho e outros tantos, e eu tenho certeza de que o Senador Portinho... E eu acabei de falar com ele agora há pouco, e ele quer fazer dessa Comissão Externa, ele, como Líder do partido... E nós temos os três Senadores do Rio de Janeiro e também o Governador Castro, a nossa preocupação do partido é muito grande. A responsabilidade do PL no Rio de Janeiro passa a ser muito maior ainda. Nós queremos também buscar a solução imediata para Petrópolis, arrumando recursos, trabalhando recursos no Orçamento, de imediato, mas, claro, vamos pensar em algo como o Senador Viana está acabando de dizer, algo que seja mais perene, que a gente possa estudar com mais durabilidade, para fazer disso uma política de Estado e não uma política de Governo, porque essas consequências realmente podem ser evitadas se houver um planejamento de curto, médio e longo prazo, que é também a preocupação do Senador Portinho.

Eu quero aqui dizer que fiz esse requerimento a pedido do Senador Portinho com o apoio dos três Senadores – Romário, Flávio Bolsonaro e o nosso Líder Portinho. Por isso, eu agradeço aqui também, Presidente, inclusive, a solidariedade de V. Exa., a manifestação e o apoio para que essa Comissão possa funcionar para buscarmos solução de imediato, a curto e a longo prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra pela ordem o Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É só para acrescentar à fala do Senador Carlos Viana.

Minas Gerais, sem dúvida, é um dos estados também que têm passado por situações dramáticas como esta. Aliás, Senador Rodrigo Pacheco, Santana do Deserto, há pouco tempo, cidade à qual V. Exa. sabe que eu tenho uma grande proximidade, esteve debaixo d'água, como tantas outras cidades. O Senador Carlos Viana certamente tem muito a acrescentar.

Na proposta de criação de um fundo, é lógico que a gente tem que prezar pela responsabilidade fiscal, a gente tem que ver as fontes e a gente tem que trabalhar também não só em políticas públicas habitacionais como parte de uma solução do problema, mas também na prevenção, até porque, só para registrar, nós não temos a cultura da evacuação. O melhor exemplo é o Japão. No Japão, uma pessoa levanta a mão, e todo mundo evacua, já sabe para onde ir. A gente não tem, a gente tem as sirenes, mas a cultura da evacuação... Onde colocar, em uma cidade serrana, por exemplo, praticamente toda a cidade? Olhem o desafio!

Eu estava acompanhando o sistema meteorológico naquele dia, que falava em precipitação de 37% de chance. E onde cairia aquela tromba d'água? Então, realmente, a gente tem que estudar um pouco mais os nossos sistemas meteorológicos, com o desafio de entender onde vai cair, o que é uma dificuldade natural. Por exemplo, em Itaipava, onde, em 2011, foi a maior tragédia, no Vale do Cuiabá, não caiu uma gota, e a distância ali é de poucos quilômetros, lá é distrito de Petrópolis. Desta vez, concentrou-se no alto da serra e no centro urbanizado da cidade, que ficou debaixo d'água. Então, vejam os desafios.

E eu reforço as palavras do Senador Carlos Viana e acho que o Senador Wellington concorda, para concluir, que todos aqueles Senadores que representam seus estados...



(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*)

– ... que passam por situações semelhantes, que têm regiões serranas ou que passam por secas – como o Senador Paim também disse, é um problema que afeta –, possam se manifestar pela participação nessa Comissão, que seja propositiva.

E que isso seja no momento certo. Agora é a hora do luto, não é a hora certamente de uma visita, como eu disse; acho que agora é a hora de os Executivos trabalharem, mas, assim que se retornar do Carnaval ou do feriado, que a gente possa se debruçar sobre essa Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Por favor, a Senadora Soraya convidou os Vereadores de Rio Verde de Mato Grosso, uma cidade de Mato Grosso do Sul, que estão aqui presentes. Eu faço questão de solicitar a V. Exa. que insira o registro da presença deles na ata desta sessão: a Presidente Cleismaira, o Vereador Amauri, o Vereador Joanes, o Vereador Flávio, o Vereador Zé Pimenta, a Vereadora Lane, o Vereador Carlos Pontes, o assessor do Prefeito, Robinho. E estava nessa comitiva o Vereador do PSD, que não pôde vir, porque teve uma cólica renal daquelas e teve que operar: o Zé Odorico. Então, melhoras para ele. E que se registre a presença de todos aqui, liderados pela Vereadora Cleismaira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Líder Nelsinho Trad e Senadora Soraya Thronicke. Sejam muito bem-vindos todos os Vereadores aqui presentes no Senado Federal, são de fato muito bem-vindos. E melhoras ao Vereador Jose Odorico, o único do PSD, nosso partido – justamente ele não pôde vir, mas melhoras a ele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na pessoa do Joanes e de todos que estão aqui, eu gostaria também de agradecer a presença deles – o Nelsinho já nominou todos.

E quero parabenizar a Câmara de Vereadores, porque elegeu uma Presidente, uma mulher, a Vereadora Cleismaira, que foi eleita Presidente da Câmara Municipal.

Disse o nosso Ministro Barroso hoje da importância de termos cadeiras efetivas... Infelizmente, a Câmara dos Deputados não votou o que nós votamos com tanta facilidade aqui no Senado Federal. Eu espero que a Câmara tenha a honradez de levar adiante o projeto de lei que garante as cadeiras femininas e não garanta apenas que a gente componha as chapas e dispute as eleições. Nós precisamos dessa paridade. É importante, é saudável e mais: os homens não perdem nada, porque mulher gosta de votar em homem e homem gosta de votar em mulher – eu tenho certeza. Aqui é a prova...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... pois a maioria da Câmara é masculina e elegeu uma mulher para Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado pelo registro, Senadora Soraya



Thronicke.

Anuncio item extrapauta.

Requerimento nº 90, de 2022, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, que solicita a constituição de Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

(Vide Item 3.1.7 do Sumário)

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Anuncio item extrapauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2022, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria depende de parecer.

Faço a designação do nobre Senador Nelsinho Trad para proferir parecer de Plenário.

Com a palavra, Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir parecer.) – Boa tarde a todos os colegas, em especial ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que, sempre que demandado, prestigia o trabalho dos Parlamentares, colocando em pauta as mensagens e as propostas que são interessantes para cada mandato.

Peço licença a V. Exa. para ir direto à análise.

A mensagem vem acompanhada da Exposição de Motivos 226, de 2021, subscrita pelo Ministro das Relações Exteriores, na qual se afirma que o acordo visa à criação de um sistema flexível e variável que confira aos Estados-membros um leque de soluções que lhes permita assumir os compromissos decorrentes da mobilidade de uma forma gradual e progressiva, com níveis diferenciados de integração, de modo a ajustarem o impacto às suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa. O objetivo principal do acordo é estabelecer o quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados-membros da CPLP e entre esses mesmos Estados, por meio de um sistema flexível e variável que atenda às particularidades relativas a cada Estado.

CPLP significa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o "aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros". A comunidade foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Em 2014, ocorreu a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a população de seus países-membros soma aproximadamente 270 milhões de pessoas.

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, outros países foram agregados, como Timor-Leste.

A CPLP é financiada tanto por meio do orçamento de financiamento do Secretariado Executivo, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados-membros, como pelo Fundo Especial, alimentado por



contribuições voluntárias e destinado a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais.

A sua sede fica em Lisboa, Portugal.

A organização promove a data de 5 de maio como Dia da Cultura Lusófona, celebrado em todo o espaço lusófono.

Em 17 de julho de 2021, em Luanda, Angola, os países-membros da CPLP acrescentaram mais um instrumento ao seu quadro normativo: firmaram o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros. Cuida-se, como se depreende, de uma norma que visa a aperfeiçoar o regime da CPLP, que tem no Brasil um de seus principais baluartes. Nessa época de maiores intercâmbios e globalização, a segurança jurídica para a mobilidade das pessoas é um dos principais aspectos a serem garantidos. No caso da CPLP, que é uma comunidade que alia os interesses geopolíticos aos laços culturais multisseculares, essa ambição torna-se ainda mais relevante.

Nesse sentido, o entendimento é que o acordo sobre mobilidade na CPLP, além de ser adequado juridicamente, reveste-se da conveniência política para nossa nação.

Voto.

Ante o exposto, por ser constitucional e jurídico e estar tecnicamente adequado, bem como por ser conveniente e oportuno, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2022.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. **(Íntegra do Parecer nº 24/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.1.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad.

O parecer é favorável ao projeto de decreto legislativo.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto em turno único, nos termos parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos ao Senador Nelsinho Trad pelo parecer aprovado.

Anuncio o item extrapauta.

Projeto de Lei nº 4.528, de 2019, do Deputado Fábio Trad, que confere ao Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé.

O projeto depende de parecer.

Faço a designação do Senador Nelsinho Trad para proferir parecer de Plenário.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para proferir parecer.) – Quero, mais uma vez, agradecer ao Sr. Presidente Rodrigo Pacheco por me dar a oportunidade de vir aqui apresentar este relatório.

Senador Carlos Viana, nós somos de um estado que tem uma influência muito forte da cultura dos países vizinhos que fazem fronteira com o nosso estado, que são a Bolívia e o Paraguai, além do que nós temos também uma migração muito forte do pessoal do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O chamamé é uma modalidade musical que tem tudo a ver com essas culturas.

Vem ao Plenário o Projeto de Lei 4.528, de autoria do Deputado Fábio Trad, na Câmara dos Deputados, que propõe seja conferido ao Município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé.

A proposição consta de dois dispositivos. O art. 1º propõe a referida homenagem, enquanto no art.



2º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data da sua publicação.

Em sua justificção, o autor da matéria argumenta que a concessão do título de Capital Nacional do Chamamé será uma justa homenagem não só à comunidade campo-grandense, mas também a todos aqueles que têm um grande apreço pela arte musical. Inserir cultura na alma da sociedade é dar alimento a ela, à própria alma.

Na Casa de origem, a matéria foi aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania. Não foram apresentadas emendas.

A apreciação da matéria em Plenário, em substituição às Comissões Temáticas, ante o período excepcional que vive o país, está fundamentada no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021. Atende a todos os requisitos, de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa. Assim, cumpre apontar que não se vislumbram óbices à aprovação da matéria no tocante a esses aspectos.

O chamamé, Senador Carlos Viana, que na língua guarani significa improvisação, é um estilo musical oriundo do norte da Argentina que se tornou popular em Campo Grande, onde adquiriu características próprias, advindas de figuras lendárias, como a do músico Zé Corrêa – *in memoriam* –, que, com seu inédito estilo de instrumentação ao acordeom, promoveu uma musicalidade revestida de força renovadora. A criação dessa técnica ímpar foi responsável por estabelecer um estilo sul-mato-grossense de tocar o chamamé.

Em Campo Grande, rapidamente, se formaram conjuntos típicos e, com a chegada do rádio na cidade, intensificou-se a difusão do ritmo chamamé. Não demorou muito para que entusiastas organizassem grupos de intérpretes em várias cidades sul-mato-grossenses, principalmente na capital do estado, onde a paixão pelo ritmo tocava na alma da população. Tanto, que, nas décadas de 30 e 40, aos domingos, os chamamezeiros se reuniam para tocar chamamé perante o numeroso público que se aglomerava num determinado local.

O estilo musical se expandiu em Campo Grande com compositores e intérpretes altamente qualificados, tornando-se o ritmo mais apreciado e difundido na capital sul-mato-grossense.

Dessa forma, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa de conferir a Campo Grande o título de Capital Nacional do Chamamé.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.528, de 2019.

Aproveito a oportunidade para fazer uma homenagem àqueles que já se foram, que difundiram muito o chamamé em Mato Grosso do Sul: Zé Corrêa; Dino Rocha. E estão vivos atualmente: Rivelino, o Craque do Chamamé; Maciel Corrêa; Gregório; Jakeline, a Musa Pantaneira; Castelo; Ado; Amambai; Marozane; Elinho do Bandoneon; Jânio Fagundes Borges; Lauredi Borges Sandim; Ariadna Leonor; Luciane Chamamezeira; Orlando Rodrigues; Don Ramon; Humberto Yule; e Maurício Brito.

Era só, Sr. Presidente. **(Parecer nº 25/2022-PLEN-SF - Vide Item 2.1.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – O parecer é favorável ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é impossível não se emocionar ouvindo as palavras do Senador Nelsinho Trad. Primeiro, porque ele está relatando um projeto de autoria do nosso ex-colega de Câmara Deputado Fábio Trad. Segundo, porque é um exercício de modéstia do Senador Nelsinho Trad defender aqui que Campo Grande seja apenas a Capital Nacional do Chamamé, porque, no seu coração, Campo Grande é a capital do Caminho de Peabiru, é o coração do mundo e talvez seja o umbigo do sistema planetário, tal é a sua paixão pela sua e nossa Campo Grande.



É claro que o nosso voto será favorável depois dessa aula de musicalidade, mas, acima de tudo, eu tenho certeza de que, no coração do Nelsinho Trad, Campo Grande é a capital nacional e internacional de muitos outros talentos que ele, por modéstia, Senador Confúcio Moura, e apenas por modéstia, não arrolou neste seu resumido pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Meus cumprimentos ao Deputado Fábio Trad, autor do projeto, e ao Senador Nelsinho Trad, Relator no Senado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Pela ordem.) – Peço a V. Exa. para confirmar se realmente este item 1 foi retirado de pauta.

Se não será...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Viana, o item 1 foi retirado de pauta, assim como o item 2 e o item 3, por requerimentos variados.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Nós teremos apenas a apreciação dos itens extrapautas na data de hoje.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pois não.

Só quero pedir rapidamente aqui aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que observem com atenção esse Projeto de Lei 316. Nós estamos fragilizando... A proposta é fragilizar ainda mais a pouca fiscalização que existe no Brasil sobre a qualidade dos produtos servidos aos brasileiros, porque qualquer um que seja apanhado misturando produto de uma qualidade a outra para vender um produto a terceiro, enganando o consumidor, não faz isso de forma culposa, não. Isso aqui é uma questão de dolo.

Eu já manifesto o meu voto contrário. E quero dizer aos Srs. Senadores da quantidade de matérias que eu tenho lido e observado que estão vindo da Câmara ou estão em votação que retiram o poder do Estado, que é poder do Estado, da fiscalização sobre a qualidade de vida do nosso país. A quantidade de pessoas hoje que desenvolvem um câncer sem saber de onde veio, a quantidade de materiais que são servidos, produtos químicos novos que surgem, não é considerado açúcar, mas é da mesma cadeia do açúcar e engana os diabéticos. Isso virou no Brasil um problema seriíssimo.

Então, eu quero pedir aqui a todos os Senadores e Senadoras que observem bem esse Projeto de Lei 316. Isso aqui fragiliza ainda mais a possibilidade de que os brasileiros não sejam enganados nos produtos, nos rótulos. É o meu posicionamento desde já e os meus parabéns, Sr. Presidente, porque é um assunto



que não pode ser discutido de uma maneira rápida, sem profundidade, podemos até melhorar. Agora, reduzir pena para quem engana as pessoas, misturando produto de baixa qualidade, com toda sinceridade, é assinar no país a impunidade...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – ... e o desrespeito aos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, brasileiros que estão aí acompanhando, pelas redes de comunicação do Senado Federal, esta sessão nesta tarde de quinta-feira.

Eu quero fazer um pronunciamento sobre o meu estado amado, querido, que está de braços abertos para receber todos vocês, o Estado do Ceará. Ele é conhecido pelo justo e belíssimo título, Senador Kajuru, de Terra da Luz, por ter sido o primeiro estado a libertar os escravos, quatro anos antes, Senador Carlos Viana, da Lei Áurea. Desde 2015, infelizmente, um outro título que ninguém deseja está crescendo bastante na nossa terra, que é o título de Terra da Violência. É algo estarrecedor, e não podemos fechar, como homens públicos que somos, os olhos para isso, e precisamos pedir ajuda, apoio.

Em 2019, no ano em que nós chegamos aqui, muitos de nós – Senadora Soraya, Senador Kajuru, Senador Carlos Viana, Senador Rodrigo Pacheco –, foram assassinados 2.256 cearenses. Em 2020, saltou para 4.037, sendo...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... 692 crianças e adolescentes, num crescimento de 56% em apenas um ano, resultando no título vergonhoso de o estado mais violento do Brasil, com 45,2 mortes por 100 mil habitantes.

Para termos ideia da gravidade da situação, esse índice é equivalente ao registrado na Síria, país que, há mais de dez anos, vive uma guerra civil. Segundo a OMS, o limite máximo tolerável é de 10 mortes violentas por cada 100 mil habitantes. Nós estamos com 45,2, ou seja, mais de quatro vezes esse índice.

Mesmo diante desse caos, inexplicavelmente, o Governo do Estado do Ceará reduziu...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... em 12% o orçamento da segurança pública. O triste diagnóstico já é bem conhecido por todos: um crescente domínio das facções criminosas, cujo principal negócio é o tráfico de drogas. A partir da omissão do Governo estadual, comunidades inteiras passaram a ser territórios dominados pelo crime, Senador Carlos Viana, impondo um clima de terror a milhares de famílias, cidadãos de bem, trabalhadores que, em determinado horário, não conseguem entrar no seu bairro, têm que ter autorização, Senador Kajuru, do crime organizado. Onde já se viu isso? Famílias sendo expulsas de casa – expulsas de casa! –, sem tempo nem de tirar a mochila da escola das crianças, que fica lá no chão.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Famílias expulsas de casa por facções criminosas. Essa é a realidade do nosso estado.



Nas últimas eleições, vejamos o grau a que estamos chegando, é preocupante – isso aconteceu no México, em um momento... Quem não assistiu aqui aos documentários que mostraram o avanço do crime organizado, dos carteis... Chegou ao ponto de candidato a Prefeito – candidato a Prefeito! – não poder fazer campanha em certos bairros, porque era proibido pelo crime organizado.

Para encerrar, o que está faltando para o nosso Governo do Estado do Ceará debelar essa crise? Dinheiro certamente não é. Se você pegar, em sete anos do governo que lá está, do PT ...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... foi investido R\$1,2 bilhão em propaganda e publicidade. Isso é um crime! Que inversão de prioridade! Isso é um crime.

Mesmo depois de cortar alguns valores de combate, de segurança pública, o governo gastou, em plena pandemia – em plena pandemia! –, R\$35 milhões para reformar o estacionamento do palácio onde o Governador despacha – R\$35 milhões; um escândalo, uma indecência!

Falta ao governo um mínimo de competência e uma dose forte de coragem e vontade política para enfrentar o crime organizado no Estado do Ceará e devolver um pouco de paz à população para que um dia volte a ser efetivamente a Terra da Luz.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Anuncio item extrapauta.

Requerimento nº 71, de 2022, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial para comemorar os 60 anos da Universidade de Brasília (UnB).

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio item extrapauta.

Requerimento nº 22, de 2022, do Senador Vanderlan Cardoso e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial a fim de homenagear o Lions Club Internacional.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

O próximo orador inscrito é o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, hoje tivemos uma audiência virtual, com a liderança do nosso coordenador da bancada de Rondônia Deputado Lucio Mosquini, com a participação especial do Deputado Lebrão, José Eurípedes Clemente, lá de Rondônia, do Prefeito da Cidade Costa Marques, Vagner Miranda, e de representações da Antaq, da ANTT, da Receita Federal, justamente, Sr. Presidente, para a aprovação de um porto alfandegado na cidade de Costa Marques, na divisa com o



Departamento do Beni, na Bolívia.

Qual é o objetivo desse porto alfandegado na divisa do Brasil com a Bolívia, tendo o Rio Guaporé como o limite dos dois países? É justamente o intercâmbio comercial de produtos bolivianos necessários ao Brasil, entre eles o sal mineral – lá na Bolívia há o deserto de sal, também chamado Salar de Uyuni – e a ureia, em grande quantidade produzida em território boliviano. Hoje, a ureia utilizada na agricultura e na pecuária do Brasil vem da Rússia, da Bielorrússia. Olha a distância! Olha a distância, e nós, do meu Estado de Rondônia e dos Estados do Acre e de Mato Grosso, estamos colados na Bolívia, produtora de ureia e também do cloreto de potássio, importantíssimo como adubo, como insumo para a adubação. Ele é necessário, o NPK é indispensável para a adubação na agricultura familiar e na agricultura extensiva.

Então, esse trabalho vem sendo liderado por nós, principalmente pelo Lebrão e pelo Lucio, desde 2015. Nessa época, eu era Governador do Estado e já trabalhava nesse assunto.

Então, Sr. Presidente, a gente verifica, muitas vezes, que o Brasil tem esse complexo – não sei que complexo é esse – de sempre trabalhar com as distâncias. Nós queremos comprar e vender para a China, para a Rússia, para os Emirados Árabes, para os países árabes, para a Europa, para os Estados Unidos e nos esquecemos do imenso potencial comercial que existe na América Latina, particularmente na América do Sul; são países vizinhos nossos altamente consumidores, importantes, um mercado consumidor extraordinário.

Então, a abertura de um porto, uma balsa, que será sazonal – duas vezes por mês abre-se aquela passagem, com a presença do Ministério da Agricultura e da Receita Federal para assistirem e realmente fazerem a fiscalização desses negócios –, é muito importante. E no que vai beneficiar o Brasil? Beneficia com esses produtos Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, todos os estados altamente produtores, do agro, do boi e da agricultura familiar brasileira. Também é extremamente importante acabar com a dificuldade. É uma dificuldade burocrática, é um emaranhado, é um cipoal de arranha-gato fazer negócios com os vizinhos! A expressão é esta: cipoal de arranha-gato, porque é muito difícil fazer o comércio entre países vizinhos.

Mas já existe, Sr. Presidente, um verdadeiro mercado comum de vizinhança pelos usos e costumes de um brasileiro passar para a Bolívia, vender no contrabando, passar de lá para cá no contrabando, ir para lá e vir para cá no contrabando, e vai levando, e vistas grossas para aqui, vistas grossas para acolá. O certo é que essa anarquia vai perdurando, ao invés da legalidade, da facilidade comercial.

Então, é esse o trabalho grandioso, liderado pelo Deputado Estadual José Clemente, de Rondônia, apelidado de Lebrão; pelo Lucio Mosquini, que é Deputado Federal de Rondônia; por mim, que, na época, era Governador e, agora, Senador; pelo Prefeito da cidade; e pelos empresários rondonienses, e vai beneficiar não só Rondônia como toda a vizinhança, todos os estados vizinhos nossos.

Então, eu quero assim comemorar, participar, agradecer à Antac, à ANTT, à Receita Federal, pois todos demonstraram profundo interesse. Eu já estive até no Ministério das Relações Exteriores, contando demais para a abertura comercial brasileira. É disso que nós precisamos. O Brasil precisa destravar, destravar essas amarras que dificultam o empresariado brasileiro a fazer negócios com o mundo.

Era só isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Próxima oradora inscrita é a Senadora Nilda Gondim. Na sequência, Zenaide Maia e Rose de Freitas.

Senadora Nilda Gondim tem a palavra.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discursar.)

– Sr. Presidente, caras Colegas Senadoras, caros Colegas Senadores, volto a me dirigir a este Plenário para



tratar sobre mais um episódio grave de maus-tratos de animais noticiado pela grande mídia.

Em novembro do último ano, relatei para V. Exas. a absurda situação de abandono e crueldade à qual foram submetidos búfalos no Município de Brotas, no Estado de São Paulo. Simultaneamente, pedimos atenção e providências imediatas às autoridades responsáveis para que o caso não fosse esquecido.

No final de janeiro, recebemos, com satisfação, a notícia de que o responsável por esse crime terrível, que estava foragido, foi preso no litoral de São Paulo.

Demonstrando compromisso com a defesa e a proteção dos animais, o programa Fantástico, mais uma vez, apresentou, no último domingo, o revoltante cenário de abandono ao qual foram submetidos cerca de 300 bezerros no Município de Cunha, também no Estado de São Paulo.

Os veterinários que prestaram os primeiros atendimentos relataram que os animais estavam há dias sem comida e sem água. Constatou-se também que muitos animais já haviam morrido em função da situação de total abandono!

Além do crime ambiental repugnante, a polícia suspeita que a criação de bezerros era utilizada para aplicar golpes financeiros em investidores, sendo apenas um artifício para a construção de uma pirâmide financeira.

Na reportagem, o Promotor de Justiça Luiz Fernando Rocha salienta que o Ministério Público investigará, além dos maus-tratos, a possibilidade de ocorrências de estelionato e de crimes financeiros.

Meus nobres pares, precisamos continuar trabalhando de forma diligente e atenta para prevenir esse tipo de crime e punir de forma severa aqueles indivíduos que afrontam a dignidade dos animais e, com seus atos, ferem a nossa dignidade como sociedade e como civilização. Estamos avançando gradativamente na conscientização social sobre a necessidade de protegermos os animais. Entretanto, casos como os relatados mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. PSD - MG) – Obrigado, Senadora Nilda Gondim.

Próxima oradora inscrita, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu quero aqui me solidarizar, através de Carlos Portinho, com a situação de Petrópolis. As imagens são chocantes.

A gente tem cobrado das autoridades não só essas medidas imediatas a médio e a longo prazo, mas nós temos que incluir neste debate também a causa desses eventos climáticos extremos que, a cada dia, acontecem mais não só no Brasil, mas no mundo. O Brasil não pode continuar negligenciando a questão ambiental.

Sr. Presidente, há algo que me chamou a atenção, Carlos Portinho, em Petrópolis: apesar do sofrimento daquela população, a fila de desempregados querendo uma oportunidade de um emprego provisório. A prefeitura está empregando essas pessoas para ajudar na recuperação do seu município.

Eu acho que todos os Parlamentares deveriam ouvir isto: nós vamos sair desta crise econômica? A pergunta é feita à Senadora Zenaide. Eu digo: este ano, acho difícil. Nós temos um Presidente e um Ministro da Economia que se têm mostrado incompetentes.

Nós temos, hoje, neste país, além de uma epidemia pela covid, uma epidemia de desemprego e precarização do trabalho, gente. A gente sabe disso.

E temos mais o quê? Inflação nas alturas. E investimento estatal, que geraria emprego e renda, quase nada.

Vamos falar sobre inflação. A gente sabe que, nos Estados Unidos e na zona do euro, também há inflação. Mas, ao contrário do que o Banco Central está fazendo aqui, subindo os juros para conter a



inflação, a zona do euro e os Estados Unidos têm mantido os juros baixíssimos.

Ora, gente, vocês que estão me assistindo: vocês acham que, aumentando os juros, se vão abaixar os combustíveis? Claro que não.

Como a população vai entender?

Nós temos o preço dos combustíveis altíssimo devido a uma decisão política deste Governo que está aí, com esta política de preço de combustíveis que é o principal vilão da inflação. A gente sabe que o que a gente produz, 70%, é transportado por rodovias, com este preço de combustível.

O Governo diz que aumenta os juros porque quer combater a inflação, mas mantém os combustíveis altíssimos, que são o principal motivo da grande inflação, inclusive dos preços dos alimentos; ou seja, a gente tem uma economia estagnada, uma inflação pelas alturas.

E o que a população pede ao Governo e a nós Parlamentares? O povo quer educação, saúde, transporte e segurança pública de qualidade. E não é com esta economia estagnada que nós vamos ter.

Repito: o Governo sabe que o que alimenta a inflação, principalmente, é a política de preço de combustível. Ele é quem define, e o Banco Central, sobre os juros para as pessoas. É claro que nós não vamos, com certeza, com este Presidente e com este Ministro da Economia, sair dessa epidemia de desemprego e precarização do trabalho, levando à fome, ao desemprego e a tudo que se pensar neste país.

A economia estagnada, gente. Vai completar quatro anos e este Governo ainda não disse a que veio. Geração de emprego e renda que não existe.

Então, qual é o único projeto deste Governo, o plano? Venda do patrimônio do povo brasileiro, como a gente está vendo aí. E ontem eu quase chorei quando eu vi o preço que eles querem botar para leiloar a nossa Eletrobras, tirando o domínio dos rios, do curso dos rios, do povo brasileiro e passando para algum país aí que se digne a fazer isso.

Inflação, precarização do trabalho, aumento da desigualdade social, juros nas alturas, e preço de combustível matando de fome... E o desemprego das pessoas. O Brasil é o único país do mundo que consegue desempregar quem já está desempregado: dizem que é o pessoal do Uber, esse transporte alternativo. Eles já foram para ele porque era uma opção de trabalho, mas agora com o preço do combustível eles voltam a ficar desempregados.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Sra. Zenaide Maia, o Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Rose de Freitas. Agora, sob nova direção, a senhora tem a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Até que eu estou gostando desta nova direção: eu vou ter a oportunidade de falar.

Olha só, muito obrigada, Senador. Bem-vindo à Presidência da Casa!

Eu queria apenas – eu ouvi os discursos que foram feitos no Plenário, inclusive do Senador Carlos Viana e do Senador Nelsinho Trad –, nas duas circunstâncias apresentadas pelo Carlos Viana, quando ele falou sobre a necessidade de ter um laudo, uma visão geral dos problemas que incorrem em tragédias dessa natureza... Eu lembrei, ontem, ao Presidente Rodrigo a MP 457, que já existe há muitos anos e que exatamente pede um laudo, todo ano, aos municípios deste Brasil. V. Exa. votou essa matéria. Esse laudo feito pela Defesa Civil municipal, somado ao laudo estadual e levado ao Governo Federal, tinha a capacidade de ter uma radiografia das encostas do Brasil, das áreas de risco, e a Defesa Civil deveria... Já passamos do tempo em que a Defesa Civil não tinha recurso. A Defesa Civil hoje tem recurso, tem



orçamento e deveria ter uma visão das possibilidades de desastres dessa natureza.

Eu, mais recentemente, me lembro de Furnas, do acidente lá do cânion, em que exatamente, naquele momento, quando aconteceu aquele bárbaro acidente, também tínhamos depoimento de pessoas que diziam: "Olha, a gente já tinha percebido"; e pessoas mais especializadas nessa área dizendo: "Olha, já tínhamos olhado aquela rocha e tínhamos tido uma visão mais técnica de que aquela rocha tinha possibilidade de ter, na rachadura que apresentava, um deslocamento, daquela parte daquela rocha". Portanto, nada feito, como se nossas encostas...

Evidentemente, tem que se levar em conta, Senador Paulo Rocha, a quantidade, o índice pluviométrico. Nós sabemos que é muito grande e podem ocorrer acidentes. Mas se nós tivéssemos capacidade de obter, nos municípios, uma visão da impossibilidade de construir casas acima da cota tal, por causa disso, por causa daquilo, evidentemente talvez pudéssemos prevenir acidentes tão graves, essas tragédias imensas que aí estão.

Então, implantar esses relatórios da Defesa Civil municipal, encaminhar ao estado, o estado se comunicar com a União... Eu não sei se poderíamos evitar todos, mas, com certeza alguns, algumas tragédias dessas poderiam ser evitadas.

O meu estado, Senador Paulo Rocha, vive, hoje, em Nova Venécia, em São Mateus, em Alegre, situação de tragédias. As características geográficas de algumas áreas do meu estado que compõem Domingos Martins, Vargem Alta, por ali afora, Venda Nova... Nós sabemos, já tivemos inúmeros desastres dessa natureza lá no meu estado. Sofremos muito. É duro a gente ter que reiterar o que o Carlos Viana falou aqui. É questão de avaliar a situação das habitações pela ótica do planejamento, da prevenção dos municípios, mas também, e principalmente, fazer um plano habitacional para os mais pobres, que são aqueles que vão acima da cota permitida construir suas casas. E as prefeituras não vão lá dizer: "Olha, essa região é perigosa". E nós choramos com a tragédia de todos aqueles que estão dentro do nosso país.

Então, é preciso que o Brasil tenha capacidade de tirar do brasileiro essa vivência de dor, de tragédia que todos os dias está diante dos nossos olhos. Não é porque é no Rio, não é porque é no Espírito Santo, não é porque é no Rio Grande do Norte. É porque, em qualquer lugar do país, tragédias como essa vão devastando as vidas, destruindo tudo que é de sentimento familiar, de comunidade que está em volta dos brasileiros.

Então, eu só vou reiterar as palavras do Senador Carlos Viana, do Senador Nelson Trad e mais uma vez dizer: leis nós fazemos todos os dias. É preciso que haja planejamento sobre as leis, que haja fiscalização com as leis e que a gente possa, brasileiros, administradores... Imagino os Prefeitos na situação em que estão, as famílias chorando, lastimando com suas perdas. Eu quero terminar dizendo que ontem eu vi a mulher, com uma enxada na mão, rasgando a terra com a enxada para procurar sua filha de 17 anos. Eu vi um menino assoviando depois de ter encontrado o corpo do pai. Isso não é mais possível viver todos os dias e falar: "Amanhã vão esquecer". Não esquecemos. Somam-se a essa tragédia a do Espírito Santo e outras tantas tragédias, a de Brumadinho, a do Morro do Macaco, no meu estado. É muito difícil. Então tem-se que cobrar mais. Não é só construir as leis e dizer que elas existem. Tem-se que cobrar mais de todos nós – de todos nós.

E acho até que o Presidente Rodrigo Pacheco poderia nos oferecer uma oportunidade de uma reunião para colher de perto as sugestões, os relatórios que possam ser feitos pelos nossos colegas, para que a gente possa contribuir de alguma maneira para essas situações mais dramáticas.

E diria ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Carlos Viana e a outros que estamos aguardando o regresso do Hugo para, com uma reunião com o Presidente, passar a informação também sobre todos os fatos que envolveram cancelamentos, cortes das emendas apresentadas do estado de V. Exas., porque não tinham razão para existir, e na emenda do Carlos Viana, porque não tinham razão.



Nós já pedimos essa reunião e tenho certeza de que, em momento oportuno, tão logo o Hugo retorne, vamos tratar de cada caso, Senador Esperidião, desses e de outros que, ao final do ano, tínhamos o entendimento de que deveriam ser resgatados pela política do Governo e pelas duas Casas, que devem observar de perto as reivindicações dos nossos representantes de cada estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Rose, muito importante a sua intervenção, mas é importante chamar a atenção de que também falta planejamento estratégico e consciência de todos, como dos gestores, mas como também do nosso povo, de um modo geral. Mas é fundamental a gente ter essa preocupação.

Senador Esperidião Amin, peço desculpas porque, geralmente, quem substitui o Presidente ou é o Vice ou é o mais velho da Casa. Como o senhor é o mais velho da Casa, desculpe eu estar ocupando o seu lugar aqui. V. Exa. tem a palavra por cinco minutos improrrogáveis. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Rocha, se fossemos aferir idade pelas aparências, como sua cabeleira esbranquiçada que me fez lembrar o granizo – granizo, olha bem! – que hoje caiu sobre Urupema, esbranquecendo, como diz o serrano, os jardins e os gramados de Urupema, a Capital Nacional do Frio, a sua juba branca lhe confere o direito de sentar-se como, realmente, o decano da Casa – e se tirar a máscara, a barba vai confirmar. De forma que eu fico muito honrado pelo uso da palavra neste momento.

Quero, em primeiro lugar, agradecer o telefonema que recebi, que me traz muitas lembranças e muita responsabilidade, do meu amigo Senador Carlos Portinho. E acho que não sei mais do que ninguém, mas dizem, Senadora Leila, Senadora Rose e minha querida amiga Senadora Zenaide, que a dor ensina a gemer. A dor é que ensina a gemer, ninguém aprende a dizer "Ai!", e a inteligência pode nos ajudar a criar alguma forma de reduzir dores futuras. Agradeço a distinção do Senador Carlos Portinho, que se lembrou do meu nome e certamente se lembrou das agruras que eu já vivi em sofrimentos que já passei, especialmente em função desses caprichos climáticos. Acho que nós temos que avançar sabendo que a tendência não é melhorar.

Senão, vejamos, nós temos ideia do que é que significa o processo de urbanização que ocorreu no Brasil? Há 75 anos, nós tínhamos 12 milhões de moradores de cidades e 36 milhões no campo; hoje, temos quase 200 milhões de moradores de cidades, com investimentos mínimos em infraestrutura. Restou o quê? Que mais de 50% do que se constrói nas cidades brasileiras não se constrói em conformidade com o plano diretor da cidade nem com o código de posturas e de obras. E vai ser assim porque habitação é o maior anseio. Ainda ontem eu mencionei uma pesquisa: 87% da população entrevistada – e o Instituto Datafolha participou disso – elegem a casa como o maior bem que almejam. E, Senadora Rose, a tendência é construir a casa onde for possível construir.

Então, nós vamos continuar convivendo com essa insegurança enquanto crescemos. A taxa de crescimento está diminuindo, mas nós temos realmente que criar medidas preventivas fortes. Nisso Santa Catarina evoluiu. Nós temos hoje um sistema de defesa civil bom, mas longe da perfeição. Nós temos radares que às vezes entram em pane; temos previsões meteorológicas, como o Senador Carlos Portinho descreveu, que no final não se confirmam, os fatos modificam a previsão; mas eu acho que essa Comissão será útil porque nós acrescentaremos um pouco mais de aprendizado em função da dor que todos nós estamos testemunhando, vivenciando, nesse espetáculo trágico de uma cidade, com as características de Petrópolis, características históricas, sofrer de novo – de novo! – da forma como está sofrendo.

Então, eu queria começar e esgotar praticamente a minha fala com esta manifestação.

E quero agradecer à minha querida amiga Senadora Rose de Freitas, que ouviu o que eu lhe falei e falei aos companheiros do Senado. Eu acho que todos nós precisamos de recursos, mas isso tem que



ser discutido, e não no final de um período legislativo, de uma sessão legislativa, tomar decisões que entristecem e que favorecem outras decisões posteriores à aprovação da lei orçamentária, de pior qualidade ainda. Fiquei muito sensibilizado, Senadora Rose, pela sua manifestação.

E gostaria de concluir minhas palavras agradecendo ao querido amigo Paulo Rocha, de velhos tempos. Ninguém acredita aí, Senador Paulo Rocha, que nós estreamos no Congresso, nós dois juntos, essa dupla, em 1991. Ninguém acredita, porque o senhor tem os cabelos brancos para comprovar, mas eu, infelizmente ou felizmente, deles não disponho para afiançar que eu já tinha idade para ser Senador em 1991.

Muito obrigado e minha solidariedade de coração ao povo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Paulo Paim e a Rose de Freitas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... especialmente ao povo de Petrópolis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Paulo Paim e a Rose de Freitas chegaram antes de nós, desde a Constituinte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se eu falar que a Rose de Freitas chegou antes de nós, isso é uma indelicadeza imperdoável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade, a nossa mais jovem Senadora da República, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Que honra falar depois do Senador Esperidião!

Cumprimento o Sr. Presidente desta sessão, o querido Senador Paulo Rocha.

Sras. e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos acompanham nos nossos trabalhos acessando os veículos de comunicação e as mídias sociais aqui do Senado Federal, Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de enviar, como eu tive a oportunidade hoje pela manhã, na Comissão de Educação, uma mensagem de conforto, solidariedade e esperança para a população de Petrópolis, que está sofrendo as consequências de uma tragédia que, claro, entristece todos nós, todo o país. Sobretudo, envio o meu abraço para os familiares das mais de 100 vítimas – até o momento, 110 vítimas – fatais desse temporal que devastou a cidade de Petrópolis. São vidas humanas de inestimável valor, que não podem ser restituídas ao convívio de seus parentes e amigos.

A catástrofe, Sr. Presidente, é tão grande que as autoridades sequer conseguem dimensionar o número de pessoas que se encontram desaparecidas. Até o momento, eu estava vendo aqui na internet, são 134 desaparecidos – esse número já está contabilizado em 134.

A água que caiu em apenas três horas foi em um volume superior ao que era esperado para todo o mês de fevereiro. O resultado dramático foram os deslizamentos de encostas, alagamentos e correntezas de lama, que arrastaram tudo o que estava pela frente, inclusive automóveis, em diversas ruas da cidade. Assistir aos vídeos e ver as fotos do cenário de guerra que ficou é realmente de devastar qualquer um.

Eu considero o Rio de Janeiro, Sr. Presidente, digamos, como uma segunda casa, até porque morei muitos anos ali, fui atleta do Flamengo, treinei para as minhas Olimpíadas ali na escola no Forte São João, na Urca. E o meu filho – meu único filho – é carioca. Então, tenho uma ligação muito forte com a terra. E, talvez até por isso, a tragédia tenha me deixado profundamente abalada.

O que me causa ainda mais dor, tristeza e indignação é o fato de saber – e já foi citado aqui por alguns Senadores – que muitas dessas vidas perdidas poderiam ter sido poupadas se os avisos técnicos tivessem gerado providências. Segundo a imprensa noticiou, a prefeitura da cidade recebeu, em maio de 2017, um estudo identificando mais de 15 mil moradias com risco alto ou muito alto de destruição em



decorrência de chuvas. A maioria das residências relacionadas – pasmem! – está localizada no primeiro distrito da cidade, justamente o mais atingido pelo temporal. E não foi só isso. No dia anterior ao temporal, a Defesa Civil de Petrópolis foi alertada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais sobre a possibilidade de chuvas que poderiam provocar deslizamentos de terra nas regiões de serra e densamente povoadas. A prudência recomendaria a evacuação dos moradores nessas áreas de alto risco. Sirenes foram acionadas, mas apenas o alerta foi insuficiente para evitar essa tragédia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a falta de planejamento urbano, como já foi falado aqui, de investimento em moradias – o Senador Portinho também comentou – e de ações preventivas em áreas de risco faz com que situações como essas de Petrópolis se repitam, todos os anos, em vários estados do Brasil. Agora mesmo, nós já assistimos, em 2022, às consequências das tempestades que atingiram os Estados da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo.

Além das dificuldades que o poder público tem para adotar as medidas preventivas que evitam ou minimizam as consequências desses desastres, faltam à União meios para oferecer uma ajuda mais eficiente às prefeituras e aos governos estaduais no socorro às vítimas, após o fato consumado.

Buscando formas de corrigir essa deficiência da nossa legislação, Sr. Presidente, amigos Senadores e Senadoras – e, neste instante, solicito um pouco da atenção de todos –, apresentei o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257, de 2019. Ele está na Comissão de Assuntos Econômicos. Na minha proposta, ele garante recursos para apoiar ações que atendam às situações provocadas por essas calamidades.

É rapidinho, Sr. Presidente.

Em termos concretos – eu vou ser rápida –, eu estou sugerindo que 25% dos valores da Reserva de Contingência prevista no Orçamento da União sejam reservados para apoiar ações que atendam situações de calamidade pública. Também estou propondo que o dinheiro do Fundo Especial para Calamidades Públicas possa ser utilizado no atendimento direto aos afetados nas áreas atingidas por desastres, em ações na saúde e na assistência social. Isso eu apresentei em 2019, até porque eu fui autora do PL 550, que se tornou – todos sabem – a Lei de Segurança das Barragens, a Lei 14.066, que foi fruto justamente das tragédias do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Apresentamos, na sequência, esse PLP. Ele obriga as empresas de radiodifusão a veicularem gratuitamente os alertas de desastres e orientações do poder público sobre como se proteger das consequências desses desastres naturais.

Sr. Presidente Paulo Rocha, colegas Senadoras e Senadores, eu peço a V. Exas. prioridade na análise dessa matéria e também solicito aos meus pares o apoio para que possamos aprová-la. Acho que é uma resposta efetiva – obrigada, Senador Portinho –, uma proposta efetiva desta Casa e acho que nós podemos aprovar esse PLP. Ele está na Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator é o Senador Jean Paul Prates, e, inclusive, quero fazer esse apelo ao Senador, parece que o relatório já está pronto. Eu acho que é, automaticamente, uma resposta que nós já poderemos, como fruto da Comissão Externa... Inclusive, quero agradecer ao Senador Carlos Portinho, pois ele me convidou para participar dela. Como eu falei e reitero, o convite do Senador Carlos Portinho, assim como dos demais Senadores do Rio de Janeiro – está aqui o Senador Romário, há o Senador Flávio também –, não é um convite, é uma convocação. Faço isso com muito carinho, porque tenho uma gratidão enorme ao povo carioca pela forma como sempre me tratou. É um povo de tratamento muito caloroso e que não merece, neste momento, tudo o que está passando.

A gente tem que dar uma resposta efetiva não só ao Estado do Rio de Janeiro, mas aos demais estados que estão sofrendo, já no início de 2022, com as chuvas. A gente sabe que, todo ano, esse é sempre o maior problema que nós temos nos inícios de ano, em todos os anos, com relação a esses estados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) –



Senadora Leila Barros, muito obrigado. Parabéns pela sua iniciativa!

Quero informar, como já informou o Senador Portinho, que esse tema foi a grande preocupação ontem no Colégio de Líderes, para tentar agrupar todas essas iniciativas para a gente socorrer esse tipo de tragédia que está acontecendo no nosso país e com o nosso povo. Então, com certeza, o Colégio de Líderes teve a preocupação, ontem, de colocar que a Presidência priorize, na pauta, esse tipo de iniciativa, porque, com certeza, a gente socorre o nosso povo, os nossos municípios e os nossos estados.

Antes de terminar – estamos caminhando para o término desta sessão –, há ainda o Senador Romário.

V. Exa. está inscrito, Senador. Tem a palavra V. Exa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar. *Por videoconferência.*)

– Quero, na minha fala aqui, que vai ser bem breve e objetiva, agradecer a todos os Senadores, assim como foi feito por parte da Senadora Leila e por praticamente quase todos os Senadores também, pelas palavras de solidariedade às vítimas aqui e aos familiares das pessoas dessa tragédia, dessa triste tragédia aqui em Petrópolis. Muito obrigado a todos por entenderem que, realmente, esse é um problema que vem acontecendo por todo o nosso país nestes últimos anos.

Na verdade, essa tragédia vem em um momento para que a gente possa refletir e repensar sobre a prevenção. Eu acredito que a prevenção é a palavra importante daqui para frente em relação não só a Petrópolis, mas a todo o nosso país. Infelizmente, tragédias como essa vêm acontecendo ao longo dos anos em todo o nosso Brasil. E, infelizmente, as coisas também não são feitas como tinham que ser.

Eu quero aqui, primeiramente, me solidarizar com as vítimas dessa terrível tragédia aqui de Petrópolis. É hora, agora, de a gente poder amparar essas vítimas. Hoje, já são 110 mortos, quase 116 pessoas desaparecidas, 400 pessoas desabrigadas até o momento. E não poderia ser diferente: é hora de a gente unir forças – Governo Federal, Governo estadual e Governo municipal.

Eu destinei, ontem, R\$1 milhão das minhas emendas no sentido de que Petrópolis possa incrementar já o atendimento aos atingidos. Eu quero, mais uma vez, me colocar à disposição e dizer que estarei sempre próximo e pronto para ajudar a essas pessoas.

Ao nosso Senador, da Bancada do PL, Wellington Fagundes, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizá-lo por propor essa Comissão Temporária de acompanhamento dessa tragédia, que será importante para contribuir no atendimento às vítimas e para propor aquilo de que falei, medidas preventivas, que serão de grande importância daqui para frente.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Romário.

Pediu inscrição remota o Senador Chico Rodrigues.

Está conectado? (*Pausa.*)

Tem a palavra V. Exa.

Quero chamar a atenção: por último, há o Senador Wellington Fagundes, que pediu a palavra presencialmente – está conectado?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente Paulo Rocha, folgo em vê-lo presidindo esta sessão hoje à tarde no Senado – nós que somos amazônidas.

Estou aqui realmente no Estado de Roraima trabalhando e, obviamente, acompanhando em tempo real as sessões da nossa Casa.



Hoje o meu pronunciamento vai abordar duas palavras de peso: uma é respeito, e a outra é justiça. Dito isso, quero expor um caso que acompanho diuturnamente no estado que represento aqui no Congresso Nacional.

Hoje, em Roraima, vejo que os órgãos de fiscalização agem de forma injusta e desrespeitosa com trabalhadores que nem sempre – vejam bem: nem sempre – estão praticando ilícitos. Falo da mineração, Senador Paulo Rocha, que também afeta o seu Estado do Pará, que é um estado mineral por natureza.

Eu respeito todas as opiniões, opinião de quem é contra e opinião de quem é a favor da mineração. Respeito quem, por necessidade, precisa ir para o meio da mata para buscar o sustento de sua família, garimpando com a sua peneira ou sururuca, como é chamada aqui na Região Norte. Respeito quem se expõe a todas as dificuldades e perigos que essa prática coloca na vida do trabalhador para garantir o pão e viver com dignidade. Respeito as autoridades que têm o dever de fiscalizar e autuar quem destrói a natureza de forma predatória. Somos contra a exploração predatória que vem afetar a natureza, mas vejam bem, meus caros colegas Senadores e Senadoras, amigos e amigas que me acompanham por meio da comunicação e através da internet, precisamos também preservar a justiça. Estamos vivendo momentos de desrespeito e sendo testemunhas de injustiças diárias. Como Parlamentar, não posso me calar diante de tamanho absurdo.

Os órgãos de fiscalização estão atuando aqui em Roraima como julgadores e executores da lei, sem sequer dar o direito constitucional ao cidadão da ampla defesa e do contraditório. Quando o cidadão está sob suspeição, vejam só: ele é suspeito de estar garimpando – suspeito. Os agentes de fiscalização atuam como executores. Há muita gente, meus caros colegas Senadores, população brasileira em geral que nos ouve neste momento, que vive esse dilema e esse drama que afeta as famílias brasileiras.

Então, o apanhador de pupunha, lá do Pará, aqui em Roraima, no Amazonas, em Rondônia, no Acre, na Amazônia como um todo, e o trabalhador que tira o açaí, o buriti, o taperebá vivem dessas pequenas atividades extrativistas, e também há o trabalhador que vai, com a bateia, tirar o outo para sustentar a sua família. Tudo é válido, tudo é trabalho e todos são trabalhadores e merecem respeito e justiça.

Amigos e amigas, estamos vivendo momentos difíceis. A fome bate à porta de milhões de brasileiros todos os dias. As pessoas precisam buscar o seu sustento, quer seja na atividade extrativista, quer seja no garimpo artesanal, que é o nosso caso especificamente da Amazônia, mas nada justifica um agente fiscalizador agir como juiz e executor. Isto é inconstitucional e não há lei que respalde essa ação. São apenas normas infralegais. Precisamos entender que todos têm direito à justiça e à cidadania.

Acredito que, se houver suspeição de ato ilícito, os equipamentos ou bens devem ser averiguados e, em havendo algum indício de crime, ser apreendidos, para, assim, após uma investigação justa e respeitosa, terem a destinação determinada pela Justiça. Mas nunca – nunca, nunca! – a destruição, como está sendo feito hoje, em todas essas operações do Ibama, do ICMBio, da Polícia Federal contra esses pais e mães de família que trabalham, dando o suor do seu rosto, para levar o pão de cada dia para a sua mesa.

Proponho aqui unirmos esforços para regulamentar a maneira justa de atuação dos agentes fiscalizadores e proibir a destruição de bens de pessoas que merecem o respeito e, acima de tudo, a justiça. Afinal, são trabalhadores brasileiros que buscam tão somente o seu sustento e o de sua família.

Portanto, Presidente Paulo Rocha, gostaria de dizer a V. Exa. e a todos aqueles que nos acompanham e nos assistem neste momento que nós, que vivemos aqui na Amazônia, que vivemos essa questão do garimpo, que vivemos essa questão dos mineradores, nós, na verdade, temos que nos preocupar com milhares, e milhares, e milhares de trabalhadores brasileiros que, na verdade, vivem como se bandidos fossem, tal como tratados pelas autoridades brasileiras. E não é justo que, ao buscar o seu sustento, ao sentir que não se regula ainda a exploração mineral de uma forma ordenada, eles, na verdade, não



possam tirar do seio da terra o seu sustento e o de suas famílias.

Portanto, é um grito, é um brado que nós fazemos a todas as autoridades brasileiras e a nós, Congressistas, principalmente, porque temos a obrigação de regulamentar essa atividade importantíssima para a vida de milhares, milhões de brasileiros. E, hoje, quando nos encontramos com alguns desses pais de família, dessas mães de famílias que vivem ali naquelas áreas, e choram, e derramam no seu pranto o sofrimento que passam, a humilhação que vivem, nós, na verdade, temos de assumir uma posição de vanguarda e sermos os defensores intransigentes desses trabalhadores brasileiros, que estão ali, por falta de oportunidade, tirando do seio da terra o alimento e o sustento das suas famílias. Portanto, era esse o registro que eu gostaria de fazer e espero que, principalmente, os nossos colegas da Amazônia, que conhecem o problema, como o nosso querido Senador Paulo Rocha, que hoje preside esta sessão, conhece e sabe do seu estado, o Pará, que é um estado minerário por natureza, sabe das dificuldades que milhões e milhões de pais de família passam realmente com essas operações, que são indignas, porque, na verdade, assustam, amedrontam e, acima de tudo, envergonham a nação brasileira. Que apreendam aqueles equipamentos, aqueles materiais que estão sendo usados de forma indevida, mas, na verdade, não causem uma verdadeira guerra, um verdadeiro terror, para amedrontar, assustar e deixar desesperançados esses milhares de brasileiros que fazem da atividade da garimpagem a sua sobrevivência, o seu meio de vida, o seu ganha-pão e o da sua família.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Muito bem, Senador Chico Rodrigues.

Estamos terminando a nossa sessão. Não havendo mais nada a tratar e cumpridos os objetivos desta sessão, estamos dando por encerrados os nossos trabalhos de hoje, desejando boa noite a todos e a todas!

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

10ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 17/02/2022 14:00:00 até 17/02/2022 18:30:00
Votos no período: 17/02/2022 14:00:00 até 17/02/2022 18:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X
PSD	MG	Alexandre Silveira	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
MDB	MG	Carlos Viana	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X
DEM	CE	Chiquinho Feitosa	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X
MDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X
PROGRES	PI	Eliane Nogueira	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X
PROS	AL	Fernando Collor	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X
MDB	SP	Giordano	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X
DEM	MT	Jayme Campos	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X
Podemos	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorginho Mello	X
PSDB	SP	José Serra	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X
Cidadania	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
PSL	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X

Emissão 17/02/2022 18:35:08





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

10ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 16 horas
Presenças no período: 17/02/2022 14:00:00 até 17/02/2022 18:30:00
Votos no período: 17/02/2022 14:00:00 até 17/02/2022 18:30:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
MDB	PB	Nilda Gondim	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
Podemos	DF	Reguffe	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RJ	Romário	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PROS	RR	Telmário Mota	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X

Compareceram 66 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 10^a SESSÃO

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 25/2022





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº 24, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2022, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *aprova o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021.*



Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 25, de 2022, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

O PDL nº 25, de 2022, decorre da Mensagem nº 21, de 12 de janeiro de 2022, do Poder Executivo, que submete ao crivo congressional o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021.

Esse acordo, vazado em 39 artigos, visa a estabelecer quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e entre esses mesmos Estados, por meio de um sistema flexível e variável que atende às particularidades relativas a cada Estado.

E a partir do seu Artigo 4º, o acordo refina o que seria essa flexibilidade e variabilidade do regime de mobilidade. O Acordo confere às Partes um leque de soluções que lhes permite assumir compromissos decorrentes da mobilidade de forma progressiva e com níveis diferenciados de integração, para ajustar os impactos do Acordo às suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O Acordo é estruturado com base nos seguintes princípios:

- a) Isenção de vistos a favor dos titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, especiais e de serviço, para estadas de duração até 90 dias;
- b) Mobilidade de cidadãos de uma Parte, detentores de passaporte ordinário, no território das demais Partes, sem prejuízo da aplicação do disposto no presente Acordo em matéria de credibilidade e autenticidade dos documentos, de acordo com o grau de compromisso assumido pelas Partes, no âmbito do princípio da flexibilidade variável;
- c) Liberdade das Partes na escolha das modalidades de mobilidade, das categorias de pessoas abrangidas e das Partes com os quais estabelece parcerias para além do limite mínimo, em conformidade com o disposto nos artigos 6º e 7º e os demais termos e condições previstos no presente Acordo; e
- d) Salvaguarda dos compromissos internacionais das Partes em matéria de mobilidade decorrentes dos Acordos regionais de integração nos quais sejam Partes.

A Mobilidade CPLP, entendida como o regime de entrada e permanência de cidadão de uma Parte no território de outra Parte, pode revestir as seguintes modalidades:

- a) Estada de Curta Duração CPLP;
- b) Estada Temporária CPLP;
- c) Visto de Residência CPLP; e
- d) Residência CPLP.

Dado esse quadro de princípios e tipologias, o Acordo estabelece, a partir do Artigo 13º os requisitos e para cada modalidade de mobilidade.

Nos artigos 29 a 39 estão as disposições finais, tanto as específicas para esse Acordo como aquelas mais genéricas sobre entrada em vigor, vigência, solução de controvérsias, depósito e denúncia ou retirada.

O Acordo em tela foi recebido pela Câmara dos Deputados e teve aprovação por meio do presente PDL, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. A proposição foi também aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa, em 9 de fevereiro de 2022.

Agora vem à apreciação do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A Mensagem vem acompanhada da Exposição de Motivos nº 226/2021, subscrita pelo Ministro das Relações Exteriores, na qual se afirma que

O Acordo visa à criação de um sistema flexível e variável que confira aos Estados Membros um leque de soluções que lhes permita assumir os compromissos decorrentes da mobilidade de uma forma gradual e progressiva, e com níveis diferenciados de integração, de modo a ajustarem o impacto às suas próprias especificidades internas, na sua dimensão política, social e administrativa.

O objetivo principal do Acordo é estabelecer o quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados Membros da CPLP e entre esses mesmos Estados, por meio de um sistema flexível e variável que atenda às particularidades relativas a cada Estado.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional formada por países lusófonos, cujo objetivo é o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros”.

A Comunidade foi criada a 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Em 2014, ocorreu a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a população de seus países membros soma aproximadamente 270 milhões de pessoas. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante. Em 2014, Guiné Equatorial tornou-se o nono membro da organização.

A CPLP é financiada tanto por meio do orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados-membros, como pelo Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e destinado a custear programas de cooperação, projetos e ações pontuais. A sua sede fica em Lisboa, Portugal. A organização promove a data de 5 de maio como Dia da Cultura Lusófona, celebrado em todo o espaço lusófono.

Em 17 de julho de 2021, em Luanda, Angola, os países membros da CPLP acrescentaram mais um instrumento ao seu quadro normativo. Firmaram o



SF/22900-40663-22





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

Cuida-se, como se depreende, de uma norma que visa a aperfeiçoar o regime da CPLP, que tem no Brasil um de seus principais baluartes. Nessa época de maiores intercâmbios e globalização, a segurança jurídica para a mobilidade das pessoas é um dos principais aspectos a serem garantidos. No caso da CPLP, que é uma comunidade que alia os interesses geopolíticos aos laços culturais multisseculares, essa ambição torna-se ainda mais relevante.

Nesse sentido, o entendimento é que o Acordo sobre Mobilidade na CPLP, além de ser adequado juridicamente, reveste-se da conveniência política para nossa nação.

III – VOTO

Ante o exposto, por ser constitucional e jurídico e estar tecnicamente adequado, bem como por ser conveniente e oportuno, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2022.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



SF/22900.40663-22



Projeto de Lei nº 4528/2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº 25, DE 2022-PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei nº 4.528, de 2019, do Deputado Fábio Trad, *que confere ao Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé.*



SF/22162.23141-19

I – RELATÓRIO

Vem ao Plenário, o Projeto de Lei (PL) nº 4.528, de 2019, de autoria do Deputado Fábio Trad, que propõe seja conferido ao Município de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, o título de “Capital Nacional do Chamamé”.

A proposição consta de dois dispositivos. O art. 1º propõe a referida homenagem, enquanto no art. 2º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor da matéria argumenta que “a concessão do título de Capital Nacional do Chamamé será uma justa homenagem não só à comunidade Campo-Grandense, mas também a todos aqueles que têm um grande apreço pela arte musical”.

Na Casa de origem a matéria foi aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Não foram apresentadas emendas à proposição.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

II – ANÁLISE

A apreciação da matéria em Plenário, em substituição às comissões temáticas, ante o período excepcional em que vive o País, está fundamentada no Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa. Assim, cumpre apontar que não se vislumbram óbices à aprovação da matéria no tocante a esses aspectos.

O chamamé, que em guarani significa “improvisação”, é um estilo musical oriundo do norte da Argentina, que se tornou popular em Campo Grande, onde adquiriu características próprias, advindas de figuras lendárias como a do músico Zé Correa, que com seu inédito estilo de instrumentação ao acordeom promoveu uma musicalidade revestida de uma força renovadora. A criação dessa técnica ímpar foi responsável por estabelecer um estilo Sul-mato-grossense de tocar o Chamamé

Assim, destaca o autor da matéria,

Em Campo Grande, rapidamente se formaram conjuntos típicos e, com a chegada do rádio na cidade, intensificou-se a difusão do ritmo Chamamé. Não demorou muito para que entusiastas organizassem grupos de intérpretes em várias cidades sul-mato-grossense, principalmente na capital do estado, onde a paixão pelo ritmo tocava na alma da população. Tanto, que nas décadas de trinta e quarenta, aos domingos, os chamamezeiros se reuniam para tocar Chamamé perante o numeroso público que se aglomerava no local.

O estilo musical se expandiu em Campo Grande com compositores e intérpretes altamente qualificados se tornando o ritmo mais apreciado e difundido na capital sul-mato-grossense (...).



SF/22162.23141-19





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Dessa forma, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa de conferir a Campo Grande o título de Capital Nacional do Chamamé.

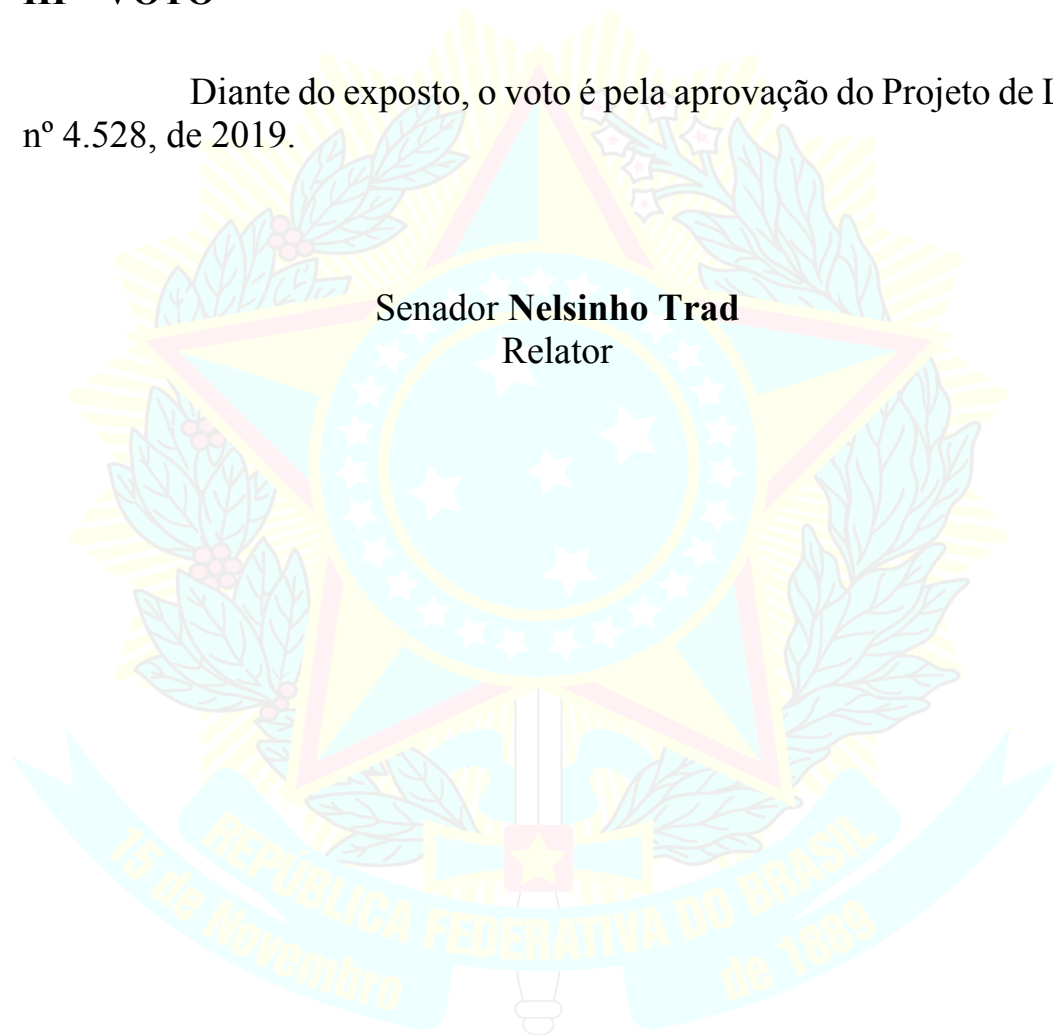
III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.528, de 2019.

Senador Nelsinho Trad
Relator



SF/22162.23141-19



Projeto de Lei nº 2868/2019





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentada perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2868, de 2019**, que *"Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a fim de dispor sobre a realização de mutirões periódicos, em espaços públicos, para atendimentos terapêuticos multidisciplinares, com ações multiprofissionais, interdisciplinares e intersetoriais, a pessoas com deficiência."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	001

TOTAL DE EMENDAS: 1



[Página da matéria](#)



PL 2868/2019
00001



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - PLEN
(ao PL nº 2.868, de 2019)

Suprima-se do Projeto de Lei nº 2.868, de 2019, o termo “terapêutico”, e substitua-se a expressão “pleno desenvolvimento e respostas clínicas efetivas” por “plena inclusão”.

JUSTIFICAÇÃO

As alterações propostas visam atualizar a terminologia utilizada no Projeto de Lei nº 2.868, de 2019, de maneira a torná-lo mais consentâneo com o paradigma da inclusão, firmado pela Convenção da Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e consagrado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Tal paradigma sinaliza para a compreensão de que a deficiência é condição que interage com a forma como a sociedade se organiza e acolhe a diferença, e é, portanto, mais abrangente que o modelo antigo, de natureza exclusivamente médica, incapaz de identificar os múltiplos aspectos envolvidos na emancipação da pessoa com deficiência, em busca de exercer sua cidadania com plenitude.

Com as mudanças de redação que propomos, as ações de mutirão a serem incentivadas poderão ser mais abrangentes, como devem ser mesmo as políticas públicas direcionadas para a pessoa com deficiência.



2

Sala das Sessões,

Senadora Mara Gabrilli



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 341, de 2019, que *denomina Aeroporto de Angra dos Reis/Rio de Janeiro – Carmelo Jordão o aeroporto situado no Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro;*
- Projeto de Lei nº 610, de 2019, que *confere ao Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Lúpulo;*
- Projeto de Lei nº 1.269, de 2019, que *denomina Viaduto Antônio de Pádua Perosa o viaduto localizado no Km 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo;*
- Projeto de Lei nº 1.901, de 2019, que *denomina Ponte Joaquim Machado de Souza a ponte sobre o Rio Envira na rodovia BR-364, no Município de Feijó, Estado do Acre;*
- Projeto de Lei nº 2.522, de 2019, que *inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome do Brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza;*
- Projeto de Lei nº 2.529, de 2019, que *confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho;*
- Projeto de Lei nº 2.568, de 2019, que *denomina Travessia Paixão Côrtes a segunda ponte sobre o rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;*
- Projeto de Lei nº 3.704, de 2019, que *denomina Ponte Dom Moacyr Grechi a ponte sobre o Rio Abunã, localizada na BR-364, que interliga os Estados de Rondônia e Acre;*
- Projeto de Lei nº 3.936, de 2019, que *institui o Dia Nacional dos Desbravadores;*
- Projeto de Lei nº 4.319, de 2019, que *confere ao Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Moda Infantil;*
- Projeto de Lei nº 5.514, de 2019, que *institui o Dia Nacional da Natação;*



- Projeto de Lei nº 1.803, de 2021, que *denomina Ponte Governador Lucídio Portella a ponte sobre o Rio Parnaíba que liga os Municípios de Santa Filomena, no Estado do Piauí, e Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão;*

- Projeto de Lei nº 1.846, de 2021 (nº 7.406/2010, na origem), que *denomina Passarela Jardim Mimás – Embu das Artes a passarela localizada no Km 275,5 da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP/PR, no Município de Embu das Artes, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Lei nº 1.848, de 2021 (nº 4.904/2016, na origem), que *denomina Passarela Dom Aloísio Cardeal Lorscheider a passarela sobre a rodovia BR-488, no Município de Aparecida, Estado de São Paulo;*

- Projeto de Lei nº 1.849, de 2021 (nº 3.643/2015, na origem), que *declara manifestação da cultura nacional a tradição do uso, em romarias religiosas, do transporte conhecido como “pau de arara”;*

- Projeto de Lei nº 1.850, de 2021 (nº 1.830/2015, na origem), que *denomina João Batista Menegatti o viaduto localizado na rodovia BR-282, na travessia urbana do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina;*

- Projeto de Lei nº 1.854, de 2021 (nº 7.243/2006, na origem), que *erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;*

- Projeto de Lei nº 1.856 de 2021 (nº 1.815/2011, na origem), que *denomina Estrada Prefeito Horácio Amaral o trecho da rodovia BR-158 situado entre os Municípios de Campo Mourão e Roncador, no Estado do Paraná;*

- Projeto de Lei nº 2.071, de 2021 (nº 2.971/2011, na origem), que *erige em monumento nacional a Rota do Café;*

- Projeto de Lei nº 3.533, de 2021 (nº 3.309/2015, na origem), que *institui o Dia Nacional de Prevenção ao Acidente Vascular Cerebral (AVC);*

- Projeto de Lei nº 3.534, de 2021 (nº 3.229/2015, na origem), que *confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô;*

- Projeto de Lei nº 3.537, de 2021 (nº 10.728/2018, na origem), que *altera a Lei nº 10.447, de 9 de maio de 2002, para instituir a Semana Nacional da Adoção;*



- Projeto de Lei nº 3.639, de 2021 (nº 10.330/2018, na origem), que *inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água; e*

- Projeto de Lei nº 3.764, de 2021 (nº 10.579/2018, na origem), que *denomina Passarela Hermínio Pertel a passarela construída na BR-101, Rodovia Governador Mário Covas, na localidade de Guatemala, Município de Ibiaraçu, Estado do Espírito Santo;*

As matérias vão à CE, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

Prazo: de 21/2/2022 a 25/2/2022.



Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

- Projeto de Lei nº 3.763, de 2021 (nº 4.353/2008, na origem), que *institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e Conexas, a ser comemorado na segunda segunda-feira do mês de maio de cada ano; e*

- Projeto de Lei nº 3.778, de 2021 (nº 5.851/2005, na origem), que *declara o Presidente Tancredo de Almeida Neves Patrono da Redemocratização Brasileira.*

As matérias vão à CE, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, V, do Regimento Interno, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

Prazo: de 21/2/2022 a 25/2/2022.



- Projeto de Lei nº 2.040, de 2021, da Senadora Simone Tebet, que *altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e a Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, para modernizar o processo nos Juizados Especiais Cível e Criminal e da Fazenda Pública.*

A matéria vai à CCJ, em decisão terminativa, cabendo apresentação de emendas perante a Comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 21/02/2022 a 25/02/2022.



Comunicações



00100.018187/2022



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CONFÚCIO MOURA

Ofício nº 015/2022 – GSCMOURA

À Publicação

Em: 17/02/2022

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

Brasília, 17 de fevereiro de 2022

Ao Senhor
Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário Geral da Mesa
Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Assunto: Comunica endereço do escritório parlamentar em Rondônia

Senhor Secretário Geral,

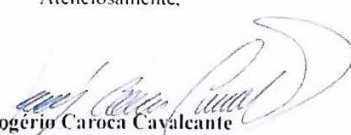
De ordem do Senhor Senador Confúcio Moura, comunico a Vossa Senhoria o endereço do escritório parlamentar de Sua Excelência no Estado de Rondônia, para fins de atualização no cadastro desta Casa.

Endereço:

Rua Beco Coronel Carlos Mader, no. 163, Bairro
Centro – CEP 76801-008 - Porto Velho / Rondônia

Certo da sua atenção, antecipo-lhe meus agradecimentos.

Atenciosamente,


Rogério Caroca Cavalcante
Chefe de Gabinete

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II - Ala Senado - Terreno Vilela Gal. 5 - CEP 70165-900 - Brasília/DF
Telefone: (61) 3308-2470 - e-mail: sen@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 821BF30D00432E0E.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 31F9A5E900436693.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

Ofício nº 007-2022 - GLPODEMOS

Brasília, 17 de fevereiro de 2022

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência informar que estou indicando o Senador EDUARDO GIRÃO (PODEMOS/CE), como titular, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense.

Atenciosamente,

Senador Alvaro Dias
(PODEMOS - PR)
Líder do Podemos



SF/22101.38589-04 (LexEdit)



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2022

(nº 328/2021, na origem)

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Cordeiro Macedo em 23 de outubro de 2021.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 328

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 12 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Cordeiro Macedo em 23 de outubro de 2021.

Brasília, 5 de julho de 2021.



00001.005107/2021-77



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 578/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 6 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Cordeiro Macedo em 23 de outubro de 2021.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.005107/2021-77

SEI nº 2702285

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



06/07/2021

Currículo Lattes

**Alexandre Barreto de Souza**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4965391777998697>

Última atualização do currículo em 06/07/2021

Resumo informado pelo autor

Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa, Mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília, Especialista e Bacharel em Administração Pública pela Universidade de Brasília. Funcionário público de carreira desde 1993, foi Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica de 2017 a 2021 e atuou em órgãos como Tesouro Nacional, Receita Federal, Senado Federal e Tribunal de Contas da União – TCU. Entre as atividades desenvolvidas tem experiência na área de direito concorrencial, podendo ser citadas combate a cartéis, cartéis em licitações públicas, atuação em atos de concentração em matéria de defesa da concorrência, gestão pública, auditoria governamental, controle de licitações e contratos, combate à fraude e à corrupção na Administração Pública.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Alexandre Barreto de Souza

Dados pessoais

Filiação Renato Teixeira de Souza e Marli Barreto de Souza
Nascimento 08/09/1973 - Teresópolis/RJ - Brasil
Carteira de Identidade 089501480 IFP/RJ - RJ - 20/09/1988
CPF 015.514.627-02

Formação acadêmica/titulação

2019 Doutorado em Ciência Política.
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Orientador: .
2003 - 2005 Mestrado em Administração.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Comissões parlamentares de inquérito como instrumentos de accountability horizontal: análise do período 1989 - 2005, Ano de obtenção: 2006
Orientador: José Matias Pereira 
1994 - 1999 Graduação em Administração.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil

Atuação profissional

1. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

Vínculo institucional**2017 - 2021** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente do Cade, Carga horária: 40, Regime: Integral

2. Senado Federal - SENADO

Vínculo institucional**2000 - 2005** Enquadramento funcional: Assessor Técnico (cedido pelo TCU, Carga horária: 40, Regime: Integral)

3. Receita Federal do Brasil - RFB

Vínculo institucional**1998 - 2000** Enquadramento funcional: Analista da Receita Federal, Carga horária: 40, Regime: Integral

4. Secretaria do Tesouro Nacional - STN



06/07/2021

Currículo Lattes

**Vínculo
institucional****1993 - 1998** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Técnico de Finanças, Carga horária: 40, Regime: Integral

5. Tribunal de Contas da União - TCU

**Vínculo
institucional****2000 - Atual** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Auditor Federal de Controle Externo, Carga horária: 40, Regime: Integral**Áreas de atuação**

1. Política e Planejamento Governamentais
2. Organizações Públicas
3. Contabilidade e Finanças Públicas
4. Comportamento Legislativo
5. Estrutura e Transformação do Estado
6. Instituições Governamentais Específicas

Idiomas**Inglês** Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem**Espanhol** Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Razoavelmente, Lê Bem**Produção**

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. SOUZA, A. B.; FERNANDES, R. B. COMPETITION ADVOCACY: THE IMPORTANCE OF CADE'S ROLE IN THE PANDEMIC. The Future of Antitrust, v.1, p.1 - 440, 2020.
2. SOUZA, A. B. Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v.277, p.1 - 413, 2018.

Artigos em jornal de notícias

1. SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L. Balanço da Atuação do Cade em 2020. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2021.
2. SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L. LGPD e Defesa da Concorrência: o caso Facebook. UOL. São Paulo, SP, 2021.
3. SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L. Proteção de dados e defesa da concorrência. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2021.
4. SOUZA, A. B.; ACCIOLY, I. S. A importância do alinhamento entre o Direito da Concorrência e o Direito do Consumidor. Jota Direito do Consumidor. São Paulo, SP, 2020.
5. SOUZA, A. B.; FERNANDES, R. B. Advocacia da concorrência: a importância da atuação do Cade na pandemia. Migalhas de Peso -. São Paulo, SP, 2020.
6. SOUZA, A. B. Balanço da Atuação do Cade em 2019. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2020.
7. SOUZA, A. B.; SAKOWSKI, P. A. M. Cade, Brics e a Economia Digital. Correio Braziliense - Opinião. Brasília, DF, 2020.
8. SOUZA, A. B.; RESENDE, G. M. Medindo os benefícios da atuação do Cade. Jota - Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2020.
9. SOUZA, A. B.; RESENDE, G. M. Os projetos sobre regulação de preços e o papel do Cade Este trecho é parte de conteúdo que pode ser compartilhado utilizando o link <https://valor.globo.com/opinioao/coluna/os-projetos-sobre-regulacao-de-precos-e-o-papel-do-cade.ghml> ou as ferramentas oferecidas na página. Textos, fotos, artes e vídeos do Valor estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o con. Valor Econômico. São Paulo, SP, 2020.
10. SOUZA, A. B. Balanço da Atuação do Cade em 2018. Jota Opinião e Análise. São Paulo, SP, 2019.
11. SOUZA, A. B. Não Existe Sobremaneira Grátis. Folha de São Paulo. São Paulo, 2019.
12. SOUZA, A. B. Novo Marco na Análise Concorrencial. Valor Econômico. São Paulo, SP, 2018.

Artigos em revistas (Magazine)

1. SOUZA, A. B.; SOUSA, E. J. D. Horizontes do Direito da Concorrência em 2021: entre o desapego e a esperança. Revista Consjur - Defesa da Concorrência. São Paulo, SP, 2021.
2. SOUZA, A. B.; SOUSA, E. J. D. 2021 Antitrust Horizons: Letting Go While Holding on to Hope. CPI ANTITRUST CHRONICLE MARCH 2021. Estados Unidos, 2021.




06/07/2021

Currículo Lattes

3. SOUZA, A. B.
O Caminhar do Cade e da defesa da Concorrência no Brasil. Revista Conjur - Defesa da Concorrência. São Paulo, SP, 2020.
4. SOUZA, A. B.; SAKOWSKI, P. A. M.; PARK, C. S. H.
The First Report of the Brics Competition Authorities Working Group on the Digital Economy. CPI Antitrust Chronicle. Chicago, p.1 - 7, 2019.

Demais produções bibliográficas

1. SOUZA, A. B.
Avaliação de políticas públicas no Brasil : uma análise das políticas de defesa da concorrência. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2020. (Prefácio, Prefácio Pós-fácio)
2. SOUZA, A. B.
Ideias em Competição 10 anos do Prêmio IBRAC-TIM. São Paulo, SP: Singular, 2020. (Prefácio, Prefácio Pós-fácio)
3. SOUZA, A. B.
Direito Concorrencial: Avanços e Perspectivas. Curitiba, PR: PRISMAS, 2018. (Apresentação, Prefácio Pós-fácio)
4. SOUZA, A. B.; MAHON, A. L. L.
5 Anos Lei de Defesa da Concorrência: Gênese, Jurisprudência e Desafios para o Futuro. Livro. , 2017. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. SOUZA, A. B.
Section II: Interview with heads of agencies Interview with, 2020
2. SOUZA, A. B.
AGU cobra R\$ 141 milhões de multas de transportadoras, 2018
3. SOUZA, A. B.
Alexandre Barreto de Souza, President, Brasil's Administrative Council for Economic Defence, 2018
4. SOUZA, A. B.
Após decisão sobre XP e Itaú, foco do Cade será maquininhas de cartão, 2018
5. SOUZA, A. B.
Cade apresenta proposta para aumentar concorrência no setor de Combustíveis, 2018
6. SOUZA, A. B.
Cade apresenta propostas para o setor de combustíveis, 2018
7. SOUZA, A. B.
Cade critica criação de tabela com preço mínimo para fretes, 2018
8. SOUZA, A. B.
CADE merger blocks in line with other jurisdictions, president says, 2018
9. SOUZA, A. B.
Cade passou com louvor pelo teste do caso JBS, 2018
10. SOUZA, A. B.
CADE to increase workforce by 25 percent by year-end, agency's president says, 2018
11. SOUZA, A. B.
Cade vai apertar cerco a cartéis no setor de combustíveis, 2018
12. SOUZA, A. B.
Debate over CADE standards healthy, but precedent should be respected, agency president says, 2018
13. SOUZA, A. B.
Estado pode estabelecer prazo para reajustar combustível, diz Cade, 2018
14. SOUZA, A. B.
Instituições devem obedecer imposições de BC e Cade, diz presidente do órgão, 2018
15. SOUZA, A. B.
Para o Cade, há fortes indícios de participação de empresas na greve de caminhoneiros, 2018
16. SOUZA, A. B.
Presidente do Cade, Alexandre Barreto, sobre distribuidoras compartilharem estrutura, 2018
17. SOUZA, A. B.
Presidente do Cade vê com 'extrema reserva' preços mínimos para frete, 2018
18. SOUZA, A. B.
Tabelamento de preços vai causar 'efeito cascata', diz presidente do Cade, 2018
19. SOUZA, A. B.
Brazil's new antitrust chief on his plans for the next four years, 2017
20. SOUZA, A. B.
"Cade está amadurecendo", diz presidente da autarquia, 2017
21. SOUZA, A. B.
Cade quer estimular ações de consumidores contra cartéis, 2017
22. SOUZA, A. B.
CB.Poder – Entrevista Alexandre Barreto, 2017
23. SOUZA, A. B.
Fim de cartel evita perda de R\$ 300 milhões, estima presidente do Cade, 2017
24. SOUZA, A. B.
Não há que se falar em mudança de tendência no Cade, 2017
25. SOUZA, A. B.
Presidente do Cade quer força-tarefa para fortalecer leniência, 2017



Educação e Popularização de C&T

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

Página 6 de 22

Avulso da MSF 1/2022.



06/07/2021

Currículo Lattes

1. SOUZA, A. B.
Alexandre Barreto de Souza, President, Brasil's Administrative Council for Economic Defence, 2018. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
2. SOUZA, A. B.
CADE merger blocks in line with other jurisdictions, president says, 2018. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
3. SOUZA, A. B.
CADE passou com louvor pelo teste do caso JBS, 2018. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
4. SOUZA, A. B.
CADE vai apertar cerco a cartéis no setor de combustíveis, 2018. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
5. SOUZA, A. B.
Brazil's new antitrust chief on his plans for the next four years, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
6. SOUZA, A. B.
"CADE está amadurecendo", diz presidente da autarquia, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
7. SOUZA, A. B.
CADE quer estimular ações de consumidores contra cartéis, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
8. SOUZA, A. B.
CB.Poder – Entrevista Alexandre Barreto, 2017. (Programa, Programa de Rádio ou TV)
9. SOUZA, A. B.
Fim de cartel evita perda de R\$ 300 milhões, estima presidente do Cade, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
10. SOUZA, A. B.
Não há que se falar em mudança de tendência no Cade, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)
11. SOUZA, A. B.
Presidente do Cade quer força-tarefa para fortalecer leniência, 2017. (Entrevista, Programa de Rádio ou TV)

Eventos

Eventos

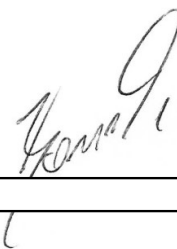
Participação em eventos

1. Conferencista no(a) 2ª edição Workshop Fighting Bid Rigging in Brazil: A Review of Federal Public Procurement // Workshop de Promoção da Competitividade em Compras Públicas: Melhores Práticas e Recomendações da OCDE, 2021. (Outra)
2ª edição Workshop Fighting Bid Rigging in Brazil: A Review of Federal Public Procurement // Workshop de Promoção da Competitividade em Compras Públicas: Melhores Práticas e Recomendações da OCDE.
2. Conferencista no(a) Abertura do Evento de Lançamento do Relatório "combate a cartéis em licitações no Brasil: uma revisão das compras públicas federais", 2021. (Outra)
Abertura do Evento de Lançamento do Relatório "combate a cartéis em licitações no Brasil: uma revisão das compras públicas federais".
3. Conferencista no(a) Apresentação "Competition in the Financial Sector", 2021. (Outra)
Apresentação "Competition in the Financial Sector".
4. Conferencista no(a) Competition Forum for the Arab Region, 2021. (Outra)
Competition Forum for the Arab Region.
5. Conferencista no(a) Encontros IBRAC, 2021. (Encontro)
Encontros IBRAC.
6. Conferencista no(a) GCR Interactive: Cartels, 2021. (Outra)
GCR Interactive: Cartels.
7. Conferencista no(a) MWG Workshop - Heads of Agency Webinar, 2021. (Outra)
MWG Workshop - Heads of Agency Webinar.
8. Conferencista no(a) Projeto Papo Reto, 2021. (Outra)
Live Antitruste e Análise Econômica do Direito.
9. Conferencista no(a) Seminário As Relações entre o Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador, 2021. (Seminário)
Seminário As Relações entre o Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador.
10. Conferencista no(a) Signing of the Memorandum of Understanding Cade-CCI (Brasil/Índia), 2021. (Outra)
Signing of the Memorandum of Understanding Cade-CCI (Brasil/Índia).
11. Conferencista no(a) Webinar - I Congresso das Comissões de Defesa da Concorrência da OAB, 2021. (Congresso)
I Congresso das Comissões de Defesa da Concorrência da OAB.
12. Conferencista no(a) Webinar A valorização e o desenvolvimento de servidores públicos, 2021. (Seminário)
A valorização e o desenvolvimento de servidores públicos.
13. Conferencista no(a) Webinar Interfaces entre o CADE e o Banco Central: desafios concorrenciais do setor de pagamentos no Brasil, 2021. (Outra)
Interfaces entre o CADE e o Banco Central: desafios concorrenciais do setor de pagamentos no Brasil.
14. Conferencista no(a) Workshop - FIGHTING BID RIGGING IN BRAZIL: A REVIEW OF FEDERAL PUBLIC PROCUREMENT, 2021. (Outra)
FIGHTING BID RIGGING IN BRAZIL: A REVIEW OF FEDERAL PUBLIC PROCUREMENT.
15. Conferencista no(a) Workshop Reparação de Danos, 2021. (Outra)
Workshop Reparação de Danos.
16. Conferencista no(a) 26º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência, 2020. (Seminário)
26º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência.
17. Conferencista no(a) Encontros IBRAC | Desafios da atuação do CADE na colaboração com os poderes legislativo e judiciário em face da pandemia, 2020. (Encontro)
Encontros IBRAC | Desafios da atuação do CADE na colaboração com os poderes legislativo e judiciário em face da pande.
18. Conferencista no(a) Escola da AGU, 2020. (Outra)
Desafios Econômicos e Orçamentários em Tempos de Crise.
19. Conferencista no(a) I Congresso Digital COVID-19, 2020. (Congresso)
Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia, no Painel A Livre Concorrência na pós pandemia.

Conferencista no(a) IBRAC Interfaces da I.GPD A Proteção de Dados Frente a Outras Políticas

Página 7 de 22

Avulso da MSF 1/2022.




06/07/2021

Currículo Lattes

20. Públicas, 2020. (Seminário)
LGPD na Perspectiva de Diferentes Reguladores.
21. Laws & Economics Webinars 2020, 2020. (Outra)
22. Conferencista no(a) Live Concorrência nos Dois Lados do Atlântico, 2020. (Outra)
Debate Entre Autoridades.
23. Conferencista no(a) Live no canal da Ascola Brasil no Youtube - CADE e Covid-19, 2020. (Outra)
CADE e Covid-19: panorama internacional para enfrentamento do problema e troca de experiências.
24. Conferencista no(a) Mesa de Debates "Perspectivas do Direito da Concorrência no Brasil e na Itália e as implicações em favor da anticorrupção e da proteção do livre mercado: palestra com os Presidentes do CADE (Brasil) e AGCM (Itália)", 2020. (Outra)
"Perspectivas do Direito da Concorrência no Brasil e na Itália e as implicações em favor da anticorrupção e da proteção do livre mercado: palestra com os Presidentes do CADE (Brasil) e AGCM (Itália)".
25. Conferencista no(a) Semana Nacional de Combate a Cartéis, 2020. (Seminário)
Combate a Cartéis em Tempos de Covid-19.
26. Conferencista no(a) Seminário Aberto, 2020. (Seminário)
A leniência na luta contra cartéis - exemplos do Cade.
27. Conferencista no(a) Seminário Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, 2020. (Seminário)
A Criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e a Regulação Econômica.
28. Conferencista no(a) Webinar GRI eMeeting, 2020. (Outra)
O que esperar do Novo Mercado de Gás em meio à crise econômica e do petróleo?
29. Conferencista no(a) Webinar - IBRAC Brasília, 2020. (Outra)
Desafios da atuação do CADE na colaboração com os poderes legislativo e judiciário em face da pandemia.
30. Conferencista no(a) Webinar - II Seminário Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, 2020. (Seminário)
O papel do Cade na defesa da concorrência no cenário de crise pós Pandemia..
31. Conferencista no(a) Webinar - Idasan - Instituto de Direito Sancionador, 2020. (Outra)
Direito Administrativo Sancionador e Tutela da Livre Concorrência.
32. Conferencista no(a) Webinar - Seminários Economia & Defesa da Concorrência, 2020. (Seminário)
Webinar - Seminários Economia & Defesa da Concorrência.
33. Conferencista no(a) Webinar Amcham, 2020. (Outra)
Webinar sobre as bigTechs.
34. Conferencista no(a) Webinar Cartéis em Licitações no Cade, 2020. (Outra)
Cartéis em Licitações no Cade.
35. Conferencista no(a) Webinar Cooperação entre concorrentes, mudanças legislativas e o papel do Cade em tempos de crise, 2020. (Outra)
Cooperação entre concorrentes, mudanças legislativas e o papel do Cade em tempos de crise.
36. Conferencista no(a) Webinar Credit Suisse, 2020. (Outra)
Conversa com o Cade.
37. Conferencista no(a) Webinar ICC Brasil, 2020. (Outra)
O controle de estruturas pelo Cade em tempos de Covid-19..
38. Conferencista no(a) Webinar IDP – Perspectivas para o Direito da Concorrência Pós-Covid, 2020. (Outra)
Webinar IDP – Perspectivas para o Direito da Concorrência Pós-Covid.
39. Conferencista no(a) Webinar IGP - Os Desafios do CADE para o segundo semestre de 2020., 2020. (Outra)
Os Desafios do CADE para o segundo semestre de 2020..
40. Conferencista no(a) Webinar Instituto Brasileiro de Concorrência e Inovação - IBCI, 2020. (Outra)
Concorrência, Tributação e Pandemia.
41. Conferencista no(a) Webinar Jota, 2020. (Outra)
O Ambiente Concorrencial no pós-pandemia.
42. Conferencista no(a) Webinar Limites da Intervenção do Cade na Imposição de Remédios, 2020. (Outra)
Limites da Intervenção do Cade na Imposição de Remédios.
43. Conferencista no(a) Webinar OCDE - Antitrust in Times of Crisis, 2020. (Outra)
Webinar OCDE - Antitrust in Times of Crisis.
44. Conferencista no(a) Webinar Open Banking, Sandbox e Fast Payments: interface entre regulação e concorrência e seus impactos no mercado, 2020. (Outra)
Open Banking/ Sandbox.
45. Conferencista no(a) Webinar Seminário Acordos em tutela coletiva e regulação, 2020. (Seminário)
Leniência no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
46. Conferencista no(a) 19th International Conference on Competition in Berlin, 2019. (Congresso)
Private Enforcement and Leniency – A natural conflict or two sides of the same coin?.
47. Conferencista no(a) 25º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência, 2019. (Seminário)
Entrevista com Autoridades.
48. Conferencista no(a) 46th Annual Conference on International Antitrust Law And Policy, 2019. (Outra)
Big Tech and Antitrust: What Lies Ahead.
49. Conferencista no(a) 67th ABA Spring Meeting, 2019. (Congresso)
Latin American Antitrust: Where next?.
50. Conferencista no(a) As Prioridades e os Desafios das Autoridades Antitruste do Brasil e de Portugal, 2019. (Seminário)
Como as decisões do Conselho Administrativo de Defesa e Econômica (CADE) e da Autoridade da Concorrência (Adc) podem impactar nos negócios da sua empresa.
51. Conferencista no(a) Brazilian Competition Day, 2019. (Congresso)
Interação entre Defesa da Concorrência e Defesa Comercial: Possibilidades e Desafios.
52. Conferencista no(a) Compliance e o Direito da Concorrência, 2019. (Encontro)
Compliance e o Direito da Concorrência.
53. Conferencista no(a) Consumo, marketing e a era digital: impactos nos negócios, 2019. (Seminário)
A Interseção entre o direito da concorrência e a defesa do consumidor.
54. Conferencista no(a) Encontros IBRAC, 2019. (Encontro)
Desafios, novidades, futuro.
55. Conferencista no(a) Fórum Sobre a MP 881/2019 - Liberdade Econômica, 2019. (Outra)
Aspectos Concorrenciais da MP 881, de 30 de abril de 2019.
56. Conferencista no(a) GCR Live 8th Annual Antitrust Law Leaders Forum, 2019. (Outra)
Networking lunch and lunchtime keynote address.
57. Conferencista no(a) IV Congresso Integra Compliance Across Americas, 2019. (Congresso)

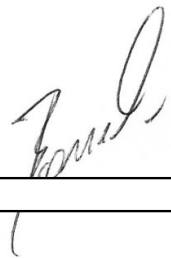



06/07/2021

Currículo Lattes

Desafios e perspectivas do Compliance e do Combate à corrupção Across Americas.

58. Moderador no(a) IX Reunión Anual del Grupo de Trabajo sobre Comercio y Competencia - SELA/UNCTAD, 2019. (Outra)
"LA POLÍTICA DE COMPETENCIA: VECTOR PARA EL IMPULSO DE INNOVACIÓN".
59. Conferencista no(a) IX Seminário de Matriz e Segurança Energética, 2019. (Seminário)
Inserção do componente concorrencial nos setores de refino e gás natural: a visão do CADE.
60. Conferencista no(a) MP da Liberdade Econômica, 2019. (Seminário)
MP da Liberdade Econômica: Aspectos Concorrenciais e Regulatórios.
61. Conferencista no(a) Mesa de Debates "O Brasil e a Concorrência na OCDE", 2019. (Outra)
O Brasil e a Concorrência na OCDE.
62. Conferencista no(a) O Brasil e a OCDE: desafios para a concorrência, 2019. (Seminário)
O Brasil e a OCDE: desafios para a concorrência.
63. Conferencista no(a) OECD Competition Committee, WP3, WP2, 2019. (Outra)
OECD Competition Committee, WP3, WP2.
64. Conferencista no(a) OECD Competition Committee, WP3, WP2, 2019. (Outra)
OECD Competition Committee, WP3, WP2.
65. Conferencista no(a) Saint Petersburg International Legal Forum, 2019. (Congresso)
Digital Economy – New Challenges and Solutions.
66. Conferencista no(a) Seminário Defesa da Concorrência e os Impactos nas Operações de M&A no Brasil, 2019. (Seminário)
Defesa da Concorrência e os Impactos nas Operações de M&A no Brasil.
67. Conferencista no(a) VI BRICS International Competition Conference, 2019. (Outra)
Competition issues in the BRICS digital markets/Development of competition policy and legislation in the BRICS countries.
68. Conferencista no(a) 24º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC), 2018. (Seminário)
Entrevista com Autoridades.
69. 66th ABA Spring Meeting, 2018. (Congresso)
70. Conferencista no(a) 7th China Competition Policy Forum, 2018. (Outra)
7th China Competition Policy Forum.
71. Conferencista no(a) Brazil Conference - Harvard & Mit, 2018. (Congresso)
Instituições de ponta para criar um mercado eficiente.
72. Conferencista no(a) Competition Committee, do Working Party 2 e do Working Party 3 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2018. (Outra)
65th meeting of Working Party nº 2.
73. Diálogo Público "Burocracia Estatal e seu Impacto no Ambiente e Negócios e na Competitividade das Organizações Produtivas", 2018. (Seminário)
74. Conferencista no(a) Evento FIESP, 2018. (Encontro)
"Os Impactos da Sonegação Fiscal no Mercado Concorrencial".
75. Fiesp, 2018. (Encontro)
"Os Impactos da Sonegação Fiscal no Mercado Concorrencial".
76. Conferencista no(a) IBRAC and Brazil Institute meeting in Washington DC: "Recent Developments and Trends in Brazilian Antitrust Enforcement", 2018. (Congresso)
Recent developments and trends in Brazilian Antitrust Authority.
77. Conferencista no(a) International Legal Forum, 2018. (Outra)
Saint Petersburg International Legal Forum.
78. Conferencista no(a) Mesa de Debates "Associações de Classe e o Direito Concorrencial", 2018. (Outra)
Mesa de Debates.
79. Conferencista no(a) OECD Competition Committee, WP3, WP2, 2018. (Outra)
OECD Competition Committee, WP3, WP2.
80. Conferencista no(a) Saint Petersburg International Legal Forum, 2018. (Congresso)
Bilateral meeting with.
81. Conferencista no(a) Seminário 15 anos de Acordo de Leniência Antitruste, 2018. (Seminário)
Concorrência no sistema financeiro brasileiro.
82. Conferencista no(a) 1º Encontro CADE, CVM e BACEN com o setor privado, 2017. (Encontro)
A Defesa da Concorrência nos Mercados Financeiro e de Capitais.
83. Conferencista no(a) 23º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência - Ibrac 2017, 2017. (Seminário)
Entrevista.
84. Apresentação de Poster / Painel no(a) 5ª Conferência Internacional sobre Concorrência do BRICS, 2017. (Outra)
Abertura.
85. Conferencista no(a) Congresso Integra - Relacionamento com Agentes Públicos, 2017. (Congresso)
Cade e o Guia de Programa de Compliance.
86. Conferencista no(a) Encontro Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV, 2017. (Encontro)
"O papel do CADE nos próximos anos".
87. Conferencista no(a) Encontro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, 2017. (Encontro)
Direito da Concorrência relacionados ao Setor Industrial.
88. Conferencista no(a) Encontros IBRAC, 2017. (Encontro)
"Agenda institucional do Cade para os próximos 4 anos".
89. Conferencista no(a) Fórum Nacional INAE, 2017. (Outra)
Fatores de Atratividade para o Investidor Privado.
90. Conferencista no(a) OCDE CC, WP 2 e WP 3, 2017. (Congresso)
Cooperation with the Public Prosecutors and enforcement agencies in Brazil.
91. XXII Congresso Nacional do Ministério Público, 2017. (Congresso)
92. 16º Congresso Brasileiro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2015. (Congresso)
93. Diálogo Público: Judicialização da Saúde no Brasil, 2015. (Seminário)
94. Apresentação de Poster / Painel no(a) Governança para o Desenvolvimento: Boas práticas e o papel do do Controle Externo, 2014. (Seminário)




06/07/2021

Currículo Lattes

Painel Controles Internos e Risco.

95. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Governança para o Desenvolvimento: Boas práticas e o papel do do Controle Externo**, 2014. (Seminário)
Painel Regulação.
96. **Diálogo Público: Governança das Aquisições: Encontro com o Controle Externo**, 2013. (Seminário)
97. **International Conference "Public Procurement"** Universidade de Nottingham, 2013. (Congresso)
98. **Riscos e Controles em Aquisições**, 2013. (Seminário)
99. **As melhores práticas de Governança Corporativa - IBGC**, 2012. (Seminário)
100. **Semana orçamentária, financeira e de contratações públicas do governo federal**, 2011. (Seminário)
101. **Estratégia Nacional de Combate a Cartéis**, 2009. (Seminário)
102. **Gerenciamento de Riscos Financeiros aplicado a empresas não-financeiras**, 2007. (Seminário)
103. **II Encontro de Administração Pública e Governança**, 2006. (Encontro)
104. **Prevenção Contra Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores**, 2004. (Seminário)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	2
Jornais de Notícias	12
Revistas (Magazines)	4
Prefácios(Revistas ou periódicos)	2
Apresentações (Livro)	1
Demais produções bibliográficas	1

Produção técnica

Programa de Rádio ou TV (entrevista)	21
--------------------------------------	----

Eventos

Participações em eventos (congresso)	16
Participações em eventos (seminário)	31
Participações em eventos (encontro)	11
Participações em eventos (outra)	46

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 06/07/2021 às 11:11:55.

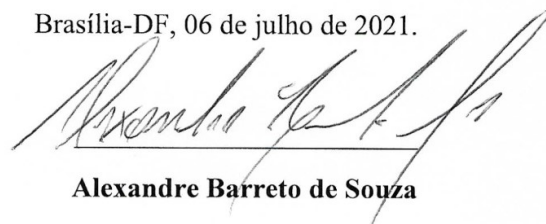



DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF 015.514.627-02, portador do documento de identidade nº 2.566.141 SSP/DF, residente e domiciliado na SQN 303, Bloco G, Apartamento 101, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.735-070, nos termos do item b-1 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NÃO** possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza

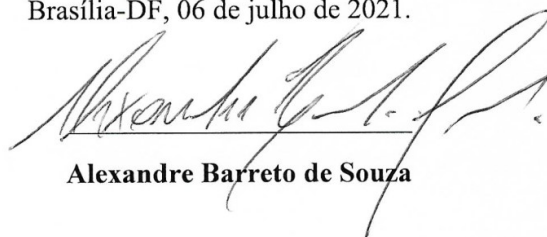


DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF 015.514.627-02, portador do documento de identidade nº 2.566.141 SSP/DF, residente e domiciliado na SQN 303, Bloco G, Apartamento 101, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.735-070, nos termos do item b-2 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NÃO** participei, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais.

Declaro ainda estar ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza

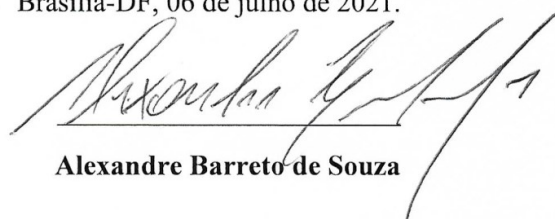


DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF 015.514.627-02, portador do documento de identidade nº 2.566.141 SSP/DF, residente e domiciliado na SQN 303, Bloco G, Apartamento 101, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.735-070, nos termos do item b-3 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que estou em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Por fim estou ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza



06/07/2021

Portal de Serviços da Receita - Secretaria de Economia do Distrito Federal



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 200090179692021**NOME:** ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**ENDEREÇO:** SQN 303 BL G AP 101**CIDADE:** ASA NORTE**CPF:** 015.514.627-02**FINALIDADE:** JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04 / 07 / 2003, gratuitamente.

Válida até 4 de outubro de 2021. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 06/07/2021 às 10:06:31 e deve ser validada no endereço

<https://www.receita.fazenda.df.gov.br>.CD:03



06/07/2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
CPF: 015.514.627-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:20:40 do dia 06/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/01/2022.

Código de controle da certidão: **6903.EC2E.AB91.B6F8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



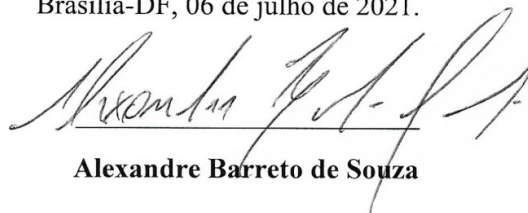
DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF nº 015.514.627-02, portador do documento de identidade nº 2566141 emitido pela SSP-DF, residente e domiciliado na SQN 303, Bloco G, Apartamento 101, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.735-070, nos termos do item b-4 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **CONSTA** processo e cumprimento de sentença no âmbito da Justiça Federal:

- a) Procedimento comum cível nº 0021036-11.2006.4.01.3400, distribuído para a 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal;
- b) Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública nº 0045138-19.2014.4.01.3400, distribuído para a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal;
- c) Embargos à execução nº 0062606-59.2015.4.01.3400, distribuído para a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal; e
- d) Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública nº 1039482-20.2021.4.01.3400, distribuído para a 13ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Por fim, estou ciente de que é crime, previsto no Código Penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 06/07/2021, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

015.514.627-02

(MARLI BARRETO DE SOUZA / RENATO TEXEIRA DE SOUZA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 06/07/2021

Selo digital de segurança: **2021.CTD.KQX9.C0UC.Z77V.AXVY.KBD5**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

13282587/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO** CONSTAM, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CÍVEIS** em tramitação contra:

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 015.514.627-02

Certidão emitida em: 06/07/2021 às 10:26:12 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;

b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;

c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 13282587

Código de Validação: AB9A6FCD3CE4A4105E3A78DBD8B4FC66

Data da Atualização: 12/06/2021 às 8:41 AM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO



06/07/2021

Certidões Negativas da 1ª Região

Imprimir



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

13286695/2021

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 015.514.627-02

Certidão emitida em: 06/07/2021 às 12:00:10 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 13286695
Código de Validação: 58A3124CCB664120D1BC154E10514EA8
Data da Atualização: 18/06/2021 às 4:45 AM



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

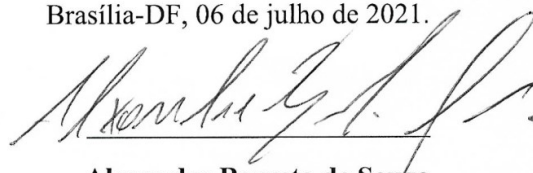


DECLARAÇÃO

Eu, **ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA**, CPF 015.514.627-02, portador do documento de identidade nº 2.566.141 SSP/DF, residente e domiciliado na SQN 303, Bloco G, Apartamento 101, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.735-070, nos termos do item b-5 do artigo 383, da Resolução nº 41/2013, declaro que **NÃO** atuei nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2021, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, ressalvado o cargo de Presidente do CADE.

Por fim estou ciente de que é crime, previsto no Código penal, “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante” (Art. 299).

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

O artigo 383-1, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, ao disciplinar a apreciação do Senado sobre a escolha de autoridades, exige que a autoridade indicada exponha argumentos que demonstrem a experiência profissional e conhecimento necessários para o desempenho da função. Diante do Despacho do Presidente da República contendo a mensagem nº 328, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 06/07/2021, Edição 125, Seção 1, que encaminhou meu nome para apreciação pelo Senado Federal para o exercício do cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), apresento minha argumentação escrita.

Tenho formação superior (graduação) em Administração Pública pela Universidade de Brasília (1999); Especialização em Administração Pública pela Universidade de Brasília (1999); Mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília (2006). Como se observa, minhas áreas de pesquisa na vida acadêmica sempre orbitaram em torno de temas relacionados à Administração Pública, notadamente em mecanismos de controle exercidos pelo Estado.

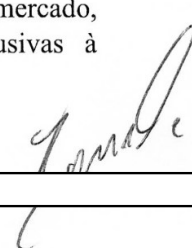
Atualmente, faço Doutorado em Ciência Política na Universidade de Lisboa (2023), e a temática da minha tese será na área de direito concorrencial (“Análise de instituições públicas no Brasil: o caso da autoridade concorrencial brasileira”). Dito trabalho versará justamente sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e, dito sucintamente, será um estudo que busca compreender a partir de quais premissas e por quais modos foi estruturado o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) enquanto política pública de sucesso nacional e internacional.

Ademais, sou funcionário público de carreira concursado, desde 1993, tendo já exercido funções na Secretaria do Tesouro Nacional (1993 a 1998), na Receita Federal do Brasil (1998 a 2000), no Senado Federal (Cedido em 2001 e 2005), Tribunal de Contas da União como Auditor Federal do Controle Externo (2000 – atual) e, por último, como Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, onde atuei entre junho de 2017 e junho de 2021.

Minha atuação profissional ao longo destes 28 (vinte e oito) anos foi pautada nas áreas de gestão pública, planejamento, processo administrativo, fiscalização e investigação, e notadamente em defesa da concorrência, com enfoque no combate a cartéis e apreciação de atos de concentração, matérias correlacionadas diretamente com a função a ser exercida no CADE.

Destaco que, do ponto de vista institucional, enquanto Presidente do CADE, atuei durante 4 (quatro) anos de maneira a fortalecer a Autarquia, de colaborar decisivamente na construção de resultados, na respeitabilidade e na legitimidade das decisões adotadas pelo Cade.

Como ex-Presidente, conheço a importância que a autoridade antitruste exerce no país e tenho convicção sobre quão fundamental é que a autarquia seja orientada ao cumprimento de sua missão institucional de zelar pela livre concorrência no mercado, combater infrações concorrenciais como cartéis ou outras condutas abusivas à

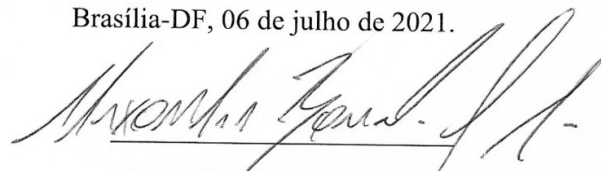


concorrência, de modo a manter duradouramente o ambiente brasileiro de negócios saudável.

Aliado à experiência profissional e à formação acadêmica, pontuo minha ilibada conduta moral, ressaltando que, durante mais de 28 anos de efetivos serviços prestados à Administração Pública, jamais sofri qualquer investigação ou questionamento através de PAD ou qualquer outro procedimento, administrativo ou judicial.

Portanto, acredito estar preparado e cumprir os requisitos que são exigidos pela lei, e por meio da experiência adquirida na Presidência do Cade e de todo o serviço prestado à Administração Pública ao longo de minha trajetória profissional, com o constante estudo, dedicação e, sobretudo, respeito à coisa pública, registro meu compromisso sério e qualificado para exercer o cargo de Superintendente-Geral do CADE.

Brasília-DF, 06 de julho de 2021.



Alexandre Barreto de Souza





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2022

(nº 670/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Fernando Caio Galdi em 31 de dezembro de 2021.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 670

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Fernando Caio Galdi em 31 de dezembro de 2021.

Brasília, 8 de dezembro de 2021.



EM nº 00355/2021 ME

Brasília, 6 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

1. Submeto a sua elevada consideração a indicação do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, CPF nº 091.861.187-30, para ocupar o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, na vaga do atual Diretor Fernando Caio Galdi, cujo mandato se encerrará em 31 de dezembro de 2021.

2. Informo que, nos termos do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, e do Decreto nº 9.916, de 18 de julho de 2019, o indicado atende aos critérios gerais para ocupação de DAS ou de FCPE constantes do art. 2º e dos incisos I e III do art. 5º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, quais sejam:

a) idoneidade moral e reputação ilibada;

b) perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função para o qual tenha sido indicado;

c) não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

d) possuir experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função; e

e) possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

3. Adicionalmente, informo sua consulta foi inserida no Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, conforme o disposto no Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019.

4. Ademais, em observância ao contido no art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, informo que o indicado possui reconhecida competência em matéria de mercado de capitais e cumprirá mandato até 31 de dezembro de 2026.

5. Assim, em havendo anuência da indicação do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, informo que o nome deverá ser previamente encaminhado ao Senado Federal para aprovação prévia, conforme determinação do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição e do art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Paulo Roberto Nunes Guedes



14/12/2021 10:02

SEI/PR - 3060534 - OFÍCIO

19953.100262/2021-75



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1005/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 09 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Fernando Caio Galdi em 31 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 09/12/2021, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3060534** e o código CRC **41849F68** no site:



14/12/2021 10:02

SEI/PR - 3060534 - OFÍCIO



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 19953.100262/2021-75

SEI nº 3060534

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Rio de Janeiro, 25 de novembro 2021.

Ao **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento

Sra. Raquel Amorim

Esplanada dos Ministérios, Bloco "P",

6º andar – Sala 161

Brasília – DF, CEP 70048-900

Ref. Encaminhamento de documentos e informações.

Prezada Sra. Raquel Amorim,

Sobre minha indicação para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sirvo-me da presente para encaminhar os documentos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, conforme solicitado.

Deste modo, encaminho os seguintes documentos anexos:

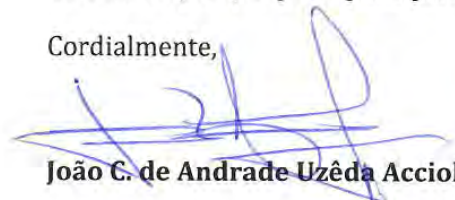
- (1) *Curriculum Vitae*, com relação das atividades profissionais exercidas, títulos e publicações (doc. 1);
- (2) Declaração sobre relação de parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, com discriminação dos respectivos períodos na forma do art. 52, II da Constituição Federal (doc. 2);
- (3) Declaração sobre a minha participação como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos, na forma do art. 52, II da Constituição Federal (doc. 3);
- (4) Declaração sobre minha regularidade fiscal, nos âmbitos municipal, estadual e federal, na forma do art. 52, II da Constituição Federal (doc. 4), com a respectiva documentação comprobatória;
- (5) Declaração das ações judiciais em que figuro como Autor ou Réu, com indicação atualizada da tramitação processual, na forma do art. 52, II da Constituição Federal (doc. 5);
- (6) Declaração sobre minha atuação, nos últimos cinco anos, em Juízos e Tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de regulação de agências reguladoras;
- (7) Documentos referentes aos registros das sociedades de que faço parte, com respectivas alterações contratuais, comprovando que não atuo como



- gerente ou administrador de sociedade privada e nem exerço comércio, nos termos do art. 117, X da lei 8.112/1990 (doc. 7);
- (8) Sucinto arrazoado demonstrando experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Diretor da CVM (doc. 8);

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,


João C. de Andrade Uzêda Accioly



DOCUMENTO 01*Curriculum Vitae***JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY**

Setor de Clubes Esportivos Sul
Trecho 4
Conjunto 3A
Lote 4/1C
Lakeview Resort - Ap. 29S
CEP 70200-004

RG 10176866-1 IFP-RJ
CPF 091.861.187-30
Nascido em 30.03.1981
joao.accioly@economia.gov.br
+55 21 99101-8778

FORMAÇÃO**2009 - 2011** Mestrado em Economia.

Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, IBMEC, Brasil

Título: Teoria dos Jogos em Questões de Governança Corporativa, Ano de obtenção: 2011

Orientador: ALEXANDRE BARROS DA CUNHA

2004 - 2008 Graduação em Direito.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio De Janeiro, Brasil

Título: Um direito privado mais privado - ação humana e teoria evolucionária do Direito

Orientador: Julian Fonseca Peña Chediak

Bolsista do(a): Pontifícia Universidade Católica

Formação complementar

2009 - 2009 Curso de curta duração em Economia – Advanced Austrian Economics.
Foundation for Economic Education, NY, EUA.

2007 - 2007 Curso de curta duração em Economia – Young Scholars Colloquium.
Foundation for Economic Education, NY, EUA.



2006 - 2006 Curso de curta duração em Economia – Austrian Economics. Foundation for Economic Education, NY, EUA.

2005 - 2005 Curso de curta duração em Economia – Freedom University. Foundation for Economic Education, NY, EUA.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2021 Secretário do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Inovação

2021 Assessor da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia.

2019 – 2021 Vogal suplente do Colegiado de Vogais da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, com exoneração efetivada em 08.07.2021.

2014 – 2021 Sócio do escritório Sobrosa e Accioly Advogados Associados, Licenciado em 31.07.2021

2020 – atual Professor Convidado da UNIFOR – Universidade de Fortaleza – Curso de pós-graduação lato sensu em direito empresarial

2019-2019 – Prof. Convidado na UERJ – Programa de Pós-Graduação lato sensu em direito empresarial – Sociedades Anônimas

2008 – 2014 Sócio do escritório Marcelo Macedo Advogados

PUBLICAÇÕES E ARTIGOS

1. Fundos de Investimento na Lei de Liberdade Econômica: algumas considerações In: Declaração de Direitos de Liberdade Econômica - Comentários à Lei 13.874/2019.1 ed.Salvador: Juspodivm, 2020, v.1, p. 455-464.

2. Lei de Liberdade Econômica e reflexos na disciplina dos fundos de investimento In: Lei de Liberdade Econômica e o Ordenamento Jurídico Brasileiro.1 ed.Belo Horizonte: D' Plácido, 2020, v.1, p. 325-337. Com Julia Franco Damázio.

3. Lei de Liberdade Econômica e reflexos na disciplina da desconsideração da personalidade jurídica In: Lei de Liberdade Econômica e o Ordenamento Jurídico Brasileiro. 1 ed.Belo Horizonte: D' Plácido, 2020, v.1, p. 171-190.

4. O Indivíduo Autoadministrado: Notas sobre a Relação entre Particular e Estado na Lei de Liberdade Econômica In: Lei da Liberdade Econômica Anotada.1 ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v.2, p. 441-448.



5. **Preços Altos ou Prateleiras Vazias? Efeitos Positivos da Alta de Preços da Pandemia.** In: Direito em Tempos de Crise. Covid-19 Volume 2 – Constitucional, Ambiental e Econômico. 1 ed. São Paulo: Quartier Latim, 2020, v.1, p. 351-361.
6. **Singularidade Societária na Lei de Liberdade Econômica – Algumas Considerações Sobre a Limitada e a Eireli sob as Modificações da Lei nº 13.874/2019** In: Lei da Liberdade Econômica e seus impactos no Direito Brasileiro. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v.1, p. 529-550.
7. **Hermenêutica Pro Libertatem** In: Comentários à Lei de Liberdade Econômica: Lei 13.874/2019. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, v.1, p. 963-1382.
8. **Direito do Consumidor e Análise Econômica do Direito.** In: REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 132, p. 309-330, 2020. Com A. F. de Oliveira.
9. **Medida Provisória da Liberdade Econômica: Confiança e Humildade, 2019** disponível em <https://www.jota.info/autor/joao-acciolly>
10. **Moedas não tão virtuais: tokens lastreados, ofertas sem registro e aquisição por fundos, 2018** disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/284744/moedas-nao-tao-virtuais--tokens-lastreados--ofertas-sem-registro-e-aquisicao-por-fundos>
11. **Avanços da MP 784 no Processo de Insolvência no Mercado Financeiro, 2017** disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/266243/avancos-da-mp-784-no-processo-de-insolvencia-no-mercado-financeiro> Com R. Sobrosa
12. **Errado por Linhas Retas – Sobre decisão do CRSFN e CVM no caso Eletrobras, 2017** disponível em <https://capitalaberto.com.br/temas/legislacao-e-regulamentacao/errado-por-linhas-retas/> . Com J. Franco
13. **Medidas Globais para Recuperar Ativos Desviados, 2016** disponível em <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2016/09/02/medidas-globais-para-recuperar-ativos-desviados.ghtml> . Com L.O.P. Villela.



HISTÓRICO ESCOLAR		CURSO DE GRADUAÇÃO
----------------------	---	-----------------------

DADOS PESSOAIS		
Nome do(a) Aluno(a): JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY	Matrícula: 0411241	
Filiação: LUCIA CARLOS DE ANDRADE JOSE ANTONIO ACCIOLY	Ano de Admissão: 2004	
Data de Nascimento: 30.03.81	Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ	Nacionalidade: Brasileira

ENSINO MÉDIO	
Estabelecimento: Colégio Cruzeiro	
Sede: Rio de Janeiro - RJ	Ano de conclusão: 1998

CURSO SUPERIOR	
Forma de ingresso: ENEM	Ano: 2004
Objetiva	100.00
Redação	97.50
TOTAL	197.50

CURSO: DIREITO
<u>COLAÇÃO DE GRAU</u> : 18 de abril de 2008.
BACHAREL EM DIREITO
Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.
PROF. WASHINGTON BRAGA FILHO
DIRETOR DE ADMISSÃO E REGISTRO
/MJRB

Diretoria de Admissão e Registro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1000 3527-1341 3736-1000 3736-1341 / FAX (021) 3527-1343



Este documento ficará permanentemente armazenado na URI. abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>



REGIME DE CRÉDITO

De acordo com o Regimento da PUC/RJ, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, a unidade de Crédito, ou simplesmente, o "Crédito", constitui a medida básica do trabalho escolar do aluno e corresponde a 15 horas de preleção (aula teórica) por período letivo ou, a trabalho escolar equivalente. Por trabalho escolar equivalente se entende o trabalho de laboratório, aulas de exercício, seminários, estágios supervisionados, etc. A equivalência é definida pelo Departamento responsável pela atividade escolar em questão. O total de créditos relativos a cada atividade consta do Catálogo Geral da Universidade que, de acordo com o Art. 33 de seu Regimento, é publicado anualmente contendo toda a programação acadêmica para o respectivo ano letivo.

AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

A avaliação final do aproveitamento escolar do aluno em cada disciplina ou atividade escolar equivalente é expressa por meio de graus numéricos de zero a dez, computados até a primeira casa decimal. O grau mínimo de aprovação é o grau 5.0 (cinco inteiros). Além do grau de avaliação final o Histórico Escolar assinala as seguintes situações: AP = Aprovado; RM = Reprovado por média (grau menor que 5.0); RF = Reprovado por frequência; TR = Trancamento; CL = Cancelamento. A abreviatura SF significa situação final; Cr, Créditos e CH, Carga Horária.

REGIME DE APROVAÇÃO

O critério de aprovação nos cursos de graduação desta PUC-Rio é composto pela obtenção de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e nota igual ou superior a 5.0 (cinco inteiros) em cada disciplina cursada.

CARGA HORÁRIA

No Catálogo Escolar é fixado o número de créditos de cada disciplina, bem como a respectiva carga horária. Esta é indicada por três números, entre parênteses, que significam, respectivamente, o número de aulas teóricas, o número de aulas de exercício e o número de horas de laboratório dessa disciplina por semana. Assim, por exemplo: Biologia (4-0-2) 5 cred. significa que esta disciplina tem, semanalmente, 4 horas de aulas teóricas, nenhuma aula de exercício e 2 horas de laboratório. Em função da carga horária assim determinada, é estabelecido o número de créditos. A referida disciplina tem 5 créditos, porque às 2 horas de laboratório, foi atribuído 1 crédito, que se adiciona aos 4 créditos correspondentes às 4 horas de aulas teóricas semanais.



Este documento ficará permanentemente armazenado na URL abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



ATESTADO

Atesto, para os devidos fins, que JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY foi classificado(a) para o curso de Direito, Bacharelado, desta Universidade, em 1º lugar no curso, no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), de 2004, obtendo a Bolsa de Desempenho Acadêmico (bolsa 100%), sendo sua bolsa mantida até janeiro de 2008.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2020.

PROF. WASHINGTON BRAGA FILHO
DIRETOR DE ADMISSÃO E REGISTRO

/MJRB



Diretoria de Admissão e Registro
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22543-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1000 3527-1341 3736-1000 3736-1341 / FAX (021) 3527-1345



Este documento ficará permanentemente armazenado na URL abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>





ANO	TIPO	CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	GRUPO	DADOS DE DISCIPLINA				DADOS DE PERÍODO				
					SEM	GRAT	CRED	HORAS AULA	NOTA FINAL	NOTA SÓCIO	CRED ORIENT	CRED CURR ACUM	SEM DO PER
2004.1	EF	ADM1951	INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO	ELU0900	0		4	60	AE				
	OR	CRE1100	O HUMANO E O FENOM RELIGIOSO		0		4	60	AE				
	PR	CRE1127	O CRISTIANISMO	CRE0700	0		4	60	AE				
	OR	CRE1141	ÉTICA CRISTA		0		2	30	AE				
	PB	FIL1002	FILOSOFIA DA CIENCIA	FIL0201	0		4	60	AE				
	PB	HIS1005	HIS ECON, POLIT E SOC DO BRÁS B	HIS0201	0		4	60	AE				
	OC	JUR1001	INTRO A CIENCIA DO DIREITO I		0		4	60	AE				
	OC	JUR1002	INTRO A CIENCIA DO DIREITO II		0		4	60	AE				
	PC	JUR1003	HISTORIA DO DIREITO	JUR0200	0		2	30	AE				
	PC	JUR1004	DIREITO ROMANO	JUR0200	0		2	30	AE				
	EL	JUR1022	NOÇÕES DE DIREITO P/ EMPREENO	ELL0900	0		4	60	AE				
	OC	JUR1101	DIREITO PENAL I		1	10,0	4	60	AP				
	PC	JUR1111	DIREITO AMBIENTAL	JUR0200	0		2	30	AE				
	NC	JUR1306	LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA		1	8,5	2	30	AP				
	OC	JUR1400	DIREITO CONSTITUCIONAL I		1	7,7	4	60	AP				
	OC	JUR1601	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO I		0		4	60	AE				
	OC	JUR1801	DIREITO CIVIL I		1	9,1	4	60	AP				
	OC	JUR1918	METODOLOGIA		1	10,0	2	30	AP				
	PC	JUR1920	TOP ESPECIAIS EM DIREITO I	JUR0200	1	10,0	2	30	AP				
	2004.2	NC	LET1901	ALEMÃO I		0		4	60	AE			
OB		SOC1101	AVENTURA SOCIAL (SOC I)		0		4	60	AE				
PB		SOC1205	POLITICA I-TEORIA POLITICA	SOC0202	1	9,0	4	60	AP	22	60	60	9,3
OB		ECO1101	INTRODUÇÃO A ECONOMIA		1	10,0	4	60	AP				
OC		JUR1007	SOCIOLOGIA JURIDICA		1	9,2	2	30	AP				
OC		JUR1102	DIREITO PENAL II		1	9,8	4	60	AP				
OC		JUR1402	DIREITO CONSTITUCIONAL II		1	9,5	4	60	AP				
OC		JUR1602	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO II		1	10,0	4	60	AP				
OC		JUR1802	DIREITO CIVIL II		1	9,5	4	60	AP	22	22	90	9,7
OC		JUR1103	DIREITO PENAL III		1	7,8	4	60	AP				
2005.1	OC	JUR1412	DIREITO ADMINISTRATIVO I		1	8,5	4	60	AP				
	OC	JUR1423	DIREITO CONSTITUCIONAL III		1	8,3	4	60	AP				
	OC	JUR1701	DIREITO DO TRABALHO I		1	9,0	4	60	AP				
	OC	JUR1803	DIREITO CIVIL III		1	9,5	4	60	AP				
	PB	SOC1302	ANTROPOLOGIA CULTURAL	SOC0203	1	10,0	4	60	AP	24	24	114	9,0
	OC	JUR1201	DIREITO COMERCIAL I		1	9,3	4	60	AP				
	OC	JUR1404	DIREITO ADMINISTRATIVO II		1	8,0	4	60	AP				
	OC	JUR1520	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I		1	8,2	4	60	AP				
2005.2	OC	JUR1702	DIREITO DO TRABALHO II		1	10,0	4	60	AP				
	OC	JUR1904	DIREITO CIVIL IV		1	10,0	4	60	AP	20	20	134	9,3
	OC	JUR1114	DIREITO PENAL IV		1	10,0	4	60	AP				
	OC	JUR1202	DIREITO COMERCIAL II		1	10,0	4	60	AP				
	NC	JUR1210	MERCADO DE CAPITAIS		1	10,0	2	30	AP				
	OC	JUR1521	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II		1	8,5	4	60	AP				
	OC	JUR1714	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO		1	7,9	2	30	AP				
	OC	JUR1805	DIREITO CIVIL V		1	9,3	4	60	AP				
2005.2	OC	JUR1901	ESTAGIO SUPERVISIONADO I		1	10,0	5	75	AP				
	NC	JUR1959	TOP ESPECIAIS DIREITO XL		1	9,0	2	30	AP	27	23	157	9,4
	OC	JUR1203	DIREITO COMERCIAL III		1	10,0	4	60	AP				
	OC	JUR1301	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTARIO I		1	5,3	4	60	AP				
	OC	JUR1522	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III		1	8,3	4	60	AP				
	OC	JUR1526	DIREITO PROCESSUAL PENAL I		1	9,6	4	60	AP				
	OC	JUR1806	DIREITO CIVIL VI		1	10,0	4	60	AP				
	OC	JUR1607	DIREITO CIVIL VII		1	6,3	4	60	AP				
2007.1	OC	JUR1902	ESTAGIO SUPERVISIONADO II		1	10,0	5	75	AP	29	29	186	8,6
	OR	CRE1164	ÉTICA PROFISSIONAL(PARA DIR)		1	7,0	2	30	AP				
	OC	JUR1204	DIREITO COMERCIAL IV		1	9,6	4	60	AP				
	OC	JUR1523	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV		1	8,3	4	60	AP				
	OC	JUR1527	DIREITO PROCESSUAL PENAL II		1	7,3	4	60	AP				
	OC	JUR1618	DIREITO CIVIL VIII		1	9,0	4	60	AP				

Matriculă: 8411241

Página: 1 de 2

Gerado às 12:46:52



Este documento ficará permanentemente armazenado na URL abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>



PERÍODO	TIPO	CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	GRUPO	DADOS DE DISCIPLINA				DADOS DE PERÍODO				
					GRAU	CRÉD	HORAS AULA	SIT FINAL	CRÉD SOLIC	CRÉD OBTID	CRÉD CURR ACUM	CR DO PER	
2087.2	OC	JUR1983	ESTAGIO SUPERVISIONADO III	1	10,8	5	75	AP	23	33	219	8,8	
	AC	ACP8988	ATIVIDADES COMPLEMENTARES			18	158	CP					
	OC	JUR1805	FILOSOFIA DO DIREITO			8,8	4	60					AP
	OC	JUR1184	MEDICINA LEGAL			7,7	2	30					AP
	OC	JUR1382	DIR FINANCEIRO E TRIBUTARIO II			7,8	4	60					AP
	OC	JUR1693	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO			9,3	2	30					AP
	OC	JUR1984	ESTAGIO SUPERVISIONADO IV			10,0	5	75					AP
	OC	JUR1910	PRAT FORENSE E ORG JUDICIARIA			8,8	2	30					AP
	OC	JUR1919	MONOGRAFIA			10,0	6	90					AP
	AC	ACP8988	ATIVIDADES COMPLEMENTARES			4	60	CP					25

REQUISITOS GERAIS PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR				
TOTAL DE CRÉDITOS A CUMPRIR	CRÉDITOS OBRIGATORIOS	CRÉDITOS OPTATIVOS	CRÉDITOS ELETIVOS	CRÉDITOS ATIV COMPLEMENTARES
248	198	28	8	14
CRÉDITOS CUMPRIDOS	248	198	28	8

SITUAÇÃO DO ALUNO NO CURSO			
CRÉDITOS PARA O GRAU	CRÉDITOS SOLICITADOS	CRÉD CURR ACUMULADOS	COEFICIENTE DE RENDIMENTO
248	192	248	9,1

DURAÇÃO DO CURSO			
Nº MÁXIMO DE PERÍODOS	PERÍODOS UTILIZADOS	PERÍODOS RESTANTES	HORAS-AULA CUMPRIDAS
16	8	8	3720

OBSERVAÇÕES	
- ALUNO(A) COLOU GRAU. - ATUALIZE SEU ENDEREÇO NA DAR.	

CONVENÇÕES	
COLUMA C: - PERÍODOS COM MATRÍCULA TRANCADA - NÚMERO DE OPORTUNIDADES EM UMA MESMA DISCIPLINA SITUAÇÃO FINAL: AP = APROVADO RN = REPROVADO POR MÉDIA RF = REPROVADO POR FREQUÊNCIA DS = DISPENSADO AS = APROVEITAMENTO DE ESTUDOS CP = CUMPRIU NC = NÃO CUMPRIU IN = INCOMPLETO NI = SITUAÇÃO NÃO INFORMADA PELO DEPARTAMENTO CL = CANCELADA EA = EM ANDAMENTO	TIPO: AC = ATIVIDADES COMPLEMENTARES OB = OBRIGATORIAS BÁSICAS OC = OBRIGATORIAS DO CURSO OE = OBRIGATORIAS DA ÊNFASE OP = OBRIGATORIAS DA HABILITAÇÃO OR = OBRIGATORIAS PEDAGÓGICAS ED = ELETIVAS DO DEPARTAMENTO EF = ELETIVAS FORA DO CURRÍCULO EL = ELETIVAS LIVRES EO = ELETIVAS DE ORIENTAÇÃO NC = NÃO CLASSIFICADA PB = OPTATIVAS BÁSICAS PC = OPTATIVAS DO CURSO PE = OPTATIVAS DA ÊNFASE PH = OPTATIVAS DA HABILITAÇÃO PG = OPTATIVAS DE FORMAÇÃO GERAL PR = OPTATIVAS RELIGIOSAS



Matrícula: 0411241



Página: 2 de 2

Este documento ficará permanentemente armazenado na URL abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>

Gerado às 12:46:53



Este documento ficará permanentemente armazenado na URI, abaixo:
<https://www.ccpa.puc-rio.br/permadoc/593.pdf>





CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC

Mestrado Profissional em Economia

Portaria Trienal nº 1077 de 31 de agosto de 2012 – DOU 13/09/2012

CERTIFICADO

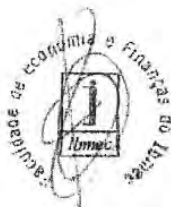
Declaramos, para os devidos fins, que **JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY**, aluno do Programa de Mestrado Profissional em Economia desta instituição, nascido em 30 de março de 1981, defendeu com **Aprovação** sua dissertação de Mestrado, em 01 de abril de 2011, sob o título **"TEORIA DOS JOGOS EM QUESTÕES DE GOVERNANÇA CORPORATIVA"**, o que lhe confere o título de **Mestre em Economia**.

O **CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC**, que por se tratar de uma Universidade Privada, isolada devidamente autorizada e reconhecida pelo **MEC** através da Portaria Ministerial nº 2264 de 19 de dezembro de 1997, declara que, até que o referido Diploma definitivo seja liberado, por ora, emitimos este Certificado de conclusão de **JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY**.



Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2020

[Signature]
 Rafael Barroso
 Mestrado
 Grupo Ibmecc Educacional S/A.

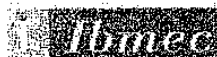


Av. Presidente Wilson, 118 – Centro
 CEP 20030-020 – Rio de Janeiro/RJ

Av. Armando Lombardi, 940 – Barra da Tijuca



CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMEC



AV. PRESIDENTE WILSON, 118 - 20030-020 - RIO DE JANEIRO - RJ

Pós-Graduação e Pesquisa

Recomendação: P. N. 2264 (19/12/1997) - CAPES (DF) - Ref. CAA/CTC/239 (16/12/1999) - DATA 16/12/1999

HISTÓRICO ESCOLAR OFICIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

HISTÓRICO ESCOLAR

ALUNO				
Matrícula 091ME10010	Nome JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY			Turno Notite
Filiação JOSE ANTONIO ACCIOLY LUCIA CARLOS DE ANDRADE				
Identidade 152983	Org. Expedidor OAB-RJ	Cert. Reservista	Orgão Militar	
Data de Nascimento 30/03/1981	Naturalidade RJ	Título de Eleitor	Zona	Seção
CURSO GRADUAÇÃO				
Carreira:				
Estabelecimento:				
Local:				
Ano de Conclusão:				
PROCESSO SELETIVO				
Estabelecimento: IBMEC				
Mes/Ano: 11/2008				

Disciplinas cursadas					
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média	S.F.
2009.1	MEST060 MICROECONOMIA	3	45	9,50	AP
	MEST095 METODOS QUANTITATIVOS EM ECONOMIA	3	45	10,00	AP
Carga Horária do Período: 90		Carga Horária Cursada: 90		CR do Período: 9,75	
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média	S.F.
2009.2	MEST051 ECONOMETRIA	3	45	9,50	AP
	MEST055 MACROECONOMIA	3	45	8,70	AP
Carga Horária do Período: 90		Carga Horária Cursada: 90		CR do Período: 8,10	
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média	S.F.
2009.3	MEST043 AVALIACAO DE EMPRESAS	3	45	7,30	AP
	MEST148 JOGOS ESTRATEGICOS	3	45	10,00	AP
	MEST005 FINANÇAS	3	45	8,45	AP
Carga Horária do Período: 135		Carga Horária Cursada: 135		CR do Período: 8,58	
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média	S.F.
2010.1	MEST013 FINANÇAS CORPORATIVAS	3	45	8,60	AP
Carga Horária do Período: 45		Carga Horária Cursada: 45		CR do Período: 8,60	
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média	S.F.
2010.2	MEST020 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	9	135		





Matrícula	Nome
091ME10010	JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY

Disciplinas cursadas				
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média
Carga Horária do Período : 135		Carga Horária Cursada: 0		CR do Período : -
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média
2010.3	MEST020 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	9	135	
Carga Horária do Período : 135		Carga Horária Cursada: 0		CR do Período : -
Ano/Semestre	Disciplina	CR.	CH.	Média
2011.1	MEST020 DISSERTAÇÃO DE MESTRADO	9	135	
Carga Horária do Período : 135		Carga Horária Cursada: 135		CR do Período : -
Carga Horária Acumulada : 765		Carga Horária Cursada Acumulada: 495		CR Acumulado 8,76

DATA DA COLAÇÃO DE GRAU : 01/04/2011
 DATA DA CONCLUSÃO : 01/04/2011
 DATA DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA :
 DATA DE REALIZAÇÃO DO EXAME NACIONAL DE CURSOS :

LEGENDA

DISCIPLINA - Código e Nome da Disciplina
 CR - Créditos da Disciplina
 CH - Carga Horária da Disciplina
 CR DO PERÍODO - Coeficiente de Rendimento
 OP - Disciplina Optativa
 SF - Situação Final

LEGENDA DA SITUAÇÃO FINAL:
 AC - Aprovado por Conceito
 AP - Aprovado
 AM - Aprovado por Média
 I - Incompleto
 IS - Isento

IT - Isento por Transferência
 RF - Reprovado por Falta
 RM - Reprovado por Média
 RT - Repr. por Média e Falta
 TR - Trancado

OBSERVAÇÕES

Defesa da dissertação: 01/04/2011
 Título: Teoria dos Jogos em Questões de Governança Corporativa.
 Banca: Prof. Dr. Alexandre Barros da Cunha (orientador), Prof. Dr. Osmani Teixeira de Carvalho Guillén e Dra. Luciane Costa Carpena (BNDES).
 Status: Aprovado.



DATA ASSINATURA

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2020

Reisel Barreto

Mestrado

Grupo Bnec Educacional S/A.





Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Comissão Especial de Mercado de Capitais

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Presidente desta Comissão Especial de Mercado de Capitais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, declaro que o Senhor João Carlos de Andrade Uzêda Accioly foi convidado por mim para integrar a comissão e tem participado como membro dos trabalhos desta desde sua primeira reunião, havida em 23 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2021


Igor Muniz





DECLARAÇÃO

Na qualidade de Presidente desta Comissão Especial de Direito Societário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, declaro que João Accioly foi convidado por mim para integrar os trabalhos desta comissão e dela tem participado como membro desde sua primeira reunião, em 30 de agosto de 2019, com excelentes contribuições sobre os temas de Direito Societário e Mercado de Capitais.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2021

A assinatura manuscrita de Francisco Antunes Maciel Mussnich é feita em tinta verde e ocupa o espaço central da página, sobrepondo-se parcialmente ao nome impresso abaixo.

Francisco Antunes Maciel Mussnich
Presidente da Comissão Especial de Direito Societário
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil





Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar, 20026-080

Tels. (21) 2241-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

PORTARIA Nº 115/2018

A Presidente do **INSTITUTO DOS ADVOGADOS
BRASILEIROS**, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar como **Presidente e Vice-presidentes da Comissão de
Direito Empresarial** os Doutores.

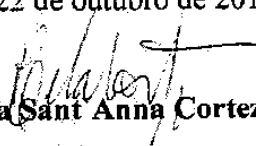
Presidente: João Manoel de Lima Junior

1º Vice-presidente: Gustavo Flausino Coelho

2º Vice-presidente: João Carlos de Andrade Uzêda Accioly

3º Vice-presidente: Paula Alonso Koatz

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.


Rita de Cássia Sant Anna Cortez
Presidente Nacional





Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 216, 5º andar, 20026-080

Tel. (21) 2246-3924/2246-3173

www.iabnacional.org.br

PORTARIA Nº 115/2018

A Presidente do **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar como **Presidente e Vice-presidentes da Comissão de Direito Empresarial** os Doutores:

Presidente: João Manoel de Lima Junior

1º Vice-presidente: Gustavo Flausino Coelho

2º Vice-presidente: João Carlos de Andrade Uzêda Accioly

3º Vice-presidente: Paula Alonso Koatz

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2018.


Rita de Cássia Sant Anna Cortez

Presidente Nacional





FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

DECLARAÇÃO

A Divisão de Pós-Graduação *Lato Sensu* e Educação Continuada declara, para os devidos fins, que o professor **JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY** ministrou a disciplina **ACORDOS DE SÓCIOS**, com 24 horas/aula, no Curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO SOCIETÁRIO E NEGÓCIOS EMPRESARIAIS**, nas turmas 01, 02, aprovado pela Resolução de Nº 26/2018, do **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE / UNIFOR**.

Fortaleza, 12 de maio de 2021.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
Universidade de Fortaleza
Divisão de Pós-Graduação e Educação Continuada
Gláucia Batista Costa de Lima
Responsável da DPG Lato Sensu e Educação Continuada

Divisão de Pós-Graduação *Lato Sensu*
e Educação Continuada.





Centro de Estudos e
Pesquisas no Ensino
do Direito da UERJ

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021

AO PROFESSOR JOÃO C. DE ANDRADE U. ACCIOLY

Ref.: Carta de Agradecimento – Aula CEPED UERJ

Caro Professor João Accioly,

Na qualidade de coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* (especialização) em Advocacia Empresarial do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEPED UERJ), agradeço a aula ministrada no módulo de Sociedade Anônima em 06 de julho de 2019.

Obrigado por compor o nosso corpo docente. Esperamos contar com o seu apoio acadêmico durante a jornada do nosso curso e em novas oportunidades.

Atenciosamente,

Gustavo Flausino Coelho
Coordenador de Pós-Graduação – Advocacia Empresarial



PORTARIA SEPEC/ME Nº 826, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 - POR... <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sepec/me-n-826-de-19-de-ja...>

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 22/01/2021 | Edição: 15 | Seção: 2 | Página: 12

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

PORTARIA SEPEC/ME Nº 826, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE, SUBSTITUTO, do Ministério da Economia, no uso da atribuição prevista no art. 19 da Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia, e tendo em vista o disposto no art. 119, incisos VII e VIII, e no art. 180 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Estudos Temáticos - GET (Processo SEI nº 10099.100752/2020-33), no âmbito da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, com o objetivo de estudar o regime de garantias reais mobiliárias e imobiliárias adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 2º O GET será composto pelos seguintes membros:

I - Geanluca Lorenzon - Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade;

II - Alexandre Messa Peixoto da Silva - Secretário-Adjunto de Advocacia da Concorrência e Competitividade

III - Felipe Pessoa Ferro - Chefe da Divisão de Desregulamentação e Competitividade;

IV - Michael William Dantas Lima - Assessor;

V - um membro da Advocacia-Geral da União, a ser indicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a pedido do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade;

VI - um membro da Secretaria de Política Econômica da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, a ser indicado pela própria secretaria especial, a pedido do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade;

VII - Daniel Lago Rodrigues - Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Taboão da Serra/SP

VIII - Fabio Rocha Pinto e Silva - Presidente da Comissão de Crédito Imobiliário e Garantias do IBRADIM

IX - Francisco Eduardo Loureiro - Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

X - Gisela Sampaio da Cruz Guedes - Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

XI - João Carlos de Andrade Uzêda Accioly - Advogado

XII - José Antônio Cetraro - Consultor Jurídico da ABECIP

XIII - Melhim Namen Chalhoub - Especialista em Direito Civil e Parecerista

XIV - Otávio Luiz Rodrigues Júnior - Professor da Universidade de São Paulo e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público

XV - Pablo Waldemar Renteria - Doutor em Direito Civil e Ex-Diretor da Comissão de Valores Mobiliários

XVI - Patricia André de Camargo Ferraz - Diretora de Relações Institucionais da CORI-BR



PORTARIA SEPEC/ME Nº 826, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 - POR... <https://www.in.gov.br/cti/web/dou/-/portaria-sepec/me-n-826-de-19-de-ja...>

XVII - Robson de Alvarênga - Presidente do IRTDPJ-SP

XVIII - Rodrigo Xavier Leonardo - Professor da Universidade Federal do Paraná

Parágrafo único. O participante obrigatório da Advocacia-Geral da União de que trata o § 2º do art. 36 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, será indicado por aquele órgão, a pedido do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, quando da primeira reunião após instituído o GET.

Art. 3º Compete ao GET se dedicar ao estudo de temas específicos, como se segue:

I - normas gerais e regime geral de garantias reais no direito brasileiro;

II - regime de garantias reais mobiliárias;

III - regime de garantias reais imobiliárias;

IV - hipóteses de simplificação do regime de garantias reais.

Parágrafo único. O GET poderá abordar outros temas que avalie como relevantes em suas atividades e no relatório final, sem prejuízo do disposto no caput.

Art. 4º O GET se reunirá ordinariamente a cada duas semanas e extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, que coordenará suas atividades.

§ 1º O quórum de reunião do GET é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º As reuniões do GET serão ordinariamente realizadas por meio virtual, mas poderão ser convocadas para realização presencial pelo Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

§ 3º O GET não terá qualquer custo para a Administração Pública federal, nem mesmo para deslocamento de seus membros.

Art. 5º A critério do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, poderão ser convidados outros especialistas para participar das discussões do GET, em especial:

I - associações civis;

II - órgãos ou entidades da Administração Pública;

III - universidades;

IV - organismos internacionais.

Parágrafo único. Não será permitida a criação de subcolégios por ato do GET.

Art. 6º O GET produzirá relatório decorrente das discussões, diagnósticos, referências bibliográficas, além de projeções e estimativas, quando couberem.

§ 1º O Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade designará os responsáveis pela elaboração do relatório mencionado no caput, bem como seu relator.

§ 2º O relatório deverá ser encaminhado ao Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta portaria.

§ 3º A critério do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, o relatório poderá incluir proposta legislativa elaborada pelo GET tratando dos temas estudados.

Art. 7º A participação no GET será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º O GET poderá contar, para o desenvolvimento dos trabalhos, com o apoio técnico



PORTARIA SEPEC/ME Nº 826, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 - POR... <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sepec/me-n-826-de-19-de-ja...>

necessário da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 9º O GET terá apoio administrativo da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, por meio da Coordenação-Geral de Coordenação no Sistema-Financeiro.

Art. 10. O GET terá prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para apresentar suas propostas ao Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por ato do Secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, por até 30 (trinta) dias.

Art. 11. O relatório final do GET será apresentado ao Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade assim que encerrado o prazo dos trabalhos.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO MONTEIRO PORTELA



17/11/2021 14:25

PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 - PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/10/2021 | Edição: 204 | Seção: 2 | Página: 1

Órgão: Presidência da República/Casa Civil

PORTARIAS DE 27 DE OUTUBRO DE 2021

SECRETARIA-GERAL

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 1.209 - **EXONERAR**, a pedido,

CLARICE GOMES DE OLIVEIRA do cargo de Diretora de Programa da Secretaria de Modernização da Administração Federal da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, código DAS 103.5, a partir de 25 de outubro de 2021.

Nº 1.210 - **NOMEAR**

ABEL FERREIRA LOPES FILHO, para exercer o cargo de Diretor de Programa da Secretaria de Modernização da Administração Federal da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, código DAS 103.5, ficando dispensado da função que atualmente ocupa.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 1.211 - **NOMEAR**

JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY, para exercer o cargo de Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, código DAS 101.6, ficando exonerado do cargo que atualmente ocupa.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



CERTIFICATE of ACHIEVEMENT

Austrian Economics

SEMINAR

This certificate is awarded to
João Accioly
for the completion of
Advanced Austrian Economics



Justin Davis
FEE Director of Programs

August 3-8, 2009

FEE Foundation for
Economic Education





CERTIFICATE of ACHIEVEMENT

Freedom University

SEMINAR

This certificate is awarded to

João Accioly

for the completion of
The Political Economy of Freedom



Justin Davis
FEE Director of Programs

August 7-13, 2005

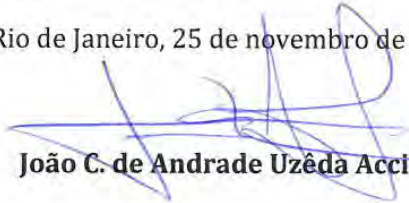
FEE Foundation for
Economic Education



DOCUMENTO 02*Declaração sobre parentes que exerçam atividades públicas vinculadas à minha área profissional*

Nos termos do art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, do Regimento Interno do Senado Federal e art. 52, II da Constituição Federal DECLARO que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional, ressalvados (I) minha irmã, Ana Carolina de Andrade e Freitas Santos, advogada no escritório Basilio Advogados, que tem uma área de mercado de capitais; minha irmã, porém, não atua em tal área e sim na de contencioso cível; (II) meu padraсто, Luiz Fernando de Freitas Santos, advogado, que trabalhou no mercado financeiro até aposentar-se em 2017; (III) meu pai, José Antonio Accioly, servidor público do SERPRO, aposentado desde 2005, porém sem relação direta com qualquer área sujeita à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2021.


João C. de Andrade Uzêda Accioly



DOCUMENTO 03

Declaração sobre participações societárias

Conforme exigido pelo art. 383, inciso I, alínea “b”, item 2 do Regimento Interno do Senado Federal e na forma do art. 52, II da Constituição Federal, DECLARO que atualmente figuro como sócio, sem poderes de gestão e administração, nas seguintes pessoas jurídicas:

- 1) **De março de 2014 até a Julho de 2021:** SOBROSA E ACCIOLY ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.456.811/0001-40, que pelo teor de sua 5ª alteração contratual passou a se chamar COSTA PASSARELLA E ACCIOLY ADVOGADOS ASSOCIADOS, registrada sob o nº 0023509/2004 perante a OAB-RJ, na qual possuo participação 4.996 quotas e da qual me retirei da posição de sócio-administrador nos termos da 4ª e 5ª alterações contratuais anexas. Estou afastado da advocacia, pois licenciado desde 31.07.2021.
- 2) **De dezembro de 2014 até a presente data:** DITARI EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LOTÉRICOS LTDA., CNPJ nº 21.937.754/0001-06, microempresa permissionária lotérica na qual possuo participação equivalente a 10% do capital social. Nunca fui administrador da DITARI.
- 3) **Desde julho de 2013 até a presente data:** DELTA VITAMINAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA., CNPJ nº 18.446.440/0001-32, objeto de comércio varejista de produtos vitamínicos, suplementos alimentares e afins, na qual detenho 50% de participação no capital social. Fui administrador até março de 2020.
- 4) **Desde outubro de 2014 até a presente data:** DUCAX SUPLEMENTOS E ACESSÓRIOS LTDA., CNPJ nº 21.876.799/0001-54, mesmo objeto da DELTA (item 3 acima), na qual detenho 25% do capital. Nunca fui administrador.
- 5) **Desde julho de 2014 até a presente data:** GRÃO PLANALTO AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 16.803.328/0001-46, de que possuo 50% das ações. Renunciei ao cargo de diretor em A.G.E. de 24.11.2020, devidamente arquivada perante a JUCEG em 15.02.2021.

Além das participações enumeradas acima, cumpre destacar que renunciei ao cargo de administrador que possuía na empresa a seguir:



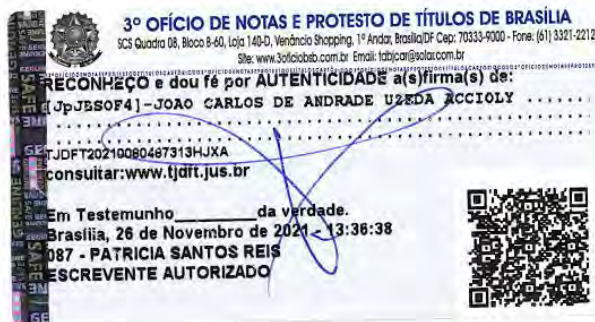
- 6) ARC CONSULTORIA E PROJETOS LTDA., CNPJ nº 24.603.404/0001-38, cujo objeto é de serviços de consultoria em recuperação de ativos. Desliguei-me do cargo de administrador que ocupava desde **outubro de 2015** pela 1ª Alteração do Contrato Social, arquivada perante a JUCERJA em **02.12.2020**.

Tive participações em outras sociedades, de que já me desliguei:

- 7) VIZZUO DESIGN E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA., CNPJ nº 11.560.286/0001-86, em que ingressei em 2017 e me retirei em 2020.
- 8) MARCELLO MACEDO ADVOGADOS, CNPJ nº 05.923.760/0001-94, em que ingressei em 2008 e me retirei em 2014.
- 9) VETRYA DO BRASIL SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., CNPJ 17.062.865/0001-85, em que ingressei em 2012 (quando se chamava MARATECOARA AÇU EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA) e me retirei em 2017.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2021.


João C. de Andrade Uzêda Accioly




DOCUMENTO 04*Declaração de Regularidade Fiscal*

Conforme exigido pelo art. 383, inciso I, alínea "b", item 3 do Regimento Interno do Senado Fiscal e na forma do art. 52, II da Constituição Federal, DECLARO minha regularidade fiscal nos âmbitos municipal, estadual e federal, acostando à presente manifestação os respectivos comprovantes emitidos pelas repartições fiscais pertinentes.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2021.


João C. de Andrade Uzêda Accioly



 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle 19C9B91M99
--	---

Página 1 de 1

CERTIDÃO NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 091.861.187-30, com endereço no(a) R TIMOTEO DA COSTA, nº 1100 - AP 602 BL 02 - RJ Cep: 22450-130, certifica que

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA**Observações Complementares**

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Observações

Rio de Janeiro, RJ, 23/11/2021

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 11/03/2022. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.
6. O destinatário poderá confirmar a autenticidade desta certidão, informando o número do Código de Controle impresso acima no endereço daminternet.rio.rj.gov.br



Ivo Marinho de Barros Junior
Procurador-Coordenador
Procuradoria da Dívida Ativa
Mat. 11/297.772-6





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido **171288/2021**, que no período de **1977 até 09/11/2021 NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

NOME: **João Carlos de Andrade Uzêda Accioly**

CPF: **091.861.187-30**

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>.

CÓDIGO CERTIDÃO: **QQUX.1100.10A1.4545**

Esta certidão tem validade até **10/05/2022**, considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em **11/11/2021 às 09:39:37.0**, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa

Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 17/11/2021 às 17:18:06.9



17/11/2021 17:19

SEFAZ-RJ - Portal da Secretaria de Estado de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2021.1.2057285-4
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 091.861.187-30	CAD-ICMS : Não inscrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 17/11/2021 17:18</p> <p>VÁLIDA ATÉ : 15/02/2022</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ n° 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>1. Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n° 33/2004.</p> <p>2. A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br.</p> <p>3. Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD).</p> <p>4. Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.</p>	





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOAO CARLOS DE ANDRADE UZEDA ACCIOLY
CPF: 091.861.187-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:35:37 do dia 09/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 08/05/2022.

Código de controle da certidão: **F9B4.B860.3D8F.038A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DOCUMENTO 05

Relação de ações judiciais

Como exigido pelo art. 383, inciso I, alínea “b”, item 4 do Regimento Interno do Senado Federal e na forma do art. 52, inciso II da Constituição Federal, declaro que há ações judiciais em que figuro como Autor ou Réu, as quais passo a discriminar a seguir.

1) Arbitramento de honorários advocatícios

Sou autor em ação de **arbitramento e cobrança de honorários**, nº 0102851-85.2018.8.19.0001, perante a 50ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro.

A ação corre em face de MINATEL E CORREIA LTDA. e CONSTRUTORA DEGRAU LTDA. Pleiteio o pagamento de R\$ 521.700,51 (data-base 26.03.2018), assim como o arbitramento de honorários por serviços prestados.

Ainda não houve citação das Rés, domiciliadas no Estado do Mato Grosso.

2) Execuções fiscais propostas por Agência Nacional de Mineração (ANM)

Figuro como réu (executado) em dez execuções fiscais ajuizadas pela ANM perante a Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, todas decorrentes de idêntico fato gerador, e cujo suposto débito não reconheço.

Trata-se de taxas relativas a licenças minerárias de que eu havia requerido cessão total, tendo a ANM (então DNPM) recolhido os valores relativos à cessão, com obrigação de deferir a cessão em até trinta dias (L. 9.784/99, art. 49), e só aplicou as multas meses ou mais de ano depois. Assim, as dívidas são do cessionário, não minhas, e conforme precedentes do TRF-2¹, tribunal competente para julgar os casos.

Já ofereci garantia em todas as execuções. Assim, das **10** execuções, **seis** já se encontram *garantidas*; **uma** já teve a garantia (imóvel de minha propriedade)

¹ TRF2 - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0117067-98.2015.4.02.5001 Rel. Des. Federal VERA LÚCIA LIMA, 8ª TURMA ESPECIALIZADA, julgamento em 07.08.2019, dispon. 12.08.2019; TRF2 - Apelação Cível nº 0115258-10.2014.4.02.5001 – Rel. Des. Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, 6ª TURMA ESPECIALIZADA, julgamento 05.10.2016, dispon. 24.10.2016.



aceita pela ANM e depende de ato do oficial de justiça para efetivação; **uma** depende de abertura de conta judicial pela CEF, já requerida, e *depositarei o valor discutido* assim que aberta (cerca de R\$ 13 mil); e em **duas**, só não foi efetivada a garantia, pois havia sido *dispensada* pelos juízes, ao julgarem procedentes as exceções de pré-executividade nas quais demonstrei a ilegalidade das execuções. Em seguida, o e. TRF2 estabeleceu que a discussão seja travada em sede de embargos à execução fiscal.

Na tabela abaixo especifico a situação de cada uma das execuções (nenhuma ainda foi concluída):

Processo nº	Vara	Garantia	Estado do processo
5035376-60.2018.4.02.5101	10 ^a	Dispensada	Sentença favorável que veio a ser reformada. Execução ainda não foi retomada.
0166370-04.2017.4.02.5101	1 ^a	Oferecida	Sentença favorável que veio a ser reformada em 2021.
5005383-35.2019.4.02.5101	8 ^a	Garantida	Embargos opostos, ainda sem decisão de primeira instância
5091934-18.2019.4.02.5101	10 ^a	Garantida	Prazo de embargos em andamento
5023079-84.2019.4.02.5101	2 ^a	Garantida	Prazo de embargos em andamento
5031598-82.2018.4.02.5101	2 ^a	Garantida	Embargos opostos, ainda sem decisão de primeira instância
5014419-38.2018.4.02.5101	12 ^a	Garantida	Apelação do executado em andamento
5010210-26.2018.4.02.5101	10 ^a	Garantida	Apelação do executado em andamento
5029347-91.2018.4.02.5101	4 ^a	Garantida²	Embargos serão interpostos quando efetivada a penhora pelo of. de justiça
5093158-88.2019.4.02.5101	7 ^a	Oferecida em dinheiro³	Embargos serão interpostos quando aberta a conta judicial para garantia

² O valor da execução é de R\$ R\$ 9.202,01 (data-base 02.10.2018). Ofereci imóvel de minha propriedade em garantia, que a exequente ANM aceitou. A efetivação depende de ser lavrado termo de penhora, ato de atribuição do oficial de justiça. Tão logo seja efetivada, os embargos serão interpostos.



3) Ação de obrigação de fazer

Figuro como réu na ação de nº 0155846-41.2019.8.19.0001 proposta por GMD EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., perante a 9ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro.

Desconheço o teor da inicial, por não ter sido citado, porém fui fiador de um contrato de franquia em que a autora da ação era a franqueadora e acompanhei a discussão entre ela e a franqueada. Os fatos dizem respeito a período posterior ao prazo inicial do contrato, de modo que fui exonerado da fiança. Atualmente, aguardo a citação para apresentar minhas razões nos autos.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2021.


João C. de Andrade Uzêda Accioly



³ O valor da execução é de R\$ 12.840,71 (data-base 18.11.2019). Requeri abertura de conta judicial para depósito em dinheiro, à Caixa Econômica Federal. Tão logo seja efetivada, transferirei os recursos garantindo o juízo e os embargos serão interpostos.



DOCUMENTO 06

Declaração sobre minha atuação, nos últimos cinco anos, em Juízos e Tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de regulação de agências reguladoras

Nos moldes do art. 383, inciso I, alínea “b”, item 5, na forma do art. 52, II da Constituição Federal, DECLARO que, nos últimos cinco anos, não atuei ou tomei posse em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, tendo atuado perante Juízos e Tribunais na qualidade de advogado, especialmente perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e no Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2021.


João C. de Andrade Uzêda Accioly



DOCUMENTO 07

Argumentação sucinta demonstrando experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Diretor da CVM

Conforme art. 383, inciso I, “c”, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento argumentação sobre minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para a atividade de Diretor da CVM.

As informações a seguir são indicadas em meu currículo (documento 01).

Sou advogado, graduado pela faculdade de direito da PUC-Rio. Trata-se de instituição de reconhecida excelência, com corpo docente que inclui, no contexto desta declaração, profissionais de alto renome especializados em mercado de capitais, incluindo ex-diretores e ex-presidentes da CVM. Cursei a faculdade com bolsa integral por desempenho acadêmico, concedida por minha classificação em 1º lugar no ENEM, com 100% de acerto nas respostas objetivas e mantida durante todo o curso com a manutenção do coeficiente de rendimento acima de 90%.

Sou também mestre em economia pelo IBMEC-RJ – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Trata-se de outra instituição de reconhecida excelência no ensino da Economia. Minha dissertação, que foi publicada pelo IBMEC-RJ¹, tratou especificamente de matérias diretamente ligadas ao campo de atuação da CVM, intitulada “Teoria dos Jogos em Questões de Governança Corporativa”. Meu foco no mestrado foi microeconomia e finanças, de clara pertinência com o escopo da CVM.

Tenho grande e variada experiência na advocacia privada em matérias de mercado de capitais, societárias, contratuais, de insolvência de instituições financeiras, combate à fraude e recuperação de ativos, atuando no contencioso judicial e administrativo e consultoria. Atuo em processos de CVM, Banco Central e Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional há mais de 16 anos.

Sou também membro das comissões:

- Comissão Especial de Mercado de Capitais do Conselho Federal da OAB;
- Comissão Especial de Direito Societário do Conselho Federal da OAB;
- Comissão Permanente de Direito Empresarial do Instituto dos Advogados Brasileiros, de que sou vice-presidente.

Sou professor convidado na Pós-Graduação Lato-senso da Universidade de Fortaleza - Direito Societário e Negócios Empresariais, compondo também como

¹ **Teoria dos Jogos em Questões de Governança Corporativa**, publicada pelo IBMEC-RJ em 30.04.11, http://s3.amazonaws.com/public-cdn.ibmec.br/portalibmec-content/public/arquivos/dis_2011_31_-_joao_carlos_de_andrade_uzeda_accioly.pdf



convidado o corpo docente de direito empresarial no Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UNIFOR e UERJ são duas das mais tradicionais escolas de direito do País.

Sou apresentador / painelistas em eventos nacionais e internacionais ligados às minhas áreas de expertise² e autor de artigos focados em temas de mercado e análise econômica do direito em revistas, livros e publicações³

Sou um dos fundadores do Instituto Millenium de Pesquisa, de que sou especialista e ex-conselheiro fiscal (de 2010 a 2018). Como especialista do Millenium, tenho atuado desde 2019 como colaborador eventual (pro bono) – do Ministério da Economia em questões jurídicas empresariais, entre as quais a MP nº 881 e sua conversão na Lei 13.874 (Liberdade Econômica), destacando-se, neste contexto, participação na redação das normas sobre fundos de investimento no Código Civil. Também integro do Grupo de Estudos Temáticos do Ministério da Economia, nomeado em janeiro deste ano, para estudar e propor alterações ao regime jurídico de garantias reais mobiliárias e imobiliárias, sendo as garantias ferramentas fundamentais ao bom funcionamento e desenvolvimento do mercado. Funcionei como Vogal suplente do Colegiado de Vogais da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, entre junho de 2019 e julho de 2021. Fui nomeado em Agosto de 2021 para o Cargo de Assessor da SEPEC do Ministério da Economia.

Em outubro de 2021 fui nomeado para o cargo de Secretário do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Inovação, órgão vinculado ao Ministério da Economia que já teve status de Ministério em gestões anteriores. A assunção do cargo é a culminância do reconhecimento do trabalho, qualificação e aptidão

² Alguns exemplos: **Inovação e Mercado de Capitais** no distinto IDP – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (dez/20), **Case Study** no C5 Miami 8th Edition – Fraud, Asset Tracing and Recovery (out/20), e **A Nova Disciplina dos Fundos de Investimentos no Brasil**, na distinta Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ (ago/19). Estas e outras encontram-se com detalhes em meu currículo disponível na plataforma Lattes.

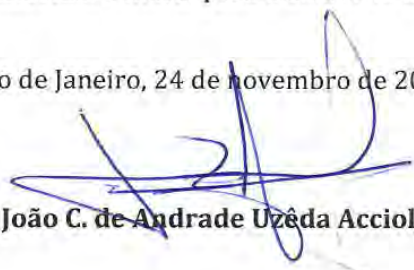
³ Alguns exemplos: ; ACCIOLY, J. C. A. U.; Franco, Julia Damazio ; GAMA, F. C. N. . **Lei de Liberdade Econômica e reflexos na disciplina dos fundos de investimento**. In: Amanda Flávio de Oliveira. (Org.). Lei de Liberdade Econômica e o Ordenamento Jurídico Brasileiro.. 1ed.Belo Horizonte: D' Plácido, 2020, v. 1, p. 325-337. ACCIOLY, J. C. A. U.; Franco, Julia Damazio . **Fundos de Investimento na Lei de Liberdade Econômica: algumas considerações**. In: André Santa Cruz et. al. (Org.). Declaração de Direitos de Liberdade Econômica - Comentários à Lei 13.874/2019. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2020, v. 1, p. 455-464. 3. **Moedas não tão virtuais: tokens lastreados, ofertas sem registro e aquisição por fundos**. Publicado pelo Migalhas em 31.07.2018, www.migalhas.com.br/depeso/284744/moedas-nao-tao-virtuais-tokenslastreados-ofertas-sem-registro-e-aquisicao-por-fundos . **Errado por Linhas Retas** (sobre decisão do CRSFN e da CVM no caso Eletrobrás) (com Julia Franco), publicado por Revista Capital Aberto na ed. online de 07.08.2017 e impressa de set/out/2017, www.institutomillenium.org.br/errado-por-linhas-retas/; **Avanços da MP 784 no processo de insolvência no mercado financeiro** (com Renato Sobrosa), publicado no Migalhas, 28.09.2017, www.migalhas.com.br/depeso/266243/avancos-da-mp-784-no-processo-de-insolvencia-no-mercado-financeiro. Estas e outras encontram-se com detalhes em meu currículo disponível na plataforma Lattes.



profissional. A pasta é central na formulação e gestão de políticas econômicas direcionadas à superação dos percalços ora enfrentados pelos setores da indústria e comércio brasileiros. Os trabalhos desenvolvidos pelo órgão visam a superação de desafios estruturais da organização econômica do país almejando o fomento a cenários favoráveis ao investimento e ampliação da produtividade de setores vitais da economia, exigindo, portanto, amplo preparo e capacitação profissional.

Entendo, portanto, demonstradas a experiência profissional, a formação técnica e a afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Diretor da CVM.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2021.



João C. de Andrade Uzêda Accioly



Mensagens do Presidente da República

- Nº 1, de 2022 (nº 328/2021, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, com mandato de dois anos, na vaga decorrente do término do mandato de Alexandre Cordeiro Macedo em 23 de outubro de 2021.

- Nº 2, de 2022 (nº 670/2021, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor JOÃO CARLOS DE ANDRADE UZÊDA ACCIOLY, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término do mandato de Fernando Caio Galdi em 31 de dezembro de 2021.

As matérias vão à CAE.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 699

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EVALDO FREIRE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.



EM nº 00282/2021 MRE

Brasília, 7 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EVALDO FREIRE**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EVALDO FREIRE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



23/12/2021 15:04

SEI/PR - 3078810 - OFÍCIO

00001.009715/2021-51



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1041/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 17 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **EVALDO FREIRE**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 17/12/2021, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3078810** e o código CRC **CCC1B7C5** no site:



23/12/2021 15:04

SEI/PR - 3078810 - OFÍCIO



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009715/2021-51

SEI nº 3078810

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL EVALDO FREIRE**

CPF: 362.977.987-53

ID.: 9062 MRE

1954 Filho de Francisco Antônio Freire e Teresinha de Jesus Matta Freire, nasce em 19 de agosto, em Teresina/PI

Dados Acadêmicos:

1976 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1978 Especialização em Direito Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1979 Especialização em Transporte Marítimo, Fundação de Estudos do Mar, Rio de Janeiro, RJ
 1980 Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada, Fundação Getúlio Vargas, RJ
 1981 Pós-Graduação em Economia Brasileira Contemporânea, Associação Brasileira de Imprensa, RJ
 1985 CPCD – IRBr
 1994 CAD – IRBr
 1995 Mestrado em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
 2011 CAE: O Secom de São Francisco e a Economia Verde do Vale do Silício: Perspectivas de uma Nova Promoção Comercial do Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1992 Segundo-secretário
 2002 Primeiro-secretário
 2007 Conselheiro
 2011 Ministro de segunda classe
 2014 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-89 Divisão de Informação Comercial, assessor
 1989-90 Secretaria Especial de Imprensa, assessor
 1990-91 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, assessor do Secretário Nacional de Economia
 1991-92 Divisão de Política Financeira, assessor
 1992-95 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
 1995-99 Embaixada em Tóquio, segundo-secretário
 1999-2001 Divisão de Informação Comercial, assessor
 2001-04 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assessor
 2002-03 Embaixada em Abu Dhabi em missão transitória
 2004-07 Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
 2007-11 Consulado-Geral em São Francisco, cônsul-adjunto
 2011-13 Comitê Nacional da Rio+20, diretor
 2013-14 Embaixada em Bissau em missão transitória
 2014 Departamento do Serviço Exterior
 2014-15 Subsecretaria-Geral Política III
 2015- Embaixador do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial

Publicações:

"Ciência, Tecnologia e Inovação na Região da Baía de São Francisco", Coleção de Artigos de Chefes dos Setores de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, editada pela Fundação Alexandre de Gusmão

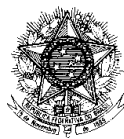
Condecorações:

2018 Ordem de Rio Branco, Grau de Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO

Chefe de Divisão de Pessoal





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

MAURITÂNIA



OSTENSIVO
Dezembro de 2021



SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
Reunião de consultas políticas	5
Cooperação técnica	5
Cooperação em Defesa	6
Comércio Bilateral	6
Investimentos	7
Promoção Comercial	7
Assuntos consulares	8
POLÍTICA INTERNA	9
Instituições políticas	10
Indicadores demográficos e sociais	10
POLÍTICA EXTERNA	12
Sahel e terrorismo	12
África Ocidental	13
Mundo árabe	13
Parceiros extracontinentais	13
ECONOMIA	15
Petróleo e gás natural	15
MAPA	17
DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL	18



PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Mohamed Ould Ghazouani**

Nasceu em 31 de dezembro de 1956, na cidade de Boumdeid, Mauritânia. Coursou a *Academie Royale Militaire de Meknès*, no Marrocos, e obteve um mestrado em administração e ciências militares. Seguiu carreira militar na Mauritânia e foi ajudante de ordens do presidente Ould Taya, de 1987 a 1991. Foi nomeado ministro da Defesa em 2018, pelo presidente Mohamed Ould Abdel Aziz. Elegeu-se presidente em junho de 2019.

Primeiro-ministro Mohamed Ould Bilal

Nasceu em 10 de dezembro de 1963, em Rosso, Mauritânia. Formou-se em engenharia hidráulica e tem mestrado em ciência da administração. Foi assessor especial do primeiro-ministro de 2019 a 2020. Foi nomeado primeiro-ministro em 2020.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência da Mauritânia em 28 de novembro de 1960, e as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1961. Até a década de 1990, o relacionamento bilateral apresentou baixa densidade, mas, a partir do início da década de 2000, verificou-se incremento das iniciativas bilaterais, a exemplo de autoridades de alto nível, da abertura recíproca de embaixadas residentes em 2007, da assinatura de acordos e do aumento das trocas comerciais. Em 2008, o governo mauritano inaugurou sua representação permanente em Brasília, e, em 2010, foi aberta a embaixada do Brasil em Nouakchott.

A abertura de embaixadas e a troca de visitas de alto nível contribuíram para o adensamento das relações bilaterais e, em especial, para a assinatura de importantes acordos bilaterais. Em fevereiro de 2012, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica. Em abril do mesmo ano, durante visita do então ministro das Relações Exteriores a Nouakchott, foi firmado Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista. E em dezembro, por ocasião de visita do então chanceler mauritano ao Brasil, assinou-se Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

Reunião de consultas políticas

Foi realizada, em abril de 2018, a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mauritânia, em Nouakchott, com a participação de delegação chefiada pelo Subsecretário para África e Oriente Médio à época. Na pauta do encontro, abordaram-se a cooperação técnica e a cooperação em defesa, especialmente no que diz respeito ao uso pelas forças armadas mauritanas de aeronaves da Embraer e de sistemas de vigilância brasileiros.

Cooperação técnica

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Mauritânia foi celebrado em Brasília em 17 de fevereiro de 2012 e promulgado em 6 de junho de 2017. Mesmo antes



de sua entrada em vigor, projetos de cooperação técnica haviam sido negociados, embora não se tenha podido executá-los. Também se realizaram atividades isoladas, como cursos e treinamentos específicos.

Em outubro de 2011, enviou-se à Mauritânia missão de prospecção de projetos nas áreas de educação rural e de pesca e aquicultura, da qual participaram técnicos do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e do então Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Na sequência da missão, foram elaborados dois projetos de cooperação técnica. Contudo, em razão de restrições orçamentárias posteriores, os projetos não chegaram a ser implementados.

Cooperação em Defesa

A cooperação em matéria de defesa é, atualmente, o campo mais dinâmico das relações bilaterais. O governo da Mauritânia negociou e assinou contratos de compra e manutenção de aeronaves Super Tucano A-29 (Embraer, 2012 e 2015), de compra de Sistema de Vigilância de Fronteiras, Equipamento de Tráfego Aéreo e Sistema de Controle Aéreo - C3I (Atech, 2015), de uso de Sistema de Aquisição e Manutenção de Radares fixos e móveis (empresa Badar), de Programa de Sensoriamento Remoto por Satélite (empresa Vision). Ademais, a empresa Avibrás vinha suprindo o país com mísseis para utilização pelos aviões SuperTucano. Foram iniciadas negociações para a assinatura do Acordo-Quadro sobre Cooperação em matéria de Defesa.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral conheceu trajetória ascendente entre 2001 e 2012, quando a corrente de comércio atingiu seu recorde histórico, US\$ 198 milhões. O superávit comercial brasileiro está baseado, tradicionalmente, nas exportações de açúcar refinado, trigo, aparelhos elétricos e carne de frango, ao passo que as importações brasileiras são pouco significativas. Desde 2014, a média anual do volume das exportações brasileiras tem sido de pouco mais de US\$ 100 milhões. Em 2019, a Embraer realizou venda de duas aeronaves modelo E-175 para uso da Mauritania Airlines, em contrato de valor aproximado de US\$ 93,8 milhões. Em 2020, a corrente de comércio manteve-se estável,



com destaque para produtos do agronegócio (açúcar refinado e carne de frango congelada).

Investimentos

A Mauritânia tem potencial para atrair investimentos brasileiros nos setores de bioenergia, pesca e logística portuária. Em visita ao Brasil, em 2012, o chanceler da Mauritânia apresentou ao setor privado brasileiro oportunidades de investimento nas áreas de agricultura e energia, em especial em projeto de desenvolvimento no setor de açúcar e biocombustíveis, bem como oportunidades no setor de pesca e aquicultura.

Em 2017, houve tratativas para a implementação de usina de processamento de açúcar acoplada a projeto de cultivo de cana-de-açúcar. Nesse sentido, o governo da Mauritânia busca tornar-se autossuficiente na produção de açúcar.

O diretor-geral do Porto de Nouakchott, em dezembro de 2017, manifestou interesse em estabelecer contato com autoridades portuárias brasileiras e com empresas especializadas na venda de equipamentos e de serviços de dragagem marítima, para modernizar e ampliar a capacidade dos portos de Nouakchott e de Nouadhibou, bem como receber navios de maior calado.

A Embraer regularmente tem designado técnicos para auxílio na manutenção de aviões vendidos para a Mauritania Airlines, além de treinamento de pessoal local. A Atech Negócios em Tecnologias, do grupo Embraer, possui contrato com o Estado mauritano para desenvolvimento e implantação de sistemas de radares e controle do espaço aéreo, além de fornecer treinamento para pessoal local.

Promoção Comercial

A Embaixada tem mantido diálogo frequente com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Mauritânia, com vistas à identificação de oportunidades de negócios e à facilitação do contato entre empresários dos dois países. Em duas ocasiões, a Embaixada organizou visita de trabalho de representantes da CCAB a esta capital.

Em abril de 2018, delegação da CCAB composta de representantes comerciais dos setores de carne, café e cosméticos reuniu-se na “Chambre de Commerce, d’Industrie et d’Agriculture de Mauritanie” (CCIAM) com empresários locais de diversos setores. Na



ocasião, a Embaixada facilitou também encontros individuais entre os referidos representantes brasileiros e importadores mauritanos, além de organizar visitas às áreas comerciais da cidade. Em janeiro de 2020, missão da CCAB teve por objetivo principal divulgar o 4º Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, que ocorreria em São Paulo naquele ano. Durante a visita, representantes da CCAB se reuniram com o presidente da CCIAM e com o diretor da “Agence Mauritanienne d'Information” (AMI).

As dificuldades na ampliação do comércio residem na falta de ligação marítima e aérea diretas entre os dois países. A embaixada deu apoio a projeto de investidores particulares no Brasil que ambicionavam implantar ligação aérea direta de cargas entre os dois países, o que, no entanto, não foi possível concretizar até o momento.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira na jurisdição da embaixada não ultrapassa dez pessoas. O posto concede regularmente vistos a empresários mauritanos de pequeno porte.



POLÍTICA INTERNA

A Mauritânia tornou-se independente em 1960, depois de seis décadas de domínio colonial francês. Desde então, sua política interna tem sido marcada por instabilidade e, mais recentemente, por processo de democratização.

À frente do movimento de independência, Mokhtar Ould Daddah instalou um regime de partido único, o Partido do Povo Mauritano (PPM). Certa abertura política foi observada a partir de meados da década de 1980, quando eleições municipais passaram a ser realizadas. No início da década seguinte, o processo de abertura foi intensificado com a aprovação de nova Constituição e a legalização dos partidos políticos. Em 2005, o coronel Ely Ould Mohamed Vall assumiu o governo e passou a presidir o Conselho Militar, responsável pela transição política que resultou na organização, em março de 2007, das primeiras eleições presidenciais consideradas livres e justas pela comunidade internacional. No entanto, essa transição não impediu o retorno de mais uma crise política, que culminou com a derrubada do governo em 2008. Em resposta a essa ruptura, a União Africana (UA) suspendeu a Mauritânia da organização, e a União Europeia (UE) interrompeu todos os projetos de cooperação com o país. Eleições realizadas em 2009 – vencidas por Mohamed Ould Abdel Aziz – permitiram que o país retornasse à normalidade institucional.

O governo Abdel Aziz destacou-se no campo da segurança e da luta contra o terrorismo. O mandatário, tendo como braço direito o atual presidente, soube levar a bom termo reforma das Forças Armadas e de Segurança, criando tropas de elite e dotando a Mauritânia de estrutura bélica para reprimir os grupos terroristas islâmicos que atuavam no país. Ademais, seu legado ademais consistiu em importantes obras de infraestrutura, como o aeroporto internacional de Nouakchott, o centro de convenções, a ampliação expressiva da rede viária do país e a implantação do registro civil biométrico.

Mohamed Ghazouani foi eleito sucessor de Abdel Aziz em junho de 2019. Desde sua investidura, o chefe de Estado mauritano anunciou ambicioso programa de governo e procurou dialogar com a oposição. Há avanços no que tange à governança, notadamente na área econômica, mas a retomada do crescimento econômico acabou prejudicada pela crise sanitária causada pela COVID-19. O sistema de saúde pública teve dificuldades para absorver o impacto da pandemia, especialmente na terceira onda.



Entre os muitos desafios que permanecem, cabe destacar a vulnerabilidade social dos haratines (classe social descendente de escravos) e dos negros-africanos. O governo vem buscando enfrentar os problemas sociais, mas o combate ao terrorismo tem exigido grandes investimentos.

Instituições políticas

A Mauritânia é uma república semipresidencialista. À semelhança do que ocorre em outros países africanos de colonização francesa, a presidência tem papel proeminente, embora o primeiro ministro (indicado pelo presidente) também tenha destaque. O país é um Estado unitário, dividido em 13 regiões, 56 departamentos e 208 comunas.

O parlamento é unicameral. A Assembleia Nacional (*Assemblée Nationale*) é formada por 147 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos, por meio do voto direto. O partido União para a República (UPR) é a principal agremiação da maioria presidencial. O Tawassoul, oposicionista, é partido de ideologia islâmica. O principal agrupamento de partidos de oposição é o Fórum Nacional pela Democracia e Unidade (FNDU). A Constituição em vigor data de 1991 e é influenciada pela xaria (lei islâmica).

Indicadores demográficos e sociais

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o IDH do país é de 0,546, o que o coloca na 157ª posição dentre 188 países avaliados. A expectativa de vida é de 64,9 anos, e o índice de alfabetização, de 53,5%. Apenas 40% da população tem acesso a saneamento básico, sendo que na região rural a cifra cai para 13%. Cerca de 28% da população tem acesso a energia elétrica, mas nas regiões rurais essa cifra é de apenas 2%. Aproximadamente 18% dos mauritanos têm acesso à internet.

A população mauritana, estimada em 4,2 milhões de habitantes, concentra-se principalmente no sudoeste do país, em torno da capital, Nuakchott (onde vive metade da população), e em alguns aglomerados populacionais médios ao Sul (fronteira com o Mali e o Senegal). É um país marcadamente jovem, com idade média de 20,5 anos e pouco mais de 8% da população acima dos 55 anos.



Há uma histórica rivalidade entre os mauritanos de origem árabe e os de origem negra. Conflitos étnicos em 1989 resultaram na expulsão ou fuga de milhares de cidadãos negros do país, que buscaram refúgio no Senegal. O governo tenta superar o passivo humanitário que remonta àquela época e, nos últimos anos, deu início, entre outras medidas, ao processo de pagamento de indenizações aos parentes das vítimas do conflito. Quase a totalidade dos mauritanos professa a fé islâmica.



POLÍTICA EXTERNA

Em razão da heterogeneidade étnica de sua população – dividida entre os descendentes de povos nômades e seminômades árabes e berberes e os de pastores do sul – a Mauritânia conduz, desde os anos 1970, sua política externa regional buscando equilibrar-se entre suas origens árabes e africanas. O combate ao terrorismo é eixo central da inserção internacional do país.

No plano regional, a atual gestão realizou esforço de concertação com países vizinhos, como o Senegal e o Reino do Marrocos. Desde a retirada da Mauritânia do território do Saara Ocidental, o país reivindica política de neutralidade positiva. Oficialmente, reconhece a “República Árabe Saaraui Democrática” desde 1984. No âmbito multilateral, a Mauritânia tem buscado maior protagonismo com o lançamento de algumas candidaturas em organismos internacionais.

Sahel e terrorismo

A Mauritânia tem sido negativamente afetada pela crescente insegurança no Sahel, em especial pelos reflexos da ação de grupos terroristas no Mali e em outros países. A fim de enfrentar esses desafios de segurança, a Mauritânia patrocinou a criação, em fevereiro de 2014, do G5-Sahel, grupo de coordenação que inclui também Mali, Burkina Faso, Níger e Chade. O país abriga também a sede da Força Conjunta G5-Sahel, em Nouakchott. O G5-Sahel tem como objetivo reforçar a cooperação na luta contra o terrorismo, o crime organizado transfronteiriço e a imigração ilegal. Recentemente, a organização ampliou o escopo de sua atuação, abarcando metas nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura.

Além disso, o país, apoiado por EUA e França, já fez incursões antiterroristas no território do Mali, com a autorização maliana. A luta contra o terrorismo tem sido também um fator de aproximação com a Argélia. A Mauritânia tem desempenhado papel importante no que diz respeito aos refugiados do conflito no Mali, pois adotou política de "portas abertas", a qual já permitiu que milhares de malianos entrassem em seu território.



África Ocidental

Com o restante da África Ocidental, a Mauritânia também tem buscado fortalecer suas relações. Tendo sido um dos fundadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o país decidiu deixar a organização em 2002. À época, o governo mauritano justificou essa decisão por sua incapacidade de aderir a uma moeda única (até hoje não implementada) e de extinguir as barreiras alfandegárias entre os membros da CEDEAO. Houve, em agosto de 2017, a assinatura de um acordo de associação entre a Mauritânia e a CEDEAO, com ênfase no livre comércio e em esforço de aproximação.

Mundo árabe

Desde 1973, o país é membro da Liga Árabe. Contudo, nem sempre partilha das posições comuns dos demais membros da organização. Em 1999, por exemplo, o país sofreu pressões da Liga por ter decidido estabelecer relações diplomáticas com Israel. Dez anos depois, em janeiro de 2009, o então presidente determinou o rompimento unilateral das relações diplomáticas, por ocasião da operação militar israelense então em curso em Gaza. A Mauritânia presidiu a Liga dos Estados Árabes após ter sediado, pela primeira vez, uma cúpula da organização, em julho de 2016.

Parceiros extracontinentais

França

Mauritânia e França mantêm estreitos laços econômicos e de cooperação. Paris tem apoiado continuamente os esforços de Nouakchott para resguardar as fronteiras mauritanas, além de cooperar também com a Força Conjunta G5-Sahel. O governo mauritano, por sua vez, apoiou a intervenção militar francesa no Sahel (operações Serval e Barhane). A cooperação bilateral envolve, igualmente, transferência de tecnologia de vigilância fronteiriça e equipamentos de escuta, ademais de assistência em matéria de formação técnica. O presidente Emmanuel Macron fez duas visitas oficiais a Nouakchott (2018 e 2020) e foi o primeiro chefe de estado francês a visitar o país desde 1997.



Estados Unidos

Os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência mauritana, em 1960, quando se estabeleceram relações diplomáticas. Nos anos 1990, as relações sofreram abalo por conta da Guerra do Iraque e das recorrentes acusações relacionadas às violações de direitos humanos contra a Mauritânia. Atualmente, a questão do combate ao terrorismo na Mauritânia e no Sahel domina a agenda bilateral, tendo os Estados Unidos investido no treinamento militar mauritano e apoiado financeira e logisticamente as tropas da Força Conjunta G5-Sahel.

Espanha

Com a Espanha, a Mauritânia mantém diversos programas de cooperação bilateral, bem como diálogo profícuo na área da imigração. Ações conjuntas praticamente eliminaram o desembarque de africanos nas ilhas Canárias.

Rússia

O relacionamento mauritano com a Rússia concentra-se, tradicionalmente, na cooperação nas áreas de pesca e educacional. A antiga União Soviética desempenhou papel importante como centro de formação universitária para jovens mauritanos.

China

A presença da China no país é crescente. Ao longo dos últimos 40 anos, empresas chinesas têm participado ativamente da construção da infraestrutura mauritana. Ao amparo de créditos subsidiados ou de generosas doações, empresas chinesas construíram, recentemente, obras de grande visibilidade em Nouakchott, como a sede do Governo, o porto e o novo prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Há também grande presença de capital chinês no setor da pesca. Pequim tem oferecido bolsas de estudos para estudantes mauritanos na China e patrocinado o envio de professores de chinês e equipes médicas chinesas para a Mauritânia.



ECONOMIA

País pobre, mesmo para o contexto africano, a Mauritânia tem como principal atividade econômica a mineração, responsável por boa parte das receitas governamentais e por quase 60% das exportações. O principal desafio do país é o de diversificar sua estrutura produtiva, o que lhe permitirá ser menos dependente dos ciclos de preços das *commodities* no cenário global. O PIB da Mauritânia, que vinha de um crescimento de 5,8% em 2019, contraiu-se 1,8% em 2020, resultado um pouco melhor do que o dos países vizinhos, em razão do bom desempenho da indústria extrativa (ferro, ouro e pesca).

Os empréstimos do FMI mais a ajuda internacional de diversas origens limitaram os efeitos danosos da pandemia sobre a economia, mantendo o déficit de conta corrente em 11% do PIB em 2020. As perspectivas econômicas para os próximos anos permanecem incertas e, em grande medida, dependentes da volatilidade dos mercados globais de *commodities*, com riscos consideráveis de baixa em caso de novas ondas de contaminação por COVID-19.

Petróleo e gás natural

A descoberta de petróleo em 2001 trouxe a expectativa de que o país pudesse acelerar seu crescimento econômico. De fato, em 2006, quando a produção foi iniciada, o PIB mauritano cresceu quase 12%. Problemas técnicos para extração do óleo, no entanto, resultaram em uma produção decrescente.

Mais recentemente, foram descobertas imensas jazidas de gás nas águas territoriais da Mauritânia. O adiamento do início da produção de gás e petróleo na bacia da fronteira marítima Tortue Ahmeyin, de gestão binacional, para 2023 também contribuiu para baixar as expectativas do ingresso próximo de recursos externos significativos que turbinem o crescimento econômico a médio prazo. A recuperação da economia, segundo estudos do Banco Mundial e do FMI, deve começar a ocorrer apenas em 2022, desde que a pandemia seja razoavelmente contida em 2021. Nesse cenário, os setores não diretamente ligados à indústria extrativa poderiam crescer em torno de 4% a partir de 2023 devido principalmente ao setor de serviços e ao investimento público. Segundo estimativas do FMI, a situação das finanças públicas



poderá equilibrar-se gradualmente, a partir de 2022, após a retomada das atividades econômicas e da eventual redução das medidas de emergência.

A recente criação de fundo estatal contra a pobreza (TAAZOUR) demonstra que a preocupação social do governo tem se traduzido em ações concretas. O governo comprometeu-se com a ambiciosa meta de tornar o país autossuficiente no plano alimentar até 2024. Para atingir esse objetivo, a pasta do Agricultura foi separada da Pecuária e pôs-se em execução amplo projeto que visa estimular investimentos nacionais e estrangeiros para o cultivo intensivo das terras aráveis ao longo do rio Senegal, no sul do país.



MAPA

DADOS BÁSICOS E COMÉRCIO BILATERAL

NOME OFICIAL:	República Islâmica da Mauritânia
GENTÍLICO:	Mauritana (o)
CAPITAL:	Nouakchott
ÁREA:	1.030.700 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2019):	4,15 milhões
IDIOMA OFICIAL:	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (99,1%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral: Assembleia Nacional com 147 membros (Senado foi abolido em agosto de 2017)
CHEFE DE ESTADO:	Mohamed Ould Ghazouani (desde 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Ould Bilal Messoud
CHANCELER:	Ismail Ould Cheikh Ahmed
PIB NOMINAL (FMI, 2020):	US\$ 8,11 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020):	US\$ 25,07 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (FMI, 2020):	US\$ 1,96 mil
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (BM, 2019):	US\$ 6,04 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,8% (2020), 5,8% (2019), 4,5% (2018), 6,3% (2017); 1,3% (2016); 5,4% (2015)
IDH (ONU, 2021)	0,556 (157ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (ONU, 2020):	64,9 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2020)	53,5%



DESEMPREGO (ONU, 2020):	9.5%
UNIDADE MONETÁRIA:	Ouguiya
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abdoulaye Idrissa Wagne (2016)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	9

**INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ mil, FOB) – Fonte:
MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Brasil – Mauritânia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (janeiro- outubro)
Intercâmbio	106.232	141.767	120.354	102.339	44.213	112.551	98.154	46.678
Exportações	106.095	141.696	119.897	101.987	44.212	112.549	98.154	46.678
Importações	138	71	457	352	1	2	0	0
Saldo	105.957	141.625	119.440	101.635	44.211	112.547	98.154	46.678





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 700

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de dezembro de 2021.



EM nº 00283/2021 MRE

Brasília, 10 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



23/12/2021 14:57

SEI/PR - 3078797 - OFÍCIO



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3078797** e o código CRC **AF2F5D47** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009825/2021-12

SEI nº 3078797

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR**

CPF.: 238.617.381-04

ID.: 8124 MRE

1959 Filho de Vilmar Rogeiro Coutinho e Olga Bernardo Coutinho, nasce em Santos-SP, em 2 de setembro

Dados Acadêmicos:

1982 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata – CPCD do Instituto Rio Branco
 1989 "Diploma In Economics" da "London School of Economics" - LSE, Londres - Reino Unido
 1990 XX Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD do Instituto Rio Branco - IRBr
 XLIX Curso de Altos Estudos - CAE do do Instituto Rio Branco - IRBr do Ministério das Relações Exteriores, Brasília, com a dissertação "A Política Automotiva do MERCOSUL: Um Novo Exercício de Equilíbrio de Interesses Estratégicos"

Cargos:

1982 Terceiro-secretário
 1986 Segundo-secretário
 1995 Primeiro-secretário
 2000 Conselheiro
 2005 Ministro de segunda classe
 2019 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1983-84 Divisão do Oriente Próximo I
 1984-86 Embaixada em Argel
 1986-89 Embaixada em Londres
 1989-93 Divisão de Agricultura e Produtos de Base
 1993-96 Embaixada em Londres
 1996-00 Embaixada em Pretoria
 2000-01 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
 2001-02 Divisão de Inteligência Comercial, chefe
 2002 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, coordenador-geral
 2003-05 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI
 2005-07 Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, chefe
 2007-10 Embaixada em Havana, Ministro conselheiro
 2010-13 Ministério das Minas e Energia, assessor especial
 2013-15 Ministério do Esporte, assessor
 2015-16 Divisão da Ásia Central, chefe
 2016 Departamento do Serviço Exterior
 2017- Embaixada em São Tomé, embaixador

Condecorações:

2010 Ordem de Rio Branco - Grande Oficial, do Ministério das Relações Exteriores

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Maço Básico

ZIMBÁBUE



OSTENSIVO



Divisão de África II – DAF II**Dezembro de 2021****Sumário**

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	8
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	11
MAPA DO ZIMBÁBUE	13
DADOS BÁSICOS	14
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	15



PERFIS BIOGRÁFICOS

Emmerson Dambudzo Mnangagwa
Presidente da República

Nascido em 15/09/1942, em Shabani, na então Rodésia do Sul. Antigo aliado de Robert Mugabe, tendo-o acompanhado no Acordo de Lancaster House.

Participou das lutas pela independência zimbabuana. Formou-se em Direito pela Universidade da Zâmbia e exerceu por dois anos a advocacia.

Ocupou variados cargos na administração de Robert Mugabe, como Ministro da Segurança, da Justiça e de Moradias Rurais, tendo também sido vice-presidente da República e presidente do Parlamento.





Frederick Musiiwa Makamure Shava
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Internacional

Nomeado em 09/02/2021, em substituição a Sibusiso Moyo, falecido em janeiro do mesmo ano por complicações decorrentes da Covid-19, ocupou vários cargos no governo desde a independência do Zimbábue.

Foi ministro do Trabalho de 1981 a 1986, antes de assumir o cargo de Ministro de Estado para Assuntos Políticos em 1987. Igualmente, serviu como diretor de administração do partido União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF, na sigla em inglês) antes de ser designado como Embaixador na China, onde serviu de 2007 a 2014.

A seguir, foi designado representante permanente do Zimbábue junto às Nações Unidas, em cujo âmbito foi presidente do Conselho de Segurança em julho de 2016.

Possui doutorado e mestrado em Parasitologia pelo Royal Holloway College da Universidade de Londres, além de mestrado em Ciências em Nematologia do Imperial College, Londres. É bacharel em Biologia pela Universidade do Zimbábue.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Zimbábue em 18 de abril de 1980 e abriu embaixada residente em Harare em 1987. Em agosto de 2004, o Zimbábue estabeleceu embaixada em Brasília, sua primeira representação residente na América do Sul.

A partir de 1991, teve lugar série de visitas ao Brasil de autoridades zimbabuanas de alto nível. O presidente Robert Mugabe, por exemplo, esteve no Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), em junho de 1992; em 1999, visitou a Embraer em São José dos Campos, e, em Brasília, participou de discussões relativas a combate ao HIV/AIDS, reforma agrária e política africana.

Em setembro de 2012, foi realizada, em Brasília, a II Comista Brasil-Zimbábue, que se seguiu à primeira edição da comissão, em 2009.

Ainda que a corrente comercial entre Brasil e Zimbábue se mostre contraída nos últimos anos (em 2020, foi de US\$ 4 milhões), tal realidade dá-se por questões internas àquele país, como infraestrutura precária, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, entre outras, relativas à realidade econômica local.

Até dezembro de 2021, o intercâmbio comercial foi de US\$ 9 milhões, composto basicamente de exportações do Brasil para o Zimbábue.

O Zimbábue, apesar dos desafios econômicos, conta com potencial significativo de crescimento: possui mais de 40 jazidas de minerais estratégicos, terras férteis e bem irrigadas (vale recordar que já foi celeiro da África Austral), infraestrutura abrangente que pode ser recuperada em curto prazo, parque industrial que também pode ser renovado, população instruída e qualificada, posição central no sul do continente, o que o poderia tornar um "hub" em termos de transporte, telecomunicações e comércio. O Zimbábue tem considerável possibilidade de voltar a ser uma economia de peso, do que o Brasil poderá se beneficiar.

No plano multilateral, o Zimbábue compartilha interesses comuns com o Brasil, em especial a democratização dos grandes foros e organismos internacionais.

A disponibilidade brasileira em cooperar com o Zimbábue é muito bem vista pelas lideranças do país. O ex-primeiro-ministro Morgan Tsvangirai chegou a dizer que seu país não teria *"nada a aprender com as grandes potências e tudo a aprender com o Brasil"*.

Componente essencial das relações bilaterais são as ações de cooperação técnica e humanitária desenvolvidas pela ABC.

COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL (2005–21)

A cooperação técnica com o Zimbábue está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado em 10 de setembro de 2006, em vigor internacional desde 7 de setembro de 2015.

Encontram-se em execução, em diferentes estágios, os seguintes projetos de cooperação técnica bilateral com o Zimbábue:



a) BRA/13/008 S-351 “Fortalecimento do Setor da Pecuária de Corte no Zimbábue”.

Em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), já permitiu a instalação de Unidade Técnica Demonstrativa (UTD) no *Grasslands Research Institute*, com o objetivo de testar a adaptabilidade de seis (6) variedades de gramíneas às condições locais.

Em novembro de 2021, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, durante a qual foram planejadas as atividades a serem executadas em 2022, bem como discutidas questões relativas ao protocolo de plantio e à irrigação da UTD. Na oportunidade, foi igualmente realizada visita técnica à UTD, com vistas a verificar *in loco* o desenvolvimento das gramíneas plantadas em fevereiro de 2019.

b) Fortalecimento do Setor Algodoeiro Zimbabueano (“Cotton Zimbabwe”)

Em novembro de 2018, foi realizada missão de prospecção ao Zimbábue, com o objetivo de reunir subsídios para viabilizar a construção conjunta de projeto de cooperação técnica, a fim de apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva algodão zimbabueana. A missão em questão foi composta por técnicos da EMBRAPA, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAD/MAPA).

À luz de reestruturações internas, EMBRAPA e ANATER deixaram a iniciativa, e a ABC convidou a Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG-MG) para integrarem o projeto em substituição àquelas instituições.

Atualmente, encontra-se em andamento processo de compra de equipamentos para a instalação de UTD.

c) Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão

O projeto em questão foi assinado em 12 de janeiro de 2021, com o objetivo de identificar variedades de algodão com maior adaptabilidade e resistência às secas e pragas encontradas nos países africanos que integram o projeto, contribuindo, dessa maneira, para o aumento da produtividade algodoeira nos seus territórios.

Para tanto, o documento prevê a participação dos 15 países africanos já beneficiados por projetos bilaterais e regionais de cooperação técnica brasileira em algodão: Benim; Burkina Faso; Burundi; Camarões; Chade; Costa do Marfim; Etiópia; Malauí; Mali; Moçambique; Quênia; Senegal; Tanzânia; Togo e **Zimbábue**.

d) Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

Atualmente, o Zimbábue participa pontualmente de atividades de projeto regional na área de alimentação escolar, desenvolvido em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. O projeto atua, prioritariamente, em favor de 23 países da África e da Ásia.



O Programa apoiou o Zimbábue, em 2014, na realização de uma visita de estudos ao Brasil, em Brasília e Salvador, na Bahia, para participar do seminário “Construindo políticas nacionais para o desenvolvimento social: segurança alimentar, nutrição e alimentação escolar”, que apresentou as experiências brasileiras em alimentação escolar, agricultura familiar e redes de proteção social. Em 2016, foram elaborados o Relatório Preliminar e a Análise da Situação para a Estratégia de implementação. Ademais, há a previsão de seguimento do apoio técnico para o desenvolvimento de diferentes etapas de fortalecimento do programa nacional de alimentação escolar.

Em 2017, o país foi apoiado remotamente para avaliação das iniciativas de alimentação escolar e para o plano de implementação da política pública. Ademais, o projeto apoiou a participação de representante do Zimbábue, em 2019, na quarta edição do Dia Africano de Alimentação Escolar em Abidjan, na Costa do Marfim, que contou com 200 participantes de governos, sociedade civil e agências da ONU e participação remota do Presidente do FNDE.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil mantém histórico de doações humanitárias destinadas ao Zimbábue. Mais recentemente, em 2019, o Governo brasileiro doou US\$ 50 mil, por meio Programa Mundial de Alimentação (PMA), para apoio a ações locais de atendimento a vítimas do ciclone Idai. No mesmo ano, doou 8 mil comprimidos de medicamento antiparasitário Albendazol 400 mg, para atendimento a vítimas do Ciclone Idai, com valor declarado de US\$ 134,86.

Cooperação Técnica Sul-Sul Descentralizada (Novas iniciativas)

A EMATER-DF apresentou, em novembro de 2019, por meio do Escritório de Assuntos Internacionais do GDF, interesse em conhecer a experiência zimbabuana na área de profissionalização de práticas de exportação de flores e plantas ornamentais, com vistas à transformação do Distrito Federal em um polo de distribuição internacional de floricultura. Após reuniões técnicas virtuais realizadas entre os técnicos da EMATER-DF e representantes zimbabuanos, sob coordenação da ABC, inclusive na mais recente dessas reuniões, realizada em 25/08/2021, foi discutida a possibilidade de missão técnica brasileira a Harare para elaboração/revisão da proposta final de documento de projeto, bem como a realização de visitas técnicas aos locais de produção e exportação de flores e plantas ornamentais, que deverão ocorrer na semana de 6 a 10 de dezembro de 2021.



POLÍTICA INTERNA

O parlamento do Zimbábue é bicameral. No Senado, há 80 assentos, sendo 60 deles ocupados por representantes diretamente eleitos por voto proporcional, na razão de seis para cada uma das dez províncias, e 16, por representantes eleitos indiretamente por conselhos governamentais regionais. Dois assentos são reservados para chefes de conselho regional, e dois, para membros com deficiências. Os senadores têm cinco anos de mandato. Na Assembleia Nacional, há 270 assentos, sendo: 210 ocupados por membros diretamente eleitos por maioria simples e 60 reservados para mulheres. Os membros da Assembleia também têm cinco anos de mandato.

As últimas eleições legislativas ocorreram em 30/07/2018, tendo a União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF), partido do presidente Emmerson Mnangagwa, assegurado, no Senado, 34 assentos, seguido pelo Movimento por Mudança Democrática – Aliança (MDC Alliance, na sigla em inglês), com 25, e o Movimento por Mudança Democrática – Tsvangirai (MDC-T, na sigla em inglês), com um.

Na Assembleia Nacional, o ZANU-PF levou 179 assentos, o MDC Alliance, 88; o MDC-T, um; a Frente Patriótica Nacional (NPF, na sigla em inglês), um; e houve um voto independente. Do total de parlamentares, 34,3% são mulheres.

No Poder Judiciário, a Corte Suprema consiste de um *chief justice* e quatro juízes. Já a Corte Constitucional possui o *chief justice* e seu substituto, ademais de nove outros juízes.

Os juízes da Corte Suprema são designados pelo presidente da República, sob recomendação da Comissão de Serviço Judicial, órgão independente composto pelo “chief justice”, o presidente da Comissão de Serviço Público, o procurador-geral e dois a três membros apontados pelo presidente. Os juízes normalmente trabalham até os 65 anos, mas podem escolher permanecer até os 70 anos. Na Corte Constitucional, os juízes mantêm mandatos de quinze anos não-renováveis.

O atual presidente da República é Emmerson Mnangagwa, escolhido, em novembro de 2017, pelo ZANU-PF, para substituir Robert Mugabe, mandatário do Zimbábue desde a independência, em 1980. Nas eleições de julho de 2018, Mnangagwa foi reconduzido ao cargo, com 50,8% dos votos, seguido de perto por Nelson Chamisa (MDC - Alliance), com 44,3%. Chamisa ainda tentou contestar as eleições judicialmente, mas, em 24/08/2018, Mnangagwa foi oficialmente declarado vencedor por unanimidade pela Corte Suprema.

Para entender a política local, é necessário retornar às raízes da fundação do Zimbábue, quando o atual território zimbabuano pertencia ao Reino Unido, que, em 1923, anexou a porção sul da *British South Africa Company* (BSAC), instituída na região em 1880, criando a Rodésia do Sul.

Em 1961, minoria branca que se encontrava no poder formulou uma constituição que a favorecia. Em 1965, o governo local declarou unilateralmente a independência, criando a Rodésia, processo não reconhecido pelo Reino Unido, que demandava maiores direitos de voto para a população nativa.

Após sanções das Nações Unidas e conflitos armados de guerrilha, cujo fim ocorreu mediante o Acordo de Lancaster House, em 1979, houve eleições livres e, em 1980, foi declarada a independência do Zimbábue. Robert Mugabe tomou a frente do país, inicialmente como primeiro-ministro e, a partir de 1987, como presidente, tendo permanecido no comando do governo zimbabuano até sua queda, em 2017, afastado pelas forças armadas.



Durante o mandato de Mugabe, há que se sublinhar a crise gerada pela campanha de redistribuição de terras. Oficialmente, a reforma teve início em 1980, com a assinatura do Acordo de Lancaster House, como esforço para distribuir de maneira mais igualitária a terra entre fazendeiros negros e brancos, tendo estes historicamente desfrutado de *status* político e econômico superior.

A redistribuição de terras é possivelmente o tema mais crucial do Zimbábue. Recebeu diversas reprovações pela violência com que foi executada, resultando na morte de proprietários e trabalhadores das fazendas que foram alvo da reforma. A política resultou em colapso bancário e foi alvo de críticas da ONU, que identificou falhas no processo de indenização dos antigos donos de terras – algo igualmente demandado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – e falta de material e pessoal necessários para realizar a redistribuição de maneira ordeira.

Como resultado do processo, houve expressiva queda na produção no campo, causando fome e duradoura crise econômica no Zimbábue, com aumento da pobreza e do trabalho rural informal, inclusive com mão de obra infantil.

Em 2019, o *Commercial Farmers Union* declarou que os fazendeiros brancos que haviam tido terras expropriadas aceitaram compensação provisória de US\$ 17 milhões. Em 2020, o governo do Zimbábue anunciou que compensaria o investimento em infraestrutura realizado por aqueles fazendeiros, num total de US\$ 3,5 bilhões.

O confisco das terras dos fazendeiros brancos no início da década de 2000 (o *Fast Track Land Reform Programme*) tem sido apontado como a causa central da introdução das sanções econômicas contra o Zimbábue pelos EUA e pela UE. Nesse processo, seguiram-se sanções financeiras contra indivíduos e entidades, restrições a viagens, proibição de transferências de material bélico e serviços de defesa, e suspensão da ajuda não humanitária ao governo zimbabuano. Atualmente, as sanções dos EUA aplicam-se a cem entidades e cidadãos zimbabuanos, incluindo o presidente Emmerson Manangagwa e o ministro da Segurança, Owen Ncube.

De parte da União Europeia, as sanções foram impostas pela primeira vez em fevereiro de 2002, mediante alegadas menções à escalada de violência no Zimbábue, à intimidação de opositores políticos e à repressão contra a imprensa independente. As medidas incluíam, então, o embargo ao comércio de armas e munições, o “congelamento” de ativos e a proibição de viagens, aos estados membros da UE, de pessoas selecionadas, “envolvidas em atividades que ameaçam seriamente a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito no Zimbábue”.

Apesar de protestos do governo do Zimbábue e por parte da SADC contra as sanções, os EUA e a União Europeia mantêm-se firmes em negar que tais medidas sejam os principais responsáveis pelo contexto de estagnação e crise econômica por que passa o país.

Pandemia de Covid-19

A pandemia de Covid-19 tem gerado forte crise no Zimbábue. Dada a persistente precariedade do serviço de testes e a inexatidão dos dados sobre crescente número de cidadãos que retornam (muitos irregularmente) de países vizinhos, os números divulgados não reduzem a grande incerteza quanto à real situação e as perspectivas da pandemia no país.

No contexto da detecção da variante Ômicron do vírus da Covid-19 na região austral da África, o Zimbábue passou a fazer parte da lista de países com restrições temporárias de viagens ao Brasil, segundo a Portaria nº 660 de 27 de novembro de 2021, publicada pela Presidência da República/Casa Civil.



POLÍTICA EXTERNA

O Zimbábue é membro fundador da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e um dos 16 estados-membros da organização, estabelecida em 17 de agosto de 1992. O país, na pessoa do ex-presidente Robert Mugabe, considerado um dos *founding fathers* da organização, exerceu a presidência do bloco no período de 2014 a agosto de 2015. O relacionamento entre o Zimbábue e a SADC foi às vezes conflituoso na era Mugabe, que, não obstante, recebeu diversas homenagens dos países da Comunidade, quando de sua morte, em setembro de 2019.

De agosto de 2019 a agosto de 2020, o Zimbábue ocupou a presidência da “troika” para o órgão da SADC sobre política, defesa e cooperação em segurança. Como expressão de solidariedade ao Zimbábue, os países membros da SADC decidiram, na cúpula de agosto de 2019, declarar o dia 25 de outubro como dia de solidariedade contra as sanções, consideradas ilegais, impostas ao país, e resolveram promover atividades variadas naquele dia para demandar o fim imediato das medidas punitivas.

Os EUA, como nos tempos de Mugabe, continuam a ser denunciados pelo governo como promotor de agenda “anti-Zimbábue” por meio de “divulgação de informações falsas” sobre a situação no país.



ECONOMIA

A economia do Zimbábue é altamente dependente dos setores de mineração e agricultura. Entre 2002 e 2008, houve contínua contração do PIB e processo de hiperinflação. Entre as razões para essa espiral hiperinflacionária, destacam-se a desarticulação do setor agrícola, a queda da arrecadação tributária, a crescente impressão de moeda para financiar os sucessivos déficits públicos e o isolamento quanto aos principais mercados financeiros internacionais em decorrência das sanções norte-americanas e europeias. Em 2009, com taxas de inflação que chegavam a 1.500% ao ano, o governo do Zimbábue decidiu dolarizar a economia e permitir também a circulação de moedas de países vizinhos, como África do Sul e Botsuana, o que conseguiu debelar a hiperinflação, tendo os índices de preço recuado para menos de 10%.

Entre 2009 e 2012, a economia passou a registrar crescimento real de mais de 10% ao ano, antes de cair para baixo dos 3% entre 2013 e 2016, por conta de más colheitas, baixas receitas provenientes da exploração do diamante e da redução da taxa de investimento. Após certa recuperação da atividade econômica no biênio de 2017-18, nos últimos dois anos o PIB retraiu mais de 8%, para o que também contribuiu a pandemia de Covid-19.

De maneira geral, a volatilidade dos preços no setor de mineração e as deficiências de infraestrutura e regulatórias, somadas ao ambiente institucional pouco receptivo a investimentos privados e ao alto endividamento público e externo, têm prejudicado o desenvolvimento econômico do Zimbábue.

Em janeiro de 2015, como parte do esforço do governo de impulsionar o comércio e atrair investimentos estrangeiros, o *Reserve Bank of Zimbabwe* (RBZ) anunciou que o renmimbi chinês, a rúpia indiana, o dólar australiano e o iene japonês seriam aceitos legalmente no país. Em junho de 2019, porém, o RBZ aboliu o sistema de múltiplas moedas e instaurou novo dólar do Zimbábue.

O governo do Zimbábue tem buscado retomar contato com instituições financeiras internacionais. Em outubro de 2016, pagou aproximadamente US\$ 108 milhões ao Fundo Monetário Internacional relativos a dívidas anteriores, mas analistas financeiros observam que dificilmente o país logrará novos programas de financiamento, por não dispor ainda de planos para pagar mais de US\$ 1,7 bilhões ao Banco Mundial e ao Banco de Desenvolvimento Africano. Ademais, as instituições financeiras internacionais condicionam novos empréstimos a reformas fiscais e estruturais.

Empresas locais exportadoras e importadoras estão tendo seu desempenho afetado de forma negativa em função da crise econômica vivida pelo país.

Em fevereiro de 2020, o Zimbábue aderiu oficialmente à Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA, ou AfCTA, na sigla em inglês), por ocasião da 33ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado da União Africana, em Adis Abeba. No entanto, o país é membro do chamado grupo de países do G-6, que apoia a ZLCCA, mas argumenta que possuem desafios de desenvolvimento específicos. Os demais membros do G-6 são a Etiópia, Madagascar, Malauí, Sudão e Zâmbia.



ACORDOS BILATERAIS**1) Acordo Comercial**

Firmado em Harare, 20/06/1988

2) Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista Permanente de Cooperação

Firmado no Rio de Janeiro, 10/09/2006

3) Acordo de Cooperação Técnica

Firmado no Rio de Janeiro, 10/09/2006.

4) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Firmado em Brasília, 11/05/2010.

5) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo

Firmado em Foz do Iguaçu, 08/06/2010.

6) Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico

Firmado em Brasília, 16/11/2010.

7) Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas

Firmado em Brasília, 16/11/2010.

Acordo em processo de promulgação:

Acordo de Cooperação Cultural

Firmado em Brasília, 16/09/1999.

DAF II, 06/12/2021



MAPA DO ZIMBÁBUE

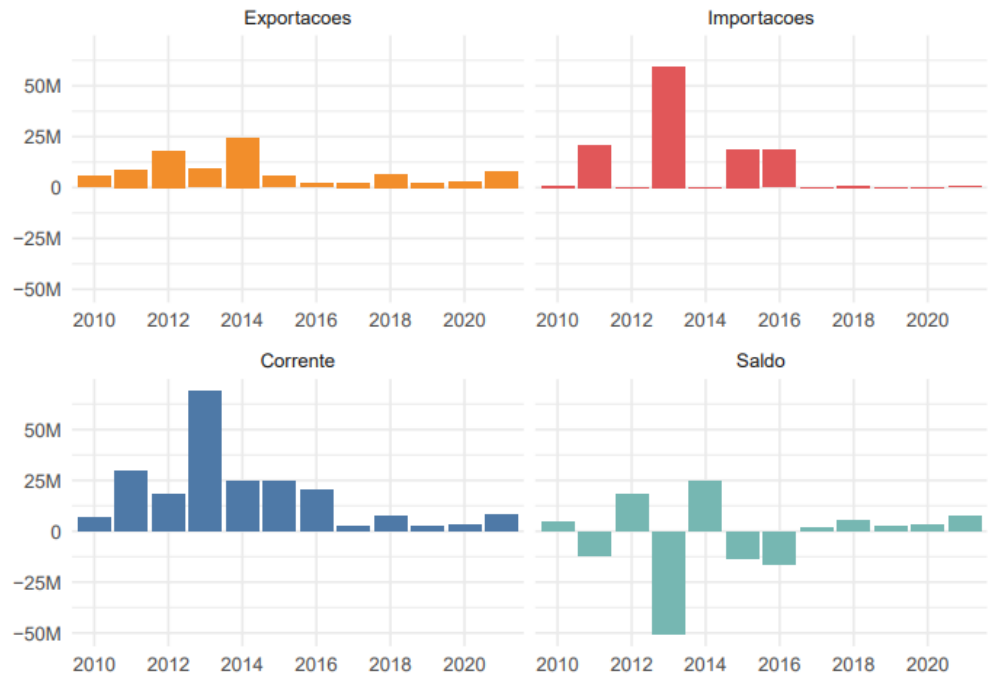
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Zimbábue
CAPITAL:	Harare
ÁREA:	390.757 Km²
POPULAÇÃO (est. 2020):	14,5 milhões
IDIOMAS:	Inglês (oficial), shona, ndebele e 13 outras línguas minoritárias
PRINCIPAIS ETNIAS:	Majoritariamente shona e ndebele
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestantes (74,8%), católicos (7,3%), outros cristãos (5,3%), muçulmanos (0,5%) sem religião (10,5%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Emmerson Mnangagwa (desde novembro de 2017, reconduzido em julho de 2018)
CHANCELER:	Frederick Shava (desde 09/02/2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado
EMBAIXADOR EM HARARE:	A ser designado
PIB (2020):	US\$ 16,77 bilhões
PIB PPP (2020):	US\$ 43,03 bilhões
PIB per capita (2020):	US\$ 1.128,21
PIB PPP per capita (2019):	US\$ 2.895,42
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar zimbabueano



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Brasil-Zimbábue, Fluxo de Comércio agregado até Outubro

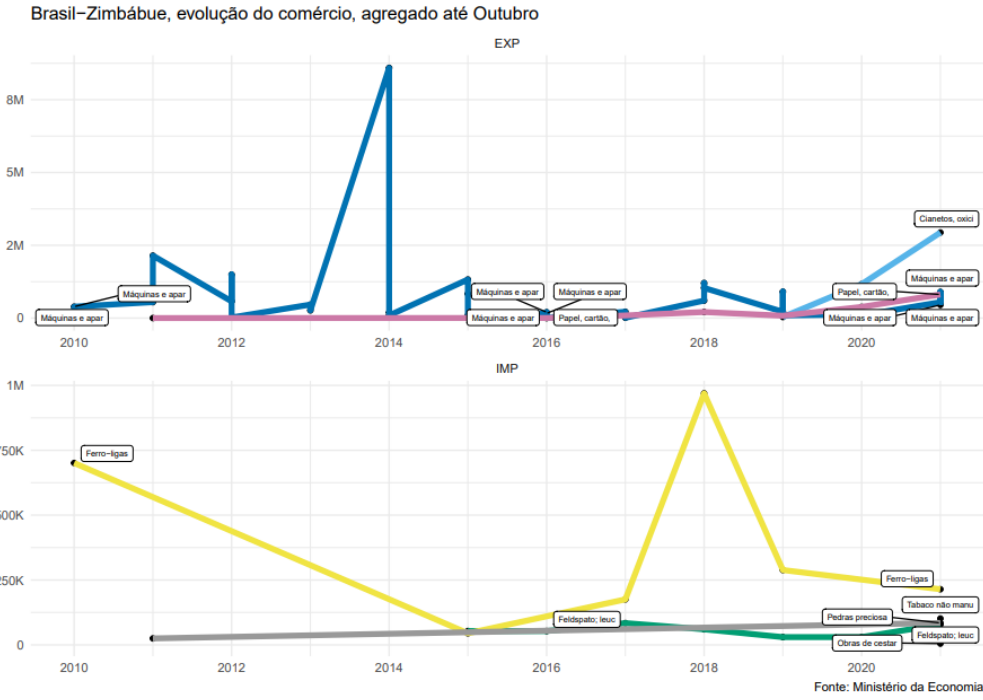
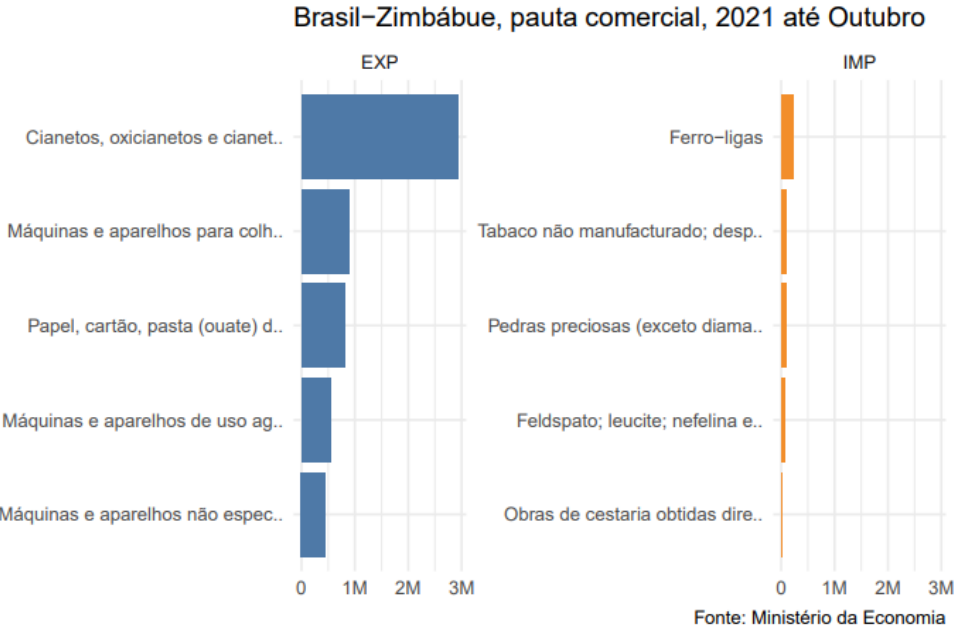


Fonte: Ministério da Economia

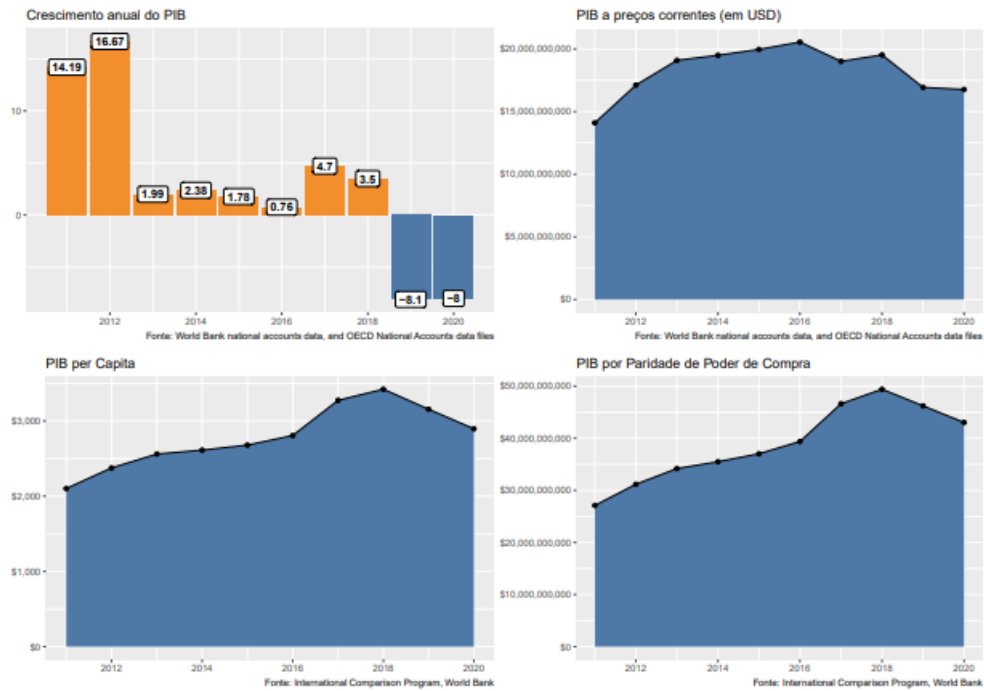
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	8M (165.94%)	3M (21.21%)	3M (-62.60%)	7M (194.56%)	2M (10.17%)
Importacoes	485K (1 494.619%)	30K (-90.725%)	328K (-69.049%)	1M (297.695%)	266K (-98.550%)
Saldo	8M (152.5%)	3M (38.1%)	2M (-61.4%)	6M (180.9%)	2M (-87.7%)
Corrente	9M (179.11%)	3M (8.26%)	3M (-63.48%)	8M (205.37%)	3M (-87.56%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2M (-62.90%)	6M (-77.33%)	25M (168.79%)	9M (-49.77%)	18M (103.10%)
Importacoes	18M (-2.272%)	19M (44 539.692%)	42K (-99.929%)	60M (723 209.693%)	8K (-99.961%)
Saldo	-16M (-223.2%)	-13M (-154.0%)	25M (-51.4%)	-50M (-377.6%)	18M (52.1%)
Corrente	20M (-16.13%)	24M (-0.94%)	25M (-64.21%)	69M (277.76%)	18M (-39.07%)

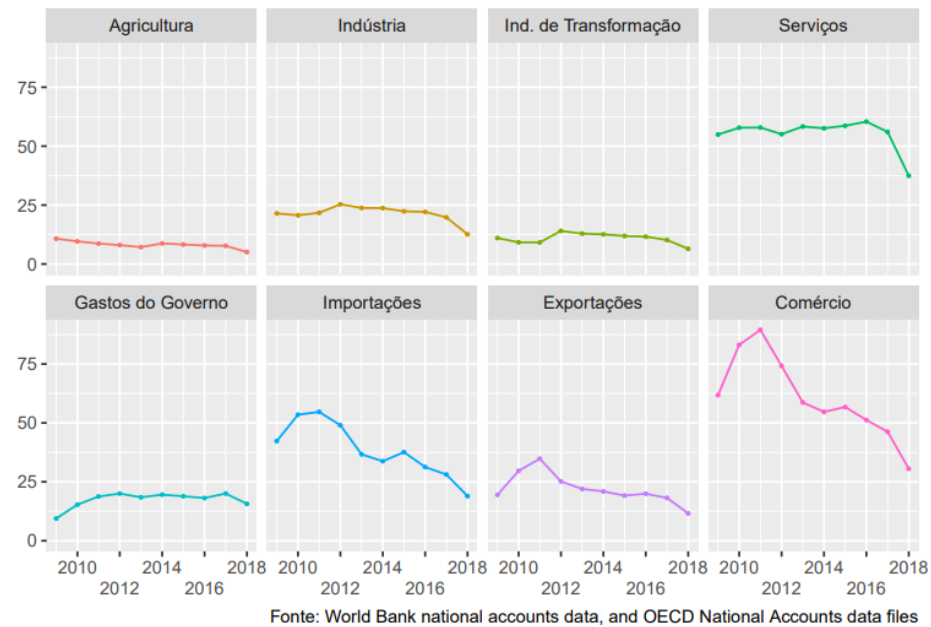




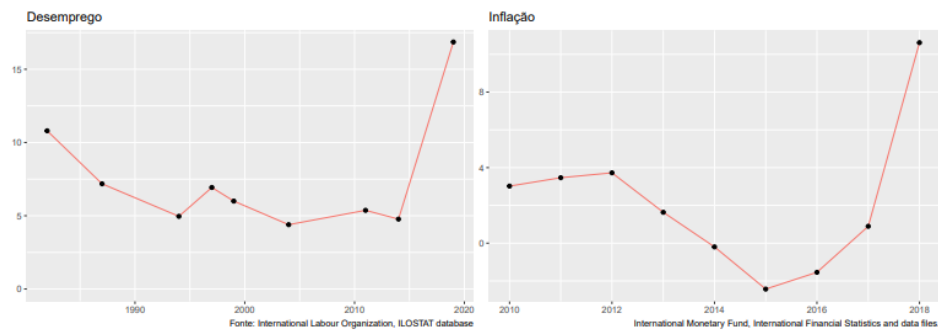
Produto Interno Bruto



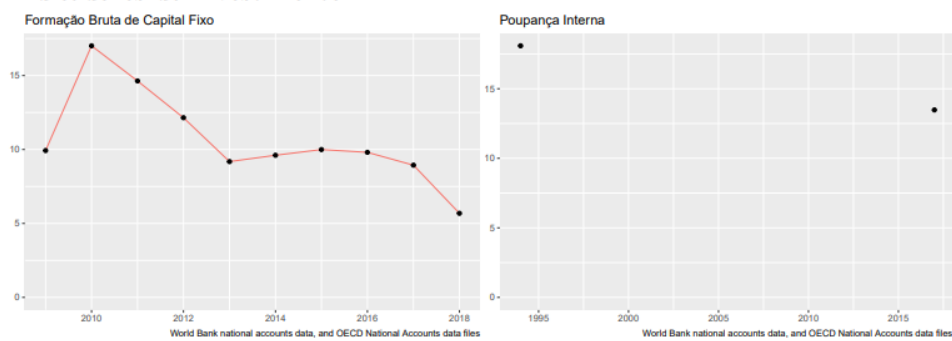
Estrutura da Economia em Proporção do PIB



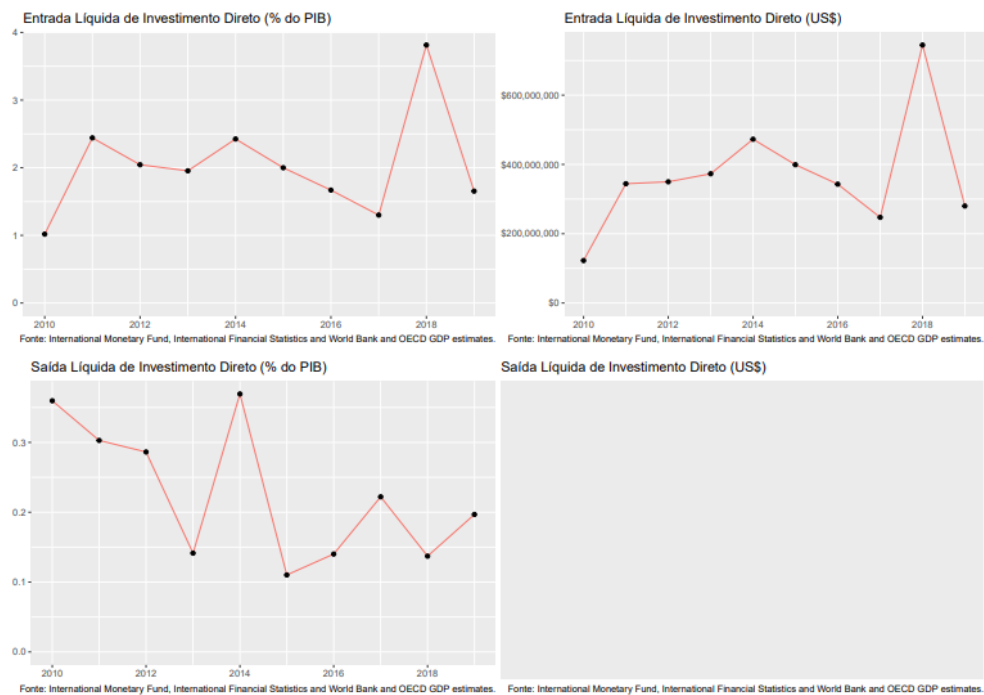
Indicadores de Inflação e Desemprego



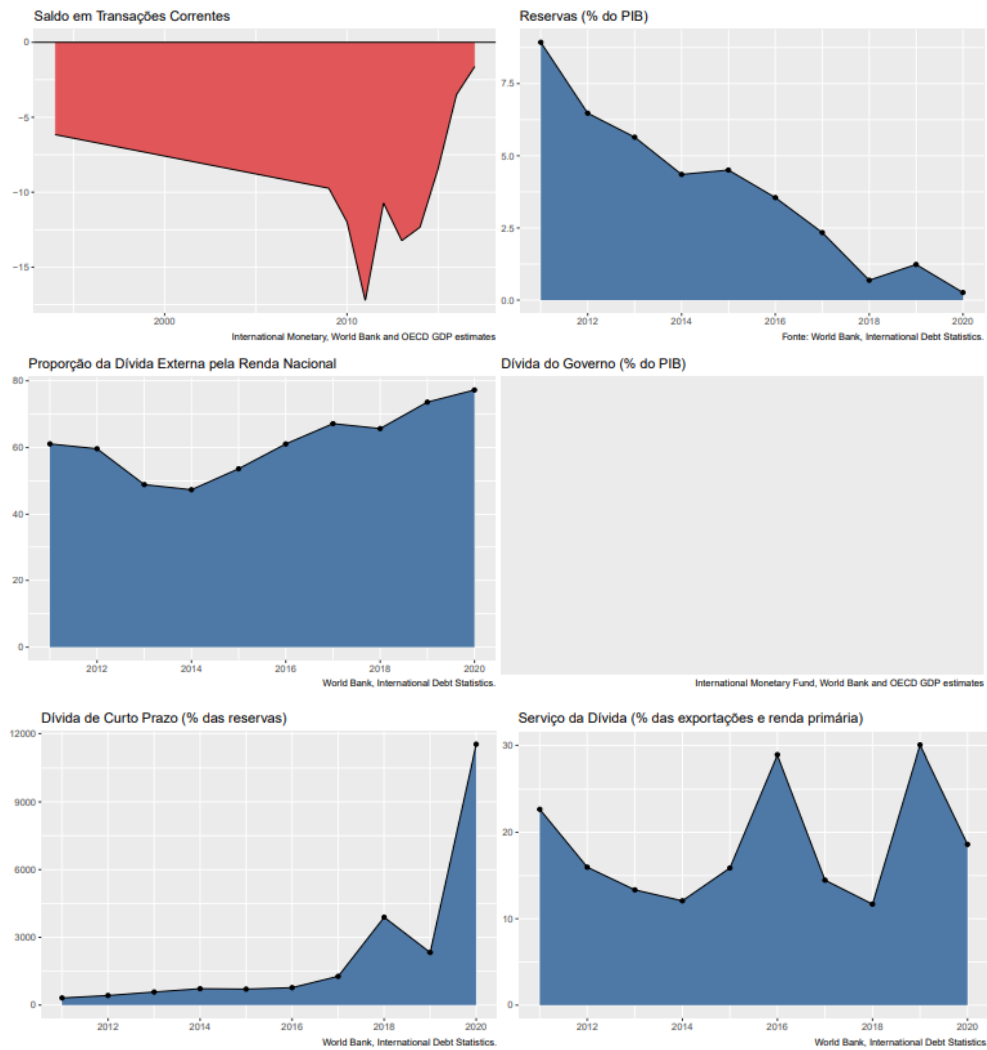
Indicadores de Investimento



Fluxo de Investimentos



Indicadores de Solvência Externa





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 4, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 714

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de dezembro de 2021.



EM nº 00267/2021 MRE

Brasília, 15 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino da Suazilândia e na República de Madagascar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



24/12/2021 10:04

SEI/PR - 3090346 - OFÍCIO

00001.009978/2021-60



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 1048/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de dezembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/12/2021, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR**

CPF: 874.509.097-15

1965 Filho de Adhemar Seabra da Cruz e de Benedita Aguida da Silva Seabra da Cruz, nasce em 2 de outubro, em Petrópolis/RJ.

Dados Acadêmicos:

1987 Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ (UERJ)
 1991 CPCD-IRBr
 1995 Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB)
 1999 Mestre em Filosofia, Lógica e Método Científico pela London School of Economics and Political Science (LSE), Londres, Reino Unido
 2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
 2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr
 2009 LIV Curso de Altos Estudos - CAE: "Diplomacia, Desenvolvimento e Sistemas Nacionais de Inovação: Estudo Comparado entre Brasil, China e Reino Unido"

Cargos:

1991 Terceiro-secretário
 1996 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário
 2009 Conselheiro
 2014 Ministro de segunda classe

Funções:

1991-92 Subchefe da Divisão de Difusão Cultural (DDC)
 1992-96 Assessor do chefe do Departamento Cultural (DC)
 1996-2000 Embaixada em Londres, segundo-secretário
 2000-03 Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro
 2001-03 Diretor nacional do Projeto BRA/00/001, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
 2003-06 Embaixada em Lima, segundo-secretário, primeiro-secretário e encarregado de negócios
 2006-09 Embaixada em Montevidéu, primeiro-secretário
 2009-15 Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC)
 2015-16 Assessor especial do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
 2016 Coordenador-geral de procedimentos disciplinares - Corregedoria do Serviço Exterior
 2016-21 Consulado-Geral em Toronto, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
 2021- Embaixada em Varsóvia, ministro-conselheiro

Publicações:

1993 "Brazil's Foreign Policy under Collor". Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Miami, v. 35, p. 119-144
 2002 "Brazil: coping with the structural constraints", in Diplomacy and Developing Nations: post-Cold War Foreign Policy-Making and Structures. Londres, Frank Cass Publishers (com Lampreia, L. F.)
 2003 "Pelo Exemplo e pela Germinação: a atualidade do pensamento de San Tiago Dantas". Ius et Iustitia, São Paulo, vol. 1, pp. 55-78
 2004 "Justiça como Equidade: Liberais, Comunitaristas e a Autocrítica de John Rawls". Lumen Juris/RJ
 2004 "Paz e Terrorismo", com Proença Jr., D., Brigagão, C. & Valladão, A. (organizadores), Editora HUCITEC/SP
 2007 "Um Novo Bipolarismo - Notas Metodológicas para a Definição do Sistema Internacional", in Contexto Internacional (PUC-RJ), vol. 28, pp. 399-464
 2009 "Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, v. 1 p. 288



- 2011 "Globalização, Inovação e Sistema Internacional: o Brasil e as Transformações da Economia Mundial".
Revista FAAC, v. 1, p. 165-178
- 2013 "Constituinte e Democratização no Brasil: o impacto das mudanças do sistema internacional". Revista
Lua Nova (CEDEC), v. 88, p. 217-256
- 2019 "'Seguro de si mesmo': a política externa brasileira no regime militar: continuidade, adaptação e
estratégias para a ordem bipolar", Brasília, FUNAG (no prelo)

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



2

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES****REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE****OSTENSIVO****ÍNDICE**

	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA	19
POLÍTICA EXTERNA	21
ECONOMIA	25
MAPA	29
DADOS COMERCIAIS	30



PERFIS BIOGRÁFICOS

Filipe Jacinto Nyusi - *Presidente da República*. Nascido em 9 de fevereiro de 1959 na província de Cabo Delgado, formou-se em engenharia mecânica (na antiga Tchecoslováquia) e administração (na Universidade de Manchester, na Inglaterra). Foi diretor-executivo da Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresa pública que gere os sistemas ferroviário e portuário do país, tendo sido indicado para o conselho diretor da companhia em 1995. Foi nomeado Ministro da Defesa em 2008. Em 2012, foi eleito para o Comitê Central da Frelimo. Em março de 2014, foi escolhido – com o apoio do Presidente Armando Guebuza – candidato da Frelimo à presidência de Moçambique nas eleições gerais daquele ano. Eleito em outubro de 2014, tomou posse em janeiro de 2015 e foi reconduzido ao cargo nas eleições gerais de outubro de 2019.



Carlos Agostinho do Rosário – *Primeiro-Ministro*. Nascido em 26 de outubro de 1954 em Maxixe, foi nomeado Primeiro-Ministro em 15 de janeiro de 2015. É graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane e possui mestrado em Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural pelo Wye College, no Reino Unido. Exerceu funções no Ministério de Obras Públicas entre 1977 e 1983; foi nomeado governador da província de Zambézia em 1987; elegeu-se deputado em 1994, e foi titular da pasta da Pesca e Agricultura entre 1994 e 1999. Como diplomata, atuou na Índia e no Sri Lanka, e foi embaixador de Moçambique na Indonésia de 2009 a 2015, cargo que deixou para assumir o atual posto de Primeiro-Ministro.



Verónica Nataniel Macamo Dlhovo – *Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação*. Nascida em 1º de novembro de 1957, no Distrito de Bilene, na Província de Gaza. Graduou-se em Direito na Universidade Eduardo Mondlane. Exerceu cargos de Alfabetizadora na Direção Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (1978-1983), de Assessora Jurídica de Empresas desde 1994, de Presidente do Conselho de Administração do Fundo do Turismo (2000-2009), de Conselheira de Justiça (2005-2007), de Assessora Jurídica do Ministro das Finanças (2002-2009). Na carreira política, foi deputada da Assembleia da República de 1994 a 2020, tendo sido, nesse período, Primeira Vice-Presidente da Assembleia da República (2000-2009) e Presidente da Assembleia da República (2010-2020). Além disso, foi também Presidente do Comitê de Modernização da Assembleia da República (1999-2005) e Presidente do Conselho Consultivo de Administração da Assembleia da República (2005-2009). É integrante da Comissão Política da Frelimo, partido governista, desde 1997, e de seu Comitê Central desde 1991, de cujo Secretariado exerceu as funções de Secretária para as Relações Exteriores (1995-1997).

RELAÇÕES BILATERAIS

5

O Brasil mantém relações diplomáticas com Moçambique desde 1975, ano da independência do país, declarada em 25 junho e imediatamente reconhecida pelo Brasil. Em 1º de março de 1976, o então Consulado-Geral do Brasil em Lourenço Marques (antigo nome da capital Maputo) foi transformado na Embaixada do Brasil em Moçambique. A embaixada moçambicana em Brasília, por sua vez, foi aberta em janeiro de 1998.

Moçambique e seu povo têm grandes expectativas com relação ao Brasil. O passado colonial comum, a mesma língua e a forte identidade cultural compõem o pano de fundo a partir do qual a relação bilateral é percebida pelos moçambicanos. O Brasil é visto como país que alcançou estágio de desenvolvimento que permitiria contribuir para a superação de desafios econômicos e sociais em países irmãos como Moçambique.

Aliada a essa percepção positiva, o Brasil tem presença ampla e abrangente no país, sobretudo nas áreas de cooperação e investimento. Moçambique é o maior beneficiário de cooperação brasileira no continente africano, com projetos pioneiros e estruturantes. O Brasil reagiu, ainda, com rapidez, em dois episódios marcantes experimentados por aquele país em 2019: os ciclones Idai e Kenneth, em março e abril, respectivamente.

Reuniões bilaterais

O caráter estratégico das relações bilaterais revela-se pela frequência de visitas de alto nível. O então Presidente Lula visitou três vezes o país – em 2003, 2008 e 2010. A então Presidente Dilma Rousseff visitou Moçambique em 2011. O então Vice-Presidente Michel Temer visitou Maputo em 2012, no contexto da Cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O então Presidente moçambicano Armando Guebuza também visitou o Brasil três vezes – em 2007, 2009 e 2012 (no contexto da Rio+20). O Presidente Filipe Nyusi, ainda na condição de candidato à presidência, esteve no Brasil em 2014.

O então Chanceler Oldemiro Balói visitou o Brasil em novembro de 2016, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. O Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira esteve em Maputo em 2015, e, em 2017, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Moçambique.

Os chanceleres, que já trocaram convites para visitas a seus países, têm mantido contato frequente para tratar da vasta agenda bilateral, tendo sido o último encontro à margem da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021. Na ocasião, conversaram sobre cooperação técnica e humanitária, comércio e investimentos, cooperação em defesa, entre outros.

Mecanismo de consultas políticas

Brasil e Moçambique firmaram, em 11/05/2017, Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas, que entrou em vigor na data de sua assinatura. O instrumento prevê reuniões regulares sobre temas bilaterais, bem como sobre questões regionais e internacionais de interesse comum, a serem realizadas alternadamente no Brasil e em Moçambique.

Em janeiro de 2019, o então ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, José Pacheco, manifestou interesse em visitar o Brasil e inaugurar o mecanismo, cuja primeira reunião poderia servir também para preparar eventual visita do presidente Filipe Nyusi ao país – o que não se concretizou. Em janeiro de 2020, na cerimônia de posse de seu segundo



6

mandato, o presidente Nyusi manifestou pessoalmente ao embaixador Ruy Pereira, representante do Senhor PR na ocasião, a intenção de viajar ao Brasil.

À exceção de encontros à margem da Cúpula e do Conselho de Ministros da CPLP, a última visita bilateral de um MNE moçambicano ao Brasil ocorreu em 2011. Desde então, três ex-chanceleres brasileiros estiveram em Maputo: em 2012, 2015 e 2017.

Cooperação técnica

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) na África, com iniciativas em áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outros) e projetos estruturantes.

As ações de cooperação técnica com Moçambique estão amparadas pelo Acordo Geral de Cooperação, promulgado em 15 de setembro de 1981. Devido ao intenso programa de cooperação entre os países, um novo acordo mais abrangente foi firmado em 30 de março de 2015, mas, no momento, ainda segue em tramitação no Congresso Nacional.

As iniciativas de cooperação técnica bilateral com Moçambique foram afetadas, a partir do início de 2019, em função da passagem devastadora dos ciclones Kenneth e Idai, que mobilizou os esforços governamentais para a superação da destruição causada no país, em especial em sua estrutura produtiva e de segurança alimentar e nutricional. Em 2020, a pandemia de Covid-19 também afetou fortemente a execução e prospecção de projetos. A partir do segundo semestre de 2021, os projetos interrompidos durante a pandemia vêm sendo retomados.

O programa de cooperação bilateral com Moçambique conta com 6 (seis) projetos de cooperação em execução:

1. *Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique – Fase II*: em colaboração com o SENAI, o projeto tem como objetivo implementar um Centro de Formação Profissional na área de alimentos em Nampula, bem como criar unidades de formação na mesma área nas escolas de Malema e Cuamba, situadas na região Norte de Moçambique;
2. *Capacitação em Produção de Medicamentos Antirretrovirais*: o projeto, em colaboração com a FIOCRUZ, tem previsão de vigência até 2022 e é complementar à implantação da fábrica de medicamentos em Moçambique, e tem como objetivo capacitar os profissionais moçambicanos que atuarão nas operações de produção de produtos farmacêuticos. Foi recentemente assinada sua revisão, para acomodar algumas alterações nas atividades, como, por exemplo, a capacitação à distância, em função das dificuldades de locomoção internacional decorrentes da pandemia da COVID-19.
3. *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique – Fase II*: a iniciativa tem o intuito de contribuir para a redução do déficit habitacional em Moçambique. Na execução do projeto, cerca de 100 técnicos brasileiros promoveram ações de capacitação e transferência de tecnologia, assim como vieram ao Brasil 22 técnicos moçambicanos. Considera-se que mais de 200 técnicos moçambicanos foram capacitados, tanto da administração pública quanto da sociedade civil. O projeto está em fase de conclusão, e realizam-se agora as atividades de avaliação;
4. *Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados*: o projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da Justiça no país, dotando as instituições moçambicanas de recursos humanos



7

qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições. Prevê a capacitação de formadores do Centro de Formação Jurídica e Judiciária em Moçambique, de lideranças da magistratura moçambicana e demais magistrados para a elaboração de instrumentos eficazes de atuação no âmbito penal e no de interesses gerais e difusos. Serão capacitados 60 (sessenta) formadores e magistrados moçambicanos. Duas turmas já foram capacitadas;

5. *Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique*: os dois projetos são implementados conjuntamente. A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (REDEBLH-BR) é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS e tem dado suporte aos países africanos que implantaram Bancos de Leite Humano, com base no modelo brasileiro. A implantação dos projetos consiste em estabelecer uma unidade de Banco de Leite Humano no Hospital Central de Maputo, o que contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique
6. *Apoio à Implantação do Centro de Telessaúde, da Biblioteca, e do Programa de Ensino a Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique*: ambos os projetos são implementados conjuntamente e se propõem a desenvolver competências locais, por meio de qualificação de recursos humanos, para atuarem como multiplicadores das ações estratégicas de saúde da mulher e do recém-nascido; e assim formar a massa crítica necessária para processar as demandas do setor.

Há, ainda, duas ações simplificadas em execução:

1. *Apoio à consolidação da MoRENet*: o projeto desenvolverá ações de capacitação técnica em engenharia, gestão e governança de redes nacionais avançadas.
2. *BRAMOTEC II - Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica de Moçambique*: tem o objetivo de melhorar a qualificação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura (30), Design de Interiores (10) e Turismo & Hotelaria (24);



Cooperação Técnica Trilateral com Países Desenvolvidos

Moçambique também é beneficiado com as seguintes iniciativas do Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão – JBPP.

1. *ProSavana (PEM – Projetos de Extensão e Modelos)*: as formações propostas no âmbito do “ProSavana-PEM Programa de Formação de Capacidades em Extensão Rural. Corredor de Nacala” têm por objetivo o fortalecimento da extensão rural como indutora do desenvolvimento rural integrado e sustentável em Moçambique. As capacitações visam fortalecer o Sistema Nacional de Extensão (SISNE) e os Serviços Unificados de Extensão (SUE) por meio de três componentes técnico-científicos: a concepção e operacionalização da extensão rural como sistema; banco de dados e informações estruturadas pelo Sistema de Recolha e Análise de Dados (Plataforma SIRADE); e a exploração da agropecuária pela base técnica da agricultura de conservação. Até o presente momento foram treinados 118 técnicos da Direção Nacional de Extensão Agrária – DNEA de Moçambique.
2. *Curso Internacional de Atenção Humanizada à Mulher e ao Recém-Nascido – promovido pelo Hospital Sofia Feldmann, de Belo Horizonte*: o curso é direcionado a profissionais de saúde e gestores de unidades de atendimentos de saúde e hospitais de Angola e Moçambique, e tem como propósito capacitá-los para a humanização do parto.
3. *Curso Internacional de Capacitação para Gestores de Unidades de Formação Profissional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – Com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – São Paulo)*: o curso tem como objetivo propiciar visão sistêmica do processo de educação profissional, envolvendo planejamento, implantação e gestão de unidades escolares, considerando aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, e permitindo aos participantes conceituar estrutura de gestão de unidades de formação profissional; analisar e avaliar conhecimentos, habilidades e atitudes do diretor ou gestor de processo de unidade de formação profissional; compreender práticas exitosas de gestão e de direção de unidades de formação profissional; experimentar vivências em diferentes ambientes de ensino e em ambientes industriais; e conhecer técnicas para aproximar o setor produtivo da unidades de formação profissional.

A parceria de cooperação técnica trilateral com Portugal está amparada pelo “Memorando de Entendimento para o Desenvolvimento de Ações de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento em Terceiros Países”, assinado em 01/11/2016, em Brasília, à margem da Cimeira Luso-Brasileira.

1. Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa como um Sistema Agroflorestal Integrado no Contexto da Deflorestação, Alterações Climáticas e Segurança Alimentar. Por meio da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Brasil apoia os técnicos e agricultores locais do Parque Nacional da Gorongosa no melhoramento dos atuais sistemas de produção de café, com a introdução e otimização das práticas de desenvolvimento sustentável.



9

Além das ações de capacitação, o Brasil apoiará a elaboração de um manual de boas práticas de gestão e manejo da cultura (plantio; colheita; e armazenagem de café) para as comunidades locais em Moçambique. Espera-se, igualmente, apoiar o Governo moçambicano na obtenção de certificação de qualidade do café de acordo com os padrões internacionais.

Cooperação técnica regional

Programa de capacitação de diplomatas: o Instituto Rio Branco (IRBr) implementa, em parceria com a ABC, desde o ano de 2008, programa de capacitação para diplomatas estrangeiros com vistas a atender jovens profissionais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Até o ano de 2020, formaram-se no IRBr 6 diplomatas moçambicanos. No biênio 2021/2022, um moçambicano participa do programa.

Programa de capacitação de militares: a ABC, em parceria com o Ministério da Defesa, tem apoiado, desde o ano de 2009, a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos nas Academias das Forças Armadas brasileiras. No período de 2009 a 2020, foram capacitados 144 militares moçambicanos nesse programa. Para 2022, está confirmada a oferta de vagas para 8 militares moçambicanos.

Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze: o projeto, executado em parceria com a EMBRAPA, foi assinado em 2014, e tem por objetivo ampliar a capacidade institucional e de recursos humanos nacionais (pesquisadores, extensionistas e produtores-líderes), do Malawi e de Moçambique, na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades. Renovado até junho de 2022, o projeto entrará em seu último ano de execução, já tendo realizado 93 missões, 15 cursos de treinamentos e 8 “dias de campo”, nos quais houve o envolvimento de aproximadamente 2 mil pessoas, entre técnicos do projeto, representantes da ABC e da EMBRAPA, bem como de outras instituições. Após a avaliação final dos impactos do projeto, concluiu-se que os principais ganhos para os países africanos foram o aumento de renda dos produtores, a melhoria na gestão das propriedades agrícolas, a internalização de boas práticas na produção do algodão, o aumento na produção e na produtividade de algodão (dobrou a produção), o fortalecimento técnico das instituições envolvidas, a melhoria e a aprovação da lei de sementes certificadas, a melhoria das infraestruturas e a aquisição de equipamentos e veículos.

Brasil – PALOP + Timor Leste – Portugal

1. *PROCULTURA* – (“*Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP e Timor-Leste*”). O projeto está em fase de assinatura. O PROCULTURA tem por objetivo contribuir para o aumento do emprego e das atividades geradoras de rendimento nos PALOP-Timor Leste. O projeto destina-se a instituições de ensino técnico e formação profissional; instituições de ensino superior; tutelas da cultura; estudantes do ensino secundário e superior; criadores e profissionais líderes de desenvolvimento dos setores culturais; operadores econômicos nos setores da música, de artes cênicas e da literatura e, como beneficiários finais, os operadores dos setores da cultura, em particular da música, das artes cênicas e da literatura e cidadãos dos PALOP e Timor-Leste.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais



10

Estão em execução dois projetos de cooperação trilateral com organismos internacionais nas áreas de subprodutos e culturas associadas ao algodão (Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique), em parceria com o Programa Mundial de Alimentação (PMA); e de trabalho decente na cadeia de algodão (Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão na África e na América Latina – GLO/14/45/BRA, dentre os quais faz parte Moçambique), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

1. Alternativas de Produção e Escoamento dos Subprodutos do Algodão e Culturas Associadas em Moçambique. O objetivo do projeto-país é apoiar pequenos produtores de algodão e instituições públicas no escoamento da produção dos subprodutos do algodão (óleo, torta, etc.) e de produtos advindos da produção consorciada de algodão (milho, sorgo, feijão etc.), com vistas a contribuir para o aumento de renda dos pequenos produtores e para sua segurança alimentar e nutricional. Em março de 2021, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP), quando foi discutido e aprovado o plano de trabalho para 2021. Foi realizada, em agosto de 2021, visita de campo da coordenadora do projeto às províncias de Tete e de Manica para a apresentação do detalhamento do projeto, bem como para reforçar a importância do envolvimento, ativo e direto, dos técnicos do Serviços Distrital de Atividade Econômica (SDAE), que serão treinados e farão a disseminação de conhecimento e técnicas de plantio aos agricultores. Encontram-se em elaboração cursos virtuais sobre a análise de solo e de manejo da cultura do algodão, que poderão ser lançados no primeiro trimestre de 2022.

2. Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Trabalho Decente nos países produtores de algodão em Moçambique. O objetivo do projeto-país é contribuir com a promoção do trabalho digno, a fim de melhorar as condições de trabalho ao longo da cadeia do algodão em Moçambique, com base nos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho. De modo a viabilizar a negociação do projeto-país, em agosto de 2017, foi realizada missão de prospecção com a participação do Governo moçambicano e de instituições privadas e da sociedade civil locais, representadas pelo então Instituto de Algodão de Moçambique (IAM), pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), pelo Fórum Nacional de Produtores de Algodão (FONPA), pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e Florestas (SINTAF) e pela Universidade Eduardo Mondlane, dentre outros, além das citadas contrapartes brasileiras. Em fevereiro de 2020, foi realizado o primeiro Comitê de Acompanhamento de Projeto (CAP) e elaborado o planejamento para a implementação das atividades. O projeto foi assinado em abril de 2021, iniciando-se, na sequência, a implementação de suas atividades por meio virtual, em decorrência da pandemia da COVID-19



Cooperação Técnica com a CPLP

Dentre os projetos que o Brasil implementa em parceria com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Moçambique é parceiro em dois:

Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES): executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A iniciativa prioriza o intercâmbio do conhecimento e a mobilidade acadêmica no espaço da Comunidade. Estudantes, docentes, coordenadores de cursos, gestores e técnicos das instituições públicas de ensino superior dos Estados membros são os beneficiários diretos deste projeto.

Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP: executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), o projeto tem como objetivo apoiar os governos dos Estados membros da Comunidade na gestão dos recursos hídricos locais, por meio da transferência de tecnologia de redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; da capacitação de quadros de funcionários locais; e também da promoção de intercâmbio de experiências no desenvolvimento de marcos legais e de gestão de instituições responsáveis pelo tema.

Cooperação humanitária

Moçambique é parceiro prioritário da cooperação humanitária do Brasil.

Ciclones Idai e Kenneth

O ciclone Idai, que atingiu Moçambique em 14 de março de 2019, foi considerado o mais grave desastre natural de que se tinha registro naquele país. Não apenas o número de vítimas fatais elevou-se a mais de 1.300 pessoas, como também extenso dano foi causado à infraestrutura, incluindo a destruição de lavouras às vésperas da colheita. Além do cenário de insegurança alimentar, grave surto de cólera alastrou-se pela região central do país, que não dispunha de meios eficazes para combater a enfermidade. Além dos milhares de casos confirmados da doença, o número de infectados pela malária também subiu exponencialmente, chegando a mais de quinze mil pacientes. Simultaneamente, milhares de famílias ficaram desabrigadas.

A situação em Moçambique agravou-se ainda mais no dia 25 de abril daquele ano, quando o ciclone Kenneth, o mais forte já registrado em todo o continente africano, com ventos de até 220km/h, atingiu a província de Cabo Delgado, no norte do país. Apesar das ações preventivas adotadas, inclusive com o apoio brasileiro, o novo ciclone gerou mais algumas centenas de mortos e dezenas de milhares de desabrigados.

No contexto da catástrofe humanitária de grande porte representada pelo ciclone Idai, o Brasil empreendeu seus melhores esforços para auxiliar Moçambique nos trabalhos de resgate e assistência às vítimas.

No âmbito da CPLP, criou-se rubrica específica, em seu Fundo Especial, voltada a receber doações para Moçambique. Estados membros, Observadores Associados e terceiros países foram convidados a doar recursos, a serem remetidos para o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades moçambicano. O Brasil, além de colaborar com a doação de 100 mil euros provenientes de sua



12

contribuição ao Fundo Especial da CPLP, também contribuiu para minorar os efeitos do desastre, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Além da doação via CPLP, o Brasil prontamente ofereceu imagens satelitais para apoiar os trabalhos de resgate e salvamento no terreno. Enviou, ainda, duas aeronaves da FAB, com 40 bombeiros da Força Nacional e do Corpo de Bombeiros Militar do estado de Minas Gerais, bem como kits de uso emergencial, num total de 865 quilos de medicamentos. A gravidade da situação fez com que a missão, inicialmente prevista para cerca de 15 dias, fosse prorrogada por mais 20 dias.

Após o agravamento da situação humanitária no país, causado pela passagem do ciclone Kenneth, o Brasil aceitou o pedido do governo moçambicano no sentido de autorizar que os 30 bombeiros que se encontravam na região atingida pelo ciclone Idai fossem transferidos para a região norte de Moçambique, assolada pelo segundo ciclone. Adicionalmente, atendendo a novo pedido do país africano, o Brasil enviou outra equipe de socorristas, para substituir os bombeiros, acrescida de dez especialistas em saúde pública. O apoio brasileiro foi extensamente reconhecido pelo governo e pela sociedade moçambicanos.

Ademais, foi aberta conta bancária pela Caixa Econômica Federal, em nome do PMA, e campanha pública junto à sociedade brasileira que arrecadou cerca de US\$ 100 mil para apoio aos esforços de recuperação e reconstrução em Moçambique.

Pandemia de Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde de que o surto do novo coronavírus constituía Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o Brasil contribuiu para o enfrentamento à pandemia em Moçambique mediante doação de US\$ 100 mil, com apoio do PMA, para a aquisição de equipamentos e insumos médico-hospitalares.

Em seguimento aos compromissos assumidos em 2019, o Brasil está ultimando as providências para o envio, com o apoio do PMA, da doação de 4 mil toneladas de arroz beneficiado dos estoques públicos brasileiros administrados pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para reforçar a segurança alimentar e nutricional moçambicana, ainda mais afetada pela pandemia.

Antibiótico azitromicina

Em 7 de julho de 2021, foi realizada entrega simbólica ao ministro da Saúde de Moçambique, Armando Tiago, da doação brasileira de 18,3 mil ampolas do antibiótico injetável azitromicina 500mg, constante da Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial de Saúde.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado

O Brasil realizou a doação de 100 mil euros ao PMA em Moçambique, destacados de recursos depositados no Fundo Especial da CPLP, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para beneficiar, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.



13

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, na sigla em inglês), o deslocamento contínuo e a destruição dos meios de subsistência estariam exaurindo os recursos escassos das famílias, levando a uma grave crise de fome em meio a várias emergências de saúde e proteção. Um terço de toda a população de Cabo Delgado seria constituída de deslocados internos.

Cooperação Educacional

O Brasil é importante parceiro na formação de cidadãos moçambicanos. A título de exemplo, Moçambique é um dos principais beneficiários dos programas de bolsas para formação universitária de graduação e pós-graduação do governo federal e das universidades públicas brasileiras. Centenas de moçambicanos fizeram seus estudos universitários no Brasil, em especial no âmbito do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

PEC-G/PEC-PG

O PEC-G, criado em 1965, promove o acesso a cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, por meio da oferta gratuita em 111 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, das quais 61 federais, 17 estaduais e 33 privadas.

Desde 2000, foram selecionados 237 estudantes moçambicanos para o PEC-G, conforme detalhamento abaixo:

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
7	8	13	18	9	1	3	2	8	3	0	237

No ano de 2020 houve 3 estudantes selecionados (ver tabela acima).

Bolsistas moçambicanos apoiados pelo MRE

Os estudantes do PEC-G podem receber bolsas de estudo do governo brasileiro em casos específicos. Atualmente, o MRE oferece as seguintes bolsas pelo período de um semestre, passíveis de renovação:

- Bolsa Mérito: concedida a estudantes-convênio que apresentem notável rendimento acadêmico. Além da bolsa, o aluno recebe passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação.
- Bolsa MRE: dada a estudantes-convênio de instituições não federais que apresentem debilitada situação financeira após um ano de permanência no Brasil.

O Ministério da Educação também oferece bolsas, de igual valor, a estudantes PEC-G de Universidades Federais, conhecidas pela sigla Promisae (abreviatura de Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior). O repasse, entretanto, é feito diretamente às universidades federais participantes, que se encarregam dos respectivos processos seletivos.



14

Programa de Estudantes–Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

No mais recente edital do Programa (segundo semestre de 2018 e ingresso em 2019, exclusivo para doutorados) foram ofertadas 65 bolsas para moçambicanos do total geral de 103, o que colocou o país em posição de relevo. Angola e Colômbia, nas posições seguintes, receberam 7 e 4 bolsas, respectivamente.

No período de 2000 a 2019, foram selecionados 485 bolsistas moçambicanos. No ranking de países beneficiários, Moçambique ocupa atualmente a segunda posição, atrás da Colômbia (724), seguido de Peru (344) e Cabo Verde (163).

A seleção e o pagamento das bolsas PEC-G são de competência da CAPES e do CNPq.

Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global da CAPES

Com vistas a centralizar e harmonizar as políticas de apoio às relações entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e parceiros situados fora do eixo prioritário do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), a CAPES lançou em 2019 o Programa de Cooperação Estratégica com o Sul Global (COOPBRASS), voltado a estimular a formação de redes de pesquisa e aprimorar a produção acadêmica conjunta com os países com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação educacional. Dos 10 projetos selecionados em 2019, um contemplou o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, em parceria com a FIOCRUZ. O programa tem duração prevista de até 4 anos, tendo iniciado em 2020.

UNILAB

A Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) é instituição vinculada ao Ministério da Educação voltada para capacitação das juventudes brasileira e africana, com sede em Redenção, no Ceará, e unidade em São Francisco do Conde, na Bahia. A Unilab iniciou suas primeiras turmas de graduação em 2011, com a oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos países africanos de língua portuguesa e do Timor Leste.

Desde sua criação, a Unilab já formou 22 alunos de Moçambique em cursos de graduação nas mais diversas áreas. Atualmente, a universidade conta com 40 alunos moçambicanos ativos na graduação, e um na pós-graduação (mestrado).

A Unilab assinou, em abril de 2021, acordo de cooperação com o Instituto de Bolsas de Estudo (IBE) de Moçambique para ampliar a presença moçambicana naquela instituição acadêmica brasileira. Com vigência de cinco anos, o acordo prevê a oferta de 180 bolsas anuais de graduação, pós-graduação e capacitação de quadros.

Cooperação Educacional-Militar | Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros - PEPME

Moçambique apresenta regularmente candidatos ao Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), oferecido pelo Estado Maior da Armada (EMA), destinado à formação e ao aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha Mercante provenientes de países em desenvolvimento de interesse estratégico. O Programa oferece cursos de formação ministrados em português, com a inclusão de custeio de alojamento, alimentação, uniforme, auxílio financeiro, entre outras facilidades proporcionadas ao aluno.



15

No âmbito do PEPME 2018, foram selecionados 8 moçambicanos para participar dos cursos de graduação de Oficial de Náutica de Navegação (FONT) e de Oficial de Máquinas (FOMQ). Não houve, contudo, candidaturas moçambicanas em 2019, 2020 e 2021.

ProAfri

O Programa dedica-se à Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (ProAfri) foi iniciado em 2018. Total de 74 docentes moçambicanos foram admitidos no primeiro ano do programa, com bolsas, para a realização de seus cursos de mestrado ou doutorado em Instituições de Ensino Superior brasileiras, ao tempo em que mantiveram o vínculo com as instituições nas quais lecionam em Moçambique. Na segunda edição do ProAfri, em 2021, 75 professores universitários moçambicanos foram aprovados para estudos de mestrado e doutorado no Brasil.

O ProAfri tem o potencial de converter-se em valioso aporte ao desenvolvimento de longo prazo de Moçambique, uma vez que se trata de investimento educacional com elevado potencial multiplicador. O objetivo do ProAfri é dotar Moçambique de autonomia para formação de professores e pesquisadores. Terá significativo impacto, uma vez que diagnóstico do próprio governo moçambicano aponta a insuficiente qualificação do corpo docente como principal gargalo para a qualidade do ensino.

Atualmente há 48 instituições de ensino superior legalmente constituídas em Moçambique. Elas contam com cerca de 5.300 docentes em regime de dedicação integral. Destes, cerca de 540 são doutores e 1700, mestres. Os demais, quase 60% do total, possuem apenas a graduação.

Ensino técnico profissionalizante

Na área de ensino técnico e profissionalizante, têm sido implementadas iniciativas como o projeto "BRAMOTEC II", que tem como objetivo fortalecer a formação de 64 professores moçambicanos nas áreas de Agricultura, Design de Interiores e Turismo & Hotelaria.

A ação conta com envolvimento do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e do Ministério da Educação. Em face das limitações de locomoção internacional resultantes da pandemia de Covid-19, parte das atividades previstas no âmbito do programa foi postergada.

Cooperação em defesa

Com território de cerca de 800 mil km² e costa de aproximadamente 2,5 mil km, Moçambique é grande receptor de cooperação no setor, provida por países como Estados Unidos, China, França e Rússia. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Brasil e Portugal despontam como os principais colaboradores.

A atuação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica junto à Embaixada em Maputo tem dinamizado a cooperação na área.

O Brasil mantém colaboração com o Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique (ISEDEF), instituição na qual, desde a sua fundação, instrutores militares brasileiros provenientes das três Forças têm participado da formação de oficiais moçambicanos. De 2019 a 2021, cerca de 400 militares moçambicanos foram beneficiados pelo intercâmbio com os instrutores brasileiros, cuja atuação se tem concentrado em cinco disciplinas: Curso de Altos



16

Comandos; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Adequação de Quadros; Curso de Promoção a Oficial Superior; e Curso de Chefe de Operações. Esses cursos tratam de assuntos como fundamentos de estratégia, técnicas de Estado-Maior, operações defensivas, operações de cooperação e coordenação com agências, operações conjuntas e combinadas, doutrina naval e legislação aeronáutica.

Além desse apoio, os instrutores brasileiros têm assessorado o Comando do ISEDEF e das Forças Armadas e de Defesa de Moçambique em questões técnicas militares, quando solicitados. Em 2021, destacaram-se as seguintes demandas: alteração de grade curricular do Instituto, preparação de militares para atuação em operações psicológicas, apoio na montagem de Curso de Paz e Segurança da Universidade do Rovuma, apresentação da sistemática de gestão de pessoal do Exército Brasileiro e participação em seminários.

Militares moçambicanos também recebem formação em instituições brasileiras, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército – que acolhe, neste momento, seis cadetes moçambicanos – a Escola Naval e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), entre outras, em intercâmbios que contam com envolvimento da Embaixada e de sua Adidância militar, particularmente no que toca ao processo de prospecção de interesses e necessidades por parte do governo moçambicano, ao processo de seleção de oficiais para os cursos e ao apoio prestado aos contemplados. Adicionalmente, a Escola Superior de Ciências Náuticas de Moçambique (ESCN), vinculada ao Ministério dos Transportes e Comunicação, tem histórico de participação de seus alunos nos cursos de graduação do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros da Marinha do Brasil.

Cooperação em Energia

Moçambique é um dos países com maior potencial energético da África. Possui grandes reservas estimadas de carvão (23 bilhões de toneladas) e de gás natural (127 bilhões de metros cúbicos comprovados), além de elevado potencial de geração de energias renováveis, como eólica (4.700 MW), solar (2.700 MW) e bioenergia (2.200 MW).

Ademais, o país é o sétimo maior produtor de energia hidrelétrica na África subsaariana (2.187 MW) e apresenta um dos maiores potenciais hidrelétricos no continente (19.000 MW), ainda pouco aproveitado, o que representa boa perspectiva para investimentos, tanto na construção de usinas quanto na implantação de linhas de transmissão, do que o país é particularmente carente.

Quanto à geração elétrica, a maior parte advém de fontes renováveis, principalmente de usinas hidrelétricas (86%, 2015).

Moçambique apresenta forte aptidão agrícola, havendo grande potencial de produção de biocombustíveis, em razão de condições agroclimáticas favoráveis e da disponibilidade de terras aráveis (mais de 60 milhões de hectares), além de localização geográfica privilegiada para o escoamento da produção para Ásia, Europa e África do Sul. Pode-se destacar o potencial do país para produção de bioetanol a partir de cana-de-açúcar, especialmente tendo em vista a existência de quatro grandes usinas de açúcar já instaladas no país, uma delas, a Açucareira de Sena, na província de Sofala, controlada pelo grupo brasileiro Guarani.

O uso da biomassa para a produção de combustíveis de transportes e cogeração de eletricidade, contudo, ainda é incipiente. Apesar de a legislação moçambicana prever a mistura de



17

10% de etanol à gasolina (E10), o governo tem enfrentado obstáculos para sua implementação, principalmente devido à carência de capacitação técnica em áreas como fiscalização e regulação.

Gás Natural

A confirmação, em 2011, de vultosas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma, no extremo norte do país, e o projeto de liquefação de gás deverão posicionar Moçambique entre os maiores exportadores mundiais de gás. Além das oportunidades que poderão surgir para empresas brasileiras nesse processo, o Brasil poderá seguir contribuindo com Moçambique no compartilhamento de experiências.

Moçambique tem o potencial de se tornar o terceiro maior exportador de gás do mundo, na esteira do desenvolvimento das reservas da bacia do Rovuma, situada na província de Cabo Delgado. Preveem-se, para os próximos anos, expressivos investimentos internacionais, da ordem de 60 bilhões de dólares, para o aproveitamento dos hidrocarbonetos. Entre as grandes empresas de energia, a norte-americana ExxonMobil e a francesa Total desenvolvem projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) na localidade.

Realizou-se, em dezembro de 2020, o III Seminário Brasil-Moçambique de Petróleo, Gás e Setores Correlatos. Considerado um sucesso por ambas as partes, o evento foi organizado pela Embaixada do Brasil em Maputo, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) e a estatal moçambicana Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH). Entre os temas abordados, sublinhou-se que a experiência do Brasil na modernização do ambiente regulatório, na oferta periódica de áreas ao mercado e na subsequente atração de grandes multinacionais para o aproveitamento das reservas do pré-sal poderá ser compartilhada com a parte moçambicana, à luz do desenvolvimento do setor gasífero naquele país.

Investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é marcante e diversificada. Segundo dados do Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Brasil é hoje o maior investidor estrangeiro no país. Teve papel crucial na construção desse cenário a participação da Vale no projeto do Corredor Logístico Integrado de Nacala. Estima-se que o investimento total da mineradora em Moçambique ultrapasse a casa dos USD 10 bilhões.

Não há registro de fluxos recentes de investimentos moçambicanos no Brasil.

Comércio bilateral

A corrente total de comércio fechou o ano de 2020 em US\$ 72,3 milhões, revelando uma variação negativa da ordem de 50% em relação ao ano anterior. Tanto as exportações brasileiras (US\$ 33,5 milhões, queda de 4,5%) quanto as importações (US\$ 38,8 milhões, queda de 65,3%) apresentaram variação negativa em comparação a 2019.

O recuo acentuado das importações, especificamente, deve-se em grande medida à redução das compras de carvão tipo hulha, extraído pela Vale Moçambique da mina de Moatize. A empresa brasileira manteve por extenso período de tempo suas unidades de processamento paradas, em razão de trabalhos de manutenção e de readequação das plantas.

Os bens com maior peso na pauta exportadora brasileira em 2020 foram, por ordem de importância, produtos residuais de petróleo (15%), gordura e óleos vegetais (14%), carnes de aves



18

(11%), sais e peróxossais (5,7%), produtos da indústria de transformação (4,8%), calçados (4,5%), artigos de borracha (3,7%) e produtos de perfumaria (3%).

Quanto às importações de produtos moçambicanos, além do carvão tipo hulha (90%), destaca-se apenas o tabaco (7,4%). Vale registrar que, apesar da queda abrupta nos fluxos comerciais, o perfil das pautas permanece basicamente inalterado, com razoável diversificação de exportações brasileiras e forte concentração das importações.



POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. No entanto, o país viu-se mergulhado em guerra civil que opôs a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique) ao governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) de 1977 até 1992, quando se assinou Acordo de Paz, conhecido como “Acordo de Roma”.

O fato de o Acordo de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu prestígio internacional ao país. A realização de eleições multipartidárias (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; e a liberdade de expressão, religiosa e de associação chegaram a situar Moçambique como modelo para países em situação pós-conflito.

Apesar do Acordo de Paz e da realização regular de eleições, os desentendimentos entre a Frelimo e a Renamo nunca foram inteiramente superados. Persistem desavenças em certos assuntos, tais como o desarmamento total da Renamo e a incorporação de suas forças residuais às Forças Armadas de Moçambique.

Processo de paz

Em 6 agosto de 2019, foi assinado, em Maputo, o Acordo de Paz e Reconciliação. O evento histórico foi apresentado como conclusão do processo de paz entre o governo moçambicano e a Renamo. O instrumento foi firmado pelo presidente de Moçambique, Felipe Nyusi, e pelo general Ossufo Momade, líder da Renamo. O acordo tinha como propósito declarado encerrar conflitos remanescentes, não solucionados em mais de quatro décadas, em seguimento às tratativas de paz empreendidas por ocasião do fim da guerra civil (recorde-se que a guerra civil moçambicana teve início em 1977, dois anos após a independência do país, e terminou somente em 1992, com a assinatura do chamado “Acordo Geral de Paz”, pelo então presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo então presidente da Renamo, Afonso Dhlakama).

Compareceram à cerimônia de assinatura do “Acordo de Paz e Reconciliação” chefes de Estado e de governo, como Cyril Ramaphosa, da África do Sul, Paul Kagame, de Ruanda, e Edgar Lungu, da Zâmbia. Altos representantes de outros países africanos estiveram presentes, bem como a então Alta Representante da União Europeia para Política Externa e Segurança, Federica Mogherini.

Desde a assinatura do acordo de paz, no entanto, um segmento que se designa como “Junta Militar” da Renamo, liderada pelo general Mariano Nhongo, considerou nulo o ato, que previa um processo de desmilitarização, desarmamento e reintegração (conhecido pela sigla DDR) de membros do braço armado da oposição. Ataques da “Junta Militar” nas províncias centrais do país voltaram a crescer nos últimos dois anos, causando mortes e destruição.

Em janeiro de 2021, o presidente Nyusi novamente conclamou o general Mariano Nhongo a entregar as armas. Em julho último, Nyusi reiterou o convite a Nhongo para aderir à terceira fase do processo DDR, lançada naquele mês. O processo vem sendo implementado de forma irregular e sofreu certa paralisia ao longo do primeiro semestre de 2021, enquanto o país se voltava ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 e ao combate à insurgência extremista no norte do país.



20

Em 11 de outubro último, foi noticiado que o líder da “Junta Militar” havia sido morto em operação conduzida pelas Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique.

Eleições de 2019

O presidente Felipe Nyusi, da Frelimo, foi reeleito em 2019, no primeiro turno, com 73,4% dos votos, derrotando Ossufo Momade, candidato da Renamo, principal partido de oposição. Nyusi tomou posse em 15 de janeiro de 2020.

As eleições de 2019 representaram vitória da Frelimo, que, além de reeleger o presidente pela maior diferença percentual de votos desde 2009, também obteve 71,2% dos votos para a Assembleia da República, garantindo 184 dos 250 assentos no Parlamento. Dessa forma, o partido conta hoje com maioria qualificada no Legislativo, o que o habilita a promover até mesmo reformas constitucionais, para as quais são exigidos 2/3 dos votos no parlamento.

Poder Legislativo

A Assembleia da República de Moçambique é parlamento unicameral, com 250 membros eleitos diretamente por sistema de representação proporcional em lista fechada para mandatos de cinco anos. A última eleição legislativa foi realizada em outubro de 2019, sendo que, atualmente, três partidos estão representados no parlamento moçambicano: Frelimo (184 cadeiras), Renamo (60 cadeiras) e MDM (Movimento Democrático de Moçambique – 6 cadeiras).

Província de Cabo Delgado

Desde outubro de 2017, a província de Cabo Delgado, no extremo norte de Moçambique, vem sofrendo ataques do autodenominado “Al-Shabaab Moçambicano” (ASM), que, em poucos anos, se fortaleceu a ponto de ameaçar a estabilidade dessa porção do país.

Estima-se que a instabilidade no norte de Moçambique tenha resultado, até o momento, em mais de 2.500 mortes e 800 mil deslocados. A crise é agravada por doenças endêmicas e pela pandemia.

Em 10/03/2021, os EUA anunciaram inclusão do ASM em lista de “organizações terroristas estrangeiras”.

Com a aprovação pela reunião de cúpula extraordinária da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), foi iniciada oficialmente, em Pemba, em 09/08, a Missão da SADC para Moçambique (SAMIM), formada por tropas de África do Sul, Angola, Botsuana e Tanzânia.

O governo de Ruanda anunciou, em 09/07, que, a pedido de Moçambique, enviaria mil efetivos, entre militares e policiais, para combater a insurgência em Cabo Delgado.

Em 08/08, as Forças de Defesa de Ruanda (RDF) anunciaram que, em conjunto com as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, retomaram o porto e a vila sede do distrito de Mocimboa da Praia, a mais importante posição mantida pelos extremistas. A retomada de Mocimboa constitui marco simbólico e estratégico fundamental para Maputo.

Doação humanitária brasileira para Cabo Delgado



21

O Brasil doou € 100 mil ao PMA em Moçambique, em 28 de junho de 2021, com o objetivo de contribuir para minorar a insegurança alimentar no quadro da crise humanitária na província de Cabo Delgado.

A iniciativa integra um amplo programa de iniciativas de cooperação com Moçambique que está sendo formulado pela Agência Brasileira de Cooperação para impactar positivamente, direta e indiretamente, a segurança pública e o desenvolvimento econômico e social de Moçambique.

POLÍTICA EXTERNA

Em sua inserção internacional, Moçambique privilegia como principais plataformas sua participação na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Africana. A situação em Cabo Delgado, com a envolvimento de forças da SADC, reforçou essa prioridade.

No momento, o país está engajado em esforço de ampliar sua voz no cenário internacional, consubstanciado em sua candidatura ao CSNU para o mandato 2023/2024, projeto que, ao lado do combate à insurgência no norte do país, tem marcado a agenda de política externa moçambicana. Até o momento, houve endossos da União Africana e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) à candidatura moçambicana.

Sobre as principais parcerias do país com seus vizinhos, ressaltam-se: a relação econômico-comercial com a África do Sul; os vínculos políticos com a Tanzânia e o Zimbábue, que remontam ao período da formação do Estado nacional; e a relação com o Malawi, com interesses econômicos, questões lindeiras e vínculos étnicos entre as populações fronteiriças.

Moçambique também cultiva relacionamento privilegiado com os demais membros da CPLP, sobretudo em razão dos vínculos históricos, culturais e linguísticos que os unem. O país mantém, ainda, relações próximas com parceiros tradicionais - países europeus, EUA, Canada e Japão -, bem como com a China - que executa importantes obras de infraestrutura no país - e a Índia.

A questão da distribuição equitativa internacional de vacinas contra a pandemia de covid-19 constitui atualmente uma das prioridades da política externa moçambicana.

África do Sul

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, as intensas relações econômicas fazem da África do Sul o principal parceiro de Moçambique no continente africano.

Para ilustrar, a África do Sul é destino de aproximadamente 17% das exportações de Moçambique e é seu principal fornecedor externo, respondendo por 26% das importações moçambicanas, que se concentram em energia e automóveis.

Rússia

Moçambique esteve na zona de influência soviética desde a independência, em 1975, até 1987, quando, após a recusa pela União Soviética de sua entrada no Conselho para Assistência



22

Econômica Mútua (COMECON), abandonou o socialismo e aproximou-se do governo de Ronald Reagan, adotando o Plano de Reestruturação Econômica no início da gestão do ex-presidente Joaquim Chissano (1985-2005).

Nos últimos anos, Moçambique e Rússia ensaiaram movimentos de reaproximação que culminaram com a assinatura de importantes acordos, sobretudo em cooperação militar, tendo a Rússia oferecido treinamento de pessoal e equipamentos militares para o governo moçambicano. Em novembro de 2017, a Rússia anunciou o perdão de 90% da dívida moçambicana (herdada em boa medida do período soviético), convertendo o restante (cerca de USD 140 milhões) em créditos para projetos de cooperação.

Em 2018 os ministros do exterior dos dois países visitaram-se mutuamente, e foi anunciada a intenção de aprofundar os projetos de cooperação tanto na área de defesa quanto nos investimentos da Rosneft no norte de Moçambique. Dois meses após realizar visita oficial de quatro dias a Moscou, o presidente Nyusi representou Moçambique na I Cúpula Rússia-África, em Sochi, em outubro de 2019. Nyusi aproveitou sua nova passagem pela Rússia para avançar na agenda econômica e de investimentos, bem como para adensar a cooperação em defesa.

A Rosneft tem participação de 20% em consórcio capitaneado pela Exxon Mobil, que tem a concessão de prospecção e exploração de três grandes blocos de gás natural na costa do país. Até o momento, o principal investimento russo em território moçambicano é o Projeto Tazeta, de exploração de areias pesadas na Zambézia, estimado em cerca de US\$ 100 milhões.

China

Os acordos entre China e Moçambique, mormente de cunho político e militar, desenhados no contexto da guerra de independência do país africano são elementos determinantes do posterior desenvolvimento das relações bilaterais. O apoio de Pequim à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) nos anos sessenta, por exemplo, ajudou a pavimentar esse intercâmbio.

Entre 1998 e 2020, verificaram-se uma visita presidencial chinesa a Moçambique (2007) e nove visitas de mandatários moçambicanos à China, sendo duas de Joaquim Chissano, quatro de Armando Guebuza e três de Filipe Nyusi. Mais recentemente, o país aderiu ao *Belt & Road Initiative* (BRI), e Joaquim Chissano foi nomeado para presidir o Conselho Consultivo do Instituto China-África.

Os investimentos chineses notabilizaram-se em diversos setores da economia moçambicana, com destaque para o sistema financeiro; empresa do bilionário Stanley Ho, por exemplo, deu origem ao importante Moza Banco e outras instituições voltadas ao desenvolvimento de projetos agrícolas e de biocombustíveis no vale do rio Zambeze; outras multinacionais atuam no setor extrativo de mineração (ouro, ferro, diamantes e calcário, entre outros) e de petróleo e gás.

A China constitui importante parceiro que tem prestado ajuda a Moçambique no combate à pandemia. Especialmente no início da crise, em fevereiro de 2020, repercutiu positivamente a doação de materiais médicos e de kits de testes oferecidas pelo governo chinês ao governo moçambicano, quando a oferta dos bens era escassa. A entrega de materiais doados pela Fundação Jack Ma ao continente africano, distribuídos a partir da Etiópia pela Ethiopian Airlines, foi igualmente muito bem acolhida pela opinião pública local como gesto de solidariedade. Foram recebidos em Moçambique 500 respiradores, mais de 100 mil máscaras e kits de testes, entre outros equipamentos. A operação logística para efetivação da doação teve apoio do PMA.



Portugal

Portugal é um dos principais investidores externos no país e mantém com Moçambique um dinâmico intercâmbio educacional e cultural.

O Primeiro-Ministro António Costa participou, em Maputo, em julho de 2018, da III Cimeira Luso Moçambicana, e, em julho de 2019, o Presidente Filipe Nyusi esteve em Portugal para a IV edição do encontro de alto nível. Naquela oportunidade, António Costa afirmou haver "nova dinâmica" nas relações entre os dois países, recordando que nos dois últimos anos houve duas cimeiras, o que demonstraria a intensidade e a relevância das relações entre Portugal e Moçambique. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, realizou visita a Moçambique, de 13 a 18 de janeiro de 2020, por ocasião da posse do Presidente Filipe Nyusi, realizada em 15 de janeiro.

No contexto da pandemia de Covid-19, o Governo português anunciou, em 21 maio de 2021, a assinatura de contratos para operacionalização naquele país do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP). Trata-se de instrumento financeiro estabelecido entre os dois governos para apoio a micro, pequenas e médias empresas moçambicanas, com vistas a fomentar a atividade econômica no contexto da crise sanitária.

Estados Unidos

Dois fatores sobre o interesse norte-americano em Moçambique podem ser destacados: os volumosos investimentos já iniciados por empresas dos Estados Unidos na exploração de gás "offshore" na costa moçambicana - que têm o potencial de catapultar o crescimento da economia local - e a preocupação com o recrutamento de grupos terroristas de orientação jihadista no norte do país.

Realizou-se em Maputo, em junho de 2019, a XII Cimeira de Negócios EUA-África, foro bienal que constitui espaço privilegiado para a identificação de novas oportunidades de negócio e o fortalecimento das parcerias comerciais e de investimentos existentes entre os Estados Unidos e o continente africano. Além do presidente Filipe Nyusi, participaram mandatários de países do entorno de Moçambique, nominalmente os da Zâmbia, do Zimbábue, da Namíbia, do Esuatíni e o chefe de governo e premiê do Lesoto.

No contexto do apoio ao combate ao terrorismo no norte de Moçambique, os Estados Unidos, recentemente, direcionaram USD 42 milhões a projetos de prioridade da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, criada neste ano pelo governo moçambicano com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico da região norte.

O governo dos Estados Unidos tem igualmente divulgado reforço de parcerias com Moçambique para apoiar o enfrentamento à pandemia. Sob coordenação da embaixada estadunidense nesta capital, a USAID, o PEPFAR e o CDC oferecem apoio ao Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional de Saúde, entre outros órgãos. As agências americanas participaram de todo o processo de formulação e implementação das políticas públicas moçambicanas contra o coronavírus – desde a elaboração do plano nacional até as mais variadas ações de terreno para controle epidemiológico.

União Europeia



24

Moçambique recebe expressivo apoio financeiro por parte da União Europeia (UE). Em conjunto com os Estados-Membros, o bloco responde por cerca de dois terços da ajuda internacional ao país.

Tal apoio obedece aos termos do Acordo de Cotonou, que, assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010, rege a cooperação entre o bloco europeu e seus Estados-membros, de um lado, e os países do grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), do outro. Sob a égide do Acordo de Cotonou, o Programa Indicativo Nacional para Moçambique do XI Fundo Europeu de Desenvolvimento previu recursos da ordem de 734 milhões de euros para o período de 2015 a 2020, com foco em boa governança e desenvolvimento rural.

Em outubro de 2020, a União Europeia aceitou pedido de ajuda apresentado pelo governo moçambicano para o enfrentamento da violência extremista em Cabo Delgado. Bruxelas já coopera na assistência aos deslocados internos e em projetos de desenvolvimento regional.

O Conselho da União Europeia formalizou, em 15/10/2021, a decisão de oficialmente lançar a Missão de Treinamento da União Europeia na República de Moçambique (EUTM MOZ), destinada a apoiar resposta das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique à crise na província de Cabo Delgado. Prevista para durar dois anos, com 140 militares, sob o comando do brigadeiro-general português Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, a missão está avaliada em 15 milhões de euros e será custeada pelo Mecanismo Europeu para a Paz.

A UE tem-se apresentado como um dos principais colaboradores de Moçambique no combate contra a Covid-19. Ao divulgar pacote europeu de resposta à pandemia, intitulado "Equipe Europa" (que combina fundos da UE, dos Estados-membros e das instituições financeiras europeias como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, somando 36 bilhões de euros, dos quais ao menos 7 bilhões serão canalizados para a África), a delegação da União Europeia em Maputo anunciou que 170 milhões de euros já teriam sido mobilizados para Moçambique. Os recursos estão sendo destinados a ações em áreas-chave (como capacitação do sistema de saúde local, aquisição de materiais médicos e assistência às autoridades moçambicanas), bem como a ações de mitigação do impacto socioeconômico da crise. Parte do montante corresponde a contribuições bilaterais dos Estados-membros, muitas vezes em coordenação com organismos internacionais.

ECONOMIA

Moçambique vem enfrentando difícil situação financeira. A depreciação de sua moeda (metical), os elevados índices inflacionários, a queda no preço das commodities (especialmente o carvão, que apenas recentemente tem dado sinais de melhoras) e a deterioração das contas públicas compõem cenário de grande pressão sobre o governo moçambicano. Como pano de fundo, problemas herdados – sobretudo a dívida decorrente de polêmicos “empréstimos secretos”, que não passaram por canais oficiais de aprovação – reduziram substancialmente a capacidade de financiamento do Estado e constituem o cerne das mais graves questões econômicas hoje enfrentadas pelo país.

Desde a eclosão da crise das "dívidas ocultas", em 2015, o governo de Moçambique viu-se obrigado a iniciar um processo de arrocho fiscal e monetário, em função do corte de ajuda direta ao orçamento por parceiros internacionais. As políticas adotadas pela equipe econômica do governo de



25

Filipe Nyusi surtiram efeitos moderados a partir dos anos seguintes, e o país iniciou um ciclo de recuperação econômica gradual, a despeito de disputas políticas internas, catástrofes naturais e surgimento de focos de ação terrorista no norte do país, que, desde 2017, ameaçam o desenvolvimento da indústria extrativista local

Antes do início da pandemia de Covid-19, embora Moçambique ainda se recuperasse do impacto de ciclones tropicais Idai e Kenneth, que devastaram extensas porções territoriais nas regiões centro e norte do país, no começo de 2019, as perspectivas econômicas de instituições financeiras e analistas em geral eram positivas. O FMI, por exemplo, previa para 2020 um crescimento do PIB na ordem de 5,5% e inflação anual na casa dos 3%. Da mesma forma, para a década atual, estimavam-se taxas de crescimento de dois dígitos, em função dos maciços investimentos ligados aos megaprojetos de exploração do gás natural da Bacia do Rovuma, na porção setentrional do território moçambicano.

As previsões otimistas viram-se frustradas com a eclosão, já no início de 2020, das primeiras notícias sobre o avanço do Covid-19 em escala global. De forma a amenizar o impacto da retração econômica, que afetou de maneira substancial o país, o governo adotou série de medidas emergenciais de contenção à pandemia, tais como a redução da taxa de juros e o lançamento de pacotes de estímulo fiscal e monetário aos setores mais afetados.

Nesse contexto, o FMI aprovou um desembolso de US\$ 309 milhões, no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito (RCF), em abril de 2020, para ajudar Moçambique a suprir necessidades fiscais e em termos de balança de pagamentos decorrentes da pandemia COVID-19. Concomitantemente, o apoio financeiro externo materializou-se também por meio de programas do Banco Mundial e no âmbito da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, arranjo ao qual Moçambique aderiu com o objetivo de aliviar as pressões sobre a liquidez monetária, dando margem fiscal para a atuação do governo em resposta ao impacto sanitário, social e econômico da pandemia.

Em linha com as previsões do Banco de Moçambique, que em seu mais recente comunicado, de fins de janeiro, projetou um ritmo de recuperação econômica mais lento do que o previsto anteriormente, é de se esperar que o volume do comércio bilateral continue em níveis baixos, ao menos no curto prazo.



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Moçambique
GENTÍLICO:	moçambicano
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801 590 km ²
POPULAÇÃO (CENSO 2017):	30.366.036
LÍNGUA OFICIAL:	Português
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo; Islã; Protestantismo.
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da República de Moçambique; Parlamento unicameral, composto por 250 membros, eleitos com mandato de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Filipe Nyusi (desde 15 de Janeiro de 2015, reeleito em 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Agostinho do Rosário (desde 17 de Janeiro de 2015)
CHANCELER:	Verónica Nataniel Macamo Dlhovo (desde jan/2020)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US\$ 14 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2020):	US\$ 40,52 bilhões
PIB PER CAPITA (2020)	US\$ 448
PIB PPP PER CAPITA (2020)	US\$ 1.296
VARIAÇÃO DO PIB	-1,28% (2020); 2,28\$ (2019); 3,44% (2018); 4,75% (2017);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,416 (181ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	60,9 anos
EXPECTATIVA DE ANOS DE ESCOLARIDADE (2019):	10 anos



27

UNIDADE MONETÁRIA:	Metical (MZN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Gamiliel Sepúlveda João Munguambe (<i>agrément</i> em 11/06)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 1500 brasileiros residentes em Moçambique



28

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Moçambique	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	110,3	42,4	85,3	146,4	148,5	74,1	88	73,7	169,5	157,6	147,12	72
Exportações	108,2	40,4	81,2	122,3	123,8	63,9	69,1	50,6	29,9	26,24	35,1	34
Importações	2,1	2	4,1	24,1	24,7	10,2	18,9	23,1	139,6	131,45	112,02	39
Saldo	106,1	38,4	77,1	98,2	99,1	53,7	50,2	27,5	-109,6	-105,21	-76,92	-5



MAPA



DADOS COMERCIAIS

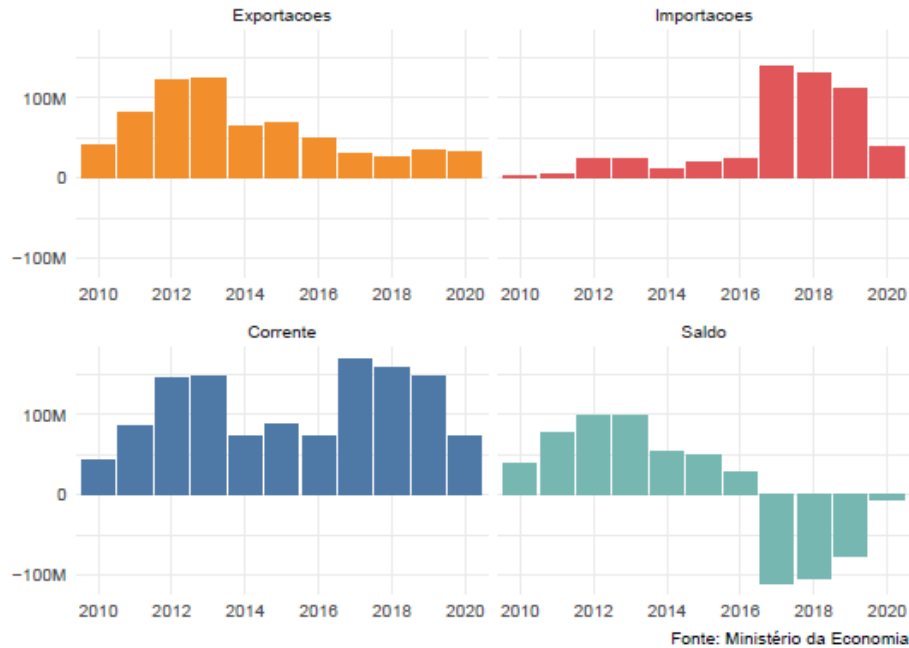


Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Moçambique, Fluxo de Comércio até 2020



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	34M (-4.5%)	35M (33.8%)	26M (-12.4%)	30M (-40.8%)	51M (-26.8%)
Importacoes	39M (-65.3%)	112M (-14.8%)	131M (-5.9%)	140M (505.5%)	23M (21.8%)
Saldo	-5M (-106.94%)	-77M (-173.11%)	-105M (-195.93%)	-110M (-498.75%)	28M (-45.16%)
Corrente	72M (-50.82%)	147M (-6.70%)	158M (-7.01%)	170M (130.34%)	74M (-16.37%)

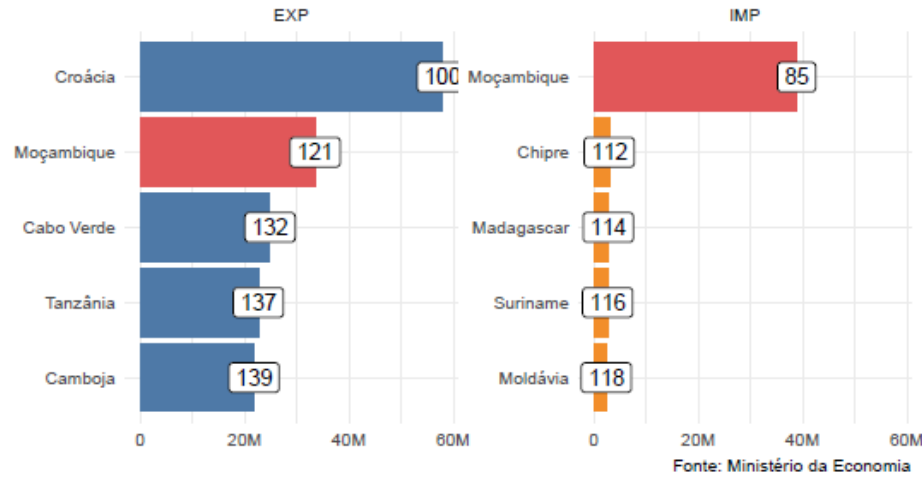
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	69M (8.2%)	64M (-48.3%)	124M (1.1%)	122M (50.6%)	81M (101.1%)
Importacoes	19M (85.5%)	10M (-58.7%)	25M (2.3%)	24M (489.8%)	4M (104.5%)
Saldo	50M (-6.47%)	54M (-45.73%)	99M (0.80%)	98M (27.28%)	77M (100.91%)
Corrente	88M (18.90%)	74M (-50.05%)	148M (1.30%)	146M (71.73%)	85M (101.24%)



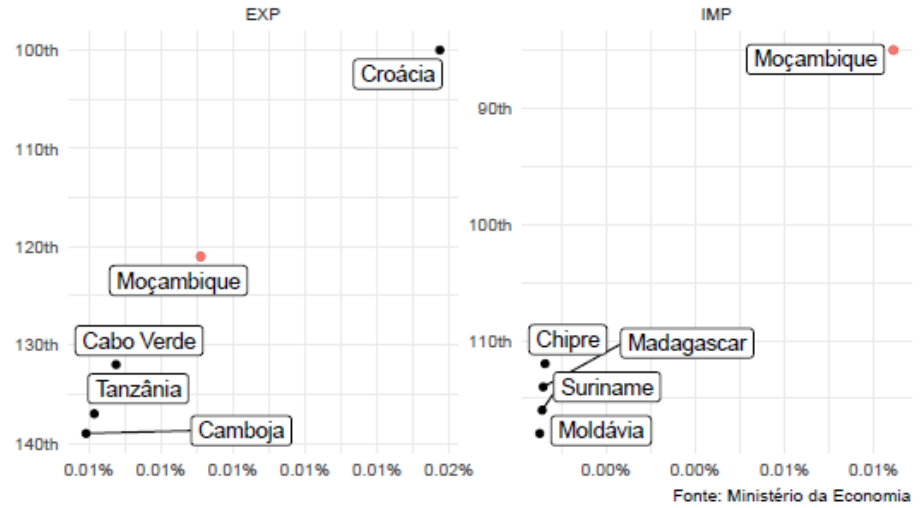
Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Moçambique, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Moçambique, ranking e proporção de comércio, em 2020



32

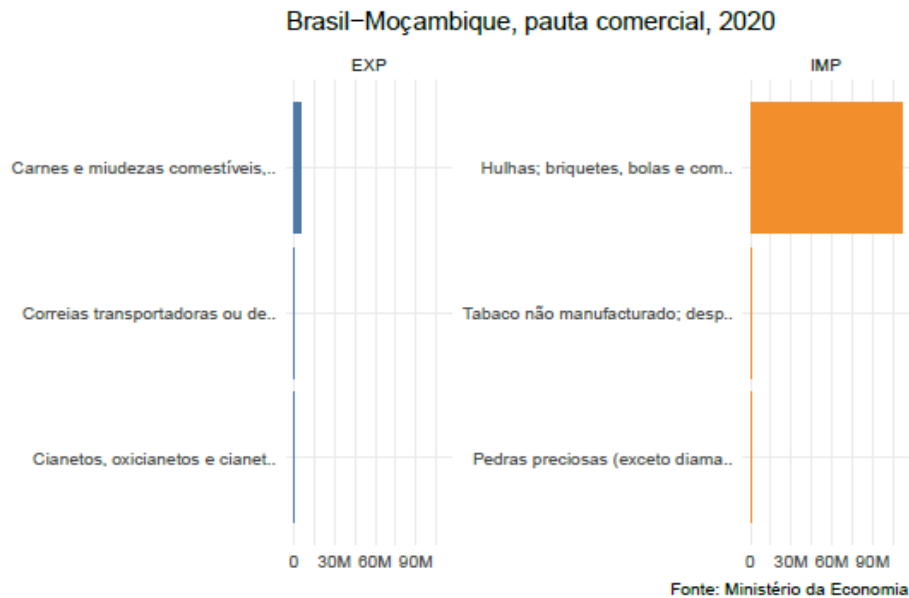
Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

Dados Anuais					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2020	EXP	Croácia	57.91M	-35,73%	0,02%
		Moçambique	33.51M	-4,55%	0,01%
		Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
		Tanzânia	22.64M	39,25%	0,01%
		Camboja	21.80M	13,65%	0,01%
	IMP	Moçambique	38.84M	-65,33%	0,01%
		Chipre	2.92M	-21,91%	0,00%
		Madagascar	2.72M	-15,50%	0,00%
		Suriname	2.61M	166,34%	0,00%
		Moldávia	2.36M	-52,29%	0,00%
2019	EXP	Croácia	90.12M	-12,46%	0,02%
		Moçambique	35.10M	33,77%	0,01%
		Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
		Camboja	19.18M	121,90%	0,00%
		Tanzânia	16.26M	-13,53%	0,00%
	IMP	Moçambique	112.02M	-14,78%	0,03%
		Moldávia	4.95M	10,19%	0,00%
		Chipre	3.74M	127,10%	0,00%
		Madagascar	3.22M	4,57%	0,00%
		Suriname	979.50K	-7,97%	0,00%
2018	EXP	Croácia	102.94M	35,95%	0,02%
		Moçambique	26.24M	-12,39%	0,01%
		Tanzânia	18.80M	-37,00%	0,00%
		Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
		Camboja	8.65M	38,95%	0,00%
	IMP	Moçambique	131.45M	-5,86%	0,03%
		Moldávia	4.49M	72,28%	0,00%
		Madagascar	3.08M	66,28%	0,00%
		Chipre	1.65M	-76,73%	0,00%
		Suriname	1.06M	-80,17%	0,00%
2017	EXP	Croácia	75.72M	-22,95%	0,02%
		Moçambique	29.95M	-40,76%	0,01%
		Tanzânia	29.84M	65,97%	0,01%
		Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
		Camboja	6.22M	4,70%	0,00%
	IMP	Moçambique	139.63M	505,54%	0,04%
		Chipre	7.07M	1 753,04%	0,00%
		Suriname	5.37M	9 361,36%	0,00%
		Moldávia	2.61M	73,72%	0,00%
		Madagascar	1.85M	90,38%	0,00%

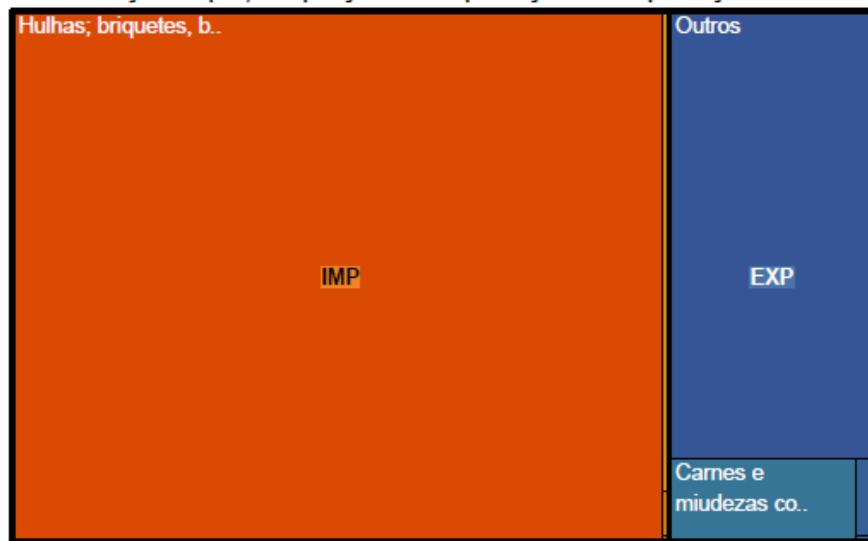


Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

1.3 Produtos comercializados



Brasil-Moçambique, Proporção de Exportações e Importações em 2020



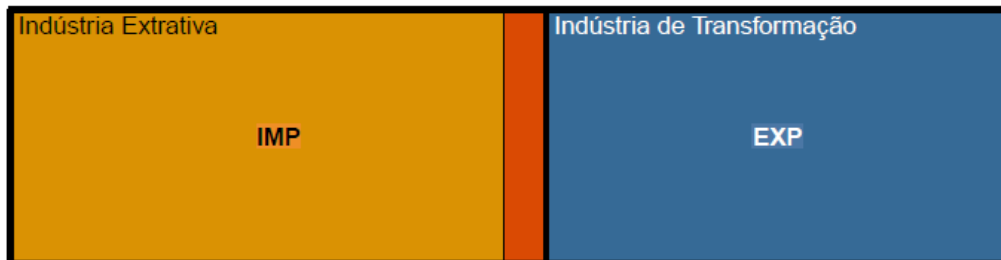
Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Coque de petróleo, betume de petróleo e outros res..	2713	5.05M	8 980,6%	15,1%
		Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	4.81M	7 870,2%	14,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	3.65M	-27,1%	10,9%
		Cianetos, oxicianetos e cianetos complexos	2837	1.90M	4 861,9%	5,7%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	1.23M	161,9%	3,7%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	35.08M	-68,4%	90,3%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	2.89M	203,6%	7,4%
		Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou de zircóni..	2615	642.57K	74,6%	1,7%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	108.00K	20,3%	0,3%
	2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.01M	108,0%
Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..			4010	470.47K	-81,3%	1,3%
IMP		Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	110.97M	-14,6%	99,1%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	952.33K	-35,8%	0,9%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	89.77K	1 065,3%	0,1%
2018	EXP	Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	2.52M	-21,3%	9,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.41M	-5,5%	9,2%
		Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	60.33K	-99,4%	0,2%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	129.94M	-4,8%	98,9%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	1.48M	-50,9%	1,1%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	7.70K	-95,5%	0,0%
2017	EXP	Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinad..	1507	9.28M	-69,2%	31,0%
		Correias transportadoras ou de transmissão, de bor..	4010	3.20M	442 828,8%	10,7%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.55M	-35,9%	8,5%
	IMP	Hulhas; briquetes, bolas e combustíveis sólidos se..	2701	136.44M	531,3%	97,7%
		Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2401	3.02M	142,9%	2,2%
		Pedras preciosas (exceto diamantes) ou semiprecios..	7103	171.66K	63,4%	0,1%



1.4 Classificações do Comércio

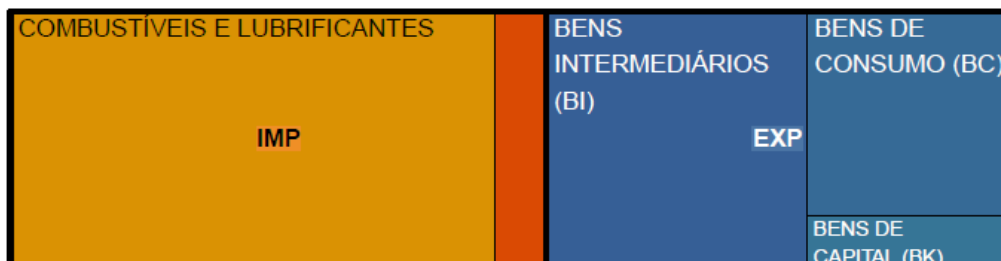
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



37

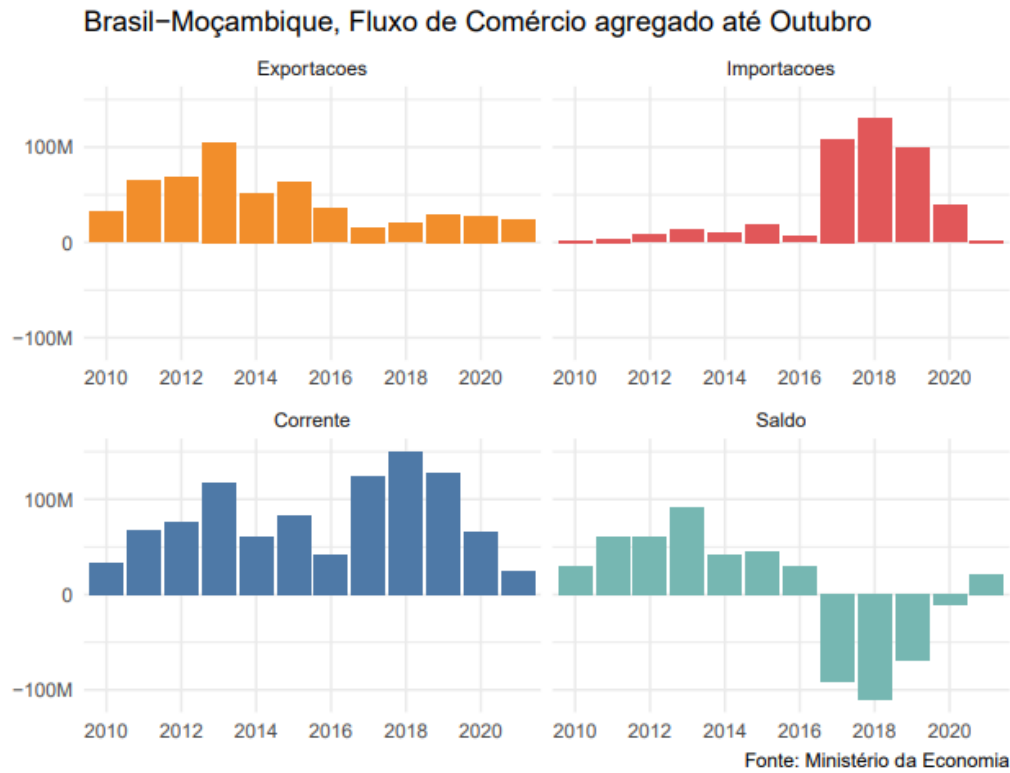
Brasil-Moçambique, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	33.2M	99,2%
	Outros Produtos	213.0K	0,6%
	Agropecuária	68.3K	0,2%
	Indústria Extrativa	1.5K	0,0%
IMP	Indústria Extrativa	35.8M	92,1%
	Indústria de Transformação	3.1M	7,9%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	24.2M	72,2%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	4.8M	14,4%
	PRODUTOS BASICOS	4.5M	13,4%
IMP	PRODUTOS BASICOS	38.8M	99,8%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	72.1K	0,2%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (B1)	18.9M	56,4%
	BENS DE CONSUMO (BC)	11.7M	35,0%
	BENS DE CAPITAL (BK)	2.9M	8,5%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.8K	0,1%
IMP	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	35.1M	90,3%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (B1)	3.8M	9,7%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	6.7M	20,0%
	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	5.1M	15,2%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	4.8M	14,4%
	OBRAS DIVERSAS	4.4M	13,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	4.1M	12,1%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	4.0M	12,0%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	3.8M	11,3%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	624.6K	1,9%
	BEBIDAS E TABACO	5.4K	0,0%
	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	35.1M	90,3%
IMP	BEBIDAS E TABACO	2.9M	7,4%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	693.8K	1,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	108.0K	0,3%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	72.1K	0,2%



2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	23M (-16.53%)	28M (-3.74%)	29M (45.46%)	20M (24.40%)	16M (-54.86%)
Importacoes	2M (-94.9%)	39M (-60.8%)	99M (-24.2%)	130M (20.5%)	108M (1 597.5%)
Saldo	21M (100.8%)	-11M (-115.3%)	-70M (-163.2%)	-110M (-219.8%)	-92M (-413.6%)
Corrente	25M (-61.949%)	67M (-47.791%)	128M (-14.869%)	151M (21.030%)	124M (195.253%)

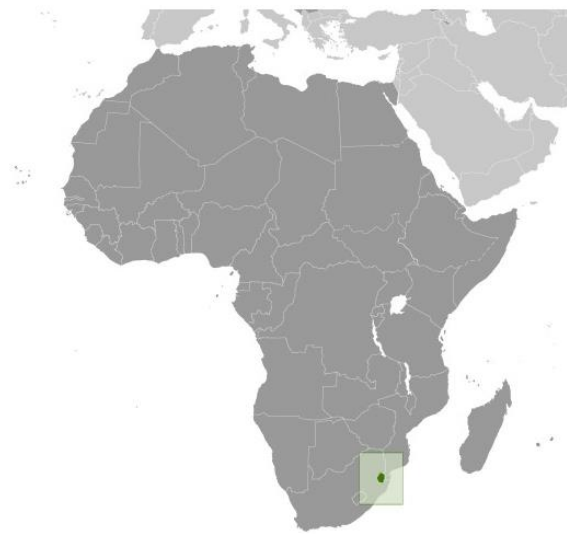
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	36M (-44.15%)	64M (24.16%)	52M (-50.90%)	105M (54.32%)	68M (4.95%)
Importacoes	6M (-66.3%)	19M (85.4%)	10M (-22.4%)	13M (73.5%)	8M (112.9%)
Saldo	29M (-34.8%)	45M (9.0%)	41M (-55.0%)	92M (51.9%)	60M (-1.3%)
Corrente	42M (-49.207%)	83M (34.287%)	62M (-47.725%)	118M (56.245%)	76M (10.566%)



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Maço Básico

ESSUATÍNI



OSTENSIVO

Dezembro de 2021



DADOS BÁSICOS SOBRE ESSUATÍNI	
NOME OFICIAL:	Reino de Essuatíni
GENTÍLICO:	suázi
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.364 km ²
POPULAÇÃO (2013, BM):	1,25 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Inglês e Suázi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo (90%); Islã (2%); Outras: 8%, incluindo Baha'i, Budismo, Hinduísmo e Judaísmo.
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral, consistindo em Assembleia Nacional (65 assentos, sendo 55 eleitos e 10 indicados pelo Rei) e Senado (30 assentos, sendo 10 indicados pela Assembleia Nacional e 20 indicados pelo Rei).
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25 de abril de 1986)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro: Cleopas Sipho Dlamini (desde julho de 2021)
CHANCELER:	Thuli Dladla (desde 2018)
PIB:	US\$ 3,9 bilhões (2020, Banco Mundial)
PIB PPP:	US\$ 10,32 bilhões (2019, Banco Mundial)
PIB PER CAPITA:	US\$ 3.415 (2020, Banco Mundial)
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 8.853 (2020, Banco Mundial)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	-1,63% (2020); 2,24% (2019); 2,37% (2018); 2,02% (2017)
IDH (2020life):	0,611 (138ª posição entre 187 países)
EXPECTATIVA DE VIDA:	60,2 anos (PNUD, relatório de 2020)
ALFABETIZAÇÃO:	88,4% (PNUD, relatório de 2020)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	22,1% (PNUD, relatório de 2020)
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA:	Njabuliso Gwebu (Embaixadora residente em Washington, desde 2019; cumulatividade)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Nove pessoas



PERFIS BIOGRÁFICOS**MSWATI III**

Rei



Nascido Makhosetive (“Rei das Nações”) em 19 de abril de 1968, o rei de Essuatíni sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos filhos do monarca e filho único de Inkosikati LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em abril de 1986, aos 18 anos de idade. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de Indovukazi (“A Grande Elefanta”), regem juntos.

CLEOPAS SIPHO DLAMINI

Primeiro-ministro



Empresário, exerceu, anteriormente, a função de presidente do Fundo de Pensão do Serviço Público de Essuatíni.

Sem filiação partidária, foi designado premiê pelo rei Mswati III em 16 de julho de 2021.



THULI DLADLA
Chanceler



Política local, foi senadora. Primeira mulher a tornar-se ministra das Relações Exteriores de Essuatíni, ocupando o cargo desde novembro de 2018.



RELAÇÕES BILATERAIS

No dia 19 de abril de 2018, em cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, o Rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni. O termo Essuatíni significa, na língua suázi (siSwati), "lugar dos Suázis" e deve sua origem a Mswati II, que, durante seu reinado (1840-1868), expandiu e unificou o país. Suazilândia é versão anglicizada do termo. À diferença de muitos países do entorno, a então Suazilândia não modificou seu nome quando da independência do país, em 1968. A ideia de restituir ao país seu nome original não era nova, tendo sido debatida após a independência. Em 2015, legisladores discutiram a possibilidade de mudança, ao passo que o próprio rei já havia empregado o nome em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014 e na abertura do ano parlamentar suázi em 2017.

As relações bilaterais foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. Em setembro de 1993, o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, visitou o Brasil e manteve encontros com os Ministros das Relações Exteriores e dos Transportes. Delegação suázi, chefiada pelo então Ministro da Educação Wilson M. Ntshangase participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará. Em maio de 2010, o então Ministro da Agricultura Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília. Em 2012, o Rei Mswati III participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

O Embaixador do Brasil em Maputo, Carlos Alfonso Iglesias Puente, apresentou cartas credenciais ao rei Mswati III em 25/07/2019 em cerimônia solene no palácio real Lozitha. Na ocasião, o soberano manifestou interesse em receber cooperação e investimentos brasileiros em ciência, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Em encontro com a Chanceler Thulisile Dladla, foram-lhe revelados planos de abertura de embaixada em Brasília, que viria a ser a primeira embaixada residente do país na América do Sul. Não houve, até o momento, novos desdobramentos sobre o tema.

Cooperação técnica, educacional, humanitária e em saúde

As relações na área da cooperação entre Brasil e Essuatíni têm como marco jurídico o Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 25 de janeiro de 2008, ratificado pelo Brasil em 23 de dezembro de 2008, mas ainda não em vigor por falta de ratificação daquele país. Registrou-se, em 2011, o interesse suázi em cooperar na área de HIV/Aids. Também houve demanda na área de agricultura. Entretanto, não há, no momento, nenhuma atividade de cooperação em curso com o governo daquele país.

O rei Mswati III identifica a segurança alimentar como desafio precípua para seu país, no curto e no médio prazo, em função da ameaça de pestes nas colheitas e



de doenças animais transfronteiriças. Essuatíni tem sofrido com secas regionais que afetam as plantações. O monarca também tem defendido incrementar subsídios para garantir implementos e insumos à produção agrícola.

Essuatíni poderia beneficiar-se, ainda, de cooperação brasileira em áreas como educação e saúde, embora o país não tenha apresentado demandas concretas no plano bilateral.

Recentemente, Essuatíni submeteu um projeto de cooperação na área de saneamento ao Fundo IBAS (fundo de apoio a projetos de infraestrutura social em países de menor desenvolvimento relativo, constituído no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBAS, criado em junho de 2003).

No âmbito trilateral, identifica-se o Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar, assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vigência prevista até 30 de junho de 2022. Esta iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e 23 países prioritários da África e da Ásia. O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, a nível nacional, em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

No âmbito desse programa, delegação de Essuatíni esteve em Brasília no período de 31 de julho a 4 de agosto de 2017, em uma visita de estudo autofinanciada, cujo fim era conhecer o modelo brasileiro de alimentação escolar, suas conquistas e desafios. A partir dos conhecimentos adquiridos, o Ministério da Educação daquele país desenvolveu um Programa Nacional de Alimentação Escolar sustentável e ligado a compras locais. A delegação também buscou aprender sobre mecanismos de integração de ministérios relevantes e partes interessadas na implementação e gestão de um Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro registra doação ao governo suázi de mil toneladas de arroz, com valor declarado de US\$ 470 mil, por meio do PMA, em 2012.

Assuntos Consulares

A embaixada tem conhecimento de que apenas nove brasileiros estariam residindo no Reino de Essuatíni atualmente, sendo seis mulheres e três homens. Há duas famílias de quatro pessoas, cada uma delas com duas crianças menores de idade. Os serviços consulares provenientes daquela jurisdição resumem-se, em geral, a pedidos de vistos para nacionais suázis e estrangeiros que lá residem.

Em abril de 2020, durante o período de fechamento de fronteiras sul-africanas em razão da pandemia de Covid-19, foi prestado apoio para que brasileiro residente em Essuatíni, retido na África do Sul, pudesse retornar por terra àquele país, ainda que fazendo longo desvio por Namíbia, Botsuana, Zimbábue e Moçambique.



Pandemia de Covid-19

Na esteira da identificação da variante Ômicron e sua classificação pela OMS como "variante de preocupação", o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) manifestou interesse em colocar à disposição a capacidade científica da "Rede Vírus" para colaboração em estudos e iniciativas junto a instituições dos seguintes países: África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia e Zimbábue.

Por meio da Portaria nº 660, de 27/11/2021, o governo brasileiro estabeleceu restrições temporárias a voos internacionais que tenham origem ou passagem por esses países, o que tem gerado protestos por parte de vários governos da região, embora Essuatíni não se tenha pronunciado até o momento.

POLÍTICA INTERNA

A então Suazilândia tornou-se independente do Reino Unido em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1986, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de reformas políticas no país que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, as quais, porém, não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica de Essuatíni e o peso da África do Sul na economia do país fazem que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

A cada cinco anos, realizam-se eleições parlamentares. Segundo o sistema suázi, conhecido como "*tinkhundla system*", 59 candidatos à Assembleia Nacional são nomeados por cada tribo ("chiefdom") para representar cada um dos 59 distritos administrativos ("*tinkhundla*"). Após as nomeações, os candidatos são eleitos por voto direto em dois turnos eleitorais (na tribo e, posteriormente, em cada um dos 59 distritos administrativos). Completam a Assembleia Nacional 10 candidatos nomeados pelo Rei. Além da Assembleia Nacional, há um Senado no país composto por 30 membros, dos quais nenhum é eleito diretamente: 20 são indicados pelo Rei e 10 são escolhidos pela Assembleia Nacional.

Depois de longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes.

Em 2008, foram realizadas as primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes, e a missão observadora da *Southern African Development Community* (SADC) considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos.

Em setembro de 2013, realizaram-se novas eleições parlamentares. O pleito transcorreu sem incidentes e em "ambiente tranquilo e pacífico", segundo relatório da missão observadora da União Africana. Os resultados eleitorais explicitaram a vontade



popular de renovação das lideranças: 44 deputados, incluindo seis ministros, foram derrotados em seus distritos. A oposição tem-se tornado crescentemente vocal na defesa de reformas políticas, em particular no que diz respeito à adoção de um sistema multipartidário.

A missão observadora da União Africana às eleições de 2013 reconheceu a necessidade de aperfeiçoamento da democracia no país e instou o governo suazi a garantir os direitos de liberdade de expressão e de livre associação, em conformidade com o direito internacional e com os princípios que devem reger eleições democráticas em países da União Africana.

As últimas eleições foram realizadas em 2018. A missão observadora da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) felicitou a *Elections and Boundaries Commission* (EBC) pela condução profissional do pleito, concluindo que o processo ocorreu em ambiente pacífico e de acordo com a Constituição de Essuatíni, apesar de ter identificado áreas passíveis de melhora, como maior participação feminina e o estabelecimento de tribunal especial para lidar com disputas eleitorais. Outras missões de observação sublinharam o grau limitado de liberdade de expressão durante o pleito, mas não houve questionamento dos resultados. O índice de participação eleitoral foi de 60,5% (330.785 votantes, em um total de 546.784 eleitores registrados).

No contexto da pandemia de Covid-19, Essuatíni teve sua reação inicial reconhecida por organismos internacionais, como a OMS, o Banco Mundial, o FMI, e outros. O país estabeleceu um centro para internação e tratamento de doentes sintomáticos que viessem a necessitar de apoio e arregimentou equipes médicas de reposta rápida para atendimento aos infectados, em que pese a precariedade e limitação da rede médico-hospitalar do país. Logo em fevereiro de 2020, foi implementada política de quarentena para pacientes suspeitos (com sintomas de gripe e histórico de viagens à China). Declaração de Estado de Emergência – adotada já em 17 de março – refletia esse mesmo sentido de precaução, ao impor medidas de distanciamento social e restrições de trânsito nas fronteiras (inicialmente voltadas para pessoas com histórico de viagens a países considerados de risco e posteriormente estendidas a todos os viajantes).

POLÍTICA EXTERNA

O Reino de Essuatíni mantém relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a então Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (atualmente, Essuatíni é o único país africano a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia de que o Estado suazi desfrutou no passado junto às potências ocidentais, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os EUA, em especial, consideraram a estabilidade da então



Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não dispondo o país de qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Brasil e Cuba).

África do Sul

O encapsulamento territorial de Essuatíni entre a África do Sul e Moçambique torna as relações bilaterais com os dois únicos vizinhos fronteiriços absolutamente essenciais. Em especial, são naturalmente profundos os laços com a África do Sul, potência regional cuja economia diversificada e infraestrutura bem desenvolvida acaba por oferecer soluções a necessidades do pequeno reino. Nesse sentido, Essuatíni é, em grande medida, fortemente dependente da África do Sul. Além dos vínculos econômicos, Essuatíni depende da África do Sul para uma série de serviços essenciais, como formação educacional de contingentes importantes da população, serviços médicos mais complexos e construção de infraestrutura, entre outros.

EUA e União Europeia

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o governo americano opera programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Em 2014, os EUA condicionaram a renovação do acesso preferencial da então Suazilândia ao mercado estadunidense oferecido ao amparo do *US African Growth and Opportunity Act* (AGOA) a emendas nas esferas laboral e de direitos humanos.

Essuatíni conta ainda com benefícios para o acesso de seus produtos ao mercado da União Europeia e tem acordos bilaterais de comércio com o Reino Unido e a Alemanha, com a qual também tem acordo de proteção de investimentos.

Taiwan e China

O Reino de Essuatíni mantém relações diplomáticas com Taiwan, apesar das pressões de Pequim. Taipé é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, contando com acordo de proteção de investimentos.

A parceria com Taipé produziu frutos durante a pandemia, na forma de doações taiwanesas de recursos financeiros e alimentares e envio de missões médicas, entre outras medidas de apoio à contenção da Covid-19. Ressalte-se que, apesar de manter relações diplomáticas com Taiwan, Essuatíni também se beneficiou de doações provenientes da China.



Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, Essuatíni é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação do país na COMESA – que conflitava com seu status de membro da SACU –, chegou ao fim com o anúncio de que Essuatíni permanecerá como membro da organização e beneficiário de membro não-recíproco da respectiva Área de Livre Comércio, mas não integrará sua união alfandegária.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e para que seja retirado da lista de países de renda média, o que o impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumpre ainda mencionar que, em 2010, o país manifestou interesse em tornar-se Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com Moçambique. Não houve, porém, continuidade do processo de negociação.

Os principais provedores de ajuda financeira, humanitária e técnica a Essuatíni são agências das Nações Unidas, os Estados Unidos, a União Europeia e países europeus, de forma individualizada. Em algumas áreas, a assistência estrangeira tem resultado em avanços expressivos, como no combate à Aids e no atendimento a portadores de HIV. Essuatíni é um dos dois únicos países do mundo que alcançaram, com apoio da UNAIDS e de programas como o "President's Emergency Plan for AIDS Relief" (PEPFAR) dos EUA, a meta 95-95-95 no controle da epidemia de HIV/AIDS (ou seja, 95% da população com HIV estão diagnosticados, 95% das pessoas diagnosticadas estão em tratamento e 95% das pessoas em tratamento lograram suprimir o vírus).

Pandemia de Covid-19

A presteza da reação inicial das autoridades suázis foi reiteradamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, o FMI e outros. Com vistas a implementar seu plano de contenção e equipar unidades de saúde, o reino solicitou apoio a parceiros.

Os Estados Unidos, a União Europeia, Taiwan, as Nações Unidas e o Banco Mundial estão entre os principais atores que buscaram atender às necessidades locais ao longo da pandemia. Milhares de dólares foram investidos pelos parceiros em ações de apoio humanitário e técnico. A título de exemplo, o governo dos Estados Unidos anunciou pacote específico de assistência técnica e financiamento para ações de combate ao coronavírus em Essuatíni equivalente a US\$ 5,5 milhões, conforme divulgado em cerimônia que contou com participação do primeiro-ministro e da embaixadora estadunidense naquele país. O foco da iniciativa era equipar unidades de saúde para tratar pacientes com Covid-19, prover treinamento e equipamento de proteção a profissionais médicos, fortalecer a capacidade de testagem, de rastreamento e de resposta rápida, bem como garantir a entrega de medicamentos essenciais (inclusive



contra HIV) a pacientes durante a crise.

ECONOMIA

Panorama Econômico

O Reino de Essuatíni tem economia de porte pequeno, com PIB nominal de US\$ 3,9 bilhões (2020), fortemente vinculada à África do Sul, que é destino de 65% de suas exportações e fonte de 70% das importações. Estima-se que o PIB cresça 1,3% em 2021, uma revisão para baixo a partir de um crescimento previamente projetado de 1,5%, o que pode ser reflexo das medidas de contenção relacionadas à pandemia implementadas no início de 2021. De todo modo, a recuperação econômica permanece incerta e depende da evolução do quadro pandêmico, da distribuição de vacinas e do ritmo de recuperação das economias regionais, particularmente a da África do Sul.

Desde a independência, foram adotados princípios de livre-mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE, tornaram a diversificação crucial para Essuatíni, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da CMA restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. No período de 2009 a 2012, uma rápida redução das receitas alfandegárias oriundas da SACU produziu déficits anuais na faixa de 8%. Posteriormente, o nível das receitas alfandegárias da SACU recuperou-se, representando hoje cerca de 50% da renda do país.

Antes da pandemia, a situação econômica do país já era preocupante. Com crescimento cronicamente baixo, o déficit fiscal e a dívida pública do país aumentavam, ao passo que as reservas internacionais se reduziam, em meio a quadro de elevada pobreza e alto desemprego. A pandemia gerou grandes necessidades de financiamento, ampliando estes desafios. Essuatíni recebeu apoio financeiro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no ano fiscal de 2020/21, o que ajudou a amenizar os desafios fiscais. O déficit fiscal foi de 8,7% do PIB em 2020.

A pobreza tem persistido em Essuatíni, apesar do status de país de renda média baixa. Segundo os dados mais recentes, de 2017, 58,9% dos habitantes viviam abaixo da linha nacional de pobreza, contra 63% em 2009 e 69,0% em 2001.

De acordo com os últimos dados da OMS, publicados em 2019, a expectativa de vida em Essuatíni é de 60 anos. Após uma redução drástica na expectativa de vida nos últimos trinta anos, havendo-se atingido 42 anos em 2005, o país logrou retornar a números similares àqueles apresentados no início da década de 1990. A queda esteve diretamente relacionada à alta prevalência de HIV/AIDS na população, a maior do mundo, com 27,3% da população entre 15 e 49 anos infectada, de acordo com os dados mais recentes da UNAIDS. A facilitação do acesso a testes rápidos e a ampliação da distribuição de medicamentos antirretrovirais (87% dos adultos e 76%



das crianças infectadas estariam recebendo tratamento) possibilitaram a recuperação na expectativa de vida e apontam para tendência de aumento nos próximos anos.

No âmbito do comércio bilateral, os fluxos não são significativos, em reflexo da dimensão diminuta do país e de suas características econômicas, sociais e geográficas. Em 2020, Essuatíni importou bens do Brasil que somaram US\$ 2,45 milhões (62% desse valor correspondem à compra de carnes). As exportações suázis para o Brasil no mesmo ano não ultrapassaram mil dólares, segundo dados compilados pelo UN Comtrade.

Agricultura

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB de Essuatíni é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados daquela década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, chegando a registrar índice negativo de 0,6% em 2011, seguido por alguma recuperação nos anos subsequentes (1,8% em 2012; 2,7% em 2013; e 2,1% em 2014).

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 7,5% em 2011, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente o têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 47,7% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 44,8%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto estas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, com grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, aquelas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical foi planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob o AGOA com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão.

Indústria

Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira,



frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para Essuatíni, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pelo AGOA.

DAF II, 01/12/2021



CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XVI	O povo suázi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Séc. XIX	Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836	Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888	Consentimento suázi em estabelecer um governo provisório, formado por representantes do governo britânico, sul-africano e suázi.
1889	Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suázi.
1903	Os suázis passam a ser administrados pelo governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949	Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia pela União-Sul-Africana.
1963	É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suázis.
1967	É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968	A Suazilândia torna-se independente do Reino Unido. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973	Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes nas mãos do Chefe de Estado.
1986	Ascensão do Rei Mswati III ao trono suázi e introdução de importantes reformas políticas no país.
2006	Promulgação da nova Constituição.



2008	Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição.
2013	Realização de eleições parlamentares.
2018	Mudança do nome do país para Reino de Essuatíni.
2018	Realização de eleições parlamentares



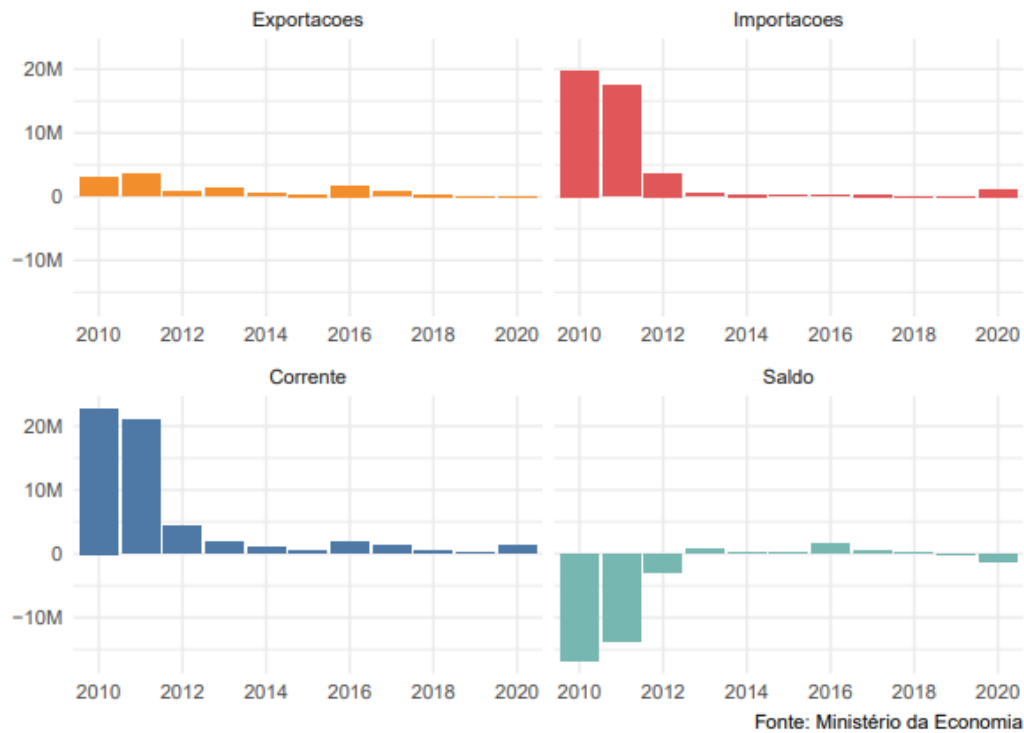
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1978	É estabelecida a Embaixada do Brasil junto ao então Reino da Suazilândia, com residência em Maputo, Moçambique.
1993	O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2009	Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada em Belém do Pará.
2010	O Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participa do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.
2012	O Rei Mswati III visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.
2018	Cerimônia de celebração dos 50 anos da independência da Suazilândia, da qual participou o então chefe do Posto, embaixador Rodrigo de Lima Baena Soares. Na ocasião, o rei Mswati III anunciou que o nome oficial do país passou a ser Reino de Essuatíni.

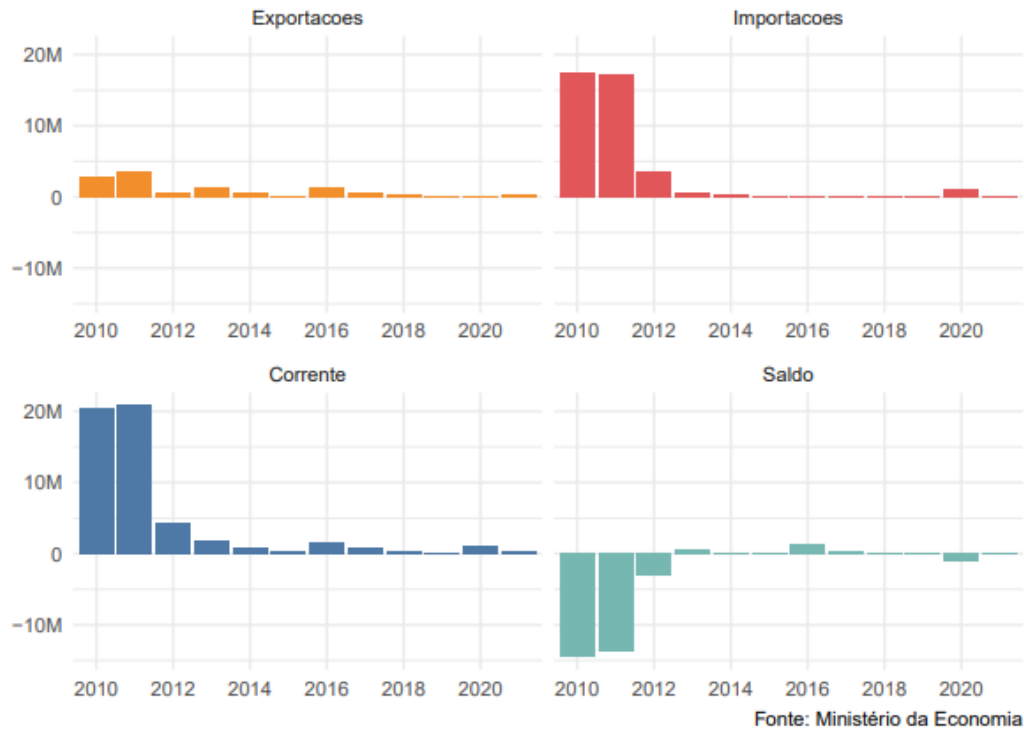
ATOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia	25/01/2008	Ratificado pelo Brasil. Em processo de ratificação pela outra parte



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS**Brasil-Suazilândia, Fluxo de Comércio até 2020**

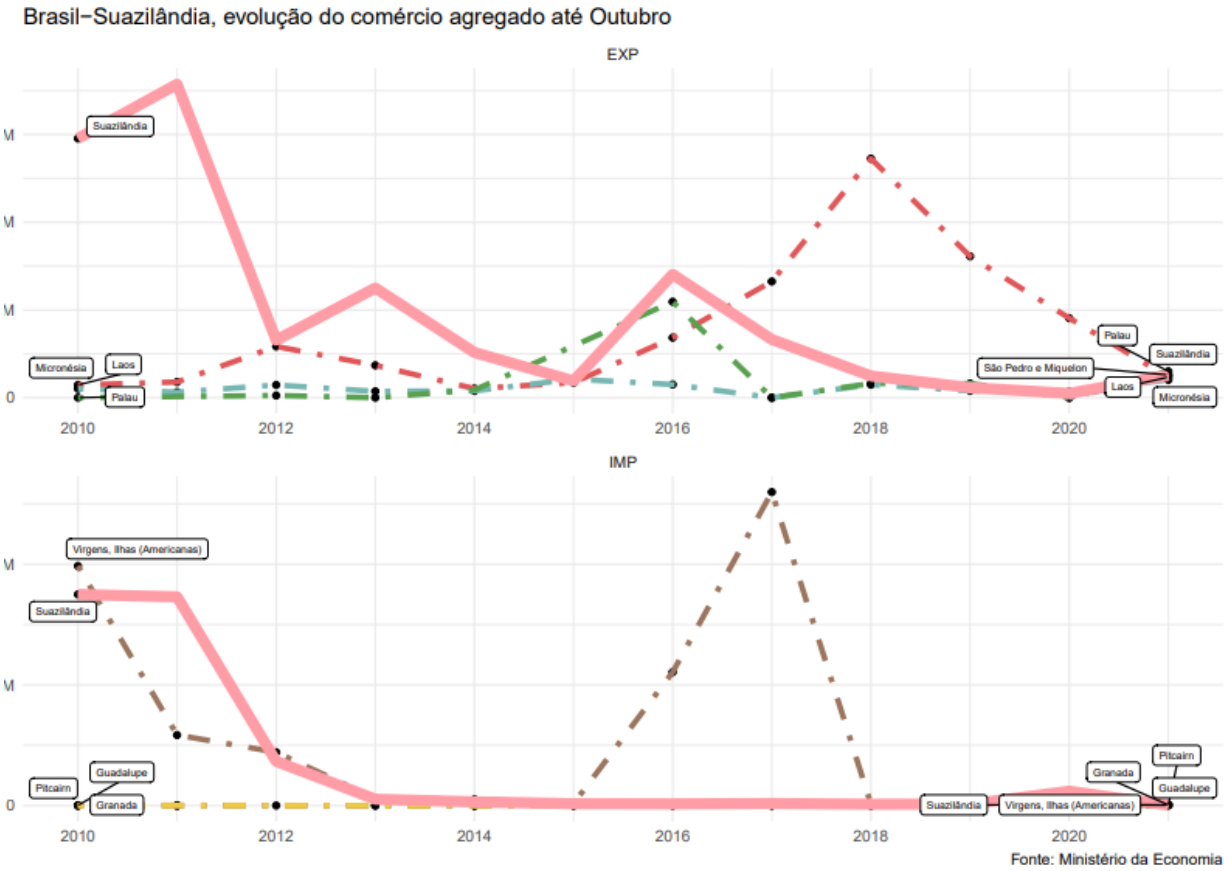
Brasil–Suazilândia, Fluxo de Comércio agregado até Outubro



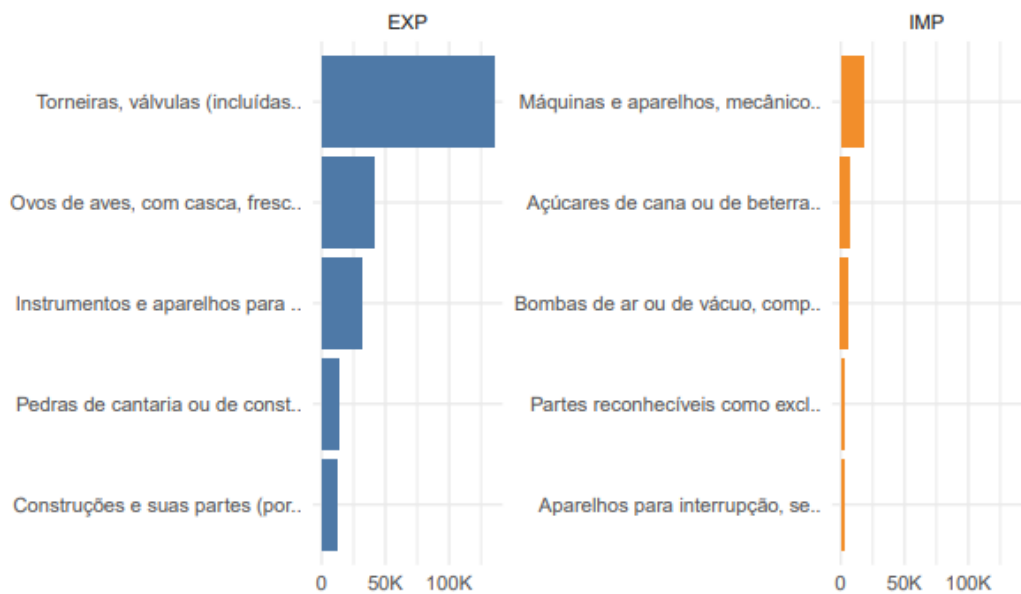
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	255K (415.51%)	49K (-57.01%)	115K (-53.63%)	248K (-62.68%)	664K (-52.74%)
Importacoes	39K (-96.7%)	1M (909.1%)	118K (6.5%)	111K (-36.5%)	174K (24.0%)
Saldo	215K (-81.11%)	-1M (-37 942.14%)	-3K (-102.20%)	137K (-72.00%)	490K (-61.27%)
Corrente	294K (-76.29%)	1M (432.29%)	233K (-35.05%)	359K (-57.23%)	838K (-45.76%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	1M (633.33%)	192K (-62.85%)	516K (-58.75%)	1M (90.55%)	656K (-81.63%)
Importacoes	141K (-7.5%)	152K (-50.7%)	308K (-41.2%)	524K (-85.7%)	4M (-78.8%)
Saldo	1M (3 089.44%)	40K (-80.90%)	208K (-71.42%)	726K (-75.83%)	-3M (-121.91%)
Corrente	2M (349.89%)	344K (-58.30%)	824K (-53.57%)	2M (-58.91%)	4M (-79.30%)



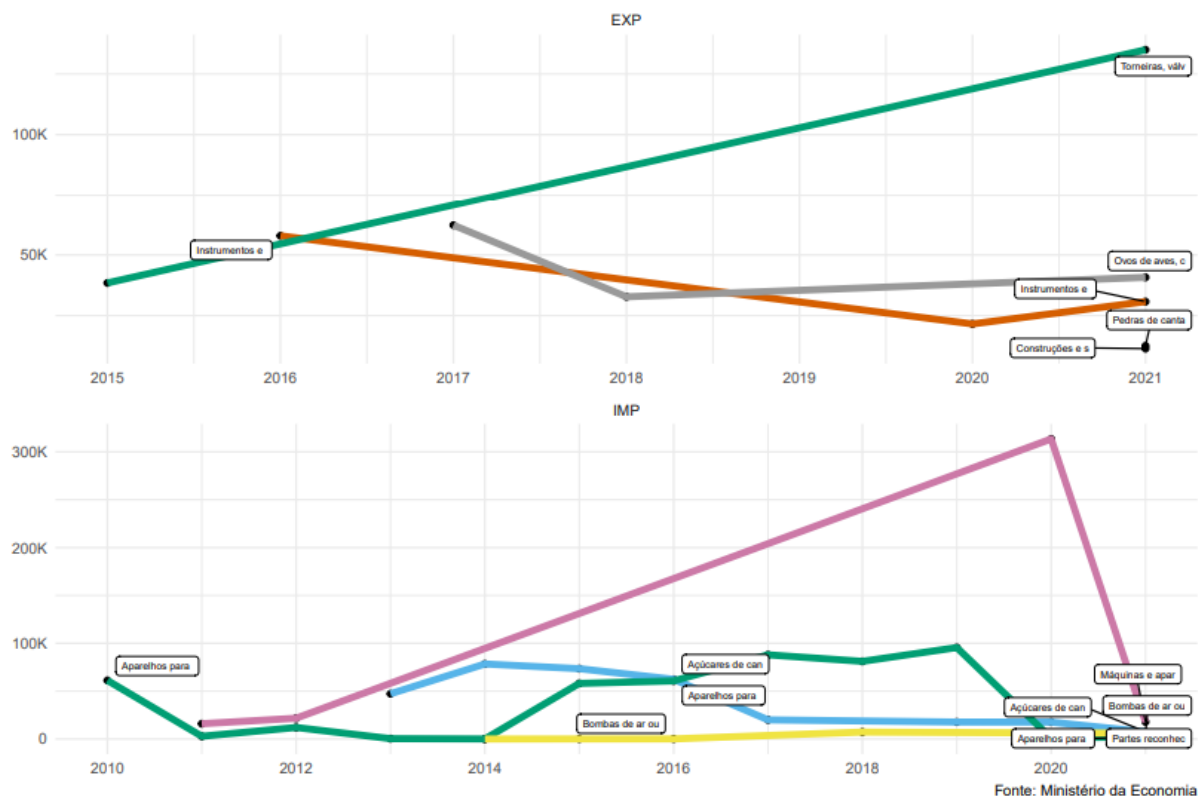


Brasil-Suazilândia, pauta comercial, 2021 até Outubro



Fonte: Ministério da Economia

Brasil-Suazilândia, evolução do comércio, agregado até Outubro



Fonte: Ministério da Economia



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**MADAGASCAR****OSTENSIVO**

Dezembro de 2021



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
GENTÍLICO:	Malgaxe
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ²
POPULAÇÃO:	26.291 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Malgaxe, Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante, Católica, Crenças Tradicionais
SISTEMA DE GOVERNO:	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral. Assembleia Nacional Malgaxe composta de 151 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Senado composto por 33 membros, sendo 22 eleitos nas províncias e 11 indicados pelo presidente, para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO:	Andry Rajoelina (desde 19 de janeiro de 2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Christian Ntsay (desde 6 de junho de 2018, reconduzido em 15 de agosto de 2021)
CHANCELER:	Patrick Rajoelina (desde 15 de agosto de 2021)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2021):	US\$ 14,19 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2019):	US\$ 45,25 bilhões (Banco Mundial)
PIB <i>PER CAPITA</i> (2021)	US\$ 498,68
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2019)	US\$ 1.677
VARIAÇÃO DO PIB	2,9% (2021); -6,1% (2020); 4,4% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,528 (164ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	67 anos



ALFABETIZAÇÃO (2019):	74,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,8% (https://tradingeconomics.com/)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (MGA)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	A ser designado (residente em Washington)
BRASILEIROS NO PAÍS:	20

APRESENTAÇÃO

A República de Madagascar localiza-se no sudeste do continente africano e seu território ocupa uma extensa ilha (a quarta maior do mundo, excluindo-se a Austrália) banhada pelo Oceano Índico. Historicamente, foi habitada por povos austronésios, povos bantos e outros grupos étnicos que se estabeleceram na ilha ao longo dos séculos, sendo o grupo dos Merinas o majoritário. No final do século XIX, a França derrotou os nobres de etnia merina e estabeleceu uma colônia na ilha, que só recuperaria a independência em 1960.

Dado o caráter insular do território, estima-se que 90% da vida selvagem do país seja exclusiva, não sendo encontrada em nenhum outro lugar do planeta. O avanço da ocupação humana tem gerado efeitos danosos no meio ambiente, sendo elevado o número de espécies em risco de extinção.



PERFIL BIOGRÁFICO**ANDRY RAJOELINA**

Presidente da República



Nascido em 30 de maio de 1974, governou Madagascar entre 2009 e 2014.

Em sua primeira gestão, a economia malgaxe enfrentou sérias dificuldades, uma vez que os doadores tradicionais diminuíram o fluxo de recursos para Madagascar, em razão da ruptura da ordem democrática. Ainda assim, "DJ", como é localmente conhecido, logrou adotar medidas econômicas de forte apelo popular, como a concessão de subsídios para energia elétrica, combustível e alimentos. Ao longo daquele quinquênio, exerceu a presidência de maneira interina, à frente de "Alta Autoridade Transitória". Também em razão de pressão internacional, abriu mão de concorrer nas eleições presidenciais de 2013, quando conseguiu eleger o candidato de sua preferência. A popularidade angariada por Rajoelina garantiu seu retorno ao poder em Antananarivo.



PATRICK RAJOELINA
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 1954, na França, é historiador e foi professor, durante 20 anos, na Escola Superior de Jornalismo de Paris. Regressou a Madagascar em 2017.

Designado chanceler de Madagascar em agosto de 2021, exerceu o cargo, anteriormente, de conselheiro especial do presidente da República, de quem possui o mesmo sobrenome, embora sem parentesco.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas em 1996. A suspensão do país da União Africana (UA) em 2009, em razão de rupturas institucionais, levou à interrupção de projetos de cooperação incipientes. Somente com a plena reintegração de Madagascar à UA, em 27 de fevereiro de 2014, à luz dos resultados das eleições realizadas no país no final de 2013, as relações diplomáticas bilaterais voltaram à normalidade.

A ausência de embaixadas residentes em Brasília e em Antananarivo, entre outros motivos, tem concorrido para a manutenção do quadro de pouca densidade das relações bilaterais.

Além de restrições de viagens em vigor, observa-se que o governo daquele país tem dificultado a entrega de credenciais por embaixadores não residentes de diversas nacionalidades, possivelmente como estratégia para incentivar a abertura de representações estrangeiras em Antananarivo. Nesse contexto, entre os últimos seis embaixadores designados pelo Brasil junto a Madagascar, quatro não conseguiram apresentar credenciais.

Ainda que sem viabilizar a aproximação política na esfera da representação, o governo de Madagascar respondeu bem às principais gestões substantivas, realizadas pela Embaixada em Maputo, em prol de assuntos de interesse do Brasil. Nesse sentido, o governo malgaxe reagiu com alguma agilidade a solicitações apresentadas pelo posto para apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais, havendo manifestado oficialmente apoio ao Brasil quando das exitosas candidaturas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (junho de 2021) e a duas instâncias no âmbito da União Postal Universal (UPU), em agosto de 2021, a saber, ao Conselho de Operações Postais e ao Conselho de Administração.

Caberia assinalar igualmente que, apesar das dificuldades de aproximação entre os dois países, o comércio bilateral tem sido superavitário para o Brasil.

Em setembro de 2017, o embaixador do Brasil em Madagascar, residente em Maputo, participou da Feira Internacional de Agricultura, realizada em Antananarivo. À margem do evento, foi recebido pelo então presidente Hery Rajaonarimampianina, que solicitou apoio do Brasil para o desenvolvimento da agropecuária malgaxe.



Não existe acordo de cooperação técnica bilateral, e não há registro de ações de projetos e ações simplificadas de parte do governo brasileiro em favor de Madagascar. No que toca à cooperação humanitária, o Brasil registra doação, em 2012, de 2.150 toneladas de arroz, com valor declarado de US\$ 1.015.973,00, e 292 toneladas de feijão, com valor declarado de US\$ 261.216,87, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Assuntos Consulares

Nos últimos anos, a Embaixada em Maputo monitorou a situação de cerca de vinte nacionais brasileiros residentes em Madagascar, sendo um terço do sexo feminino e ao menos dois menores de idade. Um empresário brasileiro, Anivaldo de Jesus, estabelecido no país há algum tempo, teve seu nome proposto como cônsul honorário em Antananarivo. Duas brasileiras são missionárias associadas à Igreja Católica e seis brasileiros estão vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus. Não se tem notícias de mais brasileiros naquele país em caráter permanente.

Em 2019, o posto apoiou, inclusive com envio de missão consular, a repatriação (após o cumprimento de pena) de brasileira que se encontrava detida em Madagascar por tráfico internacional de entorpecentes. Em 2020, durante a pandemia, foi prestado apoio para que uma veterinária e quatro médicos brasileiros retidos no país pudessem retornar ao Brasil ou a seus países de residência.

Após dois anos de gestões, o governo de Madagascar concordou com a criação, em fins de 2020, de um Consulado Honorário do Brasil em Antananarivo, com jurisdição sobre todo o território malgaxe. Portaria com a criação da repartição honorária foi publicada no Brasil em 21 de dezembro de 2020.



POLÍTICA INTERNA

Tendo servido como entreposto comercial para árabes, desde o século VII, Madagascar passou a servir de entreposto também para europeus, a partir do século XVII, com a França assumindo o controle absoluto sobre o território em 1895-96. Revoltas nacionalistas iniciadas em 1947 provocaram a reforma das instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência, obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo oposicionista Albert Zafy. O novo governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana. Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Em abril de 2002, a Corte Constitucional proclamou o prefeito da capital como vencedor. E em julho, Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional, fugiram do país e exilaram-se na França.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de cinco anos.

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo então prefeito da capital Antananarivo, Andry



Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a deposição do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador da SADC. Após diversas tentativas, logrou-se consenso, em 2011, em torno de um “Mapa do Caminho”, pelo qual as autoridades transitórias se comprometeram com a criação das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana, bem como com a realização de eleições.

As eleições, inicialmente previstas para 2012, foram finalmente realizadas no final de 2013, após acordo pela retirada de candidaturas inicialmente apresentadas por Rajoelina, pela esposa de Ravalomanana e por Ratsiraka. Apoiado por Rajoelina, Hery Rajaonarimampianina (sem partido) venceu o segundo turno com 53,3% dos votos, contra 46,5% de Jean-Louis Robinson, apoiado por Ravalomanana.

Ao longo do período de exceção, entre 2009 e final de 2013, Madagascar sofreu com a implementação de sanções por parte da comunidade internacional e viu retirados fundos externos que beneficiavam o país. O prolongamento da incerteza institucional levou à acentuada piora dos indicadores econômicos e sociais do país.

Não obstante a realização de eleições reconhecidas internacionalmente, persistem focos de tensão política. Em outubro de 2014, Marc Ravalomanana foi detido em Antananarivo, depois de retornar



clandestinamente ao país e convocar conferência de imprensa na qual questionou a legitimidade do Governo eleito. Ravalomanana permaneceu em prisão domiciliar até maio de 2015. Depois de liberado, retornou às suas atividades empresariais, tendo sido posteriormente eleito para a presidência do partido TIM (“Tiako I Madagasikara”, isto é, “Eu amo Madagascar”).

Evolução recente e perspectivas

Embora a eleição de Rajaonarimampianina tenha colocado termo temporário à instabilidade institucional, nos últimos anos a situação política em Madagascar voltou a se deteriorar. Em abril de 2018, protestos violentos eclodiram na esteira da aprovação, por margem estreita, de três projetos de lei sobre as eleições gerais previstas para o fim daquele ano.

A Alta Corte Constitucional de Madagascar (HCC) considerou inconstitucionais vários dispositivos da nova legislação eleitoral. Os partidos de oposição, em resposta, apresentaram à Corte pedido de destituição do governo Rajaonarimampianina. O tribunal acolheu o pedido da oposição e deu prazo de dez dias para o presidente formar novo governo de união nacional.

A decisão da HCC e a nomeação de Ntsay representaram um golpe contra as aspirações eleitorais do presidente Rajaonarimampianina, que, no início de 2018, havia anunciado sua candidatura à reeleição.

Em janeiro de 2019, a Alta Corte Constitucional do país confirmou a vitória de Andry Rajoelina nas eleições presidenciais. Ex-presidente interino entre 2009 e 2014, Rajoelina voltou ao poder pela via democrática. Após a decisão do tribunal, o mandatário emitiu declaração em tom conciliatório, reduzindo a tensão com Marc Ravalomanana, candidato derrotado e seu principal adversário político. Rajoelina tomou posse em 18 de janeiro de 2019.

Após período de otimismo da população com o novo governo, a partir de 2020, o presidente tem enfrentado desafios em sua popularidade em razão da difícil situação econômica do país, da gestão da pandemia de Covid-19 pelo governo e da repressão a movimentos de protesto ocorridos ao longo de 2020 e 2021. Esse quadro político-econômico culminou em alegadas tentativas de golpe contra o governo em 2021, em cujo contexto de crise o presidente Rajoelina demitiu todos os 25 ministros, vice-ministros e secretários de estado.



Na apresentação do novo gabinete – agora com 32 nomes em função do desmembramento de algumas pastas –, foram indicados 22 novos ministros e anunciadas dez reconduções. Entre os novos indicados, destacam-se a ministra das Finanças, Rindra Hasimbelo Rabarinirinarison, ex-presidente da Comissão de Compras Governamentais, e o chanceler, Patrick Rajoelina, que, até então, ocupava o cargo de conselheiro especial do presidente (com quem compartilha o sobrenome, apesar de não guardar parentesco).

Poder Legislativo

Madagascar conta com um parlamento bicameral. A Assembleia Nacional é composta por 151 assentos, com membros eleitos pelo voto popular para mandatos de cinco anos, e o Senado é integrado por 33 membros, sendo 22 eleitos por cada uma das 22 regiões e os 11 restantes indicados pelo Presidente, também com mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitem suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e as relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos insulares (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido particularmente ativo na Comissão do Oceano Índico, organização internacional voltada para a cooperação dos países da região. As relações com a França (seu principal parceiro político e econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela maior intensidade, em comparação com os vizinhos continentais.



O advento da crise política, em 2009, alterou os rumos da política externa malgaxe, dando início a cinco anos de sanções e intensa participação da União Africana e, sobretudo, da SADC, nas negociações com vistas à normalização da política interna no país. As eleições de 2013 levaram ao levantamento de sanções e à retomada da participação nos organismos dos quais o país havia sido suspenso (União Africana, SADC, Organização Internacional da Francofonia). O FMI e a União Europeia retomaram o apoio financeiro ao país em meados de 2014, e os EUA restauraram, a partir de janeiro de 2015, a participação malgaxe no *African Growth and Opportunity Act* (AGOA), programa que oferece acesso preferencial ao mercado norte-americano para países africanos selecionados.

Nos últimos anos, tema de destaque no âmbito da inserção internacional de Madagascar tem sido a reiteração, junto à França, da reivindicação de soberania sobre as chamadas “Ilhas Esparsas” (cinco ilhas desabitadas no oceano Índico, quatro delas no canal de Moçambique). O arquipélago, disperso no oceano Índico, foi reconhecido por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas como arbitrariamente separado de Madagascar à época de sua independência, mas permanece sob controle francês. Em governos anteriores, Antananarivo parecia evitar ressuscitar o pleito de forma mais contundente, possivelmente por temer animosidades na relação com a França, de onde provêm vultosos recursos de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Em face da resistência francesa, as reivindicações de soberania malgaxe sobre aquele arquipélago nunca avançaram.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conjuntura Econômico-Comercial

Um dos mais pobres do mundo, Madagascar não foge ao padrão de grande parte dos países da África subsaariana, qual seja, de economia baseada em *commodities* e com reduzido índice de desenvolvimento social.

A economia do país é, em larga medida, baseada na agricultura, na pecuária bovina e na pesca. Detentor de aproximadamente 70% da força de trabalho, o setor primário ainda é predominantemente rudimentar, carecendo de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores,



razão por que o país é muito dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política de 2009, cerca da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos EUA, foi igualmente prejudicado após o golpe. A restauração do acesso preferencial ao mercado norte-americano em 2015, ao amparo do AGOA, ajudou a revigorar as exportações de têxteis.

A pandemia de Covid-19 prejudicou a trajetória de crescimento econômico sustentado desde o retorno à ordem constitucional, em 2013. Após expansão de 4,4% do PIB em 2019, o país entrou em recessão em 2020, com redução de 4% da atividade econômica.

Os setores de manufatura, mineração e serviços foram os mais atingidos em decorrência das medidas restritivas. O déficit em conta corrente deteriorou-se para 3,5% do PIB em 2020, contra 2,3% em 2019, sobretudo em razão de queda nas exportações, nas receitas advindas do turismo internacional e do investimento estrangeiro direto. A receita tributária caiu, ao passo que os gastos governamentais aumentaram significativamente. Como resultado, o déficit orçamentário elevou-se de 1,4% do PIB em 2019 para 6,3% em 2020.

Para além do impacto negativo da pandemia, enchentes no norte do território malgaxe e seca prolongada ao sul aprofundaram a recessão econômica. Madagascar é especialmente vulnerável a fenômenos climáticos extremos, tendo registrado mais de 50 desastres naturais nos últimos 35 anos. No ano de 2021, a região sul do país foi duramente atingida pela pior seca dos últimos 40 anos – fenômeno que, de acordo com relatório das Nações Unidas, está intimamente ligado às mudanças climáticas globais.

Em março de 2021, o Conselho Executivo do FMI aprovou novo crédito de US\$ 320 milhões em 40 meses para Madagascar ("Extended Credit Facility"). O acordo foi elaborado com base em taxa de crescimento projetada de 3,2% em 2021 e 5% em 2022, indicando a expectativa de que, diminuídas as restrições relacionadas à Covid-19, o país deverá recuperar o caminho do crescimento econômico. Entre as prioridades do acordo com o Fundo, estão o aumento da receita pública, o aumento significativo dos gastos sociais e a melhoria da transparência do orçamento, a fim de restaurar a confiança entre doadores, investidores e a população.



Comércio

O comércio exterior malgaxe está concentrado em número limitado de produtos agrícolas e minerais. Os principais itens exportados são baunilha, níquel, titânio e camarões. A baunilha corresponde a quase 30% da pauta exportadora do país, que detém, praticamente, o monopólio da produção mundial do produto.

O Brasil acumula superávits com Madagascar, embora a corrente total de comércio seja pouco expressiva. Em 2021, as importações brasileiras do país somaram US\$ 2,5 milhões, e as exportações, US\$ 40,9 milhões, dos quais mais de 80% correspondem à venda de açúcar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1880-1905	França consolida o domínio sobre Madagascar.
1910-20	Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946	Madagascar torna-se Território Ultramarino.
26/06/1960	Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975	O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeado República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito presidente.
1992	Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993	Albert Zafy eleito presidente.
1996	Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à presidência.
Maio de 2001	Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001	Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.



Fevereiro de 2002	Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002	A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002	Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002	O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004	O BIRD e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006	Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007	O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Março de 2009	Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).
Out/Dez de 2013	Realização de eleições presidenciais e legislativas
Janeiro de 2014	Inauguração do mandato do Presidente Hery Rajaonarimampianina
Abril/Maio de 2018	Fortes protestos forçam a renúncia do primeiro-ministro e a formação de novo gabinete de ministros
Janeiro de 2019	Inauguração do mandato do Presidente Andry Rajoelina

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS



Outubro de 1996	Estabelecimento de relações bilaterais. Brasil passa a manter Embaixada cumulativa com a missão em Maputo.
Janeiro de 2009	O Governo brasileiro não reconhece Governo instalado após golpe de estado.
Janeiro de 2014	Relações normalizadas, após a inauguração de Governo legítimo.

ATOS BILATERAIS

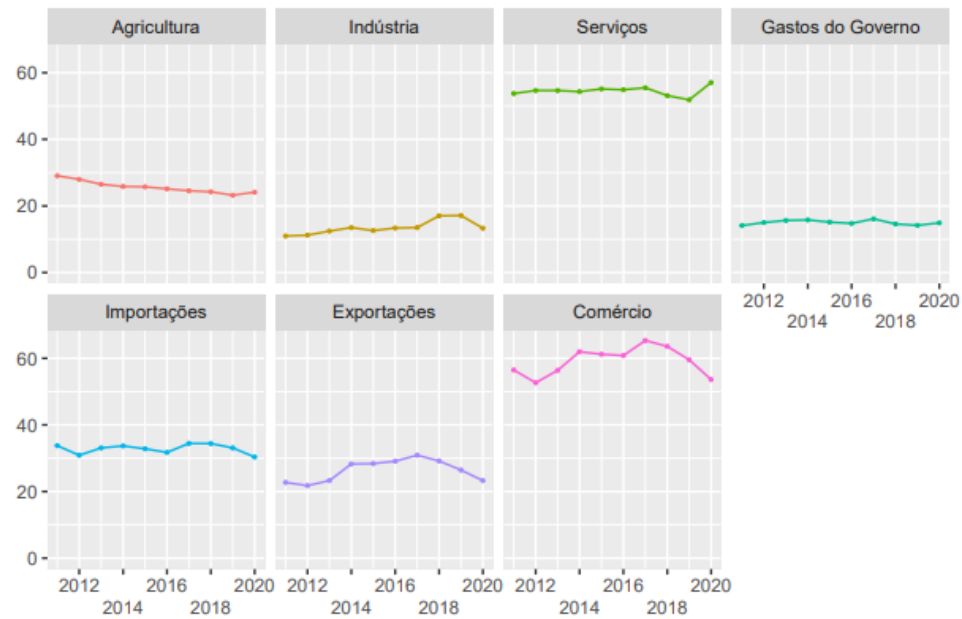
Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Madagascar.

DAF II, 01/12/2021



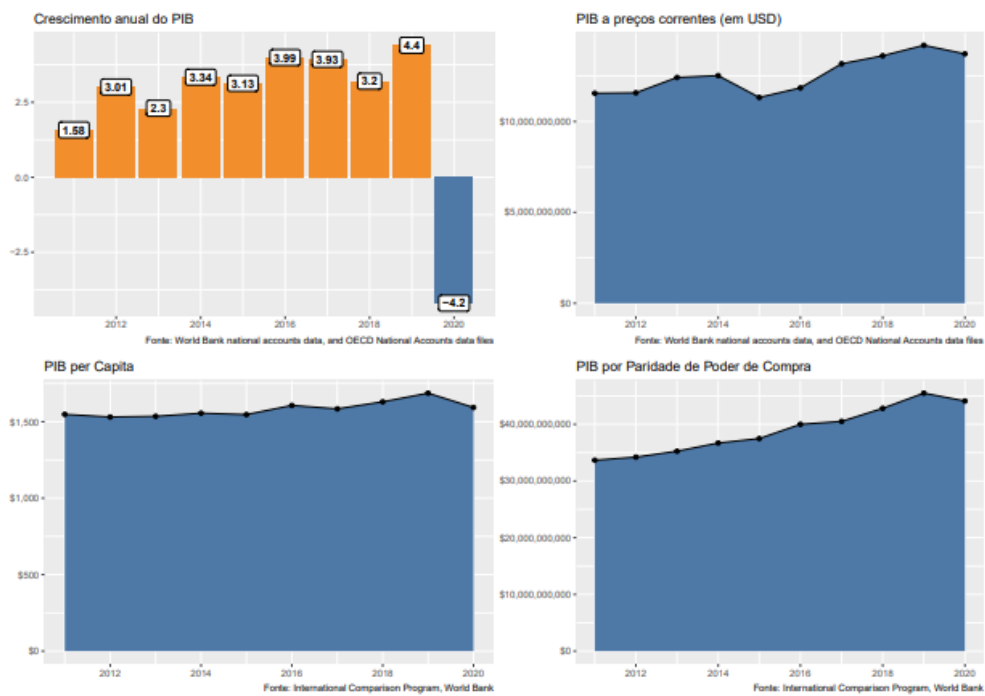
DADOS ECONÔMICOS

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



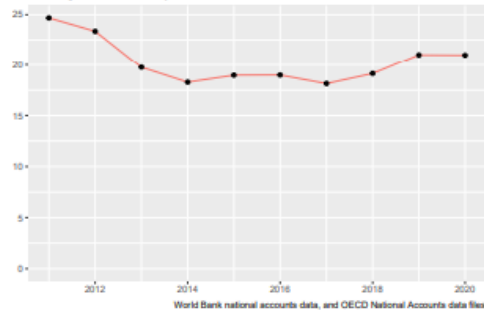
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Produto Interno Bruto

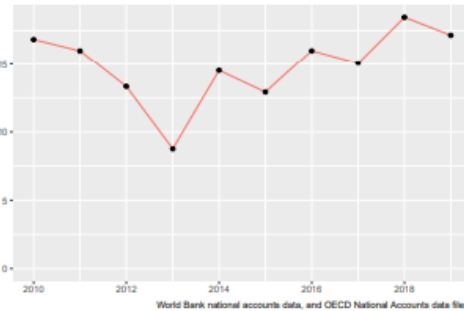


Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo

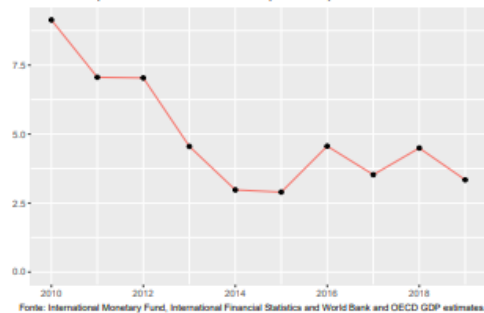


Poupança Interna

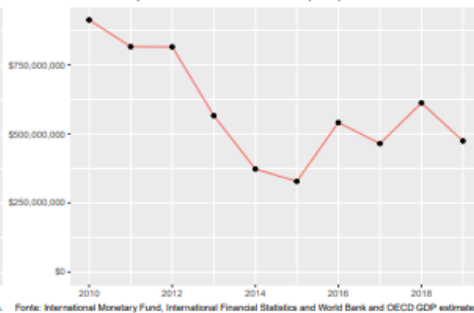


Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)

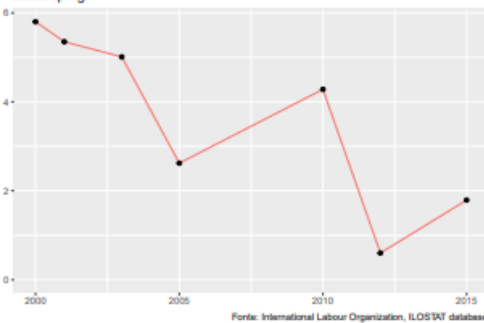


Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)

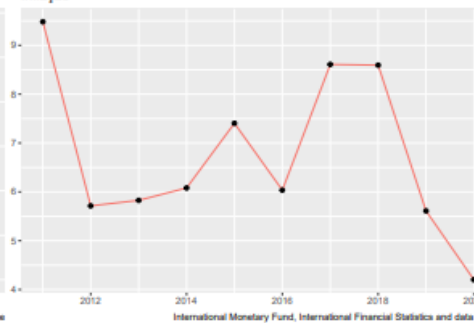


Indicadores de Inflação e Desemprego

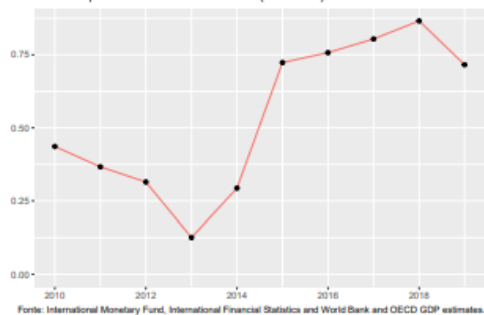
Desemprego



Inflação

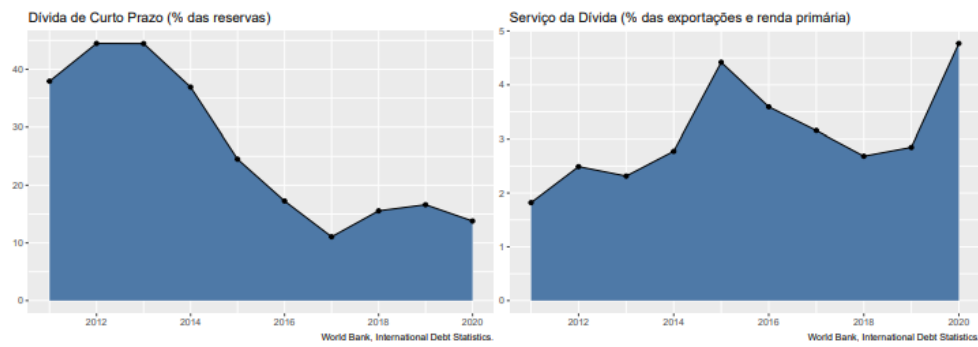


Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)

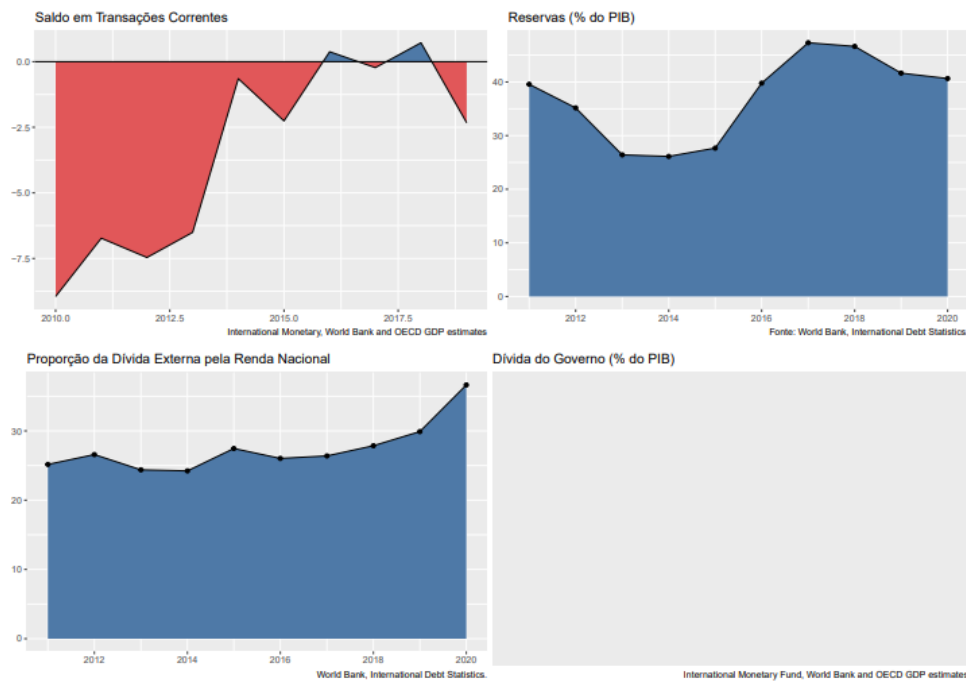


Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)

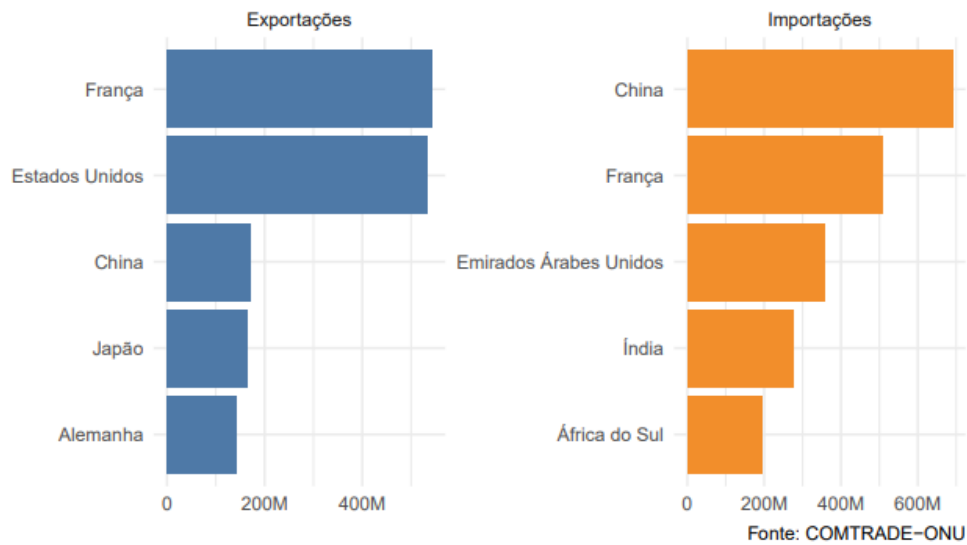




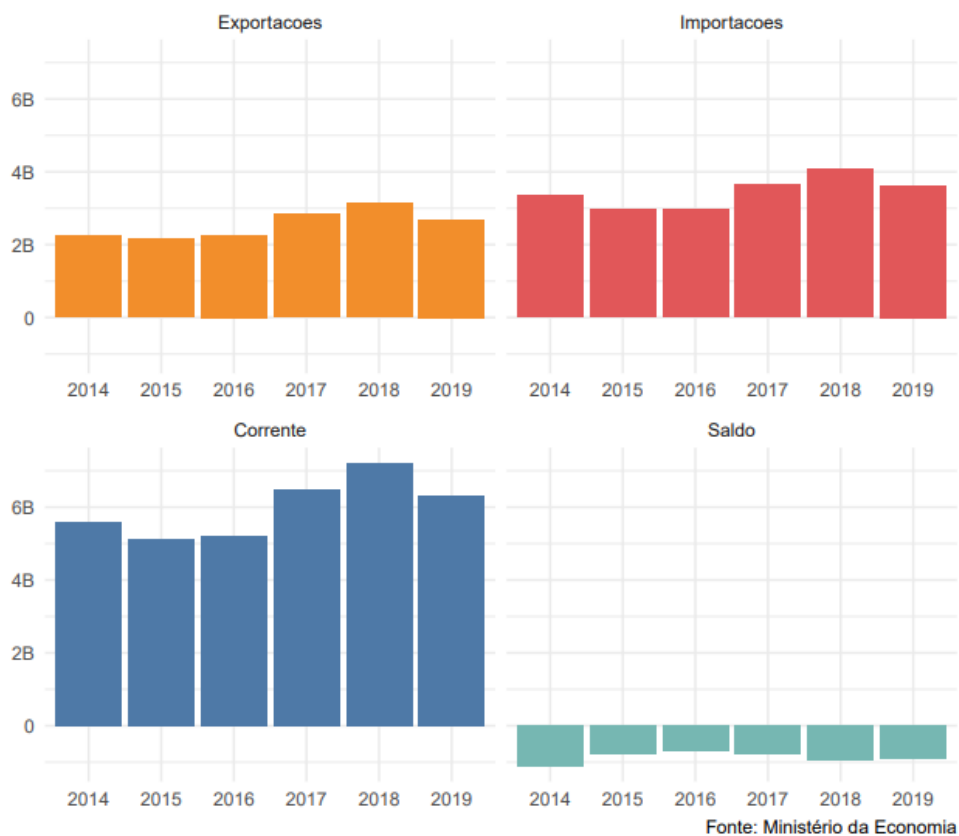
Indicadores de Solvência Externa



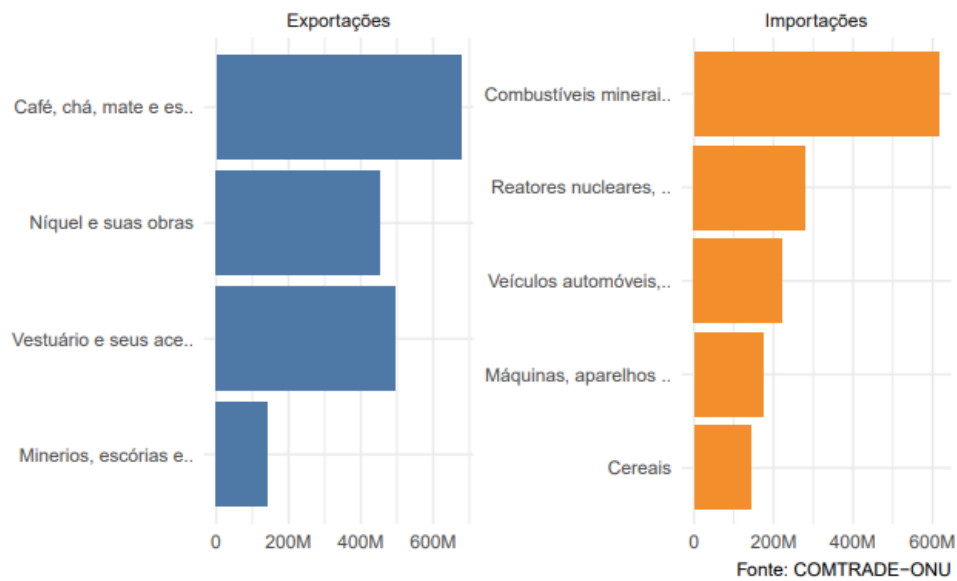
Madagascar-Mundo, principais parceiros comerciais em 2019



Madagascar-Mundo, Fluxo de Comércio até 2019



Madagascar-mundo, principais produtos comercializados





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 5, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 1

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **CLAUDIA DE BORBA MACIEL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de janeiro de 2022.



EM nº 00325/2021 MRE

Brasília, 23 de Dezembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLAUDIA DE BORBA MACIEL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulino Franco de Carvalho Neto



06/01/2022 09:21

SEI/PR - 3107507 - OFÍCIO

00001.010230/2021-18



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 13/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 04/01/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3107507** e o código CRC **F801AF84** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.010230/2021-18

SEI nº 3107507

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Página 4 de 27

Avulso da MSF 5/2022.

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3409721&id...



06/01/2022 09:21

SEI/PR - 3107507 - OFÍCIO

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE CLAUDIA DE BORBA MACIEL**

CPF.: 850.662.817-20

1962 Filha de Alcedo Maciel e Albertina de Borba Maciel, nascida em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1997 Graduada em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF - "Meio Ambiente e Comércio no Mercosul"

2005 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2008 Curso de Altos Estudos

Cargos:

1996 Terceira-secretária

2002 Segunda-secretária

2006 Primeira-secretária, por merecimento

2008 Conselheira, por merecimento

2013 Ministra de segunda classe por merecimento

Funções:

1998-99 Divisão do Meio Ambiente, assistente

1999-03 Presidência da República, Assessoria Diplomática do Gabinete do PR, assistente

2003-06 Delegação Permanente em Genebra, segunda e primeira-secretária

2006-08 Embaixada em Caracas, primeira-secretária

2008-09 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessora

2009-10 Secretaria de Assuntos Estratégicos/PR, chefe de Gabinete do Ministro

2010-11 Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis, chefe

2011 Embaixada em Quito, conselheira

2011-13 Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável, chefe

2013-15 Ministério do Desenvolvimento Social, chefe da Assessoria Internacional

2015-17 Embaixada em Paris, ministra-conselheira

2017-20 Delegação Permanente junto à Unesco, ministra-conselheira

2020- Consulado Geral em Munique, cônsul-geral adjunta

Condecorações:

1999 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, medalha de bronze

1999 Prêmio Rio Branco, IRBr, medalha de prata

2009 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

2010 Medalha do Pacificador, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



Maço da República da Guiné-Bissau**Outubro de 2021****GUINÉ-BISSAU****OSTENSIVO****Divisão de África II**

PERFIS BIOGRÁFICOS**UMARO SISSOCO EMBALÓ****Presidente da República da Guiné-Bissau**

Nasceu em 1972, de família muçulmana. Possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri. É considerado especialista em questões africanas e de Oriente Médio. Tenente-general antes de ser Presidente, promoveu-se a General de Exército.

Em 2016, foi nomeado Primeiro-Ministro no governo do Presidente José Mário Vaz. Pediu demissão em janeiro de 2018, após desentendimentos com o então Chefe de Estado. Em fevereiro de 2020, tomou posse como Presidente da República, pelo partido Movimento para a Alternância Democrática.



SUZI BARBOSA
Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nascida em 1973, formou-se em Relações Internacionais e especializou-se em Diplomacia Africana pelo Instituto Superior de Gestão e Economia de Lisboa.

Foi eleita Deputada da Assembleia Nacional Popular pelo PAIGC, em 2014, e nomeada Secretária de Estado da Cooperação Internacional e Comunidades em 2015. Em 2017, recebeu o Prémio Humanitário Pan-Africano para a Liderança Social e do Género.

Depois de exercer o cargo de Conselheira para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Primeiro-Ministro Aristides Gomes, do PAIGC, foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em 2019, demitindo-se em janeiro de 2020.

Voltou ao cargo no governo do Primeiro-Ministro Nuno Nabiam, em março de 2021.

RELAÇÕES BILATERAIS



Os tradicionais laços diplomáticos que unem Brasil e Guiné-Bissau remontam a 18 de julho de 1974, quando o Brasil foi o primeiro país fora do bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano e a embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, em 2011.

Juntamente com a comunidade internacional, o Brasil não reconheceu o governo provisório resultante do movimento de abril de 2012. As relações bilaterais foram plenamente normalizadas após as eleições gerais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno do país à democracia.

O último chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau foi o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. Do lado bissau-guineense, o Presidente Umaro Sissoco Embaló visitou o Brasil em agosto de 2021. Antes dele, em janeiro de 2015, o presidente José Mario Vaz participou da cerimônia de posse da então Presidente Dilma Rousseff.

O então Primeiro-Ministro Baciro Djá representou a Guiné-Bissau na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1º de novembro de 2016. Do lado brasileiro, a mais recente visita de Chanceler ocorreu em 2011 (ida do então chanceler Antônio Patriota a Bissau). Do lado bissau-guineense, o então chanceler Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, no dia 31 de outubro de 2016.

O Brasil apoiou os últimos processos eleitorais na Guiné-Bissau, tendo enviado técnicos e participado das missões de Observação Eleitoral da CPLP para os pleitos legislativos e presidenciais de 2019.

O Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau, em Bissau, é um dos principais espaços culturais e de ensino de português na cidade.



Desde 1976, 20 bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco. Desde 2009, 13 militares do país foram capacitados em diversos cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras.

O Brasil recebe o segundo maior contingente de estudantes bissau-guineenses no exterior: 521 nacionais do país já se formaram na UNILAB e há importante participação no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

O Sr. Vice-Presidente Hamilton Mourão avistou-se com o presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, à margem da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (Luanda, 17/07/2021). Igualmente, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, manteve reunião com a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Suzi Barbosa, à margem da XXVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, 16/07/2021).

Visita do Presidente da Guiné-Bissau ao Brasil

Entre 24 e 27 de agosto de 2021, o presidente da Guiné-Bissau, general Umaro Sissoco Embaló, realizou visita oficial ao Brasil. A comitiva presidencial foi integrada pela ministra dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e das Comunidades, Suzi Carla Barbosa, e pelo ministro da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, general Sandji Fati.

Em 24 de agosto, o presidente Embaló e sua comitiva foram recebidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, acompanhado dos titulares dos ministérios de Relações Exteriores, Justiça e Segurança Pública, Defesa, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Educação, Saúde e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Ocorrida seis anos após o comparecimento do então presidente José Mário Vaz à cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (2015), e onze anos após a vinda ao Brasil do presidente Malam Bacai Sanhá (2010), a visita de Embaló terá contribuído para relançar as relações bilaterais de amizade e cooperação entre o Brasil e aquele país parceiro de língua portuguesa. A intensa programação da comitiva presidencial guineense em solo brasileiro poderá desdobrar-se em ações de retomada ou de



lançamento de relevantes iniciativas de cooperação, bem como em diálogo mais fluido acerca de temas políticos.

A visita do presidente Umaro Sissoco Embaló serviu ao propósito de reforçar os laços políticos, econômicos, cooperativos e culturais que unem os dois países. Do ponto de vista comercial, a manutenção de diálogo fluido com o país africano pode favorecer a aproximação do Brasil com os demais membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bloco econômico formado por quinze nações, com população superior a 350 milhões de pessoas e importante mercado consumidor de produtos brasileiros.

Cooperação técnica

A Guiné-Bissau é importante parceiro da cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento. O Programa de Cooperação Brasil – Guiné-Bissau possui como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em 18/05/1978 e promulgado em 01/08/1979.

Cooperação Técnica Bilateral

Atualmente, a pauta de cooperação técnica bilateral com a Guiné-Bissau é composta pelos seguintes projetos em execução:

1. Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão”, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Desde 2006, o Centro de Formação já formou mais de 4.200 alunos nas 10 áreas de capacitação profissional oferecidas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, pedreiro, mecânica de autos, eletricista, encanador, manutenção de refrigeração e corte e costura).
2. Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA, tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda na



- Guiné-Bissau por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju.
3. O Projeto “Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e de outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde, foi assinado em 2012 e repactuado em março de 2015.
 4. Projeto "Fortalecimento do Combate ao HIV/Aids na Guiné-Bissau - Fase II", assinado em março de 2019, tem por objetivo fortalecer a capacidade de resposta nacional do país no combate à epidemia de HIV/Aids.

Cooperação regional

1. Capacitação de diplomatas: O Instituto Rio Branco (IRBr) implementa, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), desde o ano de 2008, programa de capacitação para diplomatas estrangeiros com vistas a atender jovens profissionais dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP. Até o ano de 2020 foram formados nove diplomatas bissau-guineenses.
2. Capacitação de militares: A ABC, em parceria com o Ministério da Defesa, tem apoiado, desde o ano de 2009, a oferta de vagas para militares da América Latina e da África em diversos cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras. No período de 2009 a 2020 foram capacitados 13 militares bissau-guineenses.

Cooperação Trilateral com Países Desenvolvidos

Guiné Bissau é beneficiado com a seguinte iniciativa do Programa de Treinamento para Terceiros Países – TCTP, no âmbito do Programa de Parceria Brasil - Japão – JBPP: "Curso Internacional de capacitação para Gestores de Unidades de Formação Profissional dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – São Paulo.

Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais

Encontram-se em execução os seguintes projetos de cooperação trilateral:



- 1) Projeto-país “Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas”, executado no âmbito da parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O objetivo do projeto é o fortalecimento de lideranças locais, o desenvolvimento comunitário e a promoção de educação integral para crianças e jovens da comunidade do bairro de São Paulo, localizada no município da cidade de Bissau.
- 2) Projeto-país: BRA/13/008-S230 - "Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III". Por ocasião da visita de Comitativa Presidencial de Guiné-Bissau a Brasília, o Projeto CFFS – Fase III teve sua assinatura concluída em 25 de agosto de 2021. A Fase III do projeto tem como principal objetivo a elaboração e a implementação de plano de sustentabilidade para o CFFS, de modo a permitir a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro para as autoridades pertinentes do Governo bissau-guineense, bem como finalizar a adequação da infraestrutura do Centro.
- 3) PMA/10/01/BRA - "Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar", assinado em 2010, executado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA). O objetivo do programa é reforçar a capacidade e os conhecimentos, em nível nacional, em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional.

Cooperação Técnica com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desde a criação da CPLP, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos Estados membros da Comunidade. A cooperação brasileira tem abarcado expressivo rol de temas, em que se sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência. São os seguintes os projetos em execução na Guiné-Bissau:

- 1) Projeto “Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania”.
- 2) "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP", executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA).



- 3) "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)", executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Cooperação Humanitária

Em 2018, o governo brasileiro doou 188.880 comprimidos antirretrovirais, 250 mil unidades de gel lubrificante e 37,5 mil “kits” de diagnóstico para HIV. O Ministério da Saúde e a Associação dos Consules no Brasil (ACONBRAS) custearam o transporte dos medicamentos, que pesaram 6.459 kg e tinham, à época, valor declarado de US\$ 959.082,31.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Guiné-Bissau é um país rico em recursos naturais. Sua economia é baseada no setor agrícola, que responde por 60% do PIB (de cerca de US\$ 1,65 bilhão), 96% das exportações e 85% dos empregos do país. Os principais produtos são castanha de caju, arroz, milho, sorgo, banana e manga. Com disponibilidade de terras aráveis e de água, o setor primário tem amplo potencial de desenvolvimento, hoje limitado pela carência de infraestrutura e de investimentos. A indústria representa 12% do PIB do país.

O processo de comercialização e exportação da castanha de caju representa mais de 90% das exportações do país (principalmente para a Índia e o Vietnã) e contribui com 15% do PIB, empregando grande parte da população ativa.

O país dispõe de abundantes recursos pesqueiros. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

Após a queda sofrida em 2012, em razão de instabilidade política, o PIB bissau-guineense cresceu continuamente entre 2013 e 2019, tendo atingido crescimento de 4,6% em 2019, 3,4% em 2018 e 4,8% em 2017.

A quebra da safra do caju causada pela pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia, acentuando a informalidade, além de elevar a insegurança alimentar no país.



Ao lado de São Tomé e Príncipe e Moçambique, a Guiné-Bissau foi beneficiada pelo perdão do serviço da dívida concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em abril de 2020, a 25 dos Estados mais pobres, no contexto da pandemia de Covid-19.

Historicamente o Brasil apresenta superávits no intercâmbio comercial com a Guiné-Bissau. O fluxo comercial total é concentrado em poucos itens do agronegócio, tendo oscilado, nos últimos 4 anos, entre US\$ 4 e 6 milhões.

A corrente total passou de US\$ 5 milhões em 2019 para US\$ 4 milhões em 2020. Em 2018, a corrente atingira US\$ 6,575 milhões.

Com a pandemia de Covid-19, em 2020, as exportações brasileiras para a Guiné-Bissau tiveram queda de 17,43%, ficando em US\$ 3,46 milhões (em comparação com US\$ 4,19 milhões em 2019). Já as importações tiveram queda ainda maior, de 29%, ficando em US\$ 606,22 mil (em comparação com US\$ 851,25 mil em 2019).

No período, o Brasil acumulou saldo de US\$ 2,85 milhões no comércio bilateral e os produtos do agronegócio responderam por 85% das exportações totais, com destaque para açúcar e confeitaria (US\$ 1,57 milhão), bebidas (US\$ 573 mil), produtos de pastelaria (US\$ 341 mil), carnes (US\$ 209 mil) e pescados (US\$ 79 mil).

Os principais produtos importados pelo Brasil foram coco e castanhas.

De janeiro até julho deste ano, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 1,18 milhão em produtos para a Guiné-Bissau, sendo o agronegócio responsável por 71% da pauta exportadora, especialmente açúcar e confeitaria (21%), produtos de pastelaria (16%), bebidas (14%) e carnes (12%). Já as importações brasileiras oriundas da Guiné-Bissau somaram US\$ 316 mil.

Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco de investimentos do país africano no Brasil.

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DA GUINÉ-BISSAU

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da



Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde.

A guerrilha contra o colonizador teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de Estado, chefiado pelo General João Bernardo "Nino" Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, interrompendo assim o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990, e, em maio do ano seguinte, o país adotou o pluripartidarismo. Entre 1998 e 1999, o país passou por guerra civil. Em 2009, Nino Vieira (que voltara à presidência por meio das urnas em 2005) foi assassinado, supostamente por tropas leais ao antigo comandante das forças armadas, General Tagmé Na Waié (ele próprio morto horas antes em atentado a bomba).

A Guiné-Bissau é uma república semipresidencialista e multipartidária. O presidente é o chefe de Estado, eleito pelo voto direto. O primeiro-ministro é o chefe de governo, nomeado pelo presidente, em consulta com o legislativo. A Assembleia Nacional Popular é o legislativo unicameral. A constituição prevê a eleição dos parlamentares a cada quatro anos. Os dois principais partidos são o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Movimento para Alternância Democrática (Madem).

Umaro Sissoco Embaló elegeu-se presidente em 2019, pelo Madem e nomeou, como chefe de governo, Nuno Nabiam.

Além da reforma na constituição do país, o governo bissau-guineense tem reiterado compromisso com reformas do Poder Judiciário e dos setores de defesa e segurança, tal como previsto no Acordo de Conacri, assinado pelos atores nacionais em setembro de 2016, sob os auspícios da comunidade internacional.

Além de representar a CPLP no âmbito do P5, em sistema de revezamento com a Embaixada de Cabo Verde em Bissau, o Brasil exerce, desde 2007, a presidência da configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (PBC, da sigla em



inglês) da ONU, cujo Fundo para a Consolidação da Paz financia projetos de desenvolvimento no país.



MAPA



DADOS BÁSICOS		
	Guiné-Bissau	Brasil
Nome oficial	República da Guiné-Bissau	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Português (oficial)	Português
População	2 milhões (governo nacional)	211,7 milhões (IBGE)
Área	36.125 km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 1,43 bilhão	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 887,59	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4,6% (2019) -2,8% (2020)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,480 (178ª posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	55,3%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	58,3 anos	74,7 anos
COVID-19 (27/09)	6.099 casos 135 óbitos	21.351.972 casos 594.443 óbitos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-GUINÉ-BISSAU	2018	2019	2020
Intercâmbio total	6,58	5,04	4,06
Exportações	4,81	4,19	3,46
Importações	1,77	0,851	0,606
Saldo	3,04	3,33	2,85



* Principais produtos da pauta comercial (2020)

- **Exportações:** açúcar, álcool, preparações alimentícias, carnes e calçados.
- **Importações:** cocos e castanhas.

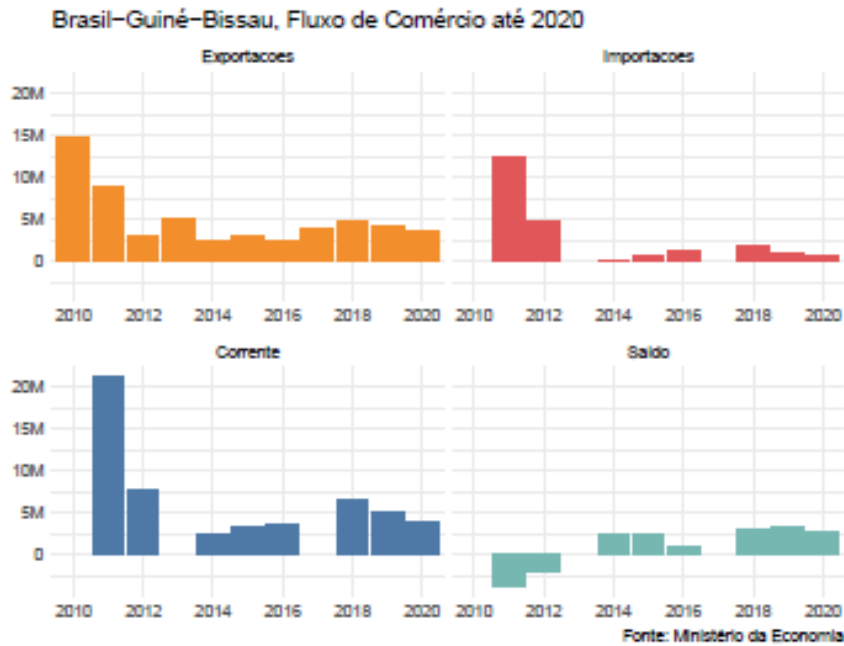
Embaixador da Guiné-Bissau no Brasil: M'bala Alfredo Fernandes

Embaixador do Brasil na Guiné Bissau: Fábio Guimarães Franco

FLUXOS COMERCIAIS

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio



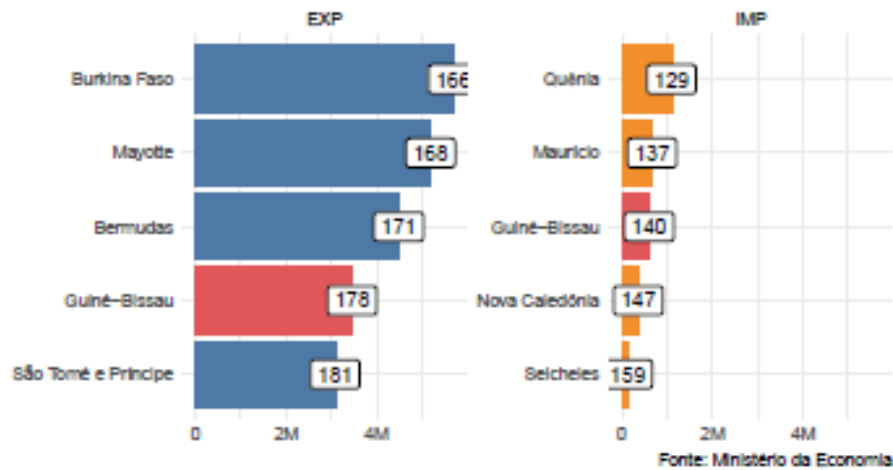
	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	3M (-17.43%)	4M (-12.85%)	5M (28.54%)	4M (55.14%)	2M (-16.46%)
Importações	606K (-28.8%)	851K (-51.9%)	2M (NA)	NA (NA)	1M (156.5%)
Saldo	3M (-15%)	3M (10%)	3M (NA)	NA (NA)	1M (-53%)
Corrente	4M (-19.5%)	5M (-23.3%)	7M (NA)	NA (NA)	4M (9.2%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	3M (14.08%)	3M (-48.40%)	5M (72.32%)	3M (-67.71%)	9M (-40.30%)
Importações	504K (571.3%)	75K (NA)	NA (NA)	5M (-60.7%)	12M (NA)
Saldo	2M (-3%)	2M (NA)	NA (NA)	-2M (-157%)	-4M (NA)
Corrente	3M (30.1%)	3M (NA)	NA (NA)	8M (-63.6%)	21M (NA)

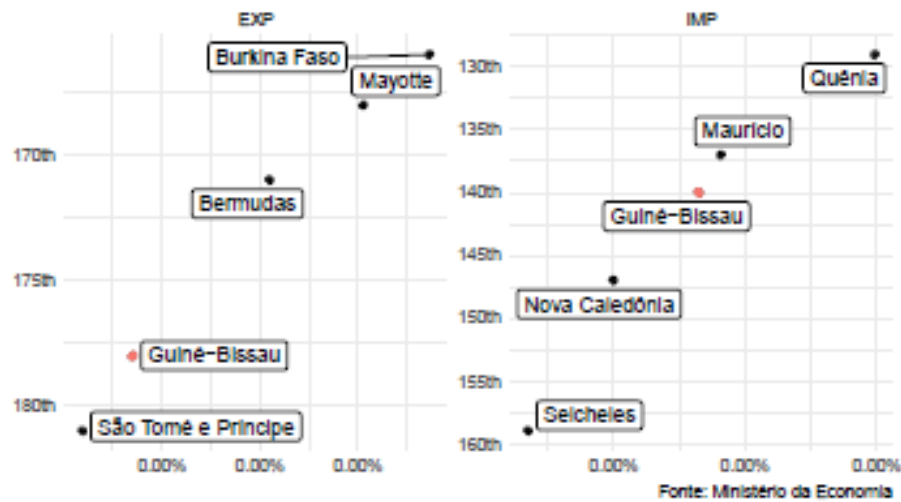


1.2 Destinos de exportações e origens de importações

Brasil-Guiné-Bissau, parceiros comerciais próximos em 2020



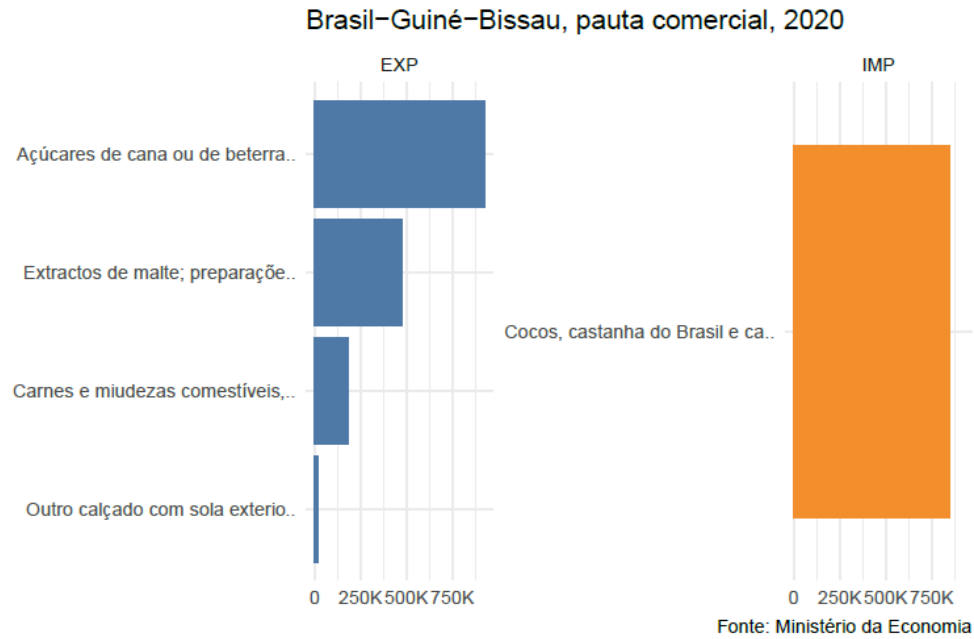
Brasil-Guiné-Bissau, ranking e proporção de comércio, em 2020



Dados Anuais				
Direção	País	Valor	Variação	Proporção
2020				
EXP	Burkina Faso	5.69M	-22,13%	0,00%
	Mayotte	5.19M	35,78%	0,00%
	Bermudas	4.49M	-10,07%	0,00%
	Guiné-Bissau	3.46M	-17,43%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	3.08M	-4,54%	0,00%
IMP	Quênia	1.10M	-16,06%	0,00%
	Maurício	669.36K	-18,33%	0,00%
	Guiné-Bissau	606.22K	-28,79%	0,00%
	Nova Caledônia	367.40K	234,46%	0,00%
	Seicheles	128.82K	-23,99%	0,00%
2019				
EXP	Burkina Faso	7.31M	-33,22%	0,00%
	Bermudas	4.99M	71,52%	0,00%
	Guiné-Bissau	4.19M	-12,85%	0,00%
	Mayotte	3.82M	42,09%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	3.23M	38,87%	0,00%
IMP	Quênia	1.31M	-15,77%	0,00%
	Guiné-Bissau	851.25K	-51,86%	0,00%
	Maurício	819.54K	-38,02%	0,00%
	Seicheles	169.48K	-31,52%	0,00%
	Nova Caledônia	109.85K	-2,85%	0,00%
2018				
EXP	Burkina Faso	10.94M	10,57%	0,00%
	Guiné-Bissau	4.81M	28,54%	0,00%
	Bermudas	2.91M	84,03%	0,00%
	Mayotte	2.69M	NA	0,00%
	São Tomé e Príncipe	2.33M	26,52%	0,00%
IMP	Guiné-Bissau	1.77M	36,89%	0,00%
	Quênia	1.56M	14,64%	0,00%
	Maurício	1.32M	35,47%	0,00%
	Seicheles	247.50K	105,30%	0,00%
	Nova Caledônia	113.06K	-84,90%	0,00%
2017				
EXP	Burkina Faso	9.90M	684,06%	0,00%
	Guiné-Bissau	3.74M	55,14%	0,00%
	São Tomé e Príncipe	1.84M	58,72%	0,00%
	Bermudas	1.58M	-8,87%	0,00%
IMP	Quênia	1.36M	128,13%	0,00%
	Maurício	976.08K	115,15%	0,00%
	Nova Caledônia	748.82K	965,07%	0,00%
	Seicheles	120.56K	-66,85%	0,00%



1.3 Produtos comercializados

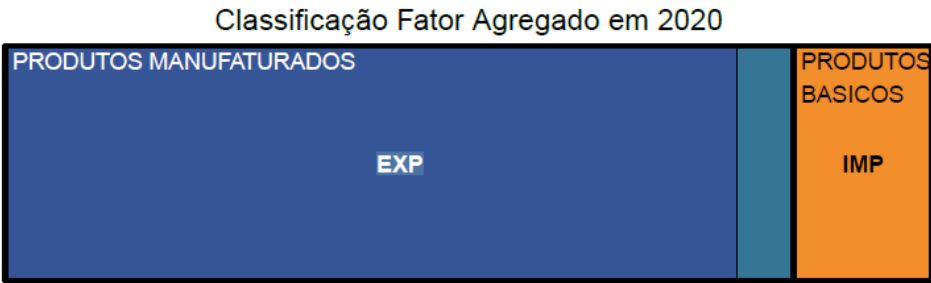
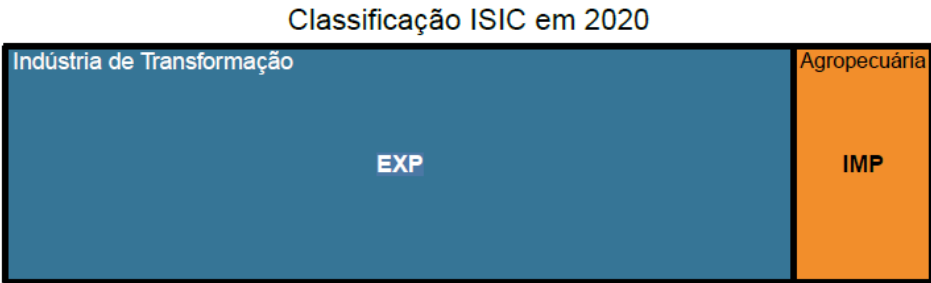


Dados Anuais						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2020	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.55M	67,5%	44,7%
		Álcool etílico não desnatado, com um teor alcoól..	2207	573.10K	245,5%	16,6%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	341.10K	-28,4%	9,9%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	209.63K	14,0%	6,1%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	142.40K	655,2%	4,1%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	606.22K	-28,8%	100,0%
2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	923.12K	-6,8%	22,0%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	476.55K	-39,4%	11,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	183.89K	7,0%	4,4%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	18.86K	31,2%	0,5%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	851.25K	-51,9%	100,0%



2019	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	923.12K	-6,8%	22,0%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	476.55K	-39,4%	11,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	183.89K	7,0%	4,4%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	18.86K	31,2%	0,5%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	851.25K	-51,9%	100,0%
2018	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	990.05K	-23,0%	20,6%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	786.96K	-9,5%	16,4%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	171.83K	140,0%	3,6%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	14.37K	184,9%	0,3%
	IMP	Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, fres..	0801	1.77M	36,9%	100,0%
2017	EXP	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.29M	107,8%	34,4%
		Extractos de malte; preparações alimentícias de fa..	1901	869.66K	63,4%	23,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	71.59K	-82,1%	1,9%
		Outro calçado com sola exterior e parte superior d..	6402	5.04K	-95,2%	0,1%

1.4 Classificações do Comércio



Classificação CGCE em 2020

BENS DE CONSUMO (BC)	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	BENS DE CONSUMO (BC)
	BENS DE CAPITAL (BK)	
EXP		IMP

Classificação CUCI em 2020

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.		PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS
	OBRAS DIVERSAS		
EXP			IMP

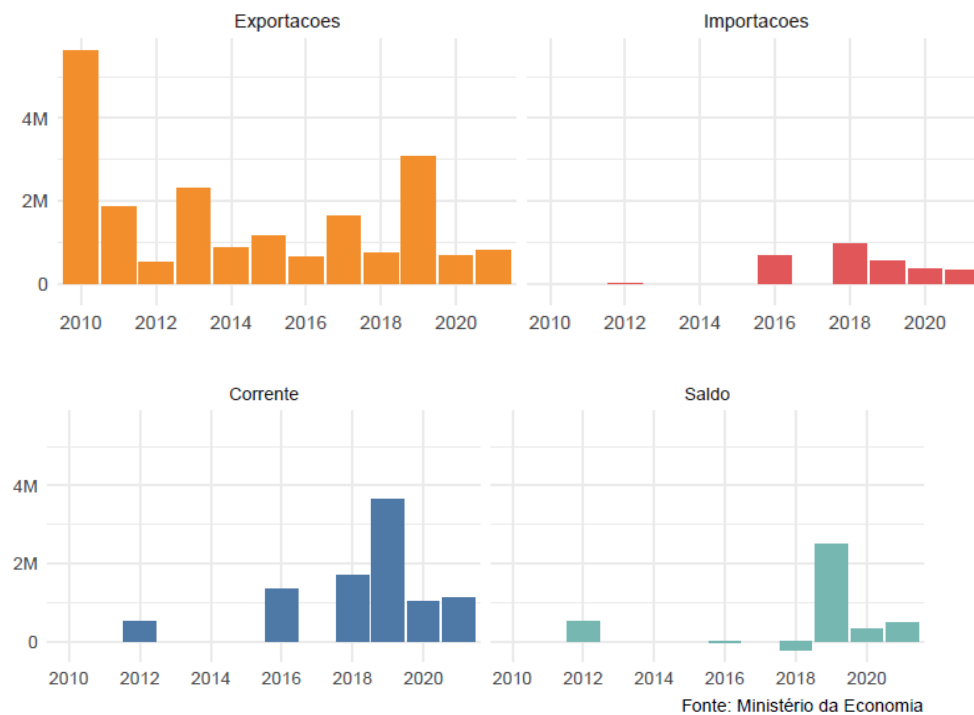
2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	3.5M	100,0%
	Outros Produtos	1.0	0,0%
IMP	Agropecuária	606.2K	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	3.2M	92,9%
	PRODUTOS BÁSICOS	247.1K	7,1%
IMP	PRODUTOS BÁSICOS	606.2K	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	2.5M	71,2%
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	743.5K	21,5%
	BENS DE CAPITAL (BK)	253.4K	7,3%
IMP	BENS DE CONSUMO (BC)	606.2K	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	2.3M	67,5%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	581.5K	16,8%
	OBRAS DIVERSAS	221.7K	6,4%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	182.8K	5,3%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	111.3K	3,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NÃO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	25.9K	0,7%
IMP	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	606.2K	100,0%



2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné-Bissau, Fluxo de Comércio agregado até Maio



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	797K (15.2%)	691K (-77.5%)	3M (309.3%)	751K (-53.8%)	2M (148.6%)
Importacoes	316K (-8.5%)	346K (-38.9%)	566K (-40.8%)	955K (NA)	NA (NA)
Saldo	481K (39%)	346K (-86%)	3M (1 124%)	-205K (NA)	NA (NA)
Corrente	1M (7%)	1M (-71%)	4M (113%)	2M (NA)	NA (NA)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	654K (-43.0%)	1M (32.4%)	867K (-62.5%)	2M (346.5%)	518K (-72.2%)
Importacoes	683K (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	4K (NA)
Saldo	-28K (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	514K (NA)
Corrente	1M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	NA (NA)	522K (NA)





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 6, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 29

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de janeiro de 2022.



EM nº 00012/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de El Salvador, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



28/01/2022 17:55

SEI/PR - 3153945 - OFÍCIO

00001.000673/2022-73



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 41/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 28/01/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3153945** e o código CRC **3D8A20E8** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000673/2022-73

SEI nº 3153945

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Página 4 de 37

Avulso da MSF 6/2022.

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3321147&id...



28/01/2022 17:55

SEI/PR - 3153945 - OFÍCIO

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO**

CPF.: 287.726.441-68

ID.: 8034 MRE

1963 Filho de Luiz Villarinho Pedroso e Maria Rosita de Aguiar Pedroso, nasce em 19 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1984 CPCD - IRBr
 1995 CAD - IRBr
 2010 CAE - IRBr - O recente fenômeno migratório de nacionais brasileiros na Bélgica: um caso singular no contexto das Comunidades Brasileiras no exterior. Análise e perspectivas de sua inserção na sociedade belga

Cargos:

1985 Terceiro-secretário
 1990 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2010 Ministro de segunda classe

Funções:

1986-87 Divisão de Imigração, assistente
 1987-91 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
 1991-95 Embaixada em Madri, segundo-secretário
 1995-2000 Embaixada em Beirute, segundo-secretário, primeiro-secretário, conselheiro, comissionado, e encarregado de negócios
 2000-03 Divisão do Oriente Próximo, assistente
 2003-05 Divisão do Pessoal, assessor
 2005-06 Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, coordenador
 2006-09 Embaixada em Bruxelas, conselheiro
 2009-14 Consulado-Geral em Beirute, cônsul-geral adjunto e encarregado do consulado-geral
 2014-19 Embaixada em Atenas, ministro-conselheiro, encarregado de negócio,
 2019- Embaixada em Adis Abeba. Observador do Brasil junto à União Africana. Representante do Brasil na Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA)
 2019- Embaixador não residente no Djibouti (cumulatividade)

Condecorações:

1997 Ordem Nacional do Cedro, República Libanesa, Oficial
 1999 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
 2004 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial (promoção)
 2012 Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)

Publicações:

2011 "O Recente Fenômeno Migratório de Nacionais Brasileiros na Bélgica" - Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG/MRE), Brasília/DF

KARINA CARNEIRO MORAIS
 Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe Divisão de México e América Central

EL SALVADOR



OSTENSIVO

2021



EL SALVADOR – DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de El Salvador
CAPITAL	São Salvador
TERRITÓRIO	20.721 Km²
POPULAÇÃO (2019, FMI)	6,701 milhões
IDIOMAS	Espanhol (oficial), Nahua (língua indígena)
RELIGIÕES	Católica Romana (57%), Protestantes (21%), outras (5%), nenhuma (17%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Legislativa, com 84 deputados)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Nayib Bukele (desde 01/06/2019)
CHANCELER	Alexandra Hill (desde 01/06/2019)
PIB (Banco Mundial, 2020)	US\$ 24,639 bilhões
PIB PPP (Banco Mundial, 2020)	US\$ 55,1 bilhões
PIB per capita (Banco Mundial, 2020)	US\$ 3.799
PIB PPP per capita (Banco Mundial, 2020)	US\$ 8.499
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)	-8,6% (2020); 2,1% (2019) 2,5% (2018); 3,9% (2017); 4,3% (2016); 2,3% (2015)
IDH (2020, PNUD)	0,673 (124º entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020, PNUD)	73,3 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2020, PNUD)	89%
UNIDADE MONETÁRIA	Colón salvadorenho, dólar estadunidense e bitcoin.
EMBAIXADOR EM SÃO SALVADOR	João André Pinto Dias Lima
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Víctor M. Lagos Pizzati
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	400 pessoas



INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil El Salvador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	182,6	139,9	88,1	113,3	93,4	125,2	107,2	108,29	90,4
Exportações	173,4	130,6	77,4	106,2	87,6	120,2	101,2	101,0	85,1
Importações	9,2	9,3	10,7	7,1	5,9	5,0	6,0	7,3	5,3
Saldo	164,2	121,3	66,7	99,1	81,6	115,2	95,2	93,7	79,8



PERFIS BIOGRÁFICOS**NAYIB BUKELE - PRESIDENTE**

Nayib Bukele nasceu em São Salvador, em 24/6/1981. Sua família, de origem palestina, é proprietária do *Grupo Corporativo Bukele*, com empresas em diferentes setores da economia salvadorenha. Seu pai foi presidente da Associação Islâmica Árabe Salvadorenha. Bukele atuou como empresário desde os 18 anos. Estreou na política em 2012, quando elegeu-se prefeito da pequena cidade de Nuevo Cuscatlán. Posteriormente, foi prefeito de São Salvador (2015-2018) pela Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN). Disputou pelo Grande Aliança pela Unidade Nacional (GAN) as eleições presidenciais de fevereiro de 2019, quando ganhou com 53,1% dos votos.

ALEXANDRA HILL – CHANCELER

Alexandra Hill Tinoco é filha de Jaime Hill, um dos mais importantes empresários salvadorenhos e ex-secretário de governo de São Salvador na gestão de Bukele. É bacharel em Ciência pela Universidade de Boston, com pós-graduação em Políticas Públicas de Saúde pela Universidade Johns Hopkins. Foi diretora da *Fundación Antidrogas de El Salvador* (Fundasalva), criada por seu pai. Nessa condição, desenvolveu projetos em cooperação com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), com a Organização Mundial de Saúde (OMS), com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

RELAÇÕES BILATERAIS

Breve panorama recente

As relações entre o Brasil e El Salvador são tradicionalmente amistosas e construtivas. No início do século XXI ganharam densidade no contexto de aproximação do Brasil com a América Central, alcançando patamar inédito na história. A cooperação técnica permanece como o principal lastro das relações bilaterais. El Salvador é um dos principais interlocutores do Brasil na América Central e o maior beneficiário da cooperação técnica brasileira na região.

Em 2016, as relações bilaterais passaram por momento delicado, em função das reações do governo salvadorenho ao processo de *impeachment* no Brasil. Naquele contexto, o governo brasileiro adiou a XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-El Salvador, prevista para ocorrer em julho de 2016.

A retomada das atividades de cooperação, com a realização da XI Reunião do GT de Cooperação Técnica, em abril de 2017, reconduziu as relações bilaterais ao nível amistoso e construtivo que tradicionalmente as caracterizou. A visita do então chanceler Hugo Martínez ao Brasil, em outubro de 2017, sinalizou a plena normalização das relações bilaterais. Na ocasião, foram assinados importantes instrumentos, com destaque para o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.

Em 2021, celebraram-se 115 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. No ano anterior, comemorou-se o 25º aniversário da criação da Comissão Brasileira de Instrução Militar em El Salvador, atualmente integrada por quatro oficiais do Exército Brasileiro. Desde 1995, a atuação ininterrupta dos instrutores militares brasileiros é sempre elogiada e agradecida pela parte salvadorenha, dada a alta qualidade da cooperação prestada. Também é motivo de reiterados agradecimentos a acolhida, pelas escolas militares brasileiras, de oficiais-alunos das Forças Armadas salvadorenhas.

Comércio Bilateral

A corrente de comércio Brasil-El Salvador atingiu seu ponto mais alto em 2008, registrando US\$ 252,83 milhões. Desde então, perdeu dinamismo, o que faz com que a relação comercial seja uma das áreas do relacionamento bilateral que mais necessita ser revigorada.

Segundo estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Economia, as exportações brasileiras para El Salvador somaram, em 2020, 85,16 milhões, enquanto as importações totalizaram US\$ 5,29 milhões (em comparação, em 2019, o Brasil exportou um total de US\$ 101,08 milhões, ao passo que importações somaram US\$ 7,30 milhões). O valor das exportações brasileiras para El Salvador, em 2019, foi, por sua vez, aproximadamente metade do que se registrou 10 anos antes.

Cooperação Técnica Bilateral



Fundamento da relação bilateral, a cooperação técnica com El Salvador está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador, celebrado em 20 de maio de 1986 e promulgado em 29 de outubro de 1998. O programa de cooperação técnica caracteriza-se pela troca de conhecimentos em setores de interesse estratégico para El Salvador.

Em 2021, o programa bilateral é composto pelos seguintes projetos em andamento:

(i) “Fortalecimento institucional para a gestão de recursos hídricos em El Salvador”, que tem por objetivo apoiar as instituições salvadorenhas na implementação de uma rede de controle de qualidade de água para a gestão de recursos hídricos;

(ii) “Fortalecimento na área da vigilância e regulação sanitária em El Salvador”, que visa a fortalecer a capacidade técnica do Ministério da Saúde por meio da transferência de conhecimentos regulatórios em farmacovigilância, regulação de preços, uso racional de medicamentos e avaliação de tecnologias sanitárias;

(iii) “Fortalecimento da promoção de doação de sangue voluntária ou altruísta”, que tem a finalidade de promover a doação voluntária altruísta como pilar fundamental da segurança transfusional;

(iv) “Fortalecimento das capacidades de equipe multidisciplinar de saúde para abordagem integral de doenças não transmissíveis priorizadas”, cujo objetivo é fortalecer as competências técnicas da equipe multidisciplinar do Ministério da Saúde salvadorenho, no âmbito da abordagem integral das doenças não transmissíveis priorizadas, de maneira a reduzir a mortalidade e as complicações de saúde relacionadas a elas;

(v) “Apoio técnico para a implementação do programa de certificação da qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano em El Salvador”, cuja finalidade é contribuir com a melhoria da qualidade da atenção neonatal em El Salvador, apoiando o fortalecimento das atividades e processos dos bancos de leite, como estratégia de segurança alimentar e nutricional para recém-nascidos, por meio do estabelecimento e implementação do Programa de Certificação da Qualidade da Rede Global de Bancos de Leite Humano.

Devido às restrições de mobilidade impostas pela pandemia do COVID-19 e a sobrecarga dos Ministérios da Saúde (MS) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na resposta à pandemia, a execução do programa de cooperação técnica bilateral, no que se refere aos projetos na área de saúde, não teve avanços significativos no ano de 2020. No entanto, o projeto na área de recursos hídricos foi reformulado de forma a abarcar atividades virtuais (para o ano de 2021) e o projeto na área de Bancos de Leite Humano está sendo reformulado, com vistas à sua execução também por meio virtual.

Mecanismo de Consultas Políticas



Em 25 de outubro de 2017, durante a visita ao Brasil do chanceler de El Salvador, Hugo Martínez, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República de El Salvador para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.

A I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas ocorreu em 30 de junho de 2021, em formato virtual. A delegação brasileira foi chefiada pelo secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva, enquanto a chefia da delegação salvadorenha esteve a cargo da vice-ministra de Relações Exteriores de El Salvador, Adriana Mira.

A ocasião permitiu passar em revista o estado da relação bilateral, com discussões sobre candidaturas dos dois países a organismos internacionais, sobre o convênio em vigor entre academias diplomáticas, sobre bolsas de estudo e cursos de formação e sobre o programa bilateral de cooperação técnica. Temas regionais também foram abordados, bem como assuntos econômicos, com destaque para negociação de produtos agrícolas e a possibilidade de negociação de acordo entre o Mercosul e El Salvador.

Acordo entre Academias Diplomáticas

Proposta de Convênio de Cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o *Instituto Especializado de Educación Superior para la Formación Diplomática de la República de El Salvador* (IEESFORD) foi encaminhado à Chancelaria salvadorenha em novembro de 2015. O instrumento foi assinado em outubro de 2017, por ocasião da visita do então chanceler Hugo Martínez a Brasília.

Desde a assinatura do acordo, o governo salvadorenho tem sublinhado o interesse em vê-lo operacionalizado. A Chancelaria local considera que o Convênio contribuiria significativamente para o projeto de reformulação da academia diplomática local, um passo fundamental para a profissionalização da carreira de diplomata em El Salvador.

Apoio em matéria de bolsas e cursos de formação

Tradicionalmente, o Brasil oferece vagas para estudantes salvadorenhos em universidades brasileiras mediante quatro programas, oferecidos anualmente: PEC-G, PEC-PG, UNILA e OEA/GCUB:

PEC-G e PEC-PG

El Salvador faz parte do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). O PEC-G oferece vagas gratuitas para cursos completos de graduação no Brasil. Participam do programa 118 Instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas. São oferecidas vagas em todas as áreas do conhecimento, e não há reserva de vagas por país. Cada estudante selecionado deve contar com um responsável financeiro, para a sua manutenção durante toda a estadia no Brasil, com o compromisso de envio de, no mínimo, US\$ 600 mensais. Não há oferta automática de



bolsas, mas o MRE e as IES podem oferecer bolsas de R\$ 622,00 mensais a alunos com desempenho acadêmico de excelência.

O PEC-PG oferece bolsas de doutorado a alunos estrangeiros, no mesmo valor das oferecidas aos brasileiros, R\$ 2.200,00. Tanto o PEC-G como o PEC-PG estão abertos a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação cultural ou educacional.

De 2000 a 2021, foram selecionados 26 estudantes salvadorenhos para o PEC-G e 5 estudantes para o PEC-PG.

UNILA

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criada em 2010, é uma universidade pública bilíngue (português-espanhol), sediada em Foz do Iguaçu-PR. Sua missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Anualmente, a universidade abre seu Processo Seletivo Internacional (PSI) para estudantes de 32 países da América Latina e do Caribe.

Em 2020, havia 32 estudantes de El Salvador na UNILA, em cursos de graduação e pós-graduação.

Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a pandemia de COVID-19, a Embaixada de El Salvador procurou a UNILA para desenvolver ação para apoiar os estudantes salvadorenhos da Universidade. Dessa forma, o Governo de El Salvador destinou auxílio emergencial de R\$ 300 a cada discente, em parcela única, com o objetivo de garantir alimentação e hospedagem neste período de crise.

Além disso, durante visita oficial da então vice-ministra de Relações Exteriores de El Salvador, Cindy Mariella Portal Salazar, e membros da Embaixada salvadorenha no Brasil à Universidade, em 23/10/2020, ficou estabelecido que a Embaixada iria propor apoio financeiro aos alunos selecionados no Processo de Seleção Internacional (PSI), para a viagem até Foz do Iguaçu e para a permanência deles na cidade.

BOLSAS BRASIL (Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação - PAEC OEA/GCUB)

Programa coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), com apoio da Divisão de Temas Educacionais (DTED/MRE), por meio do qual são oferecidas bolsas para estudantes dos demais 33 estados-membros da OEA (o Brasil não é beneficiário), para realização de mestrado ou doutorado em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa teve início em 2011 e já ofereceu mais de 4200 bolsas em nível de pós-graduação. Até o presente, cerca de 70 salvadorenhos foram selecionados para estudar em IES brasileiras no âmbito do programa.



Negociação Mercosul-El Salvador

Proposta de termos de referência para negociação de acordo de livre comércio foi apresentada pelo MERCOSUL a países da América Central e Caribe de forma individualizada em setembro de 2020.

Em junho de 2021, o MERCOSUL recebeu de El Salvador reação preliminar à proposta do bloco de termos de referência para negociação de acordo de livre comércio. O país centro-americano manifestou interesse preliminar nas negociações e sua disposição de iniciar discussões sobre os termos de referência.

Comércio de alimentos e produtos agrícolas

Desde 2001, autoridades salvadorenhas do Ministério de Agricultura e Pecuária impõem proibição de importação de produtos e subprodutos de bovinos, ovinos, caprinos e porcos de países afetados pela febre aftosa sem vacina. Esse dispositivo legal vem impedindo a entrada de produtos cárneos brasileiros. Até agora, todas as gestões realizadas junto às autoridades locais mostraram-se infrutíferas.

Um dos principais desafios à exportação de produtos do agronegócio brasileiro a El Salvador é o fato de este país manter acordos de livre comércio (geral ou parcial) com a maior parte de seus principais fornecedores que desfrutam, ademais, de proximidade geográfica do mercado salvadorenho e de maior facilidade de meios de transporte. Entretanto, estima-se que o mercado salvadorenho apresenta oportunidades aos produtores agrícolas brasileiros, já que a produção agrícola salvadorenha não supre a demanda alimentar do país.

A pauta exportadora de produtos agrícolas do Brasil a El Salvador costuma ser bastante concentrada em poucos produtos. Entre 2019 e 2020, o Brasil exportou um valor total de US\$ 63,5 milhões em produtos agrícolas para o país. Deste total, as exportações de milho contabilizaram sozinhas cerca de 60% do valor exportado. Quando se somam produtos como massas alimentícias, café e xarope de glicose, tem-se aproximadamente 85% do total do valor dos produtos agrícolas exportados no período.

Estão em curso negociações para obter a liberação sanitária para a exportação de material genético bovino. Em maio de 2021, a Embaixada do Brasil em São Salvador encaminhou ao Ministério de Agricultura e Pecuária de El Salvador documentos elaborados pelo MAPA necessários à exportação de sêmen bovino do Brasil ao país, em que se inclui proposta de modelo de Certificado Zoosanitário Internacional (CZI).



POLÍTICA INTERNA

El Salvador é uma república presidencialista. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, eleito para mandato de cinco anos, sem possibilidade de reeleição imediata. O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa (AL), unicameral, constituída por 84 deputados com mandato de três anos. No Poder Judiciário, a Corte Suprema de Justiça (CSJ) é composta por 15 magistrados eleitos pela Assembleia Legislativa.

Eleição de Nayib Bukele em 2019

A política salvadorenha, tradicionalmente marcada por intensa polarização entre os dois principais partidos políticos do país – a FMLN (*Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*), à esquerda, e a ARENA (*Alianza Republicana Nacionalista*), à direita – viveu processo de transformação com a eleição de Nayib Bukele.

Em 3 de fevereiro de 2019 foram realizadas eleições presidenciais. Apesar da baixa participação (51,8% dos 5,2 milhões de eleitores registrados votaram), Bukele foi eleito em primeiro turno com 53,1% dos votos válidos. O segundo colocado, Carlos Calleja (ARENA), obteve 31,7 % dos votos, e o terceiro colocado, Hugo Martínez, candidato governista (FMLN), recebeu apenas 14,4% dos votos válidos.

A candidatura de Bukele foi seguidamente contestada, tanto pelos partidos políticos tradicionais, quanto pela justiça. Para conseguir lançar-se como candidato à presidência, filiou-se ao *Gran Alianza por la Unidad Nacional* (GAN), partido que se origina de dissidência da ARENA, após ter passado por diversas outras siglas. O partido que Bukele criou, *Nuevas Ideas*, não se encontrava legalizado no momento das eleições.

Ideologicamente, Bukele circulou entre agremiações de esquerda e de direita. Na campanha, apresentou-se como “pró-livre mercado e anti-neoliberal”. Como candidato antissistema, fez campanha exitosa pelas redes sociais e muito endereçada ao eleitorado jovem.

A eleição de Bukele representou, sobretudo, forte golpe aos dois partidos tradicionais. A ARENA perdeu cerca de 30% dos votos recebidos nas eleições presidenciais de 2014, ao passo que a FMLN teve uma votação ao redor de 75% menor do que a daquela eleição.

Em seu discurso de vitória, Bukele afirmou que trabalharia “com todas as forças políticas do país”, fundamental naquele primeiro momento, em que o controle do Legislativo e das administrações regionais ainda era exercido pela ARENA e pela FMLN.

Crise de Segurança Pública e Migração

A crise de segurança pública constitui um dos principais problemas de El Salvador. As gangues *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *Barrio 18* possuem estimados 60 mil membros e são responsáveis por 70% dos homicídios no país e pela quase



totalidade dos crimes de extorsão. A criminalidade está na origem de boa parte dos fluxos migratórios em direção aos EUA.

Plano de repressão ao crime organizado

Uma das primeiras medidas anunciadas pelo presidente Nayib Bukele após a posse foi o lançamento de um plano abrangente de segurança para o país, que apresenta uma das mais altas taxas de homicídios do mundo (50,3 por 100 mil habitantes, em 2018). A segurança foi um dos principais temas debatidos durante a eleição presidencial, e Bukele esforça-se para demonstrar resultados nessa área.

O plano estrutura-se em três eixos: i) ataque às fontes de financiamento das gangues; ii) recuperação dos centros das grandes cidades; e iii) controle das comunicações nas prisões.

O Passivo Político da Guerra Civil

Os impactos políticos e sociais decorrentes da guerra civil em El Salvador (1979-1992) manifestam-se até hoje no país. Em julho de 2016, a Corte Suprema de Justiça (CSJ) de El Salvador declarou inconstitucional a Lei de Anistia de 1993. O documento figurava como pressuposto básico do processo de reconciliação nacional, que permitiu que a FMLN passasse da condição de movimento guerrilheiro a partido político. À época, a FMLN acusou a CSJ de tentar romper a coesão existente entre as Forças Armadas e o governo.

Em janeiro de 2017, durante as celebrações do 25º aniversário dos Acordos de Paz de 1992, Sánchez Cerén exortou todos os setores do país a trabalhar em torno de “acordos de segunda geração”. Na ocasião, apresentou “facilitador” indicado pelo Secretário-Geral da ONU para trabalhar em busca de elementos de convergência em temas de segurança, saúde, educação e economia, que não haviam sido contemplados pelos Acordos de 1992. Em agosto, a ONU comunicou o cancelamento da missão.

Projeto de lei de voto no exterior

Em 15 de janeiro de 2020, o vice-presidente de El Salvador entregou à Assembleia da República novo projeto de lei de voto de cidadãos salvadoreños residentes no exterior. O tema é considerado prioritário pelo governo Bukele, já que a atual administração elegeu a melhoria da assistência aos salvadoreños que vivem fora do país (cerca da metade da atual população de El Salvador) como eixo central de sua política externa.

O projeto de lei apresentado prevê o voto eletrônico e a possibilidade de votação nas eleições municipais e para a Assembleia da República em todos os Consulados e Embaixadas de El Salvador. Atualmente, o voto no exterior é exercido via postal e apenas para Presidente da República, sendo que poucas repartições consulares encontram-se capacitadas para o processo.

Calcula-se que mais de 500 mil salvadoreños estariam habilitados a votar no exterior em 2021, sendo que, nas últimas eleições presidenciais (março de 2019), menos de quatro mil participaram do escrutínio.



Desentendimentos recentes entre Executivo e Legislativo

Em fevereiro de 2020, a recusa pela grande maioria dos deputados dos dois maiores partidos de oposição (FMLN e ARENA) de atender a uma convocação do Conselho de Ministros para votar a aprovação de empréstimo US\$ 109 milhões, a pedido do Executivo, para dar início à 3ª fase do Plano de Controle Territorial, acirrou o ambiente político no país. O embate culminou com a decisão do presidente Nayib Bukele, em 7 de fevereiro, por meio do Conselho de Ministros, de convocar extraordinariamente a Assembleia para tratar do assunto. A oposição, por sua vez, considerou que os dispositivos apresentados como justificativa para a convocação não a justificavam adequadamente. Em resposta, o presidente afirmou que, caso os deputados não comparecessem à sessão extraordinária, estariam transgredindo a Constituição, ensejando a aplicação do art. 87 da Constituição salvadorenha, que diz respeito ao direito à insurreição.

Ao mesmo tempo, Bukele fez um chamado ao povo a dirigir-se à Assembleia Legislativa. O Chefe da Polícia Nacional Civil e o Ministro da Defesa, ambos fardados e ao lado de seus estados-maiores, vieram a público afiançar o apoio incondicional ao presidente. A Assembleia foi cercada por mais de mil policiais e militares, que ocuparam o edifício, inclusive a sala do Plenário. Apenas 28 dos 84 deputados estiveram presentes à sessão.

Tanto a ARENA quanto a FMLN convocaram seus seguidores a estarem alertas. A ARENA fez apelo à União Europeia, Organização dos Estados Americanos, Nações Unidas e à comunidade internacional.

Ao final do dia em que convocou a população à Assembleia Legislativa, Bukele discursou em frente ao prédio do Legislativo. Deu um ultimato, de mais uma semana, para que os deputados aprovassem o empréstimo.

Dias depois, a “Sala del Constitucional” da Corte Suprema de Justiça, por votação unânime, admitiu uma queixa de inconstitucionalidade contra a decisão do Conselho de Ministros de convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa para aprovação de empréstimo solicitado pelo presidente Bukele.

Eleições de 2021

Em 28 de fevereiro de 2021, ocorreram eleições locais e legislativas em El Salvador. O resultado foi amplamente favorável ao partido governista (*Nuevas Ideas*), que alcançou maioria legislativa, o que ajudou a superar a situação de desentendimento entre Executivo e Legislativo que marcou o início da administração Bukele.

Destituições na Suprema Corte e na Procuradoria

Em 1º de maio de 2021, imediatamente após a abertura da nova legislatura, com maioria governista, os parlamentares recém-empossados decidiram substituir os magistrados e suplentes da câmara especial da Corte Suprema de Justiça, encarregada de julgar casos de constitucionalidade, pedidos de “habeas corpus” e disputas entre Poderes do Estado. Também foi substituído o Procurador Geral (*Fiscal General*).



A decisão despertou reações internacionais, em particular dos EUA, que manifestaram sua oposição por meio do Secretário de Estado Antony Blinken, da Vice-Presidente Kamala Harris e da Secretária Assistente para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Julie Chung. Registrou-se reação contrária também por parte de União Europeia, Nações Unidas, Canadá e Secretaria Geral da OEA.

Em reunião com o corpo diplomático em São Salvador, transmitida pela televisão local, Bukele defendeu a legalidade das medidas tomadas pelo Congresso salvadorenho, que se conformaria ainda à prática local. Disse não compreender a reação internacional.

Pouco depois, o enviado especial dos EUA para o Triângulo Norte, Ricardo Zúñiga, viajou para São Salvador (11-12 de maio/2021). Em comunicado, o Departamento de Estado apresentou como objetivo da missão “o fortalecimento da governança democrática, o respeito aos direitos humanos e o combate à corrupção”. Na capital salvadorenha, Zúñiga reuniu-se com a Junta Diretora da Assembleia Legislativa e com o presidente Bukele.



ECONOMIA**Características gerais da economia salvadorenha**

Embora a economia salvadorenha seja regionalmente relevante, o crescimento econômico do país é tradicionalmente baixo e figura entre seus principais problemas, ao lado de dificuldades relacionadas ao déficit fiscal e ao nível de endividamento. A economia salvadorenha foi dolarizada em 2001.

De modo geral, a economia de El Salvador apresenta: (i) baixa carga tributária; (ii) dependência econômica dos Estados Unidos e das transferências de migrantes; (iii) pobreza e desigualdade acentuadas; e (iv) baixa produtividade.

O quadro de baixo crescimento da economia, que figura entre os principais problemas enfrentados pelo país nos últimos 30 anos, acentuou-se a partir da virada do século e agravou-se como resultado da crise internacional. De 2001 a 2016, El Salvador apresentou o menor crescimento médio do PIB na América Central, de 1,93% ao ano.

Entre os principais entraves ao crescimento da economia salvadorenha destacam-se escassez de investimento, baixa produtividade, altas taxas de criminalidade, ambiente de negócios em geral desfavorável, insustentabilidade das políticas fiscais e intenso fluxo migratório. El Salvador não possui reservas importantes de recursos naturais, o que leva a um quadro crônico de dependência, sobretudo de insumos energéticos.

No lado positivo, cabe registrar a participação de El Salvador em acordos abrangentes de livre-comércio, em particular o CAFTA-RD (*Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic*, assinado em 2004 com os EUA, América Central e República Dominicana), o acordo de livre comércio com a União Europeia e o acordo com o México.

A remessa de dólares dos salvadorenhos residentes nos EUA constitui a principal fonte de recursos do país, correspondendo a cerca de 20% do PIB. No total, 20% dos salvadorenhos residem no exterior. Nesse cenário, o endurecimento da política migratória dos EUA representa também um perigo econômico para El Salvador, que pode ver-se confrontado, abruptamente, com uma redução considerável das remessas econômicas que hoje o beneficiam.

A fragilidade da economia salvadorenha é reforçada pela continuidade dos déficits de conta corrente e fiscal. A limitada reforma fiscal de 2017 não impediu a escalada do déficit fiscal. Por ser um país de economia dolarizada, o déficit fiscal deve ser financiado com o aumento do endividamento público, tendo em vista a impossibilidade de expansão monetária doméstica.

A balança comercial salvadorenha é estruturalmente deficitária devido à necessidade de importação de combustíveis e de bens industriais. Têxteis e calçados constituem os principais produtos de exportação.

Desempenho econômico recente

De acordo com o Banco Central de Reserva de El Salvador (BCR), em 2020, no contexto dos impactos da pandemia, o PIB salvadorenho totalizou US\$



24.639 milhões, nível similar ao registrado em 2016 (US\$ 24.191 milhões). Trata-se, ainda, de redução de 8,6% em comparação ao ano anterior.

Os setores que registraram a maior queda foram: serviços de entretenimento (-47,9%), restaurantes e hotéis (-27,4%), transporte (-15,2%), construção (-15,1%), indústria (-11,8%) e comércio (-7,7%).

Para 2021, o BCR estima possível crescimento entre 5% e 6%.

Aumento no nível das remessas de migrantes no início de 2021

Nos primeiros quatro meses de 2021 ocorreu um amplo crescimento nas remessas de divisas para El Salvador, segundo o BCR. Segundo os dados divulgados, El Salvador recebeu, até abril de 2021 US\$ 2.350,36 milhões em remessas, o que representa um crescimento de 47,3% com relação ao mesmo período de 2020. Só no mês de abril teriam sido recebidos US\$ 644,5 milhões, mais do dobro do que se verificou em abril do ano anterior, quando estas somaram US\$ 287,3 milhões. Ainda, o total de remessas nos primeiros quatro meses de 2021 foi 32,4% maior do que o recebido no mesmo período de 2019.

Adoção do bitcoin como moeda de curso legal

Em 5 de junho de 2021, o presidente Nayib Bukele anunciou, em evento internacional, o envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa para tornar El Salvador o primeiro país do mundo a adotar uma criptomoeda - o bitcoin - como moeda de curso legal internamente. Logo após o anúncio, Bukele publicou, em sua conta no Twitter, que o bitcoin teria um valor de mercado equivalente a US\$ 680 bilhões e que, se 1% desse total fosse investido em El Salvador, o PIB do país cresceria 25%. Ao afirmar que o bitcoin deverá ter 10 milhões de potenciais usuários em El Salvador, destacou que a criptomoeda passaria a ser a forma mais rápida e menos custosa de transferir remessas do exterior a El Salvador. Segundo ele, os valores recebidos por mais de um milhão de salvadorenhos de seus parentes no exterior deveriam crescer, já que o bitcoin permite transferências diretas, sem intermediários, em contexto no qual 70% da população local não conta com contas bancárias por estarem na economia informal. Ainda no anúncio original, Bukele ofereceu residência permanente no país para os cripto-empresendedores estrangeiros.

O projeto de lei foi aprovado pela Assembleia Nacional de El Salvador em 8 de junho de 2021, tendo entrado em vigor 90 dias depois. Entre as disposições da legislação adotada inclui-se que:

i) a taxa de câmbio do bitcoin, com relação ao dólar norte-americano, será estabelecida livremente pelo mercado (o Estado garantirá, por meio de um fideicomisso criado no *Banco de Desarrollo de El Salvador* - BANDESAL, a conversibilidade automática do bitcoin);

ii) todos os preços de mercadorias e serviços poderão ser expressos em bitcoin;

iii) os impostos poderão ser pagos em bitcoin;



iv) as transações financeiras realizadas em bitcoin não estarão sujeitas ao imposto sobre os lucros de capital (como é o caso das operações realizadas em outras moedas de livre curso);

v) para fins contábeis, o dólar norte-americano continuará a ser a moeda de referência;

vi) todos os agentes econômicos deverão aceitar o bitcoin como forma de pagamento;

vii) sem prejuízo das atividades do setor privado, o Estado promoverá alternativas que permitam ao usuário realizar transações em bitcoin, assegurando a conversibilidade automática e instantânea dos bitcoins a dólares norte-americanos, caso tal usuário assim o deseje;

viii) as limitações às alternativas de conversão automática e instantânea do bitcoin serão determinadas em legislação específica que regulamente o tema;

ix) o Poder Executivo criará a estrutura institucional necessária para a aplicação da Lei.

Com a entrada em vigor da legislação, El Salvador passou a ter duas moedas não nacionais de curso legal (dólar americano e bitcoin).



POLÍTICA EXTERNA

A política externa salvadorenha tem, entre seus principais focos, o relacionamento com os EUA e a América Central. O governo de Nayib Bukele reafirma essa orientação e, à diferença das administrações da FMLN, reivindica uma política exterior universal, com prioridade para a atração de investimentos, a mudança da imagem de El Salvador no mundo, e a condução dos temas relativos à migração e apoio à grande comunidade de expatriados.

Além da vinculação tradicional aos EUA e à América Central, El Salvador tem na Europa importante fonte de cooperação e comércio, que ganhou relevância com o acordo de associação firmado entre a União Europeia e o Sistema de Integração Centro-americano (SICA), em 2012. Em 2004, foi assinado o acordo de livre comércio entre os EUA e o SICA – o CAFTA-DR (*Central America Free Trade Agreement and Dominican Republic*).

Outro parceiro relevante foi Taiwan, com o qual El Salvador firmou acordo de livre comércio em 2007 e manteve intensa cooperação (com investimentos de Taiwan foi construída a sede do Ministério de Relações Exteriores de El Salvador). Os dois países firmaram, em 2014, programa de cooperação 2014-2019. Não obstante, El Salvador passou a reconhecer a República Popular da China em agosto de 2018.

Relações El Salvador-Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos são fundamentais para a política externa salvadorenha. De acordo com relatório da Chancelaria de El Salvador, 2,8 milhões de salvadorenhos vivem nos EUA, que também figura como seu principal parceiro comercial, respondendo por 47,9% das exportações e fornecendo 37,2% das importações.

O endurecimento da política migratória norte-americana gera apreensão na sociedade salvadorenha, não somente em razão da importância das remessas de divisas, mas também pela incapacidade da economia local de absorver os nacionais deportados.

Relacionamentos regionais

Ao ser eleito, Bukele determinou o alinhamento de El Salvador com as posições defendidas pelos EUA e pelo Grupo de Lima. Da mesma forma, o presidente salvadorenho tem confrontado o regime sandinista na vizinha Nicarágua. As relações entre os dois países pioraram após Daniel Ortega conceder, em julho de 2019, a cidadania nicaraguense ao ex-presidente salvadorenho Mauricio Funes, condenado pela justiça em seu país.

Não obstante, a integração centro-americana constitui tema importante para El Salvador, que abriga a sede do SICA. Honduras, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica e Panamá estão entre os principais parceiros comerciais de El Salvador.

Com Honduras e Nicarágua, subsistem diferendos no Golfo de Fonseca, apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça de 1992, que dirimiu a maior



parte da disputa. Em 2012, os três países decidiram cooperar para fazer da região uma "zona de paz, desenvolvimento sustentável e segurança". Desde então, autoridades dos três países têm mantido reuniões periódicas para impulsionar projetos de desenvolvimento daquela área, sob os auspícios do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE).

Estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China

Em 20 de agosto de 2018, o então presidente Salvador Sanchez Cerén anunciou, em cadeia nacional de televisão, o rompimento de relações diplomáticas com Taiwan e o subsequente estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. O anúncio foi realizado pouco mais de um ano após decisão de igual teor por parte do governo do Panamá.

Em junho de 2019, o presidente Bukele afirmou que as relações de El Salvador com a China estavam já estabelecidas e que seu país reconhecia a importância do país asiático no mundo.

Visita de Estado de Bukele à República Popular da China

Entre os dias 1 e 6 de dezembro de 2019, o presidente Nayib Bukele realizou visita de Estado à China, durante a qual manteve reunião de trabalho com o presidente Xi Jinping, em Pequim. Nessa ocasião, o mandatário salvadorenho reconheceu “o Governo de Pequim como o único governo legítimo, representante de toda a China, da qual faz parte Taiwan, parte inalienável do território chinês”. Além disso, foram assinados memorandos de entendimento para cooperação nas áreas comercial, de ciência e tecnologia, turismo, esporte, agricultura, além de terem sido negociados aportes de recursos chineses para projetos em El Salvador, a saber, construção de nova biblioteca nacional em São Salvador e de estação de tratamento de água.

Não foram incluídos, no entanto, projetos de maior importância para o governo de Bukele listados em seu Plano de Governo, como construção de ferrovia, reabilitação de infraestrutura portuária de “La Unión” e construção de novo aeroporto. O Presidente Bukele também citou outros compromissos chineses nas áreas de intercâmbio cultural, de ajuda ao Programa *Crececer Juntos* (de iniciativa da primeira-dama salvadorenha), de incremento no comércio bilateral e de investimentos na indústria, com vistas a transformar El Salvador num *hub* chinês para a região.

Em Xangai, o presidente Bukele cumpriu agenda na área de promoção comercial, manifestando interesse em aumentar exportações de café, açúcar, mariscos e têxteis para o mercado chinês.

Rompimento de relações diplomáticas com a RASD

Em 15 de junho de 2019, o presidente Nayib Bukele anunciou o rompimento de relações diplomáticas entre El Salvador e a República Árabe Saharaui Democrática e a intenção de fortalecer os laços bilaterais com o Marrocos. Na ocasião, estava acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional marroquino, Nasser Bourita, que estava em visita oficial a El Salvador.



Em seguida à declaração, foi assinado um Acordo de Cooperação entre os dois países.

Bukele alegou ter sido um erro o reconhecimento da Frente Polisário pelo governo da Frente Martí Farabundo de Libertação Nacional, em 2009. Segundo ele, El Salvador deveria “abrir-se ao mundo árabe”.

Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS)

O Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS) surgiu em 2017, com a assinatura da Declaração de San Pedro Sula por Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Panamá. Em julho de 2019, El Salvador tornou-se o sétimo membro da iniciativa. Trata-se de um arranjo regional de cooperação, liderado pelos Estados, mas com apoio, entre outros, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), da OEA e do SICA, que tem por objetivo promover mecanismos de responsabilidade compartilhada em busca de soluções para refugiados, pessoas em busca de asilo, deslocados internos e pessoas que retornaram a seu país. Dessa forma, o MIRPS é uma iniciativa pioneira na aplicação do Marco de Resposta Integral aos Refugiados (CRRF).

O Brasil integra grupo de países amigos do MIRPS, que também inclui Argentina, Colômbia, Canadá, EUA, Espanha, Itália, França, Santa Sé, Suíça, Uruguai e União Europeia.



MAPA DE EL SALVADOR



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-EL SALVADOR

- 1896** Abertura de Consulado brasileiro em El Salvador.
- 1906** Criação de Legação em Cuba com ação cumulativa em El Salvador.
- 1953** Elevação da Legação em El Salvador à Categoria de Embaixada.
- 1965** Convênio Cultural.
- 1971** Convênio sobre bolsas de estudo e criação de Comissão de Comércio. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.
- 1986** Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural na Área do Ensino Técnico e da Formação Profissional. Acordo por Troca de Notas, sobre Dispensa de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço Brasileiro e Salvadorenhos.
- 2002** Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.
- 2005** Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.
- 2007** Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.
- 2008** Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador, no âmbito da III Cúpula Brasil-SICA.
Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador, no âmbito da XVIII Cúpula Ibero-Americana.
- 2009** Visita do presidente Lula da Silva a El Salvador, no contexto da posse do Presidente Mauricio Funes.
Visita do então presidente Mauricio Funes ao Brasil.
- 2010** Visita do então presidente Lula da Silva a El Salvador.
Brasil doa US\$ 130 mil ao *Instituto Salvadoreño para el Desarrollo Integral de la Niñez y Adolescencia*.
Visita do então presidente Mauricio Funes ao Brasil.
Seminário “Encontro Empresarial Brasil–El Salvador: Oportunidades de Investimentos”, na sede da FIESP, em São Paulo.
- 2011** Visita da então primeira-dama de El Salvador, Vanda Pignato, ao Brasil.
Encontro da então primeira-dama de El Salvador com o então chanceler Antonio Patriota.
- 2013** Assinado contrato entre a Comissão Executiva Hidrelétrica do Rio Lempa (CEL) e a construtora Queiróz Galvão para execução das obras de ampliação da hidrelétrica.
- 2013** Visita da então primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social de El Salvador, Vanda Pignato, ao Brasil.
Encontros da então primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social de El Salvador, Vanda Pignato, com a então presidente Dilma Rousseff e com o então chanceler Antonio Patriota.
- 2013** Visita do então chanceler de El Salvador, Jaime Miranda, ao Brasil.



Inauguração do Escritório Comercial de El Salvador na cidade de São Paulo. Encontro do então chanceler Jaime Miranda com então Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad.

- 2014** O então assessor-chefe da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, participa, na qualidade de enviado especial do Brasil, da posse presidencial de Sanchez Cerén em El Salvador.
- 2014** Visita do então vice-presidente de El Salvador, Oscar Ortiz, ao Brasil.
- 2015** O então ministro da Justiça e Segurança Pública de El Salvador, Benito Antonio Lara, visita Brasília e Rio de Janeiro.
- 2017** El Salvador adota o padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T)
- 2017** Visita do então chanceler de El Salvador, Hugo Martínez, ao Brasil.
- 2019** O então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, representa o governo brasileiro na cerimônia de posse presidencial em El Salvador.
- 2021** Realização, por videoconferência, da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-El Salvador.



QUADRO DE ACORDOS

Título do Acordo	Data de celebração	Status	Data de promulgação
Emenda, p.t.n., ao Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador	24/10/2017	Tramitação Congresso Nacional	-
Convênio de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Especializado de Educação Superior para a Formação Diplomática da República de El Salvador.	25/10/2017	Em Vigor	10/11/2017
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República de El Salvador para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas.	25/10/2017	Em Vigor	16/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano"	27/08/2014	Em Vigor	29/09/2014
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador pra a Implementação do Projeto "Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para Agricultura Familiar de El Salvador"	01/11/2013	Em Vigor	27/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Programa Territórios de Progresso, Fase II"	01/11/2013	Em Vigor	14/11/2013



Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio ao Estabelecimento dos Fundamentos de Polícia Comunitária em El Salvador"	25/03/2013	Em Vigor	20/11/2014
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil – El Salvador"	21/06/2012	Em Vigor	23/07/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto "Apoio ao Sistema de Inovação no Setor Agropecuário de El Salvador"	07/02/2012	Em Vigor	21/05/2012
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto "Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para a Agricultura Familiar de El Salvador"	07/02/2012	Em Vigor	21/05/2012
Declaração para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Proteção dos Direitos das Mulheres	28/04/2011	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes"	27/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto "Apoio às Ações de Atenção à Saúde e Formação de Conselhos dos Povos Indígenas de El Salvador"	27/04/2011	Em Vigor	05/12/2011



Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Unidade Móvel para Capacitação Profissional em El Salvador”	27/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programa Brasileiro “Projovem-Prisional” para El Salvador”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Aperfeiçoamento Técnico-Profissional de Bombeiros em Prevenção e Investigação de Incêndios e Busca e Resgate de Vítimas”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio à Criação de um Programa de Inserção Social para Crianças, Adolescentes e Jovens Vítimas de Violência Sexual”	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos para a Implementação e Desenvolvimento de Ações de Defesa Civil (Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução)”	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia do Programas Brasileiros “Projeto” e “Mulheres da Paz” para El Salvador”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011



Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Criação do Instituto Nacional de Saúde de El Salvador”	26/04/2011	Em Vigor	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Transferência de Modelo de Gestão de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Territorial”	26/04/2011	Em Vigor	05/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador – Fase II”	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Pintando a Liberdade”	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica de Inteligência Policial”	20/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica para Repressão ao Crime Organizado”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação em Boas Práticas em Ecoturismo e Turismo de Aventura para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em El Salvador”	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010



Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Cooperação Técnica para a Implementação e Gestão do Sistema de Proteção Social em El Salvador”	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio a Transferência de Metodologia Brasileira do Programa Talentos do Brasil para El Salvador”	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica para Implementação do Centro de Formação Profissional Brasil – El Salvador	09/08/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio a Criação de Marcos Legais para a Implementação da Certificação Digital”	02/07/2010	Em Vigor	03/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Qualificação Técnica em Tecnologias Livres”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Reforço no Processo Produtivo de Cana-de-Açúcar”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010



Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Reforço à Diversificação Agroprodutiva de El Salvador”	02/07/2010	Em Vigor	03/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em El Salvador”	02/07/2010	Em Vigor	29/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador”	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de El Salvador”	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Social	26/02/2010	Em Vigor	24/03/2010
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação sobre Crimes contra o Meio Ambiente"	01/12/2008	Em Vigor	03/02/2009
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação para o Pessoal da Divisão de Investigação de Homicídios e da Polícia Nacional Civil e da Procuradoria Geral da República de El Salvador"	01/12/2008	Em Vigor	03/02/2009



Memorando de Entendimento para Cooperação em Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia entre o Brasil e El Salvador	29/05/2008	Em Vigor	04/07/2008
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Turística entre o Brasil e El Salvador	29/05/2008	Em Vigor	04/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Adoção de Tecnologias Modernas para a Produção de Etanol em El Salvador".	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação sobre Crimes contra o Meio Ambiente"	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona"	05/12/2007	Em Vigor	07/12/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto "Capacitação em Análise de Informação para o Pessoal da Divisão de Investigação de Homicídios e da Polícia Nacional Civil e da Procuradoria Geral da República de El Salvador"	05/12/2007	Em Vigor	03/02/2009
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador	24/07/2007	Situação especial	
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	24/07/2007	Em Vigor	19/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Resposta à Epidemia de HIV/AIDS em El Salvador"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006



Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Manejo Agronômico e Processamento da Castanha e Pedúnculo do Caju"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Manejo Agronômico e Processamento do Coco Anão, Alto e Híbrido"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Desenvolvimento do Processo Agro-Produtivo da Mamona"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Conservação da Arquitetura Tradicional de Centros e Conjuntos e Históricos e sua Paisagem Cultural"	09/06/2006	Em Vigor	23/06/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto Assistência e Tratamento a Pessoas vivendo com HIV/AIDS em El Salvador.	05/02/2004	Em Vigor	19/02/2004
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	21/08/2002	Em Vigor	13/09/2006



Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Estruturação de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de El Salvador".	12/05/1999	Em Vigor	08/07/1999
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS".	02/02/1999	Em Vigor	05/04/1999
Acordo, por Troca de Notas, sobre Dispensa de Visto para Titulares de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço Brasileiro e Salvadorenos Brasil - El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	27/05/1986
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	30/10/1998
Termo Aditivo ao Convênio de Intercâmbio Cultural na Área do Ensino Técnico e da Formação Profissional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	20/05/1986	Em Vigor	27/05/1986
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	30/08/1984	Em Vigor	01/07/1985
Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Salvadorenos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Declaração Conjunta Brasil - El Salvador.	15/07/1971	Em Vigor	24/08/1971
Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador.	30/11/1965	Em Vigor	19/01/1968
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República de El Salvador.	03/09/1909	Em Vigor	





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 9, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 43

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.



EM nº 00011/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO FERNANDO DIAS FERES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.000672/2022-29



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 51/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3185432** e o código CRC **A35834CF** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.000672/2022-29

SEI nº 3185432

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL PAULO FERNANDO DIAS FERES**

CPF: 343.342.036-04

ID: 12510 MRE

1957 Filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres, nasce em 14 de outubro

Dados Acadêmicos:

1982 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1985 CPCD - IRB
 1997 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
 2009 Curso de Altos Estudos, IRBr. Tese: Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2017 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1986-88 Divisão da África I
 1988-91 Divisão da África II
 1991-94 Embaixada em Pretória, terceiro-secretário
 1995-98 Embaixada em Tóquio, segundo-secretário
 1998-00 Assessoria de Comunicação Social
 2000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais, Chefe de Gabinete
 2000-06 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe
 2006-09 Embaixada em Berlim, conselheiro
 2009-10 Embaixada em Santiago, ministro-conselheiro
 2010-16 Embaixada em Lisboa, ministro-conselheiro
 2017-18 Ministério dos Direitos Humanos
 2018-19 Gabinete do Ministro de Estado
 2019- Embaixada em Minsk, embaixador

Obras Publicadas:

2010 Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil, Fundação Alexandre de Gusmão
 2011 As relações bilaterais Brasil-Portugal: desafios e perspectivas. In: Economia, Gestão e Saúde. Lisboa, Edições Colibri.

KARINA CARNEIRO MORAIS

Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**BANGLADESH****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República Popular do Bangladesh
GENTÍLICO:	bangladês ou bangladense
CAPITAL:	Daca (<i>Dhaka</i>)
ÁREA:	148.460 km²
POPULAÇÃO:	166,9 milhões (2021)
LÍNGUA OFICIAL:	bengali
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (religião oficial; 86,6%); hinduísmo (12,1%); budismo (0,6%); cristianismo (0,4%) e outras (0,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Nação (<i>Jatiya Sangsad</i>); Parlamento unicameral, composto por 350 membros, com mandato de cinco anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdul Hamid (desde 24/04/2013)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-ministra Sheikh Hasina Wazed (desde 06/01/2009)
CHANCELER:	Abul Kalam Abdul Momen (desde 07/01/2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2021):	US\$ 355,69 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2021):	US\$ 953,39 bilhões
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 2.140
PIB PPP PER CAPITA (2021):	US\$ 5.730
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	4,6% (2021, est.); 3,5% (2020); 8,2% (2019); 7,9% (2018); 7,3% (2017); 7,1% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,632 (133º posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	72,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020):	74,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	5,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	taka
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Sadia Faizunnesa
EMBAIXADOR EM DACA	João Tabajara de Oliveira Júnior
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 14 brasileiros residentes

Fontes dos dados econômicos: FMI, Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO BILATERAL EM US\$ MILHÕES FOB (fonte: Ministério da Economia)								
Brasil → Bangladesh	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (Jan-Out)
Intercâmbio	1.072,3	1.359,1	1.216,4	1.757,3	1.371,3	1.497,8	1.653	1.573,3 (+8,5%)
Exportações	869,1	1.147,4	1.091,4	1.600,0	1.158,0	1.317,9	1.525,2	1.479,1 (+10,1%)
Importações	203,2	211,7	125,0	157,3	213,3	179,9	127,8	94,2 (-11,5%)
Saldo	665,9	935,7	966,4	1.442,7	944,7	1.138	1.397,4	1.384,9



APRESENTAÇÃO

Com o fim da colonização britânica no subcontinente indiano, surgiram dois estados, em agosto de 1947 – a Índia, de maioria hinduísta, e o Paquistão, de maioria muçulmana. O Paquistão subdividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a noroeste da Índia, e o Paquistão Oriental, no Golfo de Bengala.

As duas regiões do Paquistão estavam separadas por aproximadamente dois mil quilômetros de território indiano, configuração territorial que se revelou de difícil sustentação. Desentendimentos sobre a definição da língua oficial, a representatividade política das províncias e a distribuição de recursos econômicos no estado paquistanês levaram, na década de 1960, ao fortalecimento de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental.

A independência do Bangladesh foi proclamada em 26 de março de 1971, por Sheikh Mujibur Rahman, declarado primeiro presidente do país. Após passar anos preso acusado de conspiração contra o estado paquistanês por sua atuação em prol da independência, havia recebido o título de “Bangabandhu” (“amigo dos bengaleses”) e tornou-se conhecido como “Pai da Nação”.

Sheikh Mujibur Rahman e a maior parte de sua família foram assassinados durante golpe militar em agosto de 1975. Desde então, o Bangladesh foi governado por regimes militares e governos interinos até as eleições parlamentares de 1991, vencidas pelo Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). Desde então, o BNP e a mais tradicional Liga Awami alternam-se no governo, com exceção do período de 2007-2008 (período de estado de emergência declarado por governo de transição).

O Bangladesh tem fronteiras com a Índia e com Myanmar. Concentra cerca de 167 milhões de habitantes (o oitavo mais populoso do mundo) em exíguo espaço territorial (pouco mais de 148 mil km², o que implica densidade populacional superior a 1.100 habitantes por quilômetro quadrado).



PERFIL BIOGRÁFICO**Mohammad Abdul Hamid***Presidente da República*

Mohammad Abdul Hamid nasceu em janeiro de 1944. Graduou-se em Direito pela Universidade Central de Daca. Em 1969, filiou-se à Liga *Awami*.

Participou da Guerra de Libertação de 1971 como presidente do campo de recrutamento de Meghalaya (Índia). Também serviu como comandante do subsetor da Força de Libertação do Bangladesh (Mujib Bahini).

Foi eleito membro do Parlamento bangladês, a Casa da Nação, em 1973, 1986, 1991, 1996, 2001 e 2009. Em 1986, foi eleito presidente adjunto e posteriormente presidente da Casa da Nação, sendo reeleito presidente do órgão em 2009.

Exerceu funções de presidente interino após a morte do então presidente Zillur Rahman, em março de 2013. Em abril daquele ano, foi eleito presidente do Bangladesh, em sessão do Parlamento. Em fevereiro de 2018, concorrendo como candidato único, foi reeleito ao cargo.



PERFIL BIOGRÁFICO**Sheikh Hasina Wazed***Primeira-Ministra*

Sheikh Hasina Wazed nasceu em 28 de setembro de 1947. É filha de Sheikh Mujibur Rahman, líder da independência do Bangladesh.

Graduou-se pela Universidade de Daca em 1973. Após viver seis anos no exílio, depois da morte de seu pai, em 1975, retornou ao Bangladesh, onde se tornou líder da oposição no Parlamento. Em 1991, foi uma das responsáveis pela mudança do sistema político do país, que voltou a adotar o parlamentarismo, após 16 anos de presidencialismo.

Ocupou o cargo de primeira-ministra do país entre 1996 e 2001. Foi eleita para segundo mandato em 2008, tendo sido reeleita para seu terceiro e quarto mandatos em janeiro de 2014 e dezembro de 2018, respectivamente.

Detém diversos títulos e premiações internacionais, como o de doutora *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Bruxelas; o prêmio *Houphouet-Boigny* da Paz, da UNESCO; e a Medalha CERES, da FAO, por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura.



RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Bangladesh estabeleceram relações diplomáticas em 15 de maio de 1972. A embaixada bangladesa em Brasília foi aberta no ano seguinte. A instalação de representação diplomática brasileira, a primeira de um país latino-americano no Bangladesh, ocorreu em 1974. Em 1998, a Embaixada brasileira foi fechada, tendo sido reaberta em 2009. O Bangladesh fechou sua Embaixada em Brasília em 2002 e reabriu-a em 2012.

A mais recente visita de alto nível deu-se em agosto de 2019, com a vinda ao Brasil do ministro de Comércio, Tipu Munshi. Além de compromissos com entidades empresariais brasileiras, manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores. Em 2011, o então vice-chanceler, Mijarul Quayes, visitara o Brasil.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de comércio, cultura e educação. Em março de 2017, foi criado mecanismo de consultas bilaterais com o país asiático e realizada sua primeira reunião, oportunidade em que foram discutidas possibilidades de adensamento das relações bilaterais. Em abril do mesmo ano, no âmbito da 136ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP), o Bangladesh recebeu onze deputados e assessores brasileiros – a primeira visita de representantes do Poder Legislativo do Brasil àquele país desde o estabelecimento de relações diplomáticas.

Há significativo potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países. O Bangladesh já manifestou interesse em cooperação em agricultura e pecuária, sobretudo para ampliação de sua produtividade de carne e leite. Está em negociação, atualmente, acordo bilateral de cooperação técnica.

Em 2018, o governo brasileiro doou, com o apoio do Ministério da Saúde e sob a coordenação da ABC, mais de 6 mil comprimidos do medicamento antimalárico Artemeter + lumefantrina. Em 2020, o governo brasileiro fez doação de US\$ 50 mil, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para a aquisição, pelo Bangladesh, de "kits" de teste do novo coronavírus (COVID-19).

Na área de cooperação em defesa, está em negociação minuta de acordo-quadro bilateral. A Embaixada do Bangladesh em Brasília conta com adido de Defesa desde 2020. Em outubro último, o Brasil recebeu, em visita de estudos, delegação de 46 oficiais gerais organizada pelo National Defence College (NDC) do Bangladesh.

A Embaixada brasileira contabiliza, em seus registros, apenas 14 brasileiros residentes no Bangladesh, em março de 2021.



POLÍTICA INTERNA

País de maioria muçulmana, o Bangladesh está entre as nações mais densamente povoadas do mundo. O país é uma república parlamentarista, na qual o presidente exerce o cargo de chefe de Estado e o primeiro-ministro ocupa a posição de chefe de governo.

O chefe de Estado é eleito indiretamente, pelo Parlamento, para um mandato de cinco anos. O chefe de governo, nomeado pelo presidente, é o líder do partido que tenha maioria no Parlamento. Entre suas funções encontra-se a escolha dos integrantes do Gabinete de ministros, que são posteriormente nomeados pelo presidente.

O Poder Legislativo é unicameral, a Casa da Nação (*Jatiya Sangsad*), composta de 350 assentos, sendo 300 membros eleitos diretamente em sistema majoritário e 50, necessariamente mulheres, eleitos indiretamente por sistema de representação proporcional. Todos os membros servem por mandato de cinco anos.

O Judiciário do país conta com uma Suprema Corte, subdivida em Divisão de Apelação, composta por sete magistrados, e Divisão de Corte Superior, formada por 99 juízes. Todos são nomeados pelo presidente e permanecem no cargo até a aposentadoria, aos 67 anos. O sistema jurídico bangladês é misto, incorporando elementos do *common law* e do direito islâmico.

Os dois principais partidos políticos são a Liga Awami (AL) e o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). A Liga Awami, agremiação mais tradicional do país, estabelecida em 1949, defende um Estado laico e conta com ampla penetração social. Sua líder há mais de vinte anos é a atual primeira-ministra Sheikh Hasina Wazed.

O BNP foi criado em 1978 pelo então presidente da República, Ziaur Rahman, para dar-lhe sustentação política e fazer frente à Liga *Awami*. Desde os anos 1980, a líder do BNP é Khaleda Zia, ex-primeira-ministra (2001-2006) e viúva de Ziaur Rahman, assassinado em 1981, quando exercia a presidência do país. É considerado partido conservador, popular entre as classes mais altas da sociedade bangladesa. O BNP possui caráter secular, mas costuma formar coalizões com partidos islâmicos.

A Liga Awami e o BNP alternam-se no governo desde 1991, com exceção do período de 2007-2008, quando estado de emergência foi declarado por um governo de transição. Nas últimas eleições gerais, em 30 de dezembro de 2018, a Liga Awami obteve ampla vitória.



POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, as relações do Bangladesh com o Paquistão foram hostis em um primeiro momento, mas melhoraram com o reconhecimento da independência do país por Islamabad (1974). Ainda em 1974, o Bangladesh logrou tornar-se membro da Organização da Cooperação Islâmica (OIC).

Em face da proximidade geográfica e da identidade cultural e histórica, a Índia e o Bangladesh têm intensa relação bilateral, a despeito de assuntos bilaterais ainda pendentes de solução (como o acordo sobre a divisão das águas do rio Teesta). O bengali é também falado na Índia por mais de 50 milhões de pessoas no estado de Bengala Ocidental. A Índia é o segundo maior parceiro comercial do Bangladesh, o qual, por sua vez, constitui o principal parceiro indiano na Ásia Meridional, além de ser o maior parceiro de desenvolvimento da Índia (nos últimos oito anos foram concedidas três linhas de crédito no valor total de US\$ 8 bilhões para o desenvolvimento da infraestrutura bangladesa).

As relações do Bangladesh com a China também são densas. Destacam-se, nesse sentido, a isenção de tarifas para 97% dos produtos bangladeses exportados para a China, recentes discussões sobre projetos de conectividade rodoviária e ferroviária entre os dois países via Myanmar, doação de 1,1 milhão de vacinas contra a COVID-19, além de acordo para produção de vacinas chinesas por indústrias bangladesas. A China é parceira estratégica do Bangladesh desde 2016 e desponta, atualmente, como seu maior parceiro comercial e principal fornecedor de equipamentos militares (74% das importações bangladesas no setor em 2010-2019). Juntamente com o Japão, a Índia e a Rússia, a China é um dos principais investidores em projetos industriais, energéticos e de infraestrutura no Bangladesh.

Os países do Oriente Médio absorvem volumoso contingente de trabalhadores bangladeses. As remessas de recursos por parte desses emigrantes constitui fonte importante de divisas para o país. Apenas na Arábia Saudita residiriam mais de 2 milhões de bangladeses. Parcela significativa das importações bangladesas de petróleo bruto também provém dos países do Oriente Médio.

Desde seu ingresso nas Nações Unidas, em 1974, o Bangladesh integrou o Conselho de Segurança como membro não permanente em duas ocasiões, nos períodos de 1979-1980 e 2000-2001. O país costuma contribuir com grande contingente para missões de manutenção da paz das Nações Unidas, tendo chegado a



ser o quarto maior contribuinte individual de tropas e policiais, ao fim de 2016. Em 2010, tornou-se o primeiro país da Ásia Meridional a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Na OMC, o Bangladesh defende os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. O país é, também, membro da Comunidade Britânica de Nações (*Commonwealth*).

Desde agosto de 2017, o Bangladesh experimenta intensificação do fluxo de refugiados da etnia *rohingya*, de confissão muçulmana, provenientes do vizinho Myanmar. Estima-se que cerca de 900 mil refugiados *rohingya* estejam hoje no Bangladesh. O país defende a repatriação efetiva e segura dessas pessoas, conforme acordado bilateralmente com Myanmar em 2017. A presença desse grande contingente populacional tem causado impactos significativos sobre a economia, a infraestrutura, a segurança e a sociedade bangladesas, especialmente na região de Cox's Bazar, onde ele está concentrado.

O Reino Unido e a União Europeia anunciaram aporte financeiro com vistas a apoiar os esforços de resposta à pandemia do coronavírus nas comunidades anfitriãs de Cox's Bazar e nos campos de refugiados. O Banco Mundial também destina apoio financeiro e material para a melhora das condições de vida naquela localidade, sobretudo durante a pandemia. O Brasil, por sua vez, tem apoiado projetos de resolução adotados no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral da ONU, sobre a situação dos direitos humanos dos *rohingya* e outras minorias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Bangladesh, classificado como país de menor desenvolvimento relativo (PMDR), tem logrado resultados econômicos positivos nas últimas décadas, embora continue a enfrentar desafios na elevação do padrão de vida de sua população. De 2003 a 2019, o país tem obtido significativo crescimento econômico, entre 5,3% e 8,2% ao ano. Em 2020, em razão da pandemia, a taxa de crescimento econômico caiu para 3,5%. No período entre 2003 e 2020, a renda *per capita* do Bangladesh expandiu-se em mais de 340%. A extrema pobreza (pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90/dia) foi reduzida de 43,5% da população, em 1991, para 14,3% em 2016 (último dado disponível no Banco Mundial). Em 2018, o Bangladesh logrou cumprir critérios para deixar a classificação de PMDR e se enquadrar como país em desenvolvimento. Tendo em conta, porém, os efeitos da pandemia de COVID-19, o



Comitê de Políticas de Desenvolvimento das Nações Unidas recomendou período de transição de cinco anos, entre 2021 e 2026.

Em 2020, o governo local lançou 23 pacotes de estímulo, envolvendo montantes da ordem de US\$ 12 bilhões. Também no ano passado, o Banco Mundial anunciou concessão de US\$ 100 milhões de financiamento a medidas de prevenção, detecção e combate à COVID-19 no Bangladesh e, em março de 2021, o Banco aprovou US\$ 500 milhões adicionais para o programa nacional de vacinação, além de pacote de US\$ 1,7 bilhão para apoiar a reconstrução pós-pandemia, com ênfase na agenda de reformas e investimentos.

A indústria têxtil bangladesa responde por cerca de 90% das exportações do país e pelo emprego de cerca de 4,5 milhões de pessoas, 80% das quais são mulheres, e representa o sustento para pelo menos 20 milhões de habitantes, contribuindo para mais de 11% do PIB.

Destaca-se, ademais, a expansão da indústria farmacêutica no Bangladesh, a única entre os países menos desenvolvidos. Impulsionada por políticas ativas do governo, a produção farmacêutica cresceu cerca de mil vezes desde 1982, para US\$ 2 bilhões, e hoje abastece boa parte do mercado interno, bem como exporta para cerca de 150 países.

Já o setor agrícola é responsável por cerca de 12% do PIB e pelo emprego de 40% da força de trabalho. Cerca de 62% da população vive na área rural e dedica-se principalmente à rizicultura (o Bangladesh é o quarto maior produtor mundial de arroz).

A ajuda internacional constitui importante fonte de receita para o país. Entre seus principais doadores, encontram-se o Japão, os Estados Unidos, o Reino Unido, a União Europeia, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A economia bangladesa conta, ainda, com recursos financeiros enviados por nacionais que trabalham no exterior, que, em 2020, totalizaram mais de US\$ 21 bilhões.

O Bangladesh tornou-se membro do Novo Banco de Desenvolvimento (o banco de desenvolvimento multilateral do BRICS), ao depositar, em 16/09/2021, junto ao governo brasileiro, seu instrumento de acessão ao acordo constitutivo do Banco. Assim, o Bangladesh fez parte, juntamente com o Uruguai e os Emirados Árabes Unidos, da primeira expansão do NDB.

Historicamente, a balança comercial do Bangladesh é negativa. Em 2020, o país exportou US\$ 43 bilhões e importou US\$ 55 bilhões, perfazendo um déficit de US\$ 12 bilhões, amplamente compensado pelas remessas dos trabalhadores



migrantes. Os principais destinos das exportações bangladesas são: Alemanha; EUA; Reino Unido; Espanha e França. O Bangladesh importa sobretudo dos seguintes países: China; Índia; Singapura; EUA e Indonésia. O Brasil está na sétima posição entre os exportadores para o Bangladesh.

A maior parte das importações bangladesas corresponde a combustíveis e óleos minerais, seguidos de algodão, do qual o Bangladesh é o 3º maior importador mundial. Constan também entre os principais itens da pauta de importações: maquinário; máquinas elétricas e equipamentos; plásticos; e ferro e aço. A pauta exportadora do Bangladesh é concentrada em itens da indústria têxtil, mas também inclui pescados e produtos farmacêuticos. Em decorrência da pandemia, o Bangladesh caiu, em 2020, de segundo para terceiro maior exportador mundial de vestuário (atrás da China e do Vietnã).

As trocas comerciais entre o Brasil e o Bangladesh apresentaram significativo crescimento na última década, tendo ultrapassado US\$ 1 bilhão a partir de 2011. Em 2017, o intercâmbio comercial atingiu seu maior nível histórico – US\$ 1,75 bilhão. O Brasil é tradicionalmente superavitário e alcançou saldo de quase US\$ 1,4 bilhão em 2020, ao registrar exportações no valor de US\$ 1,52 bilhão (aumento de 15%) e importações de US\$ 127 milhões (queda de 29%). De janeiro a outubro de 2021, o Brasil exportou US\$ 1,48 bilhão (crescimento de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior) e importou US\$ 94 milhões (queda de 11%), registrando superávit de US\$ 1,38 bilhão.

O principal produto exportado pelo Brasil é o açúcar, que, em 2020, correspondeu a 41% das vendas brasileiras ao país. O Brasil é o maior fornecedor do produto para o Bangladesh, detendo cerca de 83% do mercado local (a Índia, com 12%, é o segundo supridor). Algodão (21%), soja (16%) e milho (9%) são outros dos principais produtos brasileiros vendidos para o Bangladesh.

As importações brasileiras procedentes do Bangladesh concentram-se em artigos de vestuário (mais de 90% em 2020). Em outubro de 2020, foi instituída, em Dacca, a Câmara de Comércio Brasil-Bangladesh, que tem por objetivo fomentar o intercâmbio bilateral.

O Bangladesh possui elevada dependência de combustíveis fósseis em suas matrizes energética e elétrica (cerca de 82% e 98%, respectivamente), além de ter registrado forte aumento, em anos recentes, em suas importações desses produtos, sobretudo de carvão. Essa tendência reflete a expansão no acesso da população à energia elétrica, que passou de 20% para 85% desde 2000.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1757	Início do período de dominação britânica do Subcontinente Indiano.
1947	Término da Lei Britânica sobre a Colônia indiana e consequente formação dos Estados da Índia e do Paquistão.
1949	Estabelecimento da Liga Awami com vistas à autonomia do Paquistão Oriental frente ao Paquistão Ocidental.
1952	Início do movimento pela língua bengali.
1965	Guerra Indo-Paquistanesa.
1966	O líder da Liga Awami, Sheikh Mujibur Rahman, é preso após defender maior autonomia para o Paquistão Oriental.
1969	Mujibur Rahman é libertado, após forte pressão popular, regressa ao Paquistão Oriental e defende que o território passe a chamar-se Bangladesh.
1970	O Governo rejeita a ampla vitória da Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país e Mujibur Rahman é impedido de assumir como primeiro-ministro.
1971	Em 7 de março, Mujibur Rahman faz discurso em Daca para dois milhões de pessoas defendendo a luta pela independência. Em 25 de março, a junta militar paquistanesa lança operação militar contra o movimento nacionalista do Paquistão Oriental. Em 26 de março, Mujibur Rahman declara a independência da parte oriental do Paquistão, mas é novamente preso. Em 16 de dezembro, a Guerra de Independência é vencida pelo Bangladesh, com apoio da Índia.
1972	Mujibur Rahman é libertado, após pressão internacional, e regressa ao Bangladesh, tornando-se presidente e, posteriormente, primeiro-ministro.
1975	Em janeiro, Mujibur Rahman institui sistema de partido único. Em agosto, ele e a maior parte de sua família são assassinados em golpe militar.
1981	Assassinato do presidente Ziaur Rahman em frustrada tentativa de golpe militar.
1982	Golpe de estado liderado pelo general Mohammad Ershad, que assume a presidência do país.
1991	Khaleda Zia torna-se primeira-ministra e membro do Partido Nacionalista de



	Bangladesh (até 1996).
1996	Governo de Sheikh Hasina Wazed, filha de Sheikh Mujibur Rahman e representante da Liga Awami (até 2001).
2000	Acirramento das relações com o governo paquistanês.
2001	Confrontos fronteiriços com a Índia.
2001	Segundo governo de Khaleda Zia, marcado por instabilidade política e social (até 2006).
2008	Vitória da Liga Awami nas eleições parlamentares.
2009	Segundo governo de Sheikh Hasina e posse do Presidente Zillur Rahman.
2010	Ratificação do Estatuto de Roma pelo Bangladesh (primeiro país da Ásia Meridional a tornar-se membro do Tribunal Penal Internacional).
2011	Emenda à Constituição elimina figura do "governo de transição" com função de organizar eleições gerais.
2011	Bangladesh e Índia assinam acordo de demarcação de fronteiras que encaminhará a questão de enclaves de um país no território do outro.
2012	Exército do Bangladesh anuncia desmantelamento de plano para derrubar o governo da primeira-ministra Sheikh Hasina.
2014	Primeira-ministra Sheikh Hasina é reeleita, após eleições gerais sem a participação de partidos de oposição, que boicotaram o pleito.
2017	Início do fluxo de refugiados rohingya, provenientes de Myanmar, ao Bangladesh (agosto)
2018	Reeleição do presidente Mohammad Abdul Hamid (fevereiro). Eleições-gerais resultam em ampla vitória da Liga Awami (dezembro).
2019	Após vitória da Liga Awami, primeira-ministra Sheikh Hasina assume o governo pela quarta vez (janeiro).
2020	Centenário de Sheikh Mujibur Rahman, “Pai da Nação” e primeiro presidente do Bangladesh (março).
2021	Cinquentenário da independência do país (março).



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1972	Reconhecimento da República Popular de Bangladesh pelo governo brasileiro e estabelecimento de relações diplomáticas (15 de maio).
1973	Abertura da representação diplomática de Bangladesh em Brasília.
1974	Início da presença oficial brasileira em Bangladesh, com a criação da Embaixada do Brasil em Daca.
1984	Visita oficial de delegação brasileira do Ministério da Aeronáutica a Bangladesh.
1989	Reunião, em Paris, entre o então presidente José Sarney e seu homólogo Hossain M. Ershad.
1992	Participação bangladesa na Conferência do Rio (ECO 92), com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, A.S.M. Mostafizur Rahman, e do ministro do Meio Ambiente e Florestas.
1994	Vinda ao Brasil do ministro da Juta, A.S.M. Hannan Shab, e do ministro da Indústria de Bangladesh, A.M. Zahiruddin Kahn.
1998	Fechamento da embaixada do Brasil em Daca (1º de agosto).
2002	Fechamento da embaixada de Bangladesh em Brasília (31 de agosto).
2009	Reabertura da embaixada do Brasil em Daca (18 de fevereiro).
2010	Missão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a Bangladesh (maio).
2011	<p>Congresso Nacional aprova Medida Provisória autorizando a doação de até 710 mil toneladas a países em situação de insegurança alimentar, entre eles o Bangladesh.</p> <p>Visita da então subsecretária-geral de Política II, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, a Daca (12 a 14 de junho).</p> <p>Missão de prospecção comercial liderada pelo vice-chanceler Mijarul Quayes ao Brasil, em 1 e 2 de agosto, oportunidade em que também se procurou fazer avançar o processo de reabertura da embaixada em Brasília.</p>
2012	Reabertura da Embaixada bangladesa em Brasília.
2017	Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais e realização de sua primeira reunião, em Daca (março).
2019	Visita ao Brasil do ministro do Comércio do Bangladesh, Tipu Munshi (agosto).



ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio	13/02/1976	19/07/1976	01/09/1976
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/09/1988	26/11/1991	27/12/1991





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 7, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 44

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de fevereiro de 2022.



EM nº 00016/2022 MRE

Brasília, 28 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **Evaldo Freire**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LEONARDO CARVALHO MONTEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.000793/2022-71



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 49/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 11/02/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3181685** e o código CRC **26EA5C41** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
00001.000793/2022-71

SEI nº 3181685

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LEONARDO CARVALHO MONTEIRO**

CPF.: 011.082.588-83

ID.: 4415150 SSP-SP

1958 Filho de Ivan Carvalho Monteiro e Zenaide Carvalho Monteiro, nasce em 22 de junho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Letras pela Universidade Mackenzie/SP

1982 CPCD - IRBr

1991 CAD - IRBr

2013 CAE - IRBr

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1997 Primeiro-secretário

2006 Conselheiro, por merecimento

2015 Ministro de segunda classe

2018 Ministro de segunda classe do Quadro Especial

Funções:

1983-86 Inspeção-Geral de Finanças, assistente

1986-88 Embaixada em Copenhague, terceiro-secretário e segundo-secretário

1988-91 Consulado-Geral em Ciudad del Este, cônsul-adjunto

1991-94 Consulado-Geral em Genebra, cônsul-adjunto

1994-97 Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros, assessor e subchefe

1997-2000 Consulado-Geral em Barcelona, cônsul-adjunto

2000-03 Embaixada em Wellington, primeiro-secretário

2003-05 Embaixada em Varsóvia, primeiro-secretário

2005-06 Divisão do Pessoal, subchefe

2006-07 Departamento do Serviço Exterior, assessor

2006-07 Embaixada em Islamabad, encarregado de negócios em missão transitória

2007-10 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, assessor

2010-14 Consulado-Geral em Paris, cônsul-geral adjunto

2014- Embaixada em Jacarta, conselheiro, ministro-conselheiro e encarregado de negócios a.i.

2016- Embaixada em Nouakchott, ministro de segunda classe, embaixador comissionado

Condecorações:

2015 Ordem de Rio Branco no grau de Comendador

2015 Medalha Mérito Santos Dumont

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GUINÉ EQUATORIAL



OSTENSIVO
Jan 2022



SUMÁRIO

PERFIS BIOGRÁFICOS 3

RELAÇÕES BILATERAIS 4

POLÍTICA INTERNA 6

POLÍTICA EXTERNA..... 8

ECONOMIA 11

MAPA 12

DADOS BÁSICOS..... 13

DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS..... 14



PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo. Nasceu em 5 de junho de 1942, na cidade de Acocán, na porção continental da Guiné Equatorial. Ingressou na Guarda Territorial ainda no período colonial, tornando-se tenente da Guarda Nacional em 1969, após a independência. Foi Diretor-Geral de Planejamento do Ministério da Defesa, Secretário-Geral do Ministério das Forças Armadas Populares, Vice-Ministro das Forças Armadas, Governador da Ilha de Bioko e Chefe da Guarda Nacional. Formou-se em direito na Universidade Nacional de Educação à Distância da Espanha. Chegou ao poder em 1979.



Simeón Oyono Esono Angue, Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação Internacional. Nasceu em 18 de fevereiro de 1967, em Mibang, na porção continental da Guiné Equatorial. Kursou contabilidade e finanças na Universidade de Pinar del Río e economia na Universidade de Batalla, em Cuba. Foi professor da Faculdade de Economia da Universidade Nacional da Guiné Equatorial. Como diplomata, foi Secretário-Geral do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação, Embaixador na Etiópia e junto à União Africana (UA) e ocupou os postos de Presidente do Conselho de Paz e Segurança da UA e do Comitê de Representantes Permanentes da UA sobre Refugiados, Retornados e Deslocados Internos na África. É Ministro de Assuntos Exteriores desde fevereiro de 2018.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guiné Equatorial estabeleceram relações diplomáticas em 26 de maio de 1974. A Embaixada da Guiné Equatorial em Brasília foi aberta em 2005, e a Embaixada do Brasil em Malabo, em 2006.

Nos últimos anos, a realização de visitas de autoridades de alto nível e o ingresso da Guiné Equatorial na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (2014) contribuíram para impulsionar as relações bilaterais. Em fevereiro de 2013, realizou-se visita presidencial brasileira à Guiné Equatorial, por ocasião da III Cúpula América do Sul-África. Em junho de 2018, o chanceler Simeón Oyono Esono Angue visitou o Brasil. Em janeiro de 2019, o segundo vice-primeiro-ministro Angel Masie Mebuy representou o governo equato-guineense na posse do Senhor Presidente da República.

Desde 2005, foram assinados acordos nas áreas de Cooperação Técnica (2005), Cooperação Educacional (2009), Criação da Comissão Mista de Cooperação (2010), Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático (2010), Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço (2010), Formação e Intercâmbio de Experiências no Âmbito Diplomático e Consular (2010) e Cooperação em Matéria de Defesa (2010).

Língua Portuguesa. A Embaixada do Brasil em Malabo conta com Núcleo de Estudos Brasileiros, que oferece curso de português a cerca de 140 alunos matriculados. A iniciativa é considerada uma das maiores contribuições para a difusão da língua portuguesa na Guiné Equatorial. O chanceler da Guiné-Equatorial, Simeón Oyono Esono Angue, discutiu medidas de apoio à promoção do português no país. Manifestou interesse na capacitação de formadores do idioma, de modo a ensinar, de maneira sustentada, a desejada presença efetiva do português na Guiné Equatorial, tendo em conta a entrada do país na CPLP. Apenas uma escola oficial, voltada a crianças socialmente desfavorecidas, ofereceria curso de português no sistema educacional equato-guineense.

Cooperação cultural e educacional. Brasil e Guiné Equatorial celebraram Acordo para Cooperação Educacional em outubro de 2009. O documento entrou em vigor em junho de 2017, o que permitiu a inclusão do país no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) a partir de 2018, visando à seleção de estudantes que iniciariam seus estudos em 2019. Atualmente, 132 estudantes equato-guineenses participam do Programa.

Cooperação técnica. O Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 2005, foi ratificado pelas partes em 2009. Foram elaboradas propostas de projetos nas áreas de agricultura familiar, futebol e defesa civil. De todos estes, o projeto de cooperação em matéria de defesa civil, preparado pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, com a assistência da ABC, com vistas ao fortalecimento institucional e operacional do sistema nacional de proteção civil da Guiné Equatorial, é o único em fase final de negociação. O projeto “Fortalecimento institucional e operacional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial” tem como objetivo dotar o Corpo Nacional de Proteção Civil da Guiné Equatorial de capacidade para o gerenciamento e atendimento de emergências de pequeno, médio e grandes portes.



Candidaturas. A Guiné Equatorial apoiou a candidatura do Brasil a assento não permanente no CSNU (biênio 2022-2024).

Comércio. O comércio entre o Brasil e a Guiné Equatorial cresceu substancialmente entre 2004 e 2014, passando de USD 17 milhões, em volume total, para USD 1,1 bilhão, recorde histórico. Nos anos seguintes, decresceu fortemente, caindo para USD 43,5 milhões em 2019. Em 2020, a despeito dos impactos da pandemia no comércio internacional, houve aumento nas exportações brasileiras para a Guiné Equatorial, que somaram USD 44,8 milhões (em comparação com USD 9,5 milhões em 2019). Já importações oriundas da Guiné Equatorial caíram para USD 4 milhões (em comparação com os USD 34 milhões registrados em 2019). A corrente de comércio somou USD 48,8 milhões. Em 2021, as exportações reduziram-se novamente, para USD 15,4 milhões, que, sem registro de importações, corresponderam ao total da corrente de comércio.

Até 2017, a pauta de importações brasileiras oriundas da Guiné Equatorial era dominada por produtos da indústria petrolífera (óleos brutos de petróleo e gás de petróleo, em geral) – situação que se repetiu em 2019. Em 2018 e 2020, contudo, as importações foram, em sua totalidade, de metanol. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mercado equato-guineense em 2020 foram tubos de ferro e aço.

Apoio consular. Um bispo e um pastor brasileiros da Igreja Universal do Reino de Deus foram detidos na Guiné Equatorial em abril de 2020, com risco de expulsão, acusados de não observar proibição de celebração de cultos religiosos no país durante quarentena motivada pela COVID-19 – acusação negada por ambos. No âmbito dessas detenções, decreto presidencial determinou o encerramento das atividades da IURD no país. A referida Igreja solicitou nova autorização de funcionamento. Em atenção a gestões da Embaixada em Malabo, os religiosos passaram à prisão domiciliar e, posteriormente, foram libertados.



POLÍTICA INTERNA

Navegantes portugueses foram os primeiros europeus a explorar o golfo de Guiné em 1471. Em 1493, D. João II de Portugal proclamou-se Senhor de Guiné. As ilhas de Bioko (batizada pelos portugueses de Fernando Pó), Ano Bom e Corisco foram ocupadas por portugueses em 1494. Em 1778, o Tratado de El Pardo formalizou a transferência das colônias portuguesas na Guiné Equatorial à Espanha (em troca de concessões espanholas na América do Sul). No século XIX, a “Sociedad Geográfica de Madrid” lançou diversas expedições exploratórias ao continente africano tendo o rio Muni como referência. Após perder o controle de Cuba e Filipinas, na virada para o século XX, a Espanha intensificou esforços de ocupação da Guiné Equatorial. Na primeira metade do século XX, consolidou-se a presença do estado espanhol e a exploração de cacau.

Desde os anos 1950, o movimento nacionalista de Guiné Equatorial atuou sob influência do pan-africanismo, da luta anticolonial e da Guerra Fria. Em 1968, após pressões da Assembleia Geral da ONU e da Organização da Unidade Africana, a Espanha concordou com eleições que culminaram na proclamação de independência. O primeiro presidente equato-guineense, Francisco Macías Nguema, aproximou-se do bloco comunista. Seu governo caracterizou-se por intensa repressão política. Em 1979, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, sobrinho de Francisco Macías, liderou movimento de contestação do governo e se tornou o presidente do país. Em 1987, Obiang fundou o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE). Em 1992, foi instituído o multipartidarismo.

Em 2011, uma reforma constitucional aprovada por referendo recriou o cargo de vice-presidente e limitou o mandato presidencial a dois períodos de sete anos e criou o Senado (com 70 integrantes, dos quais 55 são eleitos e 15 são designados pelo presidente). Nas eleições presidenciais de 2016, o presidente Obiang foi reeleito com 93,5% dos votos. Na disputa legislativa de 2017, o Partido Democrático da Guiné Equatorial (PDGE), governista, obteve a totalidade dos assentos do Senado e 99 das 100 cadeiras da Câmara dos Deputados.

A pandemia da Covid-19 chegou à Guiné Equatorial em março de 2020. Em janeiro de 2022, o país apresenta um total acumulado de 13.710 pessoas infectadas pela Covid-19, com total de 175 mortes causadas pela doença. Foram aplicadas 425.666 doses de vacina, a maioria das quais doadas pela China (vacina do laboratório Sinopharm). Os 203.390 imunizados com as duas doses são aproximadamente 15% da população.

Indicadores sociais e demográficos. Embora tenha a 70ª maior renda *per capita* no mundo e a terceira maior entre os países africanos (ficando atrás somente de Ilhas Maurício e Seychelles), a Guiné Equatorial ocupa a 145ª posição no índice de desenvolvimento humano. O baixo crescimento econômico dos últimos anos vem prejudicando a melhora nos índices sociais. A expectativa de vida é de 58,7 anos, devido, entre outros fatores, à elevada taxa de mortalidade infantil (62,6 por 1000 nascimentos). A educação é obrigatória e gratuita para as crianças de 6 a 11 anos. Apesar da alta evasão escolar, 94,4% da população adulta seria alfabetizada.

Do ponto de vista demográfico, predomina a etnia Fang, que reúne 85% dos equato-guineenses, enquanto 6,5% são da etnia Bubi e 3,6%, da etnia Mdowne. A Guiné Equatorial tem atraído considerável contingente de imigrantes oriundos, sobretudo, de



Cameroun, Gabão e Nigéria para trabalhar em projetos de infraestrutura. O país é o único da África independente onde o espanhol é língua oficial. Aproximadamente 70% da população vive em áreas urbanas; 60% dos habitantes têm menos de 25 anos.

Nova capital. Em 2011, o presidente Obiang anunciou a construção de uma nova capital, com a futura transferência da sede do governo de Malabo (localizada na Ilha de Bioko) para a província de Wele-Nzas, no leste da parte continental do país. A nova capital, “Ciudad de la Paz” (também conhecida como Djibloho), tinha inauguração prevista para 2020. Muitas das obras encontram-se em estágio avançado, mas a crise econômica e fiscal dos últimos anos atrasou a inauguração.



POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Guiné Equatorial é movida por esforço permanente de evitar o isolamento internacional do país. Com os festejos do Cinquentenário da Independência, em 12 de outubro de 2018, do qual participaram vários chefes de Estado e governo africanos, o presidente Teodoro Obiang buscou reafirmar sua influência regional.

Conselho de Segurança. A Guiné Equatorial exerceu mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019. Na presidência rotativa, organizou um debate aberto sobre a agenda “Silenciando as armas na África”, da União Africana, e dois debates fechados: um sobre “Atividades mercenárias como fonte de insegurança e desestabilização na África” (com pronunciamento do presidente Obiang) e outro sobre “Crime Organizado Transnacional no mar” (com intervenção do chanceler Simeón Oyono Esono Angue, centrada nos desafios para o Golfo da Guiné). Ainda no âmbito do CSNU, a Guiné Equatorial atuou como presidente dos Comitês de Sanções relativos ao Líbano e à Guiné-Bissau e como vice-presidente dos Comitês de Sanções relativos à República Popular Democrática da Coreia e à Somália. Não há atualmente pessoal uniformizado equato-guineense desdobrado em operações de manutenção da paz e missões políticas especiais da ONU.

Relações com EUA e Europa. Grande exportadora de petróleo, a Guiné Equatorial busca manter relações cordiais com os maiores importadores do produto. O relacionamento com os Estados Unidos, por exemplo, tem sido fluido, e diversas empresas norte-americanas atuam no território equato-guineense, embora a Exxon Mobil e a Hess tenham vendido ativos em volume significativo no país desde 2017. Os EUA são, ainda, parceiros no patrulhamento das águas do Golfo da Guiné. A Guiné Equatorial participa anualmente do “Obangame Express”, exercício de forças navais dos Estados Unidos com os 20 países signatários do Código de Conduta de Iaundê (Angola, Benin, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Congo, Cabo Verde, Gabão, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Marrocos, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Togo, além da própria Guiné Equatorial) e do qual o Brasil também tem tomado parte.

Na Europa, o principal parceiro da Guiné Equatorial é a Espanha. As relações entre os dois países são marcadas pela cooperação técnica bilateral e pelo sólido fluxo comercial (a Espanha foi o principal destino das exportações equato-guineenses na Europa em 2019 e o terceiro principal destino em todo o mundo, além de ter sido a principal origem das importações da Guiné Equatorial provenientes do continente europeu no mesmo ano e a segunda principal origem na escala global).

Relações com a África. No continente africano, a Guiné Equatorial integra a União Africana (UA); a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); a Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central (CEMAC); a Comissão do Golfo da Guiné; o Banco Africano de Desenvolvimento; a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e outros organismos internacionais.

Em 2010 um equato-guineense foi nomeado presidente do Banco dos Estados da África Central (BEAC); em 2011, Obiang foi presidente de turno da UA e da Cúpula da



Assembleia de Chefes de Estado e Governo da organização; em 2017 a Guiné Equatorial exerceu a presidência da CEMAC; em janeiro de 2018, recebeu também um assento, por dois anos, no Conselho de Segurança e Paz da UA. Além disso, tem se destacado por sediar diversas cúpulas, como em dezembro de 2012, quando sediou a VII Cúpula de Chefes de Estado do Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP); em fevereiro de 2013, quando sediou a III Cúpula ASA; em junho de 2014, quando sediou a XXIII Assembleia Ordinária da União Africana; e em novembro de 2016, quando foi sede da Cúpula do Mundo Árabe-África.

Na última década, a Guiné Equatorial intensificou seu envolvimento nos assuntos internacionais, com foco nas relações multilaterais do continente africano e em cooperação regional. O Fundo de Solidariedade Africana, estabelecido por Guiné Equatorial e Angola junto à FAO em 2013, dedicou mais de USD 40 milhões a projetos nacionais e regionais de segurança alimentar. Foram realizados 18 projetos em 41 países africanos com o apoio técnico da FAO, que administra o fundo. No auge das receitas petrolíferas, a Guiné Equatorial tornou-se doadora importante, o que a faz alvo de demandas por cooperação e a levou a ocupar lugar de prestígio entre os países africanos.

Relações com os vizinhos. Com o Cameroun, o relacionamento é marcado por periódica expulsão de imigrantes camerouneses da Guiné Equatorial. Já em relação ao Gabão, a disputa territorial com Libreville pelas ilhas Mbanié, Cocotiers e Eloby, supostamente ricas em petróleo, estende-se por 46 anos. A disputa territorial vem sendo arbitrada pela Corte Internacional de Justiça desde 2017.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné Equatorial incorporou-se à CPLP como membro pleno após a X Cúpula da Comunidade, realizada em Dili, em julho de 2014. O governo equato-guineense adotara o português como língua oficial em 2011, a fim de integrar-se à Comunidade. O processo de adesão foi acompanhado por plano de trabalho que formalizou o compromisso do país de promover o português em seu território, bem como de aproximar as estruturas institucionais equato-guineenses dos valores e princípios da CPLP. Entre as medidas adotadas, incluem-se a criação de novas instituições, como o Senado, o Tribunal de Contas e o Provedor de Justiça, e a moratória da aplicação da pena de morte, acompanhada de projeto de sua extinção total, que ainda não ocorreu.

A Guiné Equatorial tem procurado sediar reuniões oficiais da CPLP, como a de Chefes de Polícia e de Migrações, a de ministros da Defesa, a IV Reunião de Governança Eletrônica e a X Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, realizadas nos últimos anos.

China. A cooperação chinesa com a Guiné Equatorial deita raízes em 1970, ano em que os dois países estabeleceram relações diplomáticas. Desde 1971, têm-se multiplicado iniciativas nos campos de infraestrutura, energia, telecomunicações, educação, cultura e saúde, em consonância com o estreitamento da parceria chinesa com a África. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Guiné Equatorial, absorvendo boa parte das exportações de hidrocarbonetos do país.

A China financiou diversas obras de infraestrutura na Guiné Equatorial, incluindo a ampliação da rede elétrica de Malabo e de Bata; a construção da hidrelétrica de Djibloho e de Bikomo; a construção de estrada de 88,6 km unindo os povoados de Micomiseng e Bonkoro (na fronteira norte com o Cameroun); a edificação do Centro de Conferências Internacionais de Sipopo, nas cercanias do centro da capital; a construção do novo terminal do aeroporto internacional de Malabo; e a ampliação e modernização



do porto de Bata, entre outras. A Guiné Equatorial chegou a abrigar mais de 10 mil trabalhadores chineses, no auge dos investimentos em infraestrutura. Empresas chinesas estão presentes, também, nos setores de pesca e exploração de madeira. Há, ainda, projetos importantes na área social, como a construção de casas populares em Malabo e a doação de Centro de Formação Profissional e Ocupacional de Oyala. O Instituto Confúcio, fundado em 2016 na Universidade Nacional da Guiné Equatorial, conta presentemente com mais de 1.300 alunos equato-guineenses. A cada ano, a China oferece cerca de 200 bolsas a estudantes da Guiné Equatorial interessados em cursos de formação nas universidades chinesas. Especula-se que a dívida total de Guiné Equatorial com a China exceda UDS 1 bilhão.

Durante a pandemia de Covid-19, a China doou material médico-hospitalar e equipamentos de proteção individual, entre outros, além de enviar missão de especialistas à Guiné Equatorial. Foi doado centro hospitalar com 100 leitos, integralmente financiado por recursos chineses e instalado na região de Niefang, na parte continental do país. A vacinação na Guiné Equatorial só foi possível por meio de doações de vacinas chinesas da empresa Sinopharm. Ressalte-se que, no começo de 2020, o presidente Obiang doou à China USD 2 milhões para o combate à pandemia no país asiático.

As visitas de alto nível entre a China e a Guiné Equatorial são frequentes. O presidente Teodoro Obiang já realizou dez visitas oficiais à China.



ECONOMIA

Até os anos 1990, a extração de madeira, a produção de cacau e a pesca dominavam a economia equato-guineense. A descoberta de petróleo, em meados daquela década, levou a uma drástica mudança nesse quadro. Hoje, aproximadamente 95% das exportações da Guiné Equatorial são constituídas de petróleo cru e gás liquefeito. Os restantes 5% correspondem a produtos como madeiras tropicais. Estima-se também que o país tenha grandes reservas de diversos minérios.

Desde a descoberta das reservas petrolíferas, a economia equato-guineense foi uma das que mais cresceram no continente africano. O país chegou a ser o terceiro maior produtor de petróleo na região, depois da Nigéria e de Angola. Entre 1995 e 2005, a média de crescimento do PIB foi de mais de 40% ao ano (em 1997, o crescimento foi de 150%). Houve aumento considerável na renda per capita – que atualmente é das mais altas do continente. Em maio de 2010, a Guiné Equatorial anunciou que suas reservas de gás natural tinham aumentado para 4,5 trilhões de pés cúbicos. Contudo, após a queda do preço do petróleo, a economia equato-guineense entrou em recessão.

A política fiscal da Guiné Equatorial apresenta a peculiaridade de não depender das receitas tributárias (estimadas em 1,5% do PIB em 2012), devido às receitas petrolíferas. Em decorrência dos compromissos assumidos no âmbito da CEMAC, a política monetária da Guiné Equatorial segue as diretrizes definidas e aplicadas pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Os principais critérios de convergência monetária estabelecidos pelo BEAC são: taxa de inflação abaixo de 3%, superávit ou equilíbrio nominal no orçamento e dívida interna e externa abaixo de 70% do PIB.

O mercado equato-guineense é muito dependente de importações, cuja pauta cobre quase tudo, desde sofisticados equipamentos da indústria petrolífera até os mais básicos bens de consumo, provenientes de países vizinhos, ou enlatados e bebidas de origem europeia. Em 2019, as principais origens das importações equato-guineenses foram Estados Unidos, Espanha e China, e os principais destinos das exportações foram China, Índia, Espanha e Estados Unidos.

A deficiente distribuição de renda representa grande desafio para a Guiné Equatorial. Embora o país apresente indicadores socioeconômicos globais favoráveis, como um alto PIB per capita para os padrões africanos, a maioria dos cidadãos vive na pobreza, com precário acesso a serviços de saúde. A carência de mão de obra qualificada tende a impactar o desenvolvimento equato-guineense. Mesmo profissões menos especializadas são ocupadas, em grande medida, por estrangeiros, a maior parte dos quais em situação irregular.

A economia equato-guineense vem experimentando grave crise nos últimos anos. De 2015 a 2020, o PIB equato-guineense sofreu retração contínua (de 9,1% em 2015; 8,8% em 2016; 5,7% em 2017; 6,2% em 2018; 6% em 2019; e 4,9% em 2020). Em 2021, o FMI estima ter havido crescimento de 4,1%, mas projeta-se nova recessão para 2022. O mau desempenho é relacionado com as oscilações do preço do petróleo e com a queda da produtividade na exploração das jazidas equato-guineenses.



DADOS BÁSICOS

	Guiné Equatorial	Brasil
Nome oficial	República da Guiné Equatorial	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol, francês e português	Português
População	1,41 milhão (FMI)	211,7 milhões (IBGE)
Área	28.051 km ²	8,516 milhões km ²
PIB nominal (FMI, 2020)	US\$ 10,04 bilhões	US\$ 1,36 trilhão
PIB <i>per capita</i> (FMI)	US\$ 7,1 mil	US\$ 6,4 mil
Crescimento do PIB (FMI; BACEN)	-4,9% (2020) 4,1% (2021)	-4,5% (2020) 3,2% (2021)
IDH (PNUD, 2019)	0,592 (145ª posição)	0,765 (84ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2019)	94,4%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	58,7 anos	74,7 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

BRASIL-GUINÉ EQUATORIAL	2019	2020	2021
Intercâmbio total	43,511	48,890	15,382
Exportações	9,496	44,844	15,382
Importações	34,015	4,046	-
Saldo	-24,519	40,798	15,382

*** Principais produtos da pauta comercial (2020)**

- **Exportações:** tubos de ferro e aço.
- **Importações:** metanol.

Encarregado de negócios: Bienvenido Ebang Otogo Obono

Embaixador do Brasil na Guiné Equatorial: Evaldo Freire.



DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS

Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio até 2020



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	45M (372.20%)	9M (-11.01%)	11M (-8.86%)	12M (-40.41%)	20M (-22.00%)
Importacoes	4M (-88.104%)	34M (299.261%)	9M (-88.191%)	72M (-50.585%)	146M (-72.161%)
Saldo	41M (66.40%)	-25M (-1 238.99%)	2M (-96.44%)	-60M (-147.83%)	-126M (-125.31%)
Corrente	49M (12.36%)	44M (126.72%)	19M (-77.11%)	84M (-49.38%)	166M (-69.86%)

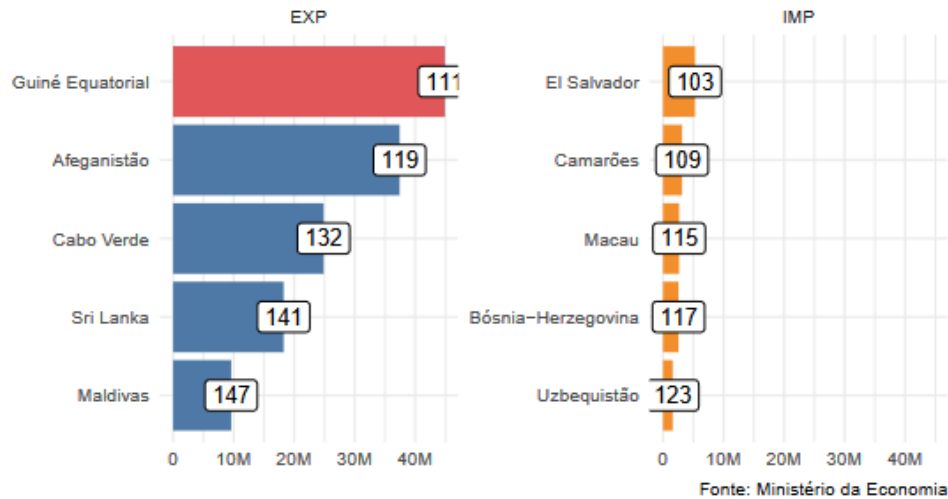
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	25M (-55.30%)	56M (-10.18%)	63M (-30.68%)	91M (34.78%)	67M (41.62%)
Importacoes	524M (-52.487%)	1B (13.176%)	975M (415.951%)	189M (-68.007%)	591M (15.838%)
Saldo	-499M (-147.66%)	-1B (-214.78%)	-912M (-1 026.36%)	-99M (-118.81%)	-524M (-213.19%)
Corrente	550M (-52.62%)	1B (11.76%)	1B (271.33%)	280M (-57.52%)	658M (18.03%)



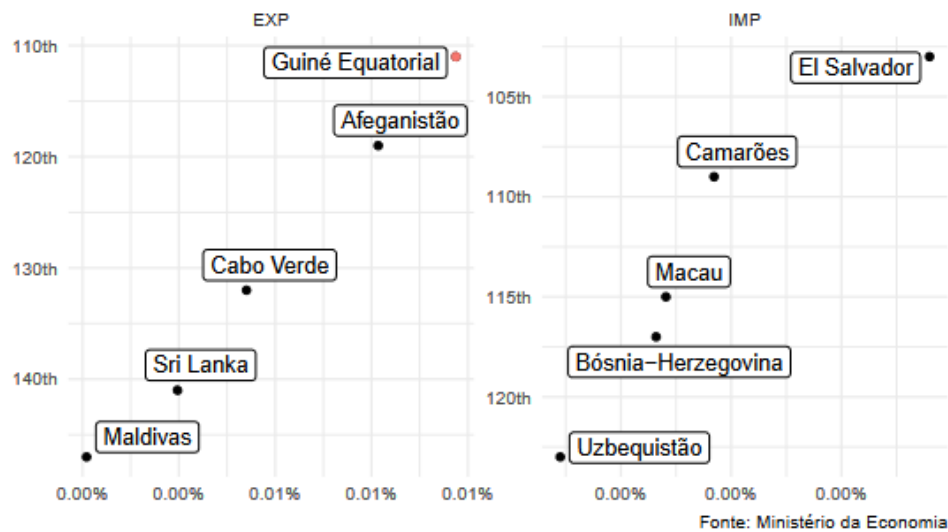
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

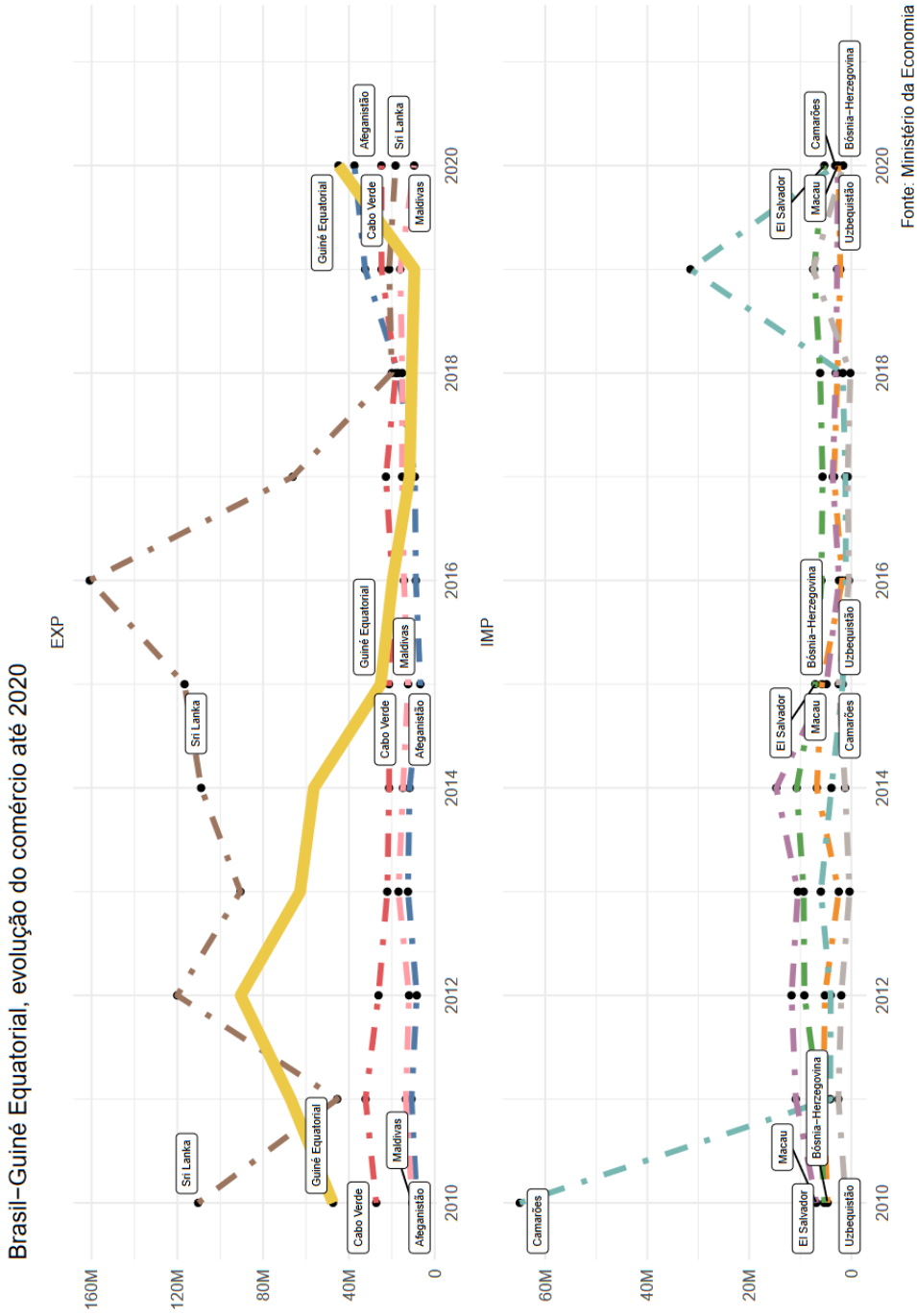
Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos em 2020



Brasil-Guiné Equatorial, ranking e proporção de comércio, em 2020



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

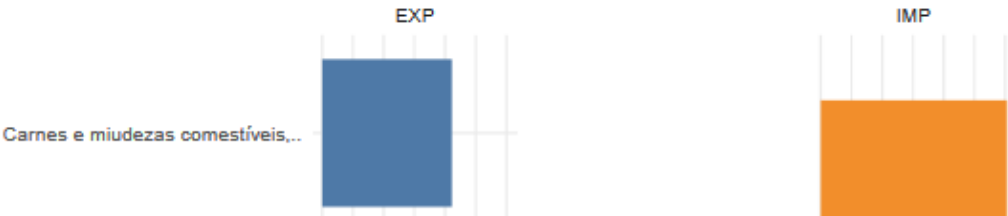
Dados Anuais					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2020	EXP	Guiné Equatorial	44.84M	372,20%	0,01%
		Afganistão	37.43M	15,31%	0,01%
		Cabo Verde	24.86M	0,34%	0,01%
		Sri Lanka	18.27M	-14,02%	0,00%
		Maldivas	9.59M	-40,36%	0,00%
	IMP	El Salvador	5.30M	-27,44%	0,00%
		Camarões	3.14M	-90,04%	0,00%
		Macau	2.66M	-4,47%	0,00%
		Bósnia-Herzegovina	2.56M	18,65%	0,00%
		Uzbequistão	1.60M	-78,60%	0,00%
2019	EXP	Afganistão	32.46M	91,00%	0,01%
		Cabo Verde	24.78M	36,73%	0,01%
		Sri Lanka	21.25M	6,00%	0,01%
		Maldivas	16.08M	5,98%	0,00%
		Guiné Equatorial	9.50M	-11,01%	0,00%
	IMP	Camarões	31.54M	1 770,63%	0,01%
		Uzbequistão	7.48M	3 647,39%	0,00%
		El Salvador	7.30M	19,26%	0,00%
		Macau	2.78M	-8,63%	0,00%
		Bósnia-Herzegovina	2.16M	-20,86%	0,00%
2018	EXP	Sri Lanka	20.05M	-69,73%	0,00%
		Cabo Verde	18.12M	-20,34%	0,00%
		Afganistão	16.99M	83,20%	0,00%
		Maldivas	15.17M	-0,31%	0,00%
		Guiné Equatorial	10.67M	-8,86%	0,00%
	IMP	El Salvador	6.12M	8,35%	0,00%
		Macau	3.05M	-16,51%	0,00%
		Bósnia-Herzegovina	2.73M	-19,57%	0,00%
		Camarões	1.69M	45,25%	0,00%
		Uzbequistão	199.67K	-72,45%	0,00%
2017	EXP	Sri Lanka	66.21M	-58,83%	0,02%
		Cabo Verde	22.75M	15,24%	0,01%
		Maldivas	15.22M	6,09%	0,00%
		Guiné Equatorial	11.71M	-40,41%	0,00%
		Afganistão	9.28M	5,62%	0,00%
	IMP	El Salvador	5.65M	-3,70%	0,00%
		Macau	3.65M	51,42%	0,00%
		Bósnia-Herzegovina	3.39M	92,33%	0,00%
		Camarões	1.16M	9,56%	0,00%
		Uzbequistão	724.85K	52,26%	0,00%



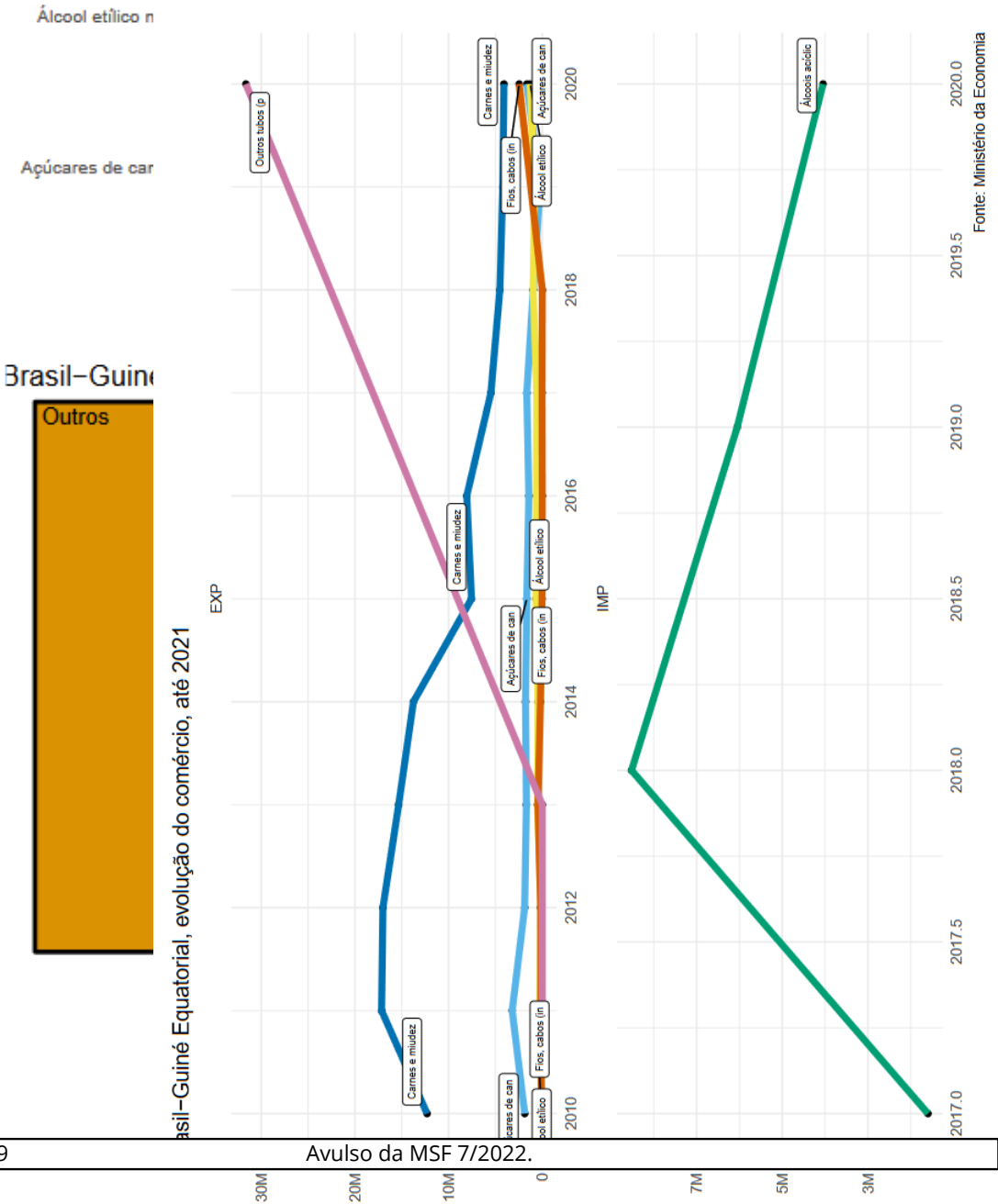
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1.3 Produtos comercializados

Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2020



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

Dados Anuais						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção
2020	EXP	Outros tubos (por exemplo: soldados ou rebitados),...	7305	31.65M	95 901 800,0%	70,6%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.10M	-2,9%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	2.47M	1 259 891,3%	5,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.64M	593,5%	3,7%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	1.30M	61,1%	2,9%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	4.05M	-33,1%	100,0%
2019	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.22M	-6,9%	44,4%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	808.08K	-18,0%	8,5%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	236.72K	-75,6%	2,5%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	6.05M	-29,0%	17,8%
2018	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	4.53M	-17,4%	42,5%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	985.08K	68,7%	9,2%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	971.78K	-41,3%	9,1%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	196.00	-99,2%	0,0%
	IMP	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, su..	2905	8.52M	433,6%	100,0%
2017	EXP	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	5.49M	-31,9%	46,9%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimic..	1701	1.66M	15,1%	14,1%
		Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	583.80K	-7,4%	5,0%
		Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros..	8544	25.87K	690,7%	0,2%



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

1.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC em 2020



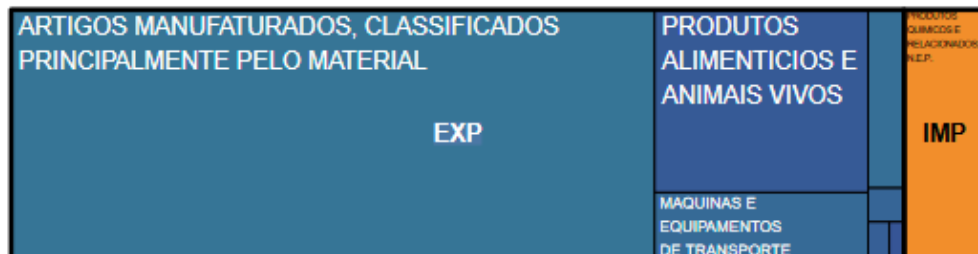
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	44.8M	100,0%
	Indústria Extrativa	449.0	0,0%
IMP	Indústria de Transformação	4.0M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	39.3M	87,6%
	PRODUTOS BASICOS	5.1M	11,3%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	507.9K	1,1%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	35.8M	79,9%
	BENS DE CONSUMO (BC)	8.7M	19,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	343.2K	0,8%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	4.0M	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	32.3M	72,1%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	7.9M	17,6%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.8M	6,3%
	BEBIDAS E TABACO	1.3M	2,9%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	246.7K	0,6%
	OBRAS DIVERSAS	152.6K	0,3%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	107.3K	0,2%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	4.0M	100,0%

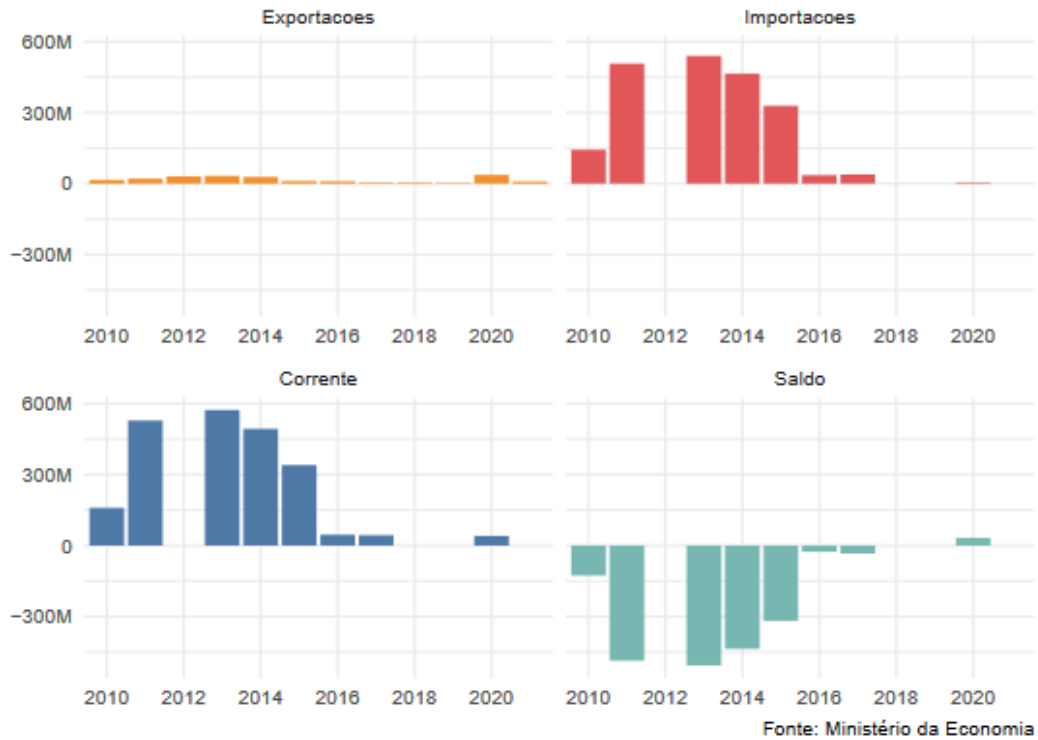


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Guiné Equatorial, Fluxo de Comércio agregado até Maio



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	9M (-76.4%)	37M (915.3%)	4M (-18.7%)	4M (-4.9%)	5M (-52.0%)
Importacoes	NA (NA)	4M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	39M (8%)
Saldo	NA (NA)	33M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	-34M (-231%)
Corrente	NA (NA)	41M (NA)	NA (NA)	NA (NA)	44M (-4.5%)

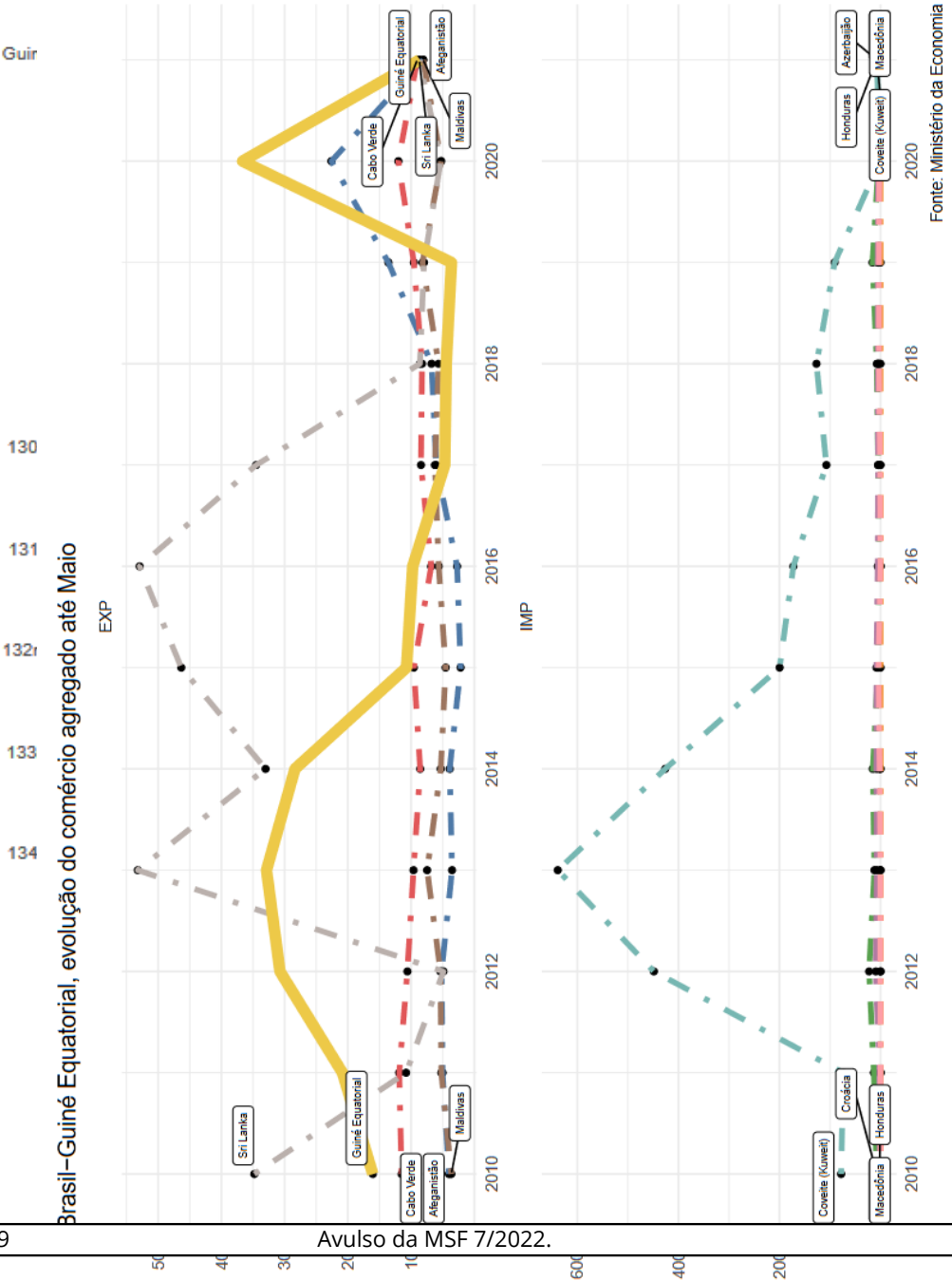
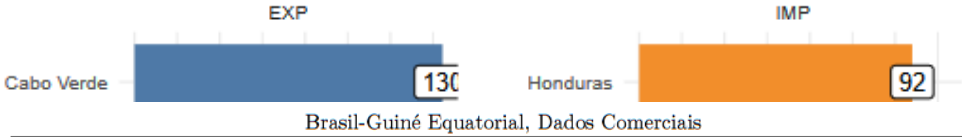
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	10M (-9.2%)	11M (-62.2%)	28M (-13.7%)	33M (6.9%)	31M (47.4%)
Importacoes	36M (-89%)	329M (-29%)	465M (-14%)	540M (NA)	NA (NA)
Saldo	-26M (-108%)	-319M (-173%)	-437M (-186%)	-507M (NA)	NA (NA)
Corrente	46M (-86.6%)	340M (-31.1%)	493M (-13.9%)	573M (NA)	NA (NA)



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2.2 Destinos de Exportações e Origens de Importações

Brasil-Guiné Equatorial, parceiros comerciais próximos
2021, agregado até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

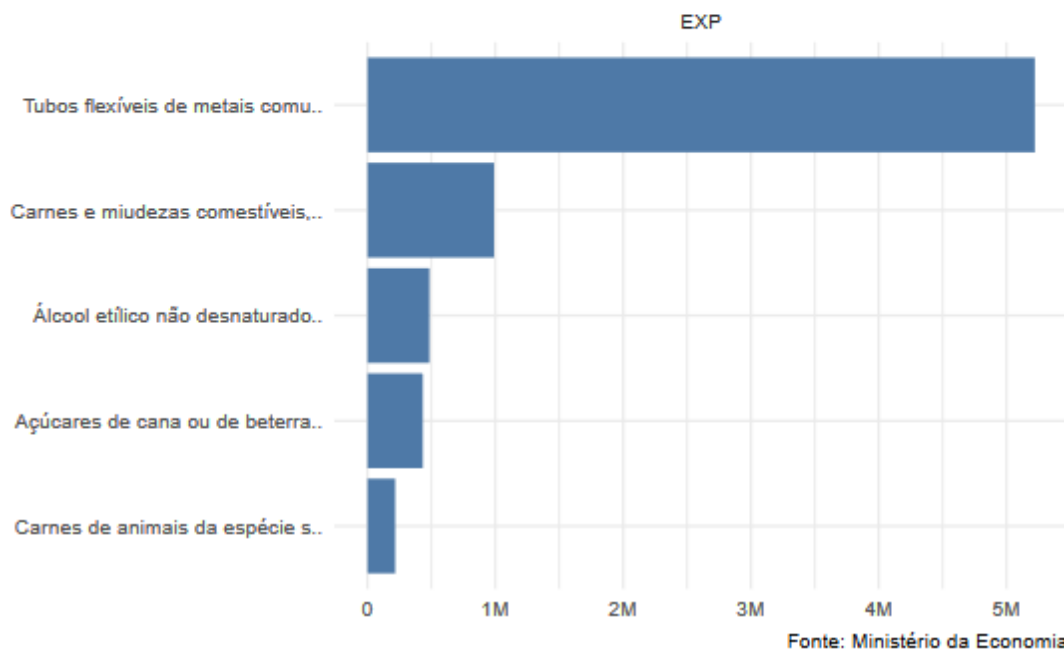
Dados Agregados até Maio					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2021	EXP	Cabo Verde	9.02M	-24,86%	0,00%
		Sri Lanka	8.69M	63,79%	0,00%
		Guiné Equatorial	8.66M	-76,38%	0,00%
		Maldivas	8.08M	54,36%	0,00%
		Afganistão	8.08M	-64,25%	0,00%
	IMP	Honduras	8.00M	72,30%	0,00%
		Azerbaijão	7.41M	1 999,54%	0,00%
		Covete (Kuwait)	7.27M	365,91%	0,00%
		Crócia	6.56M	70,65%	0,00%
		Macedônia	6.01M	163,74%	0,00%
2020	EXP	Guiné Equatorial	36.67M	915,26%	0,02%
		Afganistão	22.60M	66,40%	0,02%
		Cabo Verde	12.01M	25,53%	0,01%
		Sri Lanka	5.31M	-33,30%	0,00%
		Maldivas	5.24M	-36,12%	0,00%
	IMP	Honduras	4.64M	-17,44%	0,00%
		Crócia	3.85M	-76,06%	0,00%
		Macedônia	2.28M	-33,33%	0,00%
		Covete (Kuwait)	1.56M	-98,28%	0,00%
		Azerbaijão	352.84K	80,62%	0,00%
2019	EXP	Afganistão	13.58M	100,74%	0,01%
		Cabo Verde	9.57M	15,71%	0,01%
		Maldivas	8.20M	44,95%	0,00%
		Sri Lanka	7.96M	-7,41%	0,00%
		Guiné Equatorial	3.61M	-18,69%	0,00%
	IMP	Covete (Kuwait)	90.86M	-28,34%	0,06%
		Crócia	16.06M	117,66%	0,01%
		Honduras	5.62M	2,52%	0,00%
		Macedônia	3.42M	9,61%	0,00%
		Azerbaijão	195.35K	-33,72%	0,00%
2018	EXP	Sri Lanka	8.60M	-75,08%	0,01%
		Cabo Verde	8.27M	-1,97%	0,01%
		Afganistão	6.77M	12,13%	0,00%
		Maldivas	5.65M	-9,32%	0,00%
		Guiné Equatorial	4.44M	-4,92%	0,00%
	IMP	Covete (Kuwait)	126.80M	18,15%	0,08%
		Crócia	7.38M	60,76%	0,00%
		Honduras	5.49M	13,20%	0,00%
		Macedônia	3.12M	161,67%	0,00%
		Azerbaijão	294.73K	265,57%	0,00%



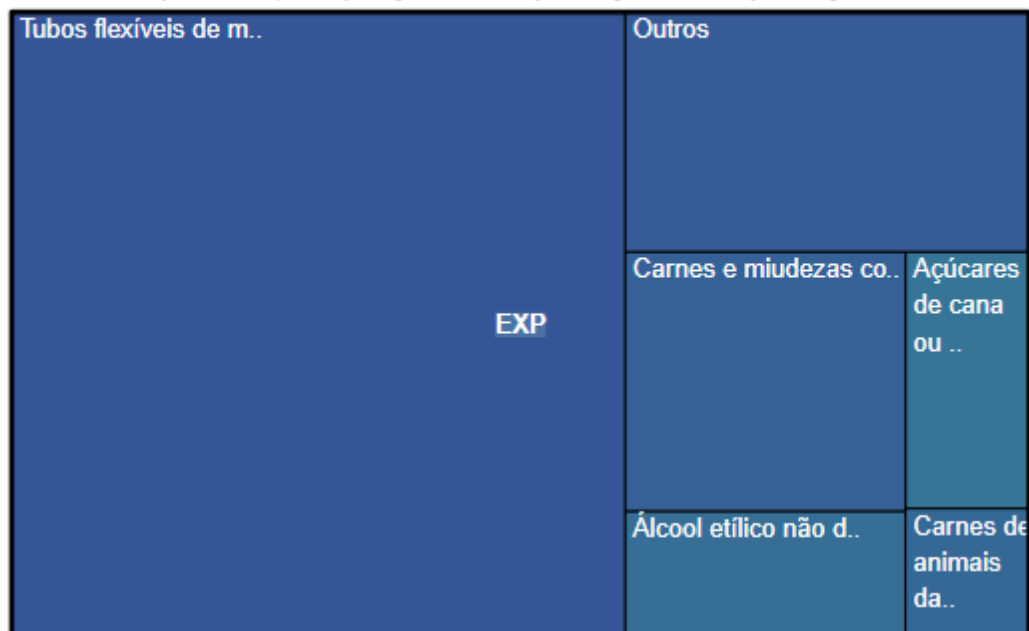
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

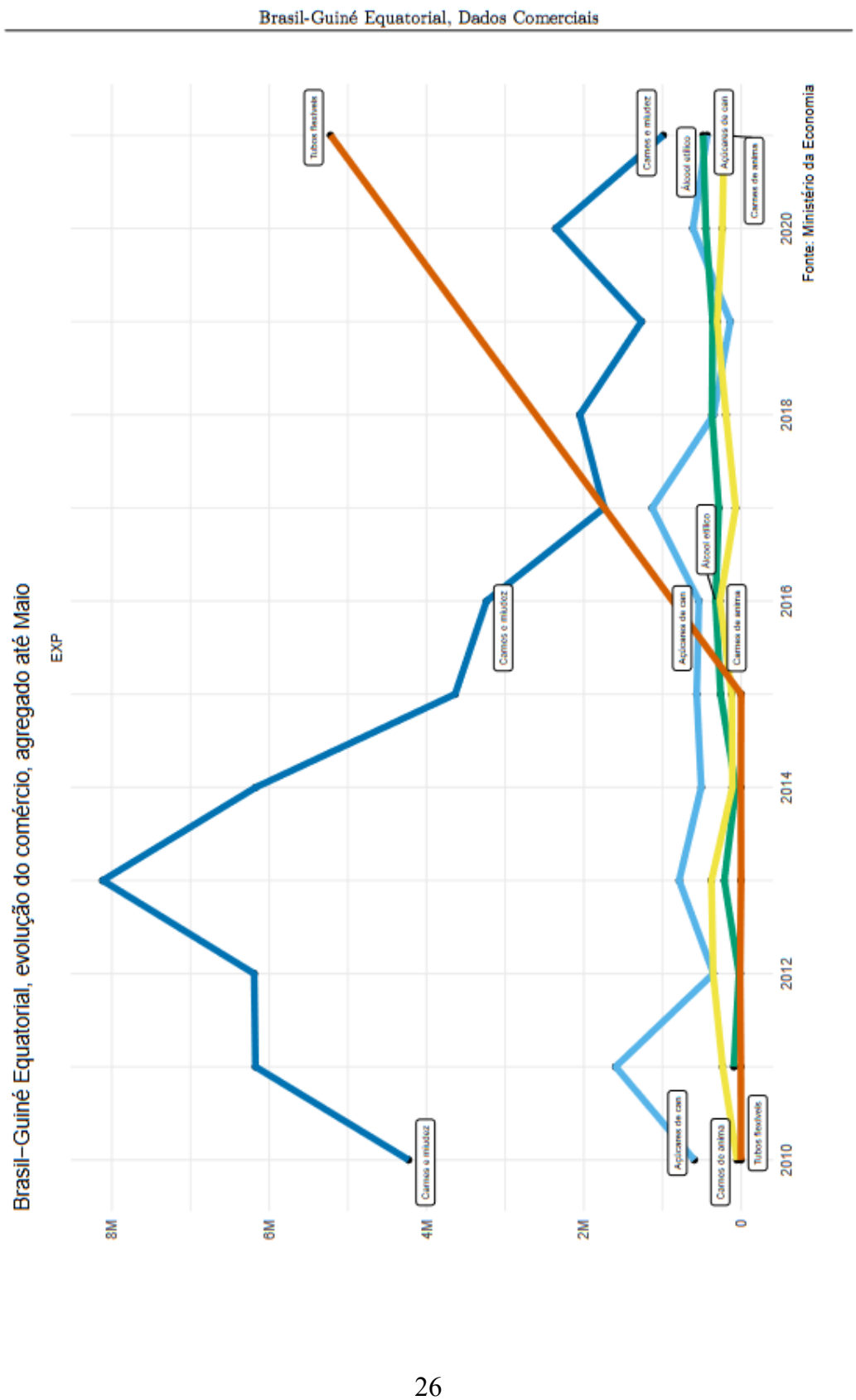
2.3 Produtos comercializados

Brasil-Guiné Equatorial, pauta comercial, 2021 até Maio



Brasil-Guiné Equatorial, Proporção de Exportações e Importações 2021 até M





Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

Dados Agregados até Maio						
Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari- ação	Pro- porção	
2021	RXP	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessó..	8307	5.22M	1 948 071,6%	60,3%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	989.78K	-58,0%	11,4%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	483.71K	7,8%	5,6%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	431.94K	-29,5%	5,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	217.12K	-8,9%	2,5%
2020		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.36M	86,2%	6,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	613.00K	344,0%	1,7%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	448.71K	24,0%	1,2%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	238.26K	-21,8%	0,6%
2019		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	1.27M	-38,2%	35,1%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	361.75K	-2,3%	10,0%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	304.84K	58,3%	8,4%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	138.06K	-60,5%	3,8%
2018		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	2.05M	17,7%	46,2%
		Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoól..	2208	370.08K	30,1%	8,3%
		Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose químic..	1701	349.59K	-69,1%	7,9%
		Carnes de animais da espécie suína, frescas, refri..	0203	192.61K	174,0%	4,3%



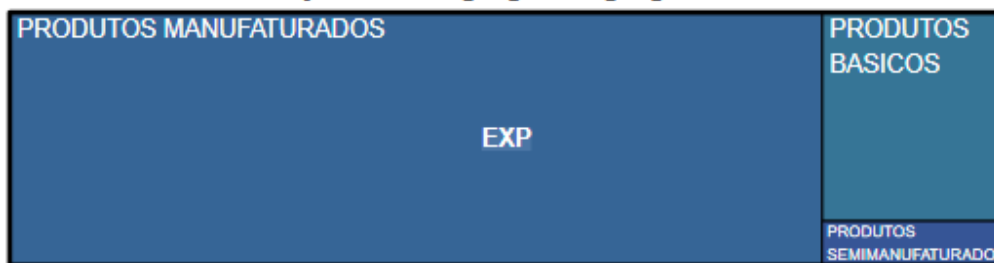
Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2.4 Classificações do Comércio

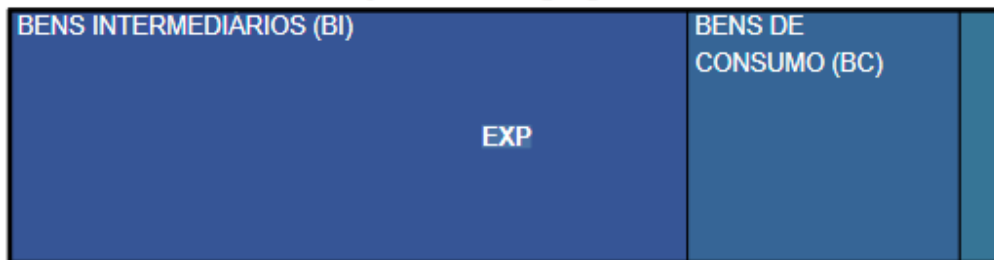
Classificação ISIC agregado até Maio



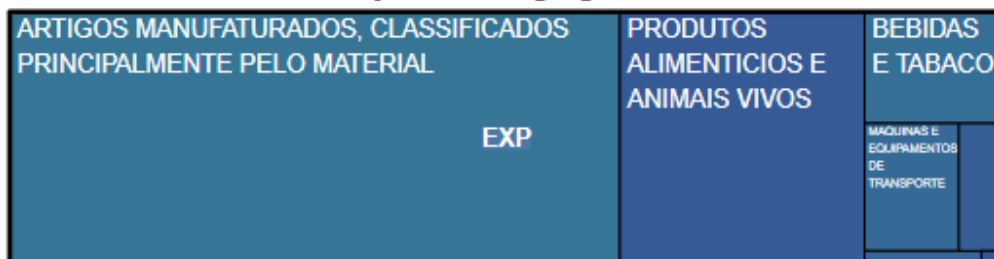
Classificação Fator Agregado agregado até Maio



Classificação CGCE agregado até Maio



Classificação CUCI agregado até Maio

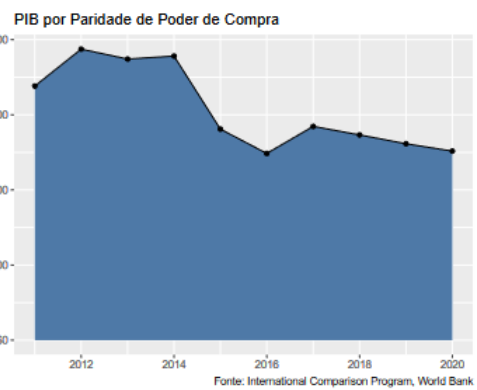
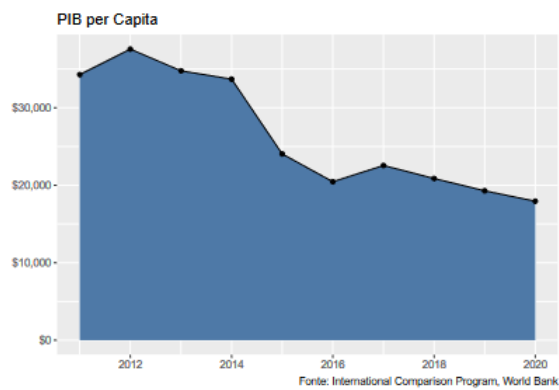
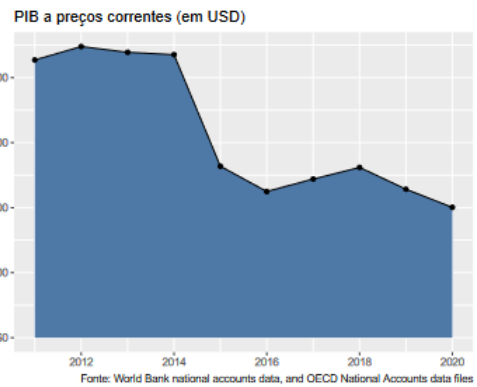
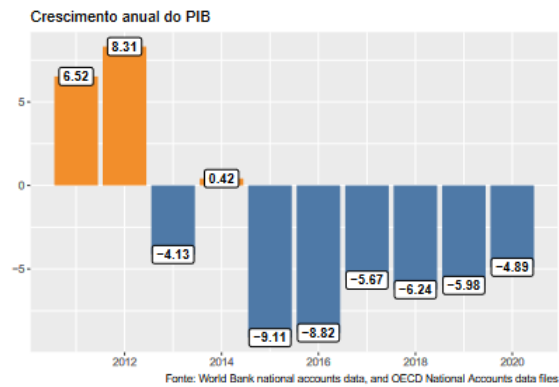


Brasil-Guiné Equatorial, Dados Comerciais

2021, agregado até Maio			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	8.7M	100,0%
Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	7.1M	81,8%
	PRODUTOS BASICOS	1.3M	15,0%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	275.9K	3,2%
Direção	Classificação CCCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	5.9M	68,2%
	BENS DE CONSUMO (BC)	2.4M	27,4%
	BENS DE CAPITAL (BK)	379.0K	4,4%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	5.3M	61,4%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	2.1M	24,6%
	BEBIDAS E TABACO	533.4K	6,2%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	414.8K	4,8%
	OBRAS DIVERSAS	193.7K	2,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	55.4K	0,6%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	10.3K	0,1%

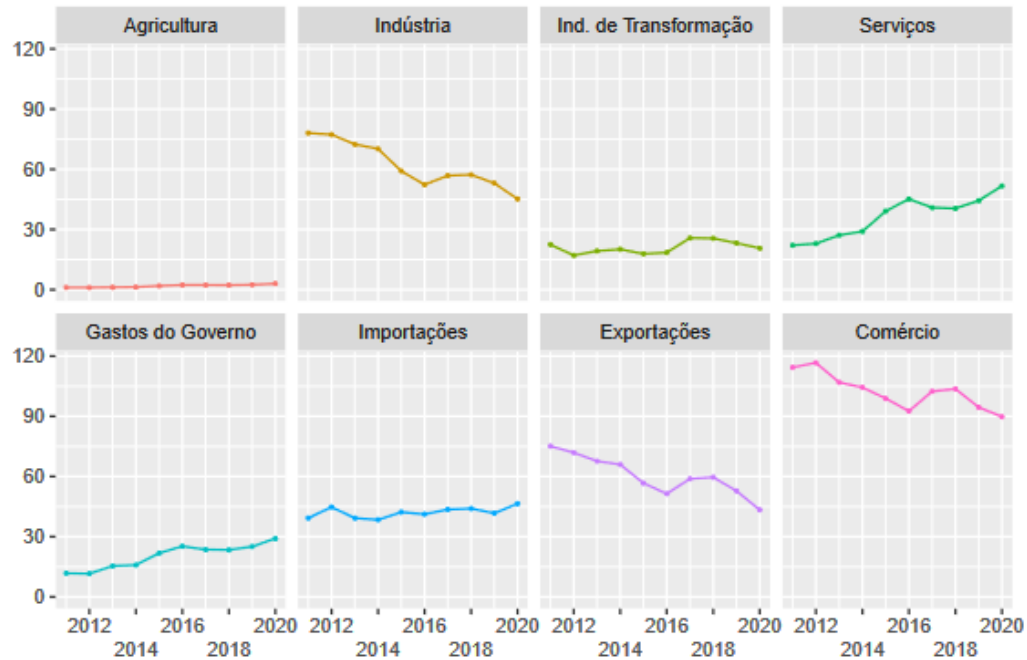


Produto Interno Bruto



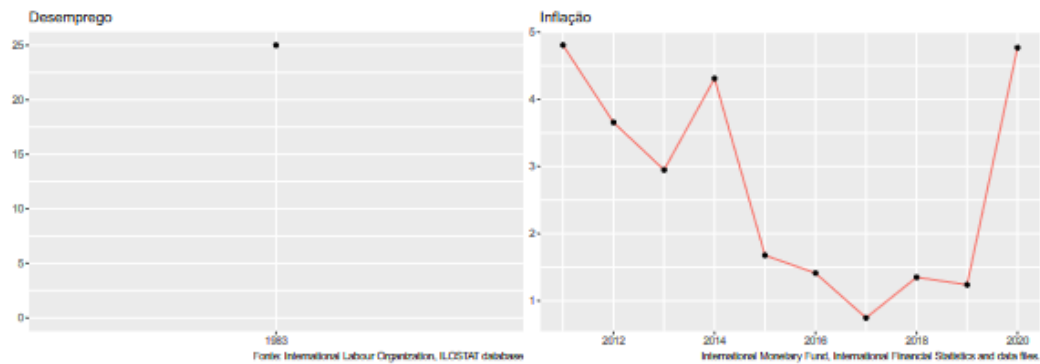
Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

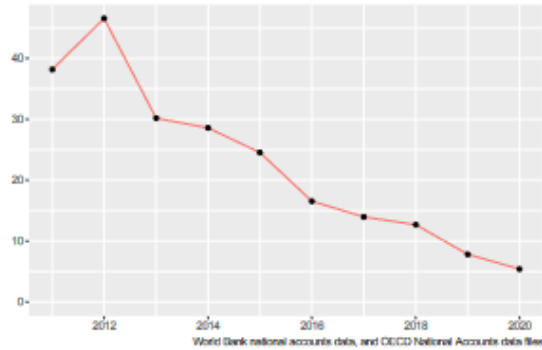
International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files



Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Investimento

Formação Bruta de Capital Fixo

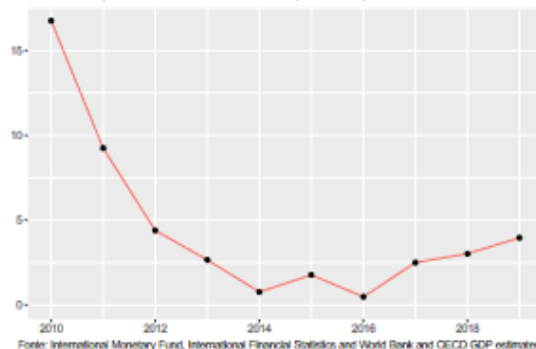


Poupança Interna

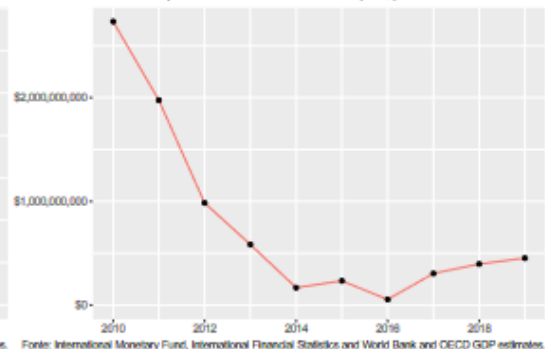


Fluxo de Investimentos

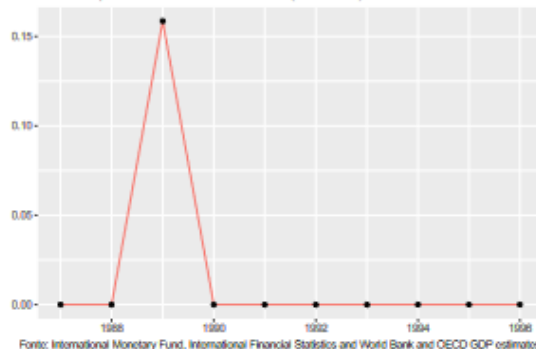
Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Entrada Líquida de Investimento Direto (US\$)



Saída Líquida de Investimento Direto (% do PIB)

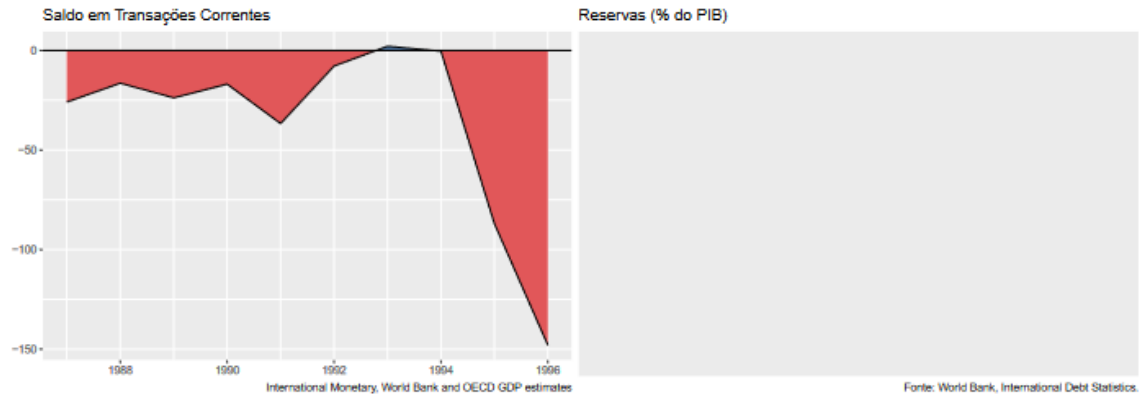


Saída Líquida de Investimento Direto (US\$)



Guiné Equatorial, Indicadores Econômicos Internos

Indicadores de Solvência Externa





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2022

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)



MENSAGEM N° 51

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.



EM nº 00005/2022 MRE

Brasília, 25 de Janeiro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Sudão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **PATRÍCIA MARIA OLIVEIRA LIMA**, deverá ser removida no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



00001.000663/2022-38



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 55/2022/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem por meio da qual o Senhor Presidente da República submete, à consideração dessa Casa, o nome do Senhor **RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 15/02/2022, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3187720** e o código CRC **FC1DE6AC** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000663/2022-38

SEI nº 3187720



Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 -- Telefone: (61)3411-1447
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL**

CPF.: 635.705.301-59

1967 Filho de Rubem Amaral Junior e Ivani Santana Guimarães Amaral, nasce em Montevideu, Uruguai, em 08 de janeiro (brasileiro nato de acordo com o Art. 129, alínea II, 1a Parte da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Licenciatura em História pela Universidade Clássica de Lisboa, Portugal
 1994 CPCD - IRBr
 2003 CAD - IRBr
 2011 CAE - IRBr - O fim da era Mubarak: sociedade, renovação política e esperanças de democracia. Perspectivas para as relações Brasil-Egito e a política externa brasileira para o Oriente Médio
 2012 Mestrado em Arqueologia Histórica pela Universidade de Leicester, Reino Unido

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
 1999 Segundo-secretário
 2005 Primeiro-secretário, por merecimento
 2008 Conselheiro, por merecimento
 2014 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1994-97 Divisão da Europa-I (DE-I), assessor
 1997-00 Consulado-geral em Rotterdam, vice-cônsul; cônsul-adjunto; encarregado do consulado-geral
 2000-02 Embaixada em Damasco, terceiro-secretário, encarregado de negócios, a.i.
 2002-05 Consulado-geral em Tóquio, cônsul-adjunto, encarregado do consulado-geral
 2005-08 Divisão de Assistência Consular (DAC), chefe interino; chefe substituto; chefe
 2006 Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior (DBR), chefe substituto
 2008-13 Embaixada no Cairo, ministro-conselheiro comissionado; encarregado de negócios, a.i.
 2013- 16 Embaixada em Acra, ministro-conselheiro comissionado; ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.;
 2017-18 Embaixada em Jacarta, ministro-conselheiro; Encarregado de Negócios, a.i.
 2018 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (SGEB), assessor da Subsecretária-Geral
 2018 Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo, diretor
 2019-20 Coordenação-Geral de Turismo e Esporte (CGTE), coordenador-geral
 2020- Embaixada em Riade, ministro-conselheiro; encarregado de negócios, a.i.

Condecorações:

1997 Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
 2010 Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
 2011 Ordem de Rio Branco, Comendador

KARINA CARNEIRO MORAIS
 Chefe, substituta, da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DO SUDÃO****INFORMAÇÃO OSTENSIVA**
Dezembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Sudão
GENTÍLICO	Sudanês(a)
CAPITAL	Cartum
ÁREA	1 861 484 km ²
POPULAÇÃO (BM, 2020)	43 849 269 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Árabe (oficial); inglês (oficial); mais de 500 línguas nativas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (97%); cristianismo (1,5%), religiões africanas tradicionais (1,5%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Conselho Legislativo de Transição (até a realização de eleições em 2023)
CHEFE DE ESTADO	Abdel Fattah al-Burhan (desde agosto de 2019)
CHEFE DE GOVERNO	Abdalla Hamdok (desde agosto de 2019)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Mariam al-Mahdi (desde fevereiro de 2021)
PIB NOMINAL (FMI, 2021)	US\$ 34,37 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 181,71 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-3,6% (2020); -2,5% (2019); -2,3% (2018); 0,7% (2017); 3,5% (2016); 1,9% (2015); 4,7% (2014)
PIB PER CAPITA	US\$ 775,04 (FMI, 2021)
PIB PER CAPITA PPP	US\$ 4.100 (FMI, 2021)
IDH	0,510/170º no ranking (2019)
EXPECTATIVA DE VIDA	65,3 anos (PNUD, 2019)
ALFABETIZAÇÃO	60,7% (PNUD, 2019)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	16,5% (PNUD, 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra sudanesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Ministro Mohammed El Rashed, encarregado de negócios
EMBAIXADORA EM CARTUM	Patrícia Maria Oliveira Lima (desde 17/01/2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ MILHÕES F.O.B) – FONTE: MDIC

BRASIL → SUDÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	96,8	81,9	53,8	17,3	24,8	31,47	42,7	16,7	17,8	27,6
Exportações	96,7	81,8	53,6	16,9	23,4	30,4	42,1	16,7	17,3	26,8
Importações	0,06	0,13	0,2	0,4	1,4	1,07	0,6	0,06	0,5	0,7
Saldo	50,5	97,2	100,5	96,6	81,7	53,4	16,5	16,6	16,8	26,1



APRESENTAÇÃO

Terceiro país mais extenso do continente africano, o Sudão está situado nas regiões do Sahel e do Chifre da África. Ao norte, o país faz fronteira com o Egito e a Líbia; ao oeste, com o Chade; ao sul, com o Sudão do Sul; e a leste, com a Etiópia, a Eritreia e o Mar Vermelho. Possui um dos maiores potenciais agrícolas, bem como uma das maiores reservas de ouro, do continente africano, entre outros importantes recursos naturais, como petróleo e gás.

Desde a independência (1956), o conflito entre as regiões norte e sul do país dominou a agenda sudanesa. A secessão do sul, em julho de 2011, impôs ao país dificuldades que o levaram a buscar a diversificação de sua matriz produtiva e a atração de investimentos externos. A independência do Sudão do Sul, em cujo território localizavam-se cerca de 75% das reservas de petróleo exploradas do país, resultou na perda, para Cartum, de grande parte da renda petrolífera. Esta respondia por mais da metade da receita orçamentária do estado e por cerca de 95% do valor das exportações.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no país levou a demonstrações populares que exigiam a saída de Omar al-Bashir, então no poder há quase três décadas, e a redemocratização do país. Em abril de 2019, Bashir foi deposto e preso, juntamente com dezenas de seus aliados políticos, pelas Forças Armadas sudanesas. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT). No entanto, as manifestações populares capitaneadas por organizações da sociedade civil e partidos de oposição prosseguiram, em recusa a governo militar. Em agosto de 2019 os militares e os movimentos pró-democracia assinaram acordo de partilha de poder que resultou na formação de um governo de transição civil-militar, com previsão de encerrar suas funções em 2023, quando está prevista a realização de eleições gerais.

As relações entre Brasil e Sudão, embora recentes, têm evoluído positivamente. Investimentos brasileiros no setor agrícola, o reescalonamento da dívida sudanesa (2013) e a execução de projetos de cooperação técnica bilateral no domínio da cana-de-açúcar e do algodão são marcos dessa evolução.



PERFIS BIOGRÁFICOS**ABDEL FATTAH AL-BURHAN****Presidente do Conselho Soberano de Transição**

Abdel Fattah al-Burhan nasceu em 1960 e formou-se na Academia Militar. Serviu no exército sudanês e participou nas frentes de combate durante a guerra de Darfur e a Segunda Guerra Civil Sudanesa no Sudão do Sul. Em 2018, foi nomeado comandante das forças terrestres do Exército. Em 26 de fevereiro de 2019, foi elevado ao posto de tenente-general. Entre abril e agosto de 2019, atuou como chefe de Estado de fato do Sudão, ocupando o cargo de presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a renúncia do ex-presidente Ahmed Awad Ibn Auf. Desde agosto de 2019, atua como presidente do Conselho Soberano de Transição (chefe de estado do governo de transição).

ABDALLA HAMDOK**Primeiro-Ministro**

Abdalla Hamdok nasceu em 1956. É bacharel em Ciências pela Universidade de Cartum e doutor em Estudos Econômicos pela Universidade de Manchester. De 1981 a 1987, foi funcionário sênior do Ministério das Finanças e Planejamento Econômico do Sudão. Nos anos 90, Hamdok ocupou altos cargos na Deloitte & Touche e, posteriormente, na Organização Internacional do Trabalho no Zimbábue, seguidos por vários anos no Banco Africano de Desenvolvimento, na Costa do Marfim. Foi diretor Regional para África e Oriente Médio do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (2003-8) e Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África – UNECA (2011-18). Assumiu a chefia de governo de transição em 21 de agosto de 2019.



MOHAMED HAMDAN ‘HEMEDTI’ DAGALO**Vice-Presidente do Conselho Soberano de Transição**

Mohamed Hamdan ‘Hemedti’ Dagalo nasceu na região de Darfur. Tornou-se líder dos *Janjaweed* durante a Guerra em Darfur, que começou em 2003. Foi nomeado brigadeiro-geral nas Forças de Apoio Rápido (*Rapid Support Forces* - RSF) pelo governo de Omar al-Bashir, cujo comando exerceu até recentemente, quando o transferiu para seu irmão. Tornou-se vice-presidente do Conselho Militar de Transição (TMC) após a queda de Bashir, em abril de 2019. Em agosto do mesmo ano, o TMC transferiu o poder para o Conselho Soberano de Transição, no qual Hemedti exerce desde então a Vice-Presidência.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Sudão estabeleceram relações diplomáticas em 1968, contudo, os longos conflitos entre o norte e o sul do país africano (1955-1972 e 1983-2005) dificultaram o estreitamento de seus laços internacionais. A paz alcançada em 2005, por meio do chamado Acordo Abrangente de Paz (AAP) entre o norte e o sul, contribuiu para acelerar o movimento de aproximação com o Brasil. O relacionamento bilateral ganhou maior impulso na década de 2000, como atestam a abertura da Embaixada do Sudão em Brasília (2004), a primeira do país na América do Sul, e a instalação da Embaixada do Brasil em Cartum (2006).

O Sudão identifica no Brasil parceiro privilegiado, capaz de contribuir para o desenvolvimento de setores-chave da economia do país, em especial a agricultura, e para a necessária diversificação da matriz produtiva sudanesa.

Desde 2010, tem-se registrado significativo número de visitas de autoridades sudanesas ao Brasil, de que são exemplo: duas visitas do então chanceler Ali Kharti (2010 e 2013); duas visitas do ministro do Petróleo Awad Al-Jaz (2011 e 2014); duas visitas do ministro da Agricultura (2013 e 2015) e uma visita do ministro das Finanças (2015). Além disso, em março de 2017, a ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Elamin Abdalla, realizou visita ao Brasil, quando manteve encontro com o então ministro Osmar Terra. Em seguimento a essa visita, o Sudão formalizou pedido de cooperação com o Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos em Brasília, na área de desenvolvimento social.

Importante marco das relações bilaterais foi o estabelecimento, em 2006, do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Sudão, em cujo âmbito foram realizadas reuniões em 2006, 2007, 2009, 2011, 2017 e 2018, de forma alternada, em Brasília e em Cartum. A “revolução de dezembro”, entre 2018 e 2019, e a pandemia de 2020, contudo, dificultaram a continuidade da troca de visitas de alto nível.

Em 2020, o Brasil fez doação de USD 250 mil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (CDC-UA), como assistência humanitária para apoiar as ações de combate à pandemia de covid-19. Por decisão do CDC-UA, os recursos foram direcionados para a aquisição de kits de testagem para covid-19 e oferecidos ao Ministério de Saúde do Sudão em outubro daquele ano.

Cooperação técnica

O setor agrícola é identificado como prioritário pelo governo sudanês. Condições climáticas e de solo favorecem a agricultura no Sudão. A área agricultável do país, calculada em cerca de 80 milhões de hectares, é comparável à área plantada brasileira. Desse modo, o Sudão poderá desempenhar papel relevante



como fornecedor para países da África do Norte e do Golfo, em sua maioria importadores líquidos de alimentos. O governo sudanês também atribui grande relevância ao incremento da produção de biocombustíveis, como forma de diversificar sua matriz produtiva e energética.

As áreas agrícola e energética têm sido priorizadas pela cooperação técnica brasileira em benefício do Sudão, realizada ao amparo legal do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 11 de maio de 2005 e em vigor desde 21 de setembro de 2006. Atualmente, estão sendo implementados dois projetos de cooperação na área agrícola, voltados para a melhoria da produção sudanesa de cana-de-açúcar, iniciado em 2017 e com término previsto para 2022, e de algodão, iniciado em 2012 e com encerramento previsto para 2022. Entre as atividades de cooperação já concluídas encontram-se o treinamento de técnicos sudaneses na área de biocombustíveis (2009-2010); o compartilhamento de experiências na área eleitoral; o apoio ao referendo de secessão do sul do Sudão (2010-2011); e o treinamento de advogados sudaneses no Brasil (2010-2011).

O Sudão manifestou interesse por projetos de cooperação técnica com o Brasil nas áreas de educação profissionalizante, capacitação profissional e manejo de recursos hídricos, bem como no estabelecimento de parceria no domínio agrícola que envolva o Brasil e países do Golfo. O Sudão mantém parceria estratégica na área de segurança alimentar com esses países, que importam cerca de 78% dos alimentos que consomem.

Temas econômicos, comerciais e financeiros

O fluxo comercial do Brasil com o Sudão atingiu seu pico em 2010, quando totalizou USD 100 milhões, declinando depois de 2014, quando registrou volume de apenas USD 17,3 milhões. O intercâmbio voltou a subir nos anos seguintes, para novamente declinar em 2018, quando atingiu piso histórico de USD 16,7 milhões. Em 2019, aumentou para USD 17,8 milhões e, novamente, para USD 27,6 milhões em 2020.

Historicamente, o intercâmbio comercial é favorável ao Brasil. As exportações brasileiras, sobretudo de açúcares, respondem pela quase totalidade das trocas com o Sudão. Apesar de bastante reduzidas, as importações brasileiras chegaram a superar, em 2015 e em 2016, o patamar de US\$ 1 milhão. Plantas para perfumaria e medicina constituem os principais produtos importados pelo Brasil.

Em maio de 2013, o Senado Federal aprovou o reescalonamento da dívida oficial do Sudão com o Brasil, resultando no perdão de cerca de 90% da dívida total (US\$ 44 milhões). O valor restante foi amortizado em 12 parcelas mensais. A dívida sudanesa constituía entrave à obtenção de créditos para o financiamento de projetos implementados por empresas brasileiras. A renegociação da dívida com o Brasil e a normalização do relacionamento do Sudão com as instituições



financeiras internacionais resultaram na suspensão, em 2017, de sanções econômicas unilaterais impostas pelos EUA. A retirada do Sudão da lista de países patrocinadores do terrorismo, em dezembro de 2020, tem também o potencial de beneficiar setores produtivos brasileiros, como o de maquinário e insumos agrícolas, usinas de etanol, entre outros.

No âmbito dos investimentos, a realização da primeira missão técnica do antigo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio ao Sudão, em 2010, envolvendo BNDES e empresários, estimulou a presença de empresas brasileiras do agronegócio naquele país. Despontaram como pioneiras, na ocasião, empresas de laticínios e, principalmente, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas. Nova frente aberta por empresas brasileiras foi iniciada pelo Arranjo Produtivo Local do Açúcar e Alcool (APLA) de Piracicaba, com a realização de missões prospectivas ao Sudão, com desdobramentos positivos, como o início dos trabalhos de prestação de serviços de consultoria agrícola brasileira para incremento da produtividade açucareira sudanesa. Empresas brasileiras do setor agropecuário também estabeleceram parcerias com companhias sudanesas, em atividades de genética animal, piscicultura e avicultura.

Em 2019, novas frentes de cooperação abriram-se entre fornecedora brasileira de equipamentos de irrigação e empresas privadas de Uberaba e Uberlândia, com vistas à troca de experiências para o aumento da produtividade da cana-de-açúcar. Também foi concluída a negociação entre consórcio açucareiro e empresa brasileira, para a produção de etanol no Sudão, a partir da batata-doce.



POLÍTICA INTERNA

A história do Sudão, desde sua independência em 1956, foi marcada, em grande medida, pelo conflito entre as regiões norte e sul do país. A origem dos conflitos encontra-se no histórico domínio exercido pelo norte, com população predominantemente de língua árabe e religião muçulmana, sobre o sul subsaariano, povoado por centenas de etnias, com predomínio de religiões cristãs e animistas.

Desde o domínio otomano, o foco da atenção dos administradores do Sudão foi a região central do país, devido à grande fertilidade da área de confluência entre os rios Nilo Branco e Azul (que tornou possível o cultivo de algodão, então principal produto agrícola de exportação). As profundas diferenças culturais entre as regiões levaram o condomínio anglo-egípcio, que passou a governar o Sudão a partir de 1898, a optar por separar formalmente a administração do sul e do norte. Em 1946, as autoridades coloniais decidiram, à revelia dos sulistas, consolidar no norte a administração do sul. A política interna sudanesa até a independência foi, assim, marcada pelo predomínio de elites islâmicas arabizadas do centro-norte do país, o que contribuiu para que as regiões sul, leste e oeste ficassem, em boa medida, excluídas da partilha de poder e riqueza dos sucessivos regimes.

Nesse contexto de profundas clivagens étnicas, políticas, culturais e econômicas entre o norte e o sul do Sudão, conformou-se cenário político conturbado, marcado por períodos de estabilidade política e de volatilidade interna.

Em 1º de janeiro de 1956, o Sudão alcançou a independência em relação ao condomínio anglo-egípcio. Antes mesmo de o país se tornar soberano, unidades sulistas do exército amotinaram-se contra sua transferência para quartéis comandados por oficiais do norte. Iniciou-se, assim, conflito que perduraria até o final dos anos 1960. Estima-se que a chamada “primeira guerra civil sudanesa” tenha resultado na morte de cerca de 500 mil pessoas.

Governo de Jaafar al-Nimeiri

Em 1969, golpe militar levou ao poder o coronel Jaafar al-Nimeiri. Naquele ano, os sul-sudaneses já controlavam a maior parte do atual Sudão do Sul. O novo governo desejava, como gesto inaugural, terminar o conflito, que consumia vidas e recursos. Em 1972, foi finalmente assinado acordo de paz com os rebeldes, então organizados sob o Movimento de Liberação do Sudão Meridional (SSLM, em inglês, precursor do Movimento Popular de Liberação do Sudão, SPLM). O acordo concedeu maior grau de autonomia à região, incorporando elementos sulistas ao sistema político e integrando os rebeldes ao exército sudanês.



No início dos anos 1980, sob pressão do norte, Nimeiri redividiu o sul em três províncias e proclamou a *sharia*, ou lei islâmica, como base do sistema legal sudanês.

A luta pelo controle dos recursos naturais, a rejeição do papel preponderante da religião islâmica no estado e a luta pela autodeterminação motivaram a retomada da guerra civil em 1983, por parte do SPLM e seu braço militar, o Exército Popular de Liberação do Sudão e seu braço político, SPLA/M no acrônimo em inglês.

Governo de Sadiq al-Mahdi

A escalada dos conflitos internos e a deterioração da situação econômica resultaram em golpe militar em 1985, com a destituição de Nimeiri e a nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência do país (1986-1989). Nesse período, o exército sudanês enfraqueceu-se, o que facilitou ao SPLA/M dominar quase todo o sul do Sudão. Em 1990, os rebeldes chegaram às portas de Juba e, inclusive, em algumas regiões do norte, como o Nilo Azul e as montanhas Nuba, no Cordofão do Sul.

Governo de Omar Al-Bashir

Em meio ao conflito norte-sul, agravado por sérios problemas econômicos e sociais, Mahdi foi deposto em 1989 pelo general Omar Hassan Ahmed al-Bashir, da Frente Nacional Islâmica (NIF, em inglês), movimento islamista sunita. O novo mandatário suspendeu a Constituição e proscreeu todos os partidos políticos, exceto a NIF (o regime de partido único vigoraria até 2000). O governo Bashir promoveu amplas reformas no sistema legal e judicial do país, a fim de conformá-lo a uma determinada versão de islamismo político. Nesse período, houve confiscos de propriedades privadas e cresceu a influência do fundamentalismo islâmico, sob o comando de Hassan Al-Turabi, ideólogo da NIF. Com relação ao conflito com o sul, o novo governo lançou série de ofensivas militares, chegando a controlar boa parte do território rebelado. Entretanto, o SPLA/M e outras facções separatistas sul-sudanesas foram capazes de impor-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do país.

Nova Constituição foi elaborada em 1996, ano em que também foram realizadas eleições presidenciais – vencidas pelo general al-Bashir – e parlamentares. Em 1997, o governo iniciou conversações de paz com o SPLM e outros grupos rebeldes que se haviam formado no sul. Às rivalidades tradicionais, de cunho étnico e religioso, somava-se a disputa pelos dividendos do petróleo (que passaria a ser explorado em maior escala a partir de 1999).

Em 1998, a Frente Nacional Islâmica foi transformada no Partido do Congresso Nacional (NCP, em inglês), que manteve a estrutura centralizada do



Estado, mas suavizou, sobretudo no plano social, muitas das políticas da época de Turabi. A Constituição elaborada em 1996 entrou em vigor em julho de 1998, com separação de poderes e garantias de liberdade de associação, religião e pensamento. No campo econômico, o NCP passou a seguir a orientação do FMI a partir de 1997, e logrou estabilizar as contas nacionais do país. O Sudão obteve, assim, a partir de 1999, com o início da exportação em grande escala de petróleo, taxas de crescimento da ordem de 13%.

Em 1999, contudo, conflito interno no seio do NCP levou o presidente Bashir a declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento e suspender direitos previstos na Constituição, inclusive aqueles relativos às estruturas de governo autônomo dos estados federados. Em dezembro de 2000, foram realizadas eleições gerais, boicotadas pelos partidos de oposição. Bashir reelegeu-se para novo mandato de cinco anos.

O Acordo Abrangente de Paz

Sob os auspícios da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e com o apoio da troika formada por Estados Unidos, Reino Unido e Noruega, o processo de paz sudanês obteve progressos significativos.

O processo iniciado em 2002 culminou, em janeiro de 2005, com a assinatura do Acordo de Paz Abrangente (AAP) entre o governo do Sudão e o SPLM/A, liderado, então, por John Garang. O acordo, que abarcou todos os instrumentos anteriormente firmados, previa a convocação de eleições gerais no Sudão; a formação de Governo de Unidade Nacional; a organização de referendos sobre o status do Sul do Sudão da região fronteiriça de Abyei; a promoção de consultas populares no Cordofão do Sul e no Nilo Azul sobre a partilha de poder nesses estados; e o entendimento sobre as receitas advindas da exploração de petróleo. O AAP previa, especificamente, que as partes envidassem esforços para que a opção pela unidade fosse atrativa aos sul-sudaneses.

Desde seu reinício, em 1983, até a assinatura do AAP, em 2005, estima-se que a guerra civil sudanesa tenha resultado na morte de mais de 2 milhões de pessoas e gerado 4,5 milhões de deslocados internos e refugiados.

As eleições gerais previstas no AAP foram realizadas em abril de 2010, em clima pacífico. Pelos resultados, o presidente Bashir (NCP) foi confirmado no cargo, com 68% dos votos, e Salva Kiir (SPLM), com 93% dos votos, foi eleito presidente do governo do Sul e passou, igualmente, a ocupar o cargo de vice-presidente no Governo de Unidade Nacional. No Parlamento em Cartum, o NCP angariou 72,5% dos assentos e o SPLM, 22,3%. No novo governo, dois dos ministérios foram ocupados por representantes de Darfur, nove do SPLM e o restante por membros do NCP.



Para o SPLM, mais relevante que as eleições gerais foi o pleito para o governo do sul do Sudão, por meio do qual se constituiu instância semiautônoma na região. O interesse em participar do Governo de Unidade Nacional seria instrumental, contudo, para garantir a realização do referendo sobre o status do sul do Sudão.

Independência do Sudão do Sul

Nos termos do AAP, foi realizado, em janeiro de 2011, de forma pacífica, referendo sobre o status do sul do Sudão, cujos resultados confirmaram, por ampla maioria, o desejo dos sul-sudaneses de separar-se do norte (98,83% dos votantes optaram pela secessão).

O presidente Al-Bashir aceitou os resultados e promulgou decreto que confirmou o desfecho do referendo. Em 9 de julho de 2011, após período intermediário de seis meses, estipulado pelo próprio AAP, foi emitida a declaração formal de independência do Sudão do Sul. Salva Kiir assumiu, então, a presidência do novo país. A cerimônia de independência contou com a presença do presidente Bashir. O Sudão do Sul foi admitido como membro da ONU na semana seguinte (14/7/2011).

A secessão sul-sudanesa possuiu relevante caráter simbólico para a África. Foi o primeiro movimento endógeno de redefinição de fronteiras herdadas da era colonial ocorrido no continente, por meio do voto popular e com base em decisão mutuamente aceita.

Queda de Bashir

Sob o impacto da “Primavera Árabe” e da deterioração do quadro econômico, o presidente Bashir buscou promover paulatina abertura do regime, ao mostrar maior propensão ao diálogo. Bashir promoveu reforma ministerial, em fevereiro de 2012, e impôs medidas de restrição fiscal e de enxugamento da máquina pública, tendo em vista a perda de receitas provenientes dos recursos petrolíferos, após a independência do Sudão do Sul. Em abril de 2013, o governo anunciou anistia a todos os presos políticos e reiterou convite a todas as forças políticas para entendimento em torno de um projeto nacional, com vistas à eleição de 2015 e à elaboração de nova Constituição.

Logo no início de 2018, os preços dos alimentos básicos, dos combustíveis e serviços essenciais sofreram repentina majoração de até 300%, em razão de mudanças na taxa de câmbio oficial. O quadro econômico e social sudanês, que já se apresentava crítico desde a remoção de subsídios de produtos de primeira necessidade, ocorrida no final de 2016, foi agravado por influxo crescente de refugiados do Sudão do Sul e por surtos de cólera em diversas regiões do país, sobretudo na região meridional do país e em Darfur. Essa situação gerou



descontentamento generalizado da população. Ocorreram, em janeiro de 2018, diversas manifestações contra a carestia e escassez de alimentos básicos, na capital e no interior, tendo sido reprimidas pelo governo.

Em dezembro de 2018, a grave crise econômica no Sudão levou o presidente Omar al-Bashir, então há quase 30 anos no poder, a decretar medidas de austeridade, eliminando mais subsídios a produtos básicos. O resultante aumento adicional de preços provocou demonstrações populares, que, de início, protestavam contra a situação econômica, mas, já no final de dezembro, haviam ampliado seu escopo, passando a exigir a saída de Bashir do governo e a democratização do país. A Associação de Profissionais Sudaneses (SPA) desde cedo despontou como força organizadora das manifestações e, em janeiro de 2019, juntou-se a partidos de oposição e outras organizações da sociedade civil para formar o movimento Forças pela Liberdade e Mudança (FFC).

Em 23 de fevereiro de 2019, Bashir dissolveu os governos federal e estaduais, prendeu centenas de opositores e impôs estado de emergência. Declarou, também, que abriria mão da presidência do NCP e que deixaria em suspenso sua candidatura presidencial. Os protestos, não obstante, continuaram crescendo e chegaram ao clímax em 6 de abril de 2019, quando mais de um milhão de manifestantes acamparam diante do Complexo Militar, sede das Forças Armadas sudanesas, demandando a saída de Bashir.

Em 11 de abril de 2019, as Forças Armadas decretaram a prisão do presidente e estado de emergência por três meses. Formou-se, então, o Conselho Militar de Transição (CMT), liderado pelo general Abdel Fattah al-Burhan. As FFC, entretanto, prosseguiram com os protestos. Em 3 de junho de 2019, forças de segurança sudanesas reprimiram com violência manifestações pró-democracia, resultando na morte de mais de cem pessoas. O episódio, que ficou conhecido como “Massacre de Cartum”, levou a União Africana a suspender o Sudão, temporariamente, da organização.

Governo de transição

Em julho de 2019, o Conselho Militar de Transição e as Forças pela Liberdade e Mudança firmaram acordo político, prevendo a formação de governo de transição com representação partilhada entre militares e civis, até a realização de eleições. Em 17 de agosto de 2019, o CMT e o FFC acordaram, com a mediação da UA e do primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Declaração Constitucional, marco jurídico do período de transição. Pelos acordos, militares e civis indicariam cinco membros cada para compor o Conselho Soberano de Transição (CST). A presidência do CST seria exercida, primeiro, por um militar e, depois, por um civil, até a realização das eleições em 2023.



Em 20 de agosto de 2019, foram empossados os representantes civis e militares no Conselho Soberano de Transição, presidido pelo general Abdel Fattah al-Burhan. Em 21 de agosto, o economista Abdalla Hamdok tomou posse como primeiro-ministro. Em 3 de setembro, foi formado o governo, composto por 14 ministros, entre eles a primeira chanceler do país, Mariam al-Mahdi. O NCP, base política de Bashir, foi extinto em novembro de 2019, com confisco de todos os ativos e fundos do partido, transferidos para o tesouro nacional.

Dois dos primeiros desafios enfrentados pelo novo governo foram a persistência da crise econômica, com filas crescentes para comprar produtos como pão e combustível, e a presença do Sudão na lista de países patrocinadores de terrorismo (*States Sponsors of Terrorism* – SST) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, problemas vistos como correlatos, em função do efeito negativo sobre as economias de países considerados patrocinadores de terrorismo, em consequência de sua quase exclusão do sistema financeiro internacional. Após negociações entre o Sudão e os EUA, o país foi enfim retirado da lista SST em dezembro de 2020. Para tal, o Sudão comprometeu-se a pagar USD 335 milhões, a título de compensação às famílias de vítimas de atos terroristas praticados pela Al Qaeda contra as embaixadas dos EUA em Nairóbi e Dar es Salam. Na frente econômica, contudo, persistiam as dificuldades.

No âmbito político, outro desafio foi incorporar ao governo de transição outras forças políticas, sobretudo das regiões mais afastadas do poder, que não participaram das negociações para sua formação. Com esse fim, foi assinado, em 3 de outubro de 2020, o Acordo de Juba para a Paz no Sudão, entre o governo de transição e a Frente Revolucionária do Sudão, que congrega cinco dos principais grupos armados das regiões de Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O principal negociador do acordo, pelo governo sudanês, foi o vice-presidente do CST, Mohamed Dagalo (Hemedti). As negociações foram facilitadas pelos Emirados Árabes Unidos. Como consequência do Acordo de Juba, a Declaração Constitucional foi revista, de modo a permitir a incorporação de representantes destes grupos no governo de transição.

Tendo em vista que o acordo político e a Declaração Constitucional estipulavam alternância entre militar e civil na presidência do Conselho Soberano de Transição, até a realização de eleições de 2023, o general Burhan deveria transmitir a presidência do CST a um civil em novembro de 2021. Nos meses anteriores a esse prazo, contudo, registrou-se aumento da tensão entre militares e civis no interior do governo de transição. Em 21 de setembro de 2021, o governo de transição anunciou haver suprimido tentativa de golpe de estado, envolvendo militares e políticos, alegadamente, ligados ao governo de Bashir. No mês seguinte, ocorreram protestos, por um lado, favoráveis a instauração de um regime militar e, por outro, em apoio ao governo do primeiro-ministro Hamdok.



Em 25 de outubro de 2021, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, dissolveu o governo, decretou estado de emergência e assumiu plenos poderes. O primeiro-ministro Hamdok, integrantes do governo de transição e outros políticos foram presos. Posteriormente, Hamdok foi transferido para sua residência, onde permaneceu em prisão domiciliar. Em 11/11, foi anunciada a formação de novo Conselho Soberano. O general Burhan deu posse a si mesmo como presidente do Conselho Soberano, nomeando o general Hemedti como vice. O Conselho Soberano inclui representantes das regiões do país e militares que já compunham o dissolvido Conselho Soberano de Transição.

Em reação aos eventos de 25/10, as FFC convocaram campanha de desobediência civil e protestos, exigindo a restauração do governo de transição. Os protestos pacíficos da população foram reprimidos pelas forças de segurança sudanesas, resultando em cerca de 40 mortos, segundo associação de médicos do país.

As medidas de 25/10 foram imediatamente condenadas pela União Africana (UA) e pela a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD). Ainda em 25/10, o Conselho de Paz e Segurança da UA suspendeu temporariamente o Sudão da organização. Em 28/10, o CSNU divulgou nota à imprensa sobre a situação no país, manifestando “profunda preocupação” com o “golpe militar”; a suspensão de algumas das instituições de transição; a declaração de estado de emergência; e a prisão do primeiro-ministro, bem como de outros membros civis do governo. UE e Liga dos Estados Árabes (LEA) também condenaram a quebra da institucionalidade, bem como os países da troika (EUA, Noruega e Reino Unido). Os EUA anunciaram, ainda, a suspensão da ajuda destinada ao Sudão, de cerca de USD 700 milhões. Da mesma forma, a Alemanha anunciou a interrupção de toda a ajuda humanitária canalizada ao país. O Banco Mundial suspendeu os desembolsos de operações em curso com o Sudão, bem como a análise de novas operações.

Situação atual

Em 21/11 foi anunciado acordo político entre Burhan e Hamdok pelo qual este seria reconduzido à chefia de governo. Na manhã do dia seguinte (22/11), Hamdok foi libertado. Na tarde do mesmo dia, o acordo foi assinado com vistas a reestabelecer governo de transição. O documento, entre outras decisões, reitera a Declaração Constitucional (2019) como baliza legal para o período de transição; emenda a mesma, de modo a garantir representação política a “todos os segmentos sociais, exceto o NCP” (base de sustentação do regime de Bashir); compromete-se à criação de “governo tecnocrático civil”; mantém a data de julho de 2023 para o fim do período de transição, com transferência de poder para governo a ser eleito naquele ano; afirma a “necessidade de reestruturar” o comitê responsável por



investigar e desmontar o regime de Bashir e a possibilidade de rever as decisões adotadas pelo comitê até o momento; e determina a libertação dos presos políticos.

Os movimentos pró-democracia, representados sobretudo pelas FFC, rejeitaram o acordo entre Burhan e Hamdok, mantendo a campanha de desobediência civil e os protestos populares. Em 22/11, 12 ministros dos 17 que compunham o gabinete de Hamdok, inclusive a chanceler Mariam al-Mahdi, demitiram-se em protesto contra o acordo, classificado como um “revés” para a transição democrática.

Enquanto as reações locais ao acordo foram diversas, a comunidade internacional acolheu de forma cautelosamente positiva o novo documento. Nesse sentido, pronunciaram-se UNITAMS, IGAD, Liga Árabe, União Africana, OCI, Troika (EUA, Noruega, UK) e União Europeia; e emitiram comunicados os Ministérios das Relações Exteriores de Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Bahrain, Kuwait, Canadá, Estados Unidos e Suíça.

POLÍTICA EXTERNA

A principal prioridade da política externa do governo de transição do Sudão tem sido romper o isolamento em que o país se encontrava durante o período de Omar al-Bashir, quando acusações de vínculos com o terrorismo internacional resultaram no afastamento dos doadores tradicionais (EUA e países europeus) e na imposição de sanções econômicas unilaterais pelos EUA. As sanções unilaterais norte-americanas agravaram o isolamento do país, ao impedir seu acesso a instituições financeiras internacionais. Assim, o Sudão passou a depender, sobretudo, de ajuda financeira obtida junta aos países do Golfo e das relações econômicas e comerciais com a China.

Em 21 de setembro 2019, o Primeiro-Ministro Hamdok empreendeu a primeira viagem, em muitos anos, de um mandatário sudanês aos Estados Unidos. Participou da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em clara indicação da disposição do governo sudanês de romper com o isolamento e buscar reinserir o país internacionalmente.

EUA

As relações do Sudão com os EUA deterioraram-se sensivelmente durante a década de 1990. Em 1993, o Departamento de Estado incluiu o Sudão na lista de países promotores de terrorismo (SST), bloqueando o acesso do país ao sistema financeiro internacional. Desde 1997, o Governo dos EUA passou também a aplicar sanções econômicas unilaterais contra o Sudão e contra cidadãos sudaneses. A inclusão do Sudão na lista SST e as sanções econômicas contra o país foram motivadas pela percepção norte-americana de que o regime de Bashir teria



franqueado o uso do território sudanês ao grupo terrorista Al Qaeda, liderado à época por Osama Bin Laden.

Em 2016, autoridades dos EUA e do Sudão iniciaram negociações, com vistas ao levantamento, ainda que parcial, das sanções unilaterais norte-americanas. Em janeiro de 2017 foi assinado decreto suspendendo parcialmente as sanções contra o Sudão, mantendo-se, contudo, as sanções contra indivíduos sudaneses. Em outubro de 2017, empresas norte-americanas foram autorizadas a exportar para o Sudão, sem linhas de financiamento. Em novembro de 2017, o então Subsecretário do Departamento de Estado, John Sullivan, esteve em Cartum para iniciar nova fase de negociações, com o objetivo de retirar o Sudão da lista SST.

A queda de Bashir e a formação do governo de transição no Sudão, em 2019, deram novo ímpeto às negociações iniciadas em novembro de 2017. O tópico mais sensível das conversas entre o Sudão e os EUA era o pagamento, pelo governo sudanês, de compensação às famílias dos cidadãos norte-americanos vitimados pelos atentados terroristas contra as Embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, em 1998, de autoria da Al Qaeda. As partes chegaram a um acordo quanto ao valor da compensação (USD 335 milhões) em outubro de 2020. A retirada do Sudão da lista SST oficializou-se em dezembro de 2020.

Após a retirada do Sudão da lista SST, os EUA estabeleceram programa de ajuda ao país orçado em USD 700 milhões e concederam empréstimo ponte de USD 1 bilhão, para pagamento de parcelas devidas pelo país ao Banco Mundial. Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram à suspensão da ajuda dos EUA.

Israel

No contexto do pagamento de compensação financeira às famílias das vítimas dos atentados de 1998 e da retirada do Sudão da lista SST, ocorreu a normalização de relações diplomáticas entre o país e Israel. Como outros países árabes, o Sudão rompeu relações diplomáticas com Israel em 1967, após reunião da Liga dos Estados Árabes (LEA), realizada em Cartum, em que a organização adotou resolução proclamando “não à paz com Israel, não ao reconhecimento de Israel e não às negociações com Israel”, até que este país se retirasse dos territórios ocupados no contexto da Guerra dos Seis Dias.

O anúncio da normalização de relações entre os dois países ocorreu em outubro de 2020, logo antes do anúncio dos EUA de que retiraria o Sudão da lista SST. Na ocasião, o presidente do Conselho Soberano de Transição, general Burhan, afirmou estar convencido de que a decisão, que encontrou resistência na ala civil do governo de transição, permitiria a reintegração do Sudão à comunidade internacional.



Em janeiro de 2021, o ministro de Inteligência de Israel liderou a primeira delegação oficial do governo israelense ao Sudão, com o objetivo de discutir avanços no processo de normalização entre os dois países iniciado no ano anterior, por intermédio dos Estados Unidos. No mesmo mês, o Sudão assinou a Declaração dos Acordos de Abraão, por ocasião da visita do secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, a Cartum. Em abril de 2021, o governo do Sudão revogou lei que proibia o país de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com Israel.

A expectativa era de que as negociações entre Sudão e Israel culminassem na assinatura de acordo de paz entre as partes, no âmbito dos Acordos de Abraão, como aqueles recentemente firmados por Israel com o Bahrein e com os Emirados Árabes Unidos. Os desenvolvimentos recentes no Sudão, contudo, não têm contribuído para o avanço do processo negociador e a plena normalização de relações entre Sudão e Israel.

Irã e Países do Golfo

O regime de Bashir contou com apoio do Catar, da Turquia e do Irã, até 2015, quando o Sudão rompeu relações com este país. As relações com o Catar e a Turquia, por sua vez, também foram abaladas quando do início da Crise do Golfo, em 2017. Naquele momento, o Sudão ensaiou postura de neutralidade. Em consequência, as relações de Cartum com Riade e Abu Dhabi, que já eram próximas desde 2015, quando o Sudão uniu-se aos esforços de guerra da Arábia Saudita e dos EAU no Iêmen, intensificaram-se. Desde então, Riade e Abu Dhabi realizam contribuições financeiras significativas ao Sudão e investem em projetos agroindustriais no país. A queda de Bashir e o estabelecimento do governo de transição não trouxeram alterações significativas nas relações do Sudão com Arábia Saudita e EAU, que continuam próximas.

China

No contexto das sanções unilaterais norte-americanas ao Sudão, a China tornou-se importante fonte de recursos para a economia do país. Pequim constitui, atualmente, o maior parceiro comercial do Sudão, além de maior investidor estrangeiro. O país asiático investiu pesadamente na infraestrutura de escoamento do petróleo no norte sudanês. Com a secessão do Sudão do Sul, que herdou em seu território cerca de 75% das reservas petrolíferas do Sudão, passou adotar postura de equidistância no relacionamento com os dois países. Mais recentemente, além de investimentos em infraestrutura, mineração, hidrocarbonetos e construção civil, a China passou a investir em projetos agroindustriais no Sudão, especialmente nos setores de algodão e soja. Esse quadro não foi alterado com a queda de Bashir.



A mesma postura foi adotada pela China por ocasião da deposição do governo civil e na detenção do primeiro-ministro Hamdok pelo presidente do Conselho de Transição, general Abdel Fattah al-Burhan, em 25 de outubro de 2021. Nessa ocasião, a Chancelaria chinesa conclamou as partes envolvidas a “resolverem suas diferenças por meio do diálogo, com a manutenção da paz e da estabilidade”, evitando condenar o episódio.

Egito e Etiópia

Tema complexo das agendas externas de Sudão, Egito e Etiópia é a construção da Usina Hidrelétrica do Grande Renascimento Etíope (GERD). A GERD começou a ser construída em 2011 e a previsão é de que venha a ser a maior represa do continente africano e a décima no mundo, em termos de produção de eletricidade por turbinas hidráulicas. Acordos da era colonial que dão ao Egito o direito de obstar a construção de represas no Nilo e outorgam ao governo egípcio 55,5 bilhões de m³ de água fluvial não são reconhecidos pela Etiópia, que não participou das negociações. O Egito declara não ser contrário à construção da GERD pela Etiópia, mas considera “unilaterais” as medidas adotadas para seu enchimento, manifestando preocupação com o represamento do Nilo, fonte de mais de 97% dos recursos hídricos consumidos pela população egípcia.

Em 2020, proposta de acordo de diretrizes e regras para a primeira fase de enchimento da represa, auspiciada pelos EUA, foi aceita pelo Egito, mas rejeitada pela Etiópia. Desde julho de 2020, a União Africana busca mediar as negociações de acordo definitivo sobre o cronograma de enchimento da represa.

O governo de transição do Sudão vinha adotando posição próxima ao ponto de vista etíope, com os argumentos que a GERD ajudaria a controlar as enchentes no Sudão e poderia prover energia demandada pelo país. A partir de 2020, contudo, a posição sudanesa pendeu em direção ao Egito.

Além da questão da GERD, outro tópico do relacionamento entre o Sudão e a Etiópia é a disputa de fronteira no chamado triângulo de Al Fashaga. Segundo os acordos de delimitação de fronteira entre os dois países, de 1902 e 1907, quando o Sudão estava sob domínio britânico, Al Fashaga faria parte do território sudanês. A Etiópia, contudo, contesta a soberania sudanesa sobre a área em disputa, recorrendo ao argumento de que essa zona de terras férteis tem sido historicamente ocupada por agricultores etíopes. Em 2008, os dois países chegaram a um arranjo informal, pelo qual a Etiópia reconhecia a soberania sudanesa do território reclamado e o Sudão admitia o direito dos agricultores etíopes de nele se estabelecerem. No entanto, desde o início do conflito na Etiópia, opondo o governo federal ao governo regional de Tigré, em novembro de 2020, esse entendimento demonstra ter-se fragilizado. O interesse estratégico pelo território em disputa aumentou com o conflito, pois Al Fashaga faz fronteira com as regiões etíopes de



Amara e Tigré. Em dezembro de 2020, os dois países aumentaram suas presenças militares na região e têm sido registradas escaramuças entre tropas sudanesas e etíopes.

Sudão do Sul

Embora particularmente tensas no primeiro ano que se seguiu à independência do Sudão do Sul em 2011, as relações entre Cartum e Juba têm registrado processo de distensão, a partir da adoção de postura pragmática voltada à valorização do diálogo como condição essencial para a prosperidade de ambos. Desde então, os dois países obtiveram avanços nas negociações dos termos para o escoamento do petróleo sul-sudanês pelo território do Sudão e para a demarcação da fronteira comum.

A questão do escoamento do petróleo produzido no Sudão do Sul, em cujo território estão localizadas 75% das reservas de petróleo do Sudão unificado, permanece como um dos temas mais importantes da pauta bilateral. A produção sul-sudanesa de hidrocarbonetos é escoada por oleoduto sudanês e exportada por Porto Sudão. Após a independência do Sudão do Sul, o novo país passou a acumular dívidas com o Sudão, relativas ao pagamento dos serviços para o escoamento e exportação da produção de petróleo.

Em 2012, o governo sul-sudanês chegou a anunciar a interrupção da produção, por considerar abusivos os valores cobrados por Cartum para escoamento e embarque do petróleo sul-sudanês. O impasse ganhou contornos militares, mas, após alguns meses, acordaram-se tarifas para escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa. Em 2016, após a queda global do preço do petróleo, os dois países concordaram em reduzir as taxas de trânsito do petróleo do Sudão do Sul através do oleoduto do Sudão. Assim, o acordo de 2012 foi renovado por mais três anos.

As relações entre os dois países tornaram-se mais próximas após a queda de Omar Al-Bashir. Indicadores dessa reaproximação foram a negociação e assinatura, em Juba, do Acordo para a Paz no Sudão, celebrado entre o governo de transição e grupos rebeldes sudaneses, bem como a ativa mediação de Cartum no Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, assinado em 2019, que pôs fim à guerra civil iniciada em 2013.

A disputa mais relevante entre Sudão e Sudão do Sul, ainda pendente de solução, refere-se à delimitação da fronteira na região de Abyei, que abriga grandes reservas petrolíferas. No âmbito das negociações do Acordo Abrangente de Paz, assinou-se o Protocolo para a Resolução do Conflito de Abyei, que concedeu à região estatuto administrativo próprio e determinou a realização de referendo local, para definir a qual país estará vinculada. A votação, contudo, foi adiada indefinidamente em razão de controvérsias quanto à participação eleitoral da



população Misserya (nômades que migram sazonalmente para a região e que possuem vínculos com o norte).

A fim de monitorar a desmilitarização da área e supervisionar a zona disputada, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 1990 (2011), criando a Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), que conta com a participação de militares brasileiros. As negociações sobre a questão de Abyei, contudo, não têm progredido, em decorrência da situação interna dos países.

ECONOMIA

A secessão do Sudão do Sul produziu diversos impactos negativos na economia do Sudão. O maior deles foi a perda da receita do petróleo, cujas reservas localizam-se majoritariamente (75%) em território sul-sudanês. As receitas do petróleo representavam mais da metade das receitas do governo e 95% das exportações do Sudão antes da secessão, após a qual o crescimento econômico do Sudão viu-se comprometido e a taxa de inflação passou a aumentar (163% em 2020).

A eclosão da guerra civil no Sudão do Sul, em 2013, e a consequente interrupção de sua produção de petróleo, penalizou ainda mais a economia sudanesa, privada das receitas do escoamento do petróleo sul-sudanês (oleoduto e exportação via Porto Sudão). A assinatura do Acordo Revitalizado sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul, em 2019, pondo fim à guerra civil iniciada em 2013, abriu perspectivas para que a economia do Sudão possa voltar a se beneficiar das receitas geradas pelo escoamento da produção de petróleo sul-sudanesa.

O governo de transição do Sudão elegeu como uma de suas prioridades criar condições para que a economia sudanesa possa recuperar-se. Nesse sentido, além de reformas internas, Cartum tem buscado eliminar barreiras ao acesso do Sudão ao sistema financeiro internacional (como a retirada da lista SST, tratada acima), de modo que o país possa renegociar sua dívida e obter novos financiamentos junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Em março de 2021, o Sudão pagou seus atrasados à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA – Banco Mundial), após os EUA retirarem o país da lista SST, em dezembro de 2020, e concederem empréstimo ponte no valor de USD 1 bilhão para esse fim, em janeiro de 2021. Esse pagamento permitiu o reengajamento total do Sudão com o Banco Mundial, após quase 30 anos, e abriu caminho para que o país tenha acesso a novos fundos do IDA, estimados em cerca de US \$ 2 bilhões, para a redução da pobreza e recuperação econômica sustentável.



Ao liquidar as parcelas em atraso junto ao Banco Mundial, o Sudão deu passo fundamental para habilitar-se a receber alívio da dívida externa ao abrigo da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (HIPC), no âmbito do Clube de Paris. Em 29 de junho de 2021, o Sudão atingiu o ponto de decisão HIPC, tornando-se assim o 38º país elegível para receber alívio da dívida ao abrigo da iniciativa. O alívio da dívida externa do Sudão, de USD 23,3 bilhões, é a maior operação da iniciativa HIPC. O país deverá beneficiar-se, ainda, de outros programas de renegociação de sua dívida, vinculados à iniciativa HIPC. Como resultado, espera-se alívio de mais de 90% da dívida externa sudanesa.

Os eventos políticos registrados no Sudão em 25 de outubro de 2021, contudo, levaram o Banco Mundial a interromper os desembolsos destinados ao Sudão.

Quanto ao comércio internacional, os principais produtos de exportação sudaneses são pérolas, sementes oleaginosas, animais vivos e combustíveis. O país importa, sobretudo, cereais, combustíveis, veículos e açúcar. Os principais destinos das exportações sudanesas são Emirados Árabes Unidos (EAU), China, Arábia Saudita, Egito e Índia. As importações sudanesas originam-se, sobretudo, de China, Rússia, Arábia Saudita, Índia e EAU.

Impactos econômicos da pandemia de Covid-19

Além da incerteza política e econômica, o Sudão tem experimentado, como outros países, o impacto social e econômico sem precedentes da pandemia de Covid-19. Segundo o Banco Mundial, o efeito econômico adverso da pandemia tem sido significativo no Sudão, incluindo aumento do preço dos alimentos básicos, crescimento do desemprego e queda das exportações. Em 2019 e 2020, o PIB do país registrou taxas negativas de crescimento (-1,3% e -1,5%, respectivamente).

Em dezembro de 2020, o Banco Mundial aprovou o projeto do Sudão de resposta emergencial à pandemia de Covid-19. O projeto alocou USD 21,9 milhões, com o objetivo de prevenir, detectar e responder à ameaça representada pelo vírus e fortalecer os sistemas nacionais de saúde pública. Em julho de 2021, financiamento adicional de USD 100,9 milhões foi aprovado, para aquisição de vacinas contra a covid-19 e fortalecimento do plano nacional de imunização.



ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

1968	Brasil e Sudão estabelecem relações diplomáticas.
2003	Brasil recebe visita do ministro dos Transportes do Sudão.
2003	Brasil recebe visita do ministro da Educação sudanês.
2004	Sudão abre embaixada no Brasil, a primeira na América do Sul.
2005	Osman Ismail, então chanceler sudanês, participa da I Cúpula ASPA.
2005	Brasil contribui com observadores militares à UNMIS.
2005	Brasil e Sudão assinam Acordo de Cooperação Técnica.
2006	Brasil e Sudão assinam MdE de Consultas Políticas.
2006	É realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2006	Brasil abre embaixada residente em Cartum.
2006	Embaixador Hélio Magalhães de Mendonça apresenta credenciais.
2007	Governador de Cartum visita o Brasil e realiza programação empresarial.
2007	Subsecretário-Político II vai a Cartum para a II Reunião Bilateral de Consultas Políticas.
2008	Embaixador Omer Salih Abubakr assume a embaixada do Sudão no Brasil.
2008	Brasil recebe visita do Enviado Especial do presidente Al-Bashir, Ali Ahmed Karti.
2009	Realizada em Brasília a III Reunião Bilateral de Consultas Políticas, que contou também sessão para exame das áreas de cooperação.
2009	O então deputado Nilson Mourão realiza visita oficial ao Sudão (Cartum e Darfur), sendo recebido pelo presidente Al-Bashir.
2010	Osman Khalid Modawi, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento do Sudão, visita o Brasil, em reciprocidade à visita realizada pelo deputado Nilson Mourão.
2010	O Brasil, em parceria com Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, participa da Feira Internacional de Cartum (fevereiro).
2010/mar	Realizada missão de prospecção da ABC a Cartum, com



	representantes do MDA, Embrapa, Fiocruz e “Olé Brasil” (março).
2010	Atendendo a pedido do governo do Sudão, o Brasil envia àquele país missão de observação eleitoral (abril).
2010	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Karti, durante a qual foi celebrado acordo que estabelece a Comissão Mista entre os dois países (novembro).
2011	Visita do governador de Cartum ao Distrito Federal, ocasião na qual foi firmado acordo estabelecendo as duas capitais como cidades-irmãs, com cooperação nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento agrícola, transporte, entre outras (abril).
2011	IV Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário Político III, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (dezembro).
2012	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz. Visita ao Brasil do presidente da Assembleia Nacional do Sudão, Sr. Ahmed Ibrahim El-Tahir (novembro).
2013	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil – que já havia visitado o Brasil, em 2007, na qualidade de governador de Cartum (março).
2013	Governo brasileiro anuncia perdão de 90% da dívida sudanesa. Assinatura de projeto entre a ABC e o governo sudanês na área do plantio da cana-de-açúcar (maio).
2013	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Sudão, Ali Ahmed Karti (junho).
2014	Visita ao Brasil do ministro do Petróleo sudanês, Awad Al-Jazz.
2015	Visita do ministro da Agricultura do Sudão ao Brasil
2017	Visita da ministra do Bem-Estar e da Seguridade Social, Mashair Ahmed Abdalla (março).
2017	Realizada, em Brasília, a V Reunião Bilateral de Consultas Políticas, com participação do subsecretário do ministério dos Negócios Estrangeiros do Sudão (abril).
2017	Início das atividades do projeto de cooperação técnica "Melhoramento da Produção da Cana-de-açúcar no Sudão", em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (agosto).
2018	VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais ocorre em Cartum, e conta com presença do Subsecretário de África e Oriente Médio, do Itamaraty, e da alta cúpula da Chancelaria sudanesa (abril).
2020	Doação ao Ministério da Saúde sudanês de kits para testagem de



	Covid-19, adquiridos com recursos doados pelo Brasil ao Centro de Controle de Doenças da União Africana (outubro).
--	--

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre o estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Sudão sobre isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço (especiais)	24/11/2010	24/11/2010	Vigente
Memorandum de entendimento para o estabelecimento de Consultas Políticas	09/05/2006	09/05/2006	Vigente
Acordo de cooperação técnica	11/05/2005	21/09/2006	Vigente



Mensagens do Presidente da República

- Nº 3, de 2022 (nº 699/2021, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor EVALDO FREIRE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica da Mauritânia.

- Nº 10, de 2022 (nº 700/2021, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor VILMAR ROGEIRO COUTINHO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Zimbábue.

- Nº 4, de 2022 (nº 714/2021, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ADEMAR SEABRA DA CRUZ JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Moçambique e, cumulativamente, no Reino de Essuatíni e na República de Madagascar.

- Nº 5, de 2022 (nº 1/2022, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora CLAUDIA DE BORBA MACIEL, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Guiné-Bissau.

- Nº 6, de 2022 (nº 29/2022, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor LUIZ EDUARDO DE AGUIAR VILLARINHO PEDROSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de El Salvador.

- Nº 9, de 2022 (nº 43/2022, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

- Nº 7, de 2022 (nº 44/2022, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor LEONARDO CARVALHO MONTEIRO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das



Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné Equatorial.

- Nº 8, de 2022 (nº 51/2022, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor RUBEM GUIMARÃES COAN FABRO AMARAL, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Sudão.

As matérias vão à CRE.



MENSAGEM Nº 52

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 4.572, de 2019, transformado na Lei nº 14.291, de 3 de janeiro de 2022, que “Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão”, acabo de promulgá-lo, nos termos da Constituição, motivo pelo qual ora restituo dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2022.



Mensagem do Presidente da República

- nº 52, de 2022, que restitui o autógrafo do veto parcial rejeitado pelo Congresso Nacional ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4572, de 2019, promulgado e convertido na Lei nº 14.291, de 2022.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2022

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 397, de 2019, que Institui o Dia Nacional do Maracatu.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Izalci Lucas

RELATOR: Senador Humberto Costa

17 de Fevereiro de 2022



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 397, de 2019 (Projeto de Lei nº 7.133, de 2017, na origem), da Deputada Luciana Santos, que *institui o Dia Nacional do Maracatu*.



SF/21375.70041-90

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 397, de 2019 (PL nº 7.133, de 2017, na origem), da Deputada Luciana Santos, que *institui o Dia Nacional do Maracatu*.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, a autora da matéria narra a origem e a evolução da manifestação cultural Maracatu, e destaca a sua presença no País e no exterior.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Chegando ao Senado Federal, a proposição foi distribuída para a apreciação exclusiva da CE. Após a sua análise, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em matérias que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

Surgido no período da escravidão, aproximadamente entre os séculos XVII e XVIII, o maracatu é uma mistura de culturas africanas, ameríndias e europeias. O nascedouro da manifestação compreende a região hoje abarcada pelo estado de Pernambuco, especialmente as cidades de Recife, Olinda e Igarassu que, à época, incluía também os Municípios de Itapissuma, Abreu e Lima e Itamaracá.

Caracterizado pelo tambor de alfaia, o maracatu é mais que um ritmo musical. Suas manifestações incluem dança, vestimentas típicas e sincretismo religioso. Pode ser dividido em dois grandes grupos, o Maracatu Nação, ou do Baque-Virado, e o Maracatu Rural, ou do Baque-Solto. O primeiro deles é muito comum na região metropolitana do Recife e é considerado o mais antigo ritmo afro-brasileiro. Já o segundo, é característico da Zona da Mata Norte de Pernambuco.

A manifestação é organizada em grupos de prática, aprendizado e apresentação. Incluem-se entre os mais antigos grupos o Maracatu Nação Estrela Brilhante, fundado em meados de 1750 e liderado hoje por Dona Olga, filha de Dona Mariú; e o grupo Maracatu Elefante, fundado em 1800 no bairro Boa Vista, em Recife, que tem entre seus criadores o escravo Manoel Santiago.

Entendemos, portanto, que é relevante e meritória a proposta, na medida em que contribui para homenagear, divulgar e manter viva a rica cultura do maracatu. A escolha do dia 1º de agosto, mesma data escolhida para a instituição da efeméride no âmbito do estado de Pernambuco, se dá em homenagem ao Mestre Luiz de França, que comandou o grupo Maracatu Leão Coroado por quarenta anos.

Tendo sido a CE a única comissão a apreciar a proposta, cabe avaliar, também, a constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposição.

Compete à União legislar concorrentemente com os Estados e Municípios sobre proteção ao patrimônio cultural e artístico, de acordo com o art. 24, inciso VII, da Constituição Federal, não havendo restrição específica sobre sua iniciativa.



SF/21375.70041-90



4



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Para o cumprimento das exigências da Lei n.º 12.345, de 2010, foi realizada audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara Federal de Olinda, no Palácio dos Governadores, sede da Prefeitura Municipal da cidade, no dia 5 de dezembro de 2016. Na mesa da audiência, estiveram presentes a Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Márcia Souto; o Secretário de Cultura de Olinda, Lucilo Varejão; a Vice-Presidente da Câmara de Municipal de Olinda, Vereadora Monica Ribeiro; o Vereador Fernando MJ; o Mestre Afonso do Maracatu Leão Coroado; Bernardo do Maracatu Nação Pernambuco; o Mestre Manoelzinho, representando a Associação dos Maracatus de Baque Solto; e outros representantes de grupos de Maracatus. Todos reforçaram a importância da data.

Concluimos, assim, que a proposição se mostra adequada aos ditames constitucionais, aos princípios e normas jurídicos, bem como à correta técnica legislativa, conforme disposta na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 397, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21375.70041-90





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE**Data:** 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	
Carlos Viana (MDB)	Presente	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) Presente	
Rose de Freitas (MDB)	Presente	3. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Marcelo Castro (MDB)		4. VAGO	
Dário Berger (MDB)		5. VAGO	
Mailza Gomes (PP)		6. Daniella Ribeiro (PP)	
Kátia Abreu (PP)		7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Confúcio Moura (MDB)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Rodrigo Cunha (PSDB) Presente	
Styverson Valentim (PODEMOS)	Presente	3. Eduardo Girão (PODEMOS)	
Carlos Portinho (PL)		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)		5. VAGO	
VAGO		6. VAGO	
PSD			
VAGO		1. Nelsinho Trad (PSD)	
VAGO		2. Otto Alencar (PSD)	
Vanderlan Cardoso (PSD)		3. Sérgio Petecão (PSD)	
VAGO		4. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jorginho Mello (PL)		1. Zequinha Marinho (PSC) Presente	
Maria do Carmo Alves (DEM)	Presente	2. Marcos Rogério (PL)	
Wellington Fagundes (PL)		3. Romário (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Zenaide Maia (PROS)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT) Presente	
Paulo Paim (PT)	Presente	2. Humberto Costa (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		3. Paulo Rocha (PT) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
Leila Barros (CIDADANIA)	Presente	2. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Fabiano Contarato (PT)		3. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: ~~1ª Reunião, Extraordinária, da CE~~

Data: 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Soraya Thronicke

Angelo Coronel



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 397/2019)

NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CE, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

17 de Fevereiro de 2022

Senador IZALCI LUCAS

Presidiu a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2019

Institui o Dia Nacional do Maracatu.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Prazo: de 21/2/2022 a 25/2/2022.





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2022

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 5884, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro, que Dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Izalci Lucas

RELATOR: Senador Plínio Valério

RELATOR ADHOC: Senador Rodrigo Cunha

17 de Fevereiro de 2022



PARECER N° , DE 2022

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, da Senadora Daniella Ribeiro, que *dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica*.



Relator: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 5.884, de 2019, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que “dispõe sobre as Instituições Comunitárias de Educação Básica” (ICEB).

Estruturada em três partes, a proposição contempla, em seu Capítulo I, que compreende os arts. 1º a 4º, a definição, a qualificação, o arrolamento de prerrogativas e as finalidades dessas entidades. No Capítulo II, os arts. 5º a 8º são dedicados ao tratamento do Termo de Parceria. Por fim, o seu Capítulo III, composto pelos arts. 9º a 12, é reservado às disposições finais da lei proposta.

No art. 1º, o PL define essas instituições como organizações da sociedade civil dotadas de características como: formação coletiva, de pessoas físicas ou de pessoa(s) jurídica(s), com representação da comunidade na entidade mantenedora (inciso I); personalidade jurídica de direito privado (inciso II); patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil ou ao poder público (inciso III); finalidade não lucrativa e aplicação de recursos nos próprios objetivos institucionais (inciso IV); transparência administrativa



2³

(inciso IV); e destinação de patrimônio em caso de extinção a instituição pública (inciso VI).

O art. 1º compreende ainda disposições sobre a qualificação e a finalidade dessas entidades. Com efeito, no § 1º, faculta-lhes a outorga da qualificação como Instituição Comunitária de Educação Básica (§1º); assim como, nos termos do § 2º, permite a sua qualificação como entidade de interesse social e de utilidade pública. No que tange à finalidade, estabelece que elas ofertarão serviços gratuitos à população, com financiamento público (§ 3º), enquanto o § 4º as incumbe de ações comunitárias para o desenvolvimento dos alunos e da sociedade.

O art. 2º da proposição arrola prerrogativas das Instituições Comunitárias de Educação Básica consistentes no acesso a editais governamentais de fomento destinados a instituições públicas; recebimento de recursos orçamentários do poder público; oferta, de forma supletiva, de serviços públicos não oferecidos pelo poder público; além da oferta de serviços públicos em parceria com órgãos do Estado.

O art. 3º relaciona requisitos exigíveis à qualificação de uma entidade como comunitária, a serem explicitamente previstos nos seus estatutos. Os principais incluem práticas administrativas que evitem desvios (inciso I); constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente (inciso II); normas de prestação de contas que observem as Normas Brasileiras de Contabilidade; publicidade de seus dados administrativos e financeiros; e prestação de contas de recursos e bens de origem pública (inciso III).

De acordo com o art. 4º, a qualificação como Instituição Comunitária de Educação Básica será requerida pelos interessados ao órgão competente, nos termos do regulamento, com apresentação de prova de registro do estatuto em cartório, cópia do balanço patrimonial e de relatório de responsabilidade social do exercício anterior, declaração de regular funcionamento, e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (incisos I a V).

Ao tratar do Termo de Parceria, objeto do Capítulo II, a proposição dispõe que esse instrumento será firmado entre as instituições comunitárias e o poder público (art. 5º) e que nele serão discriminados



SF/22179.37085-87



direitos, responsabilidades e obrigações das partes (art. 6º). De acordo com o § 1º deste artigo, a celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos “Conselhos de Políticas Públicas” da área de educação nos respectivos níveis de governo.

O § 2º do art. 6º estabelece as cláusulas obrigatórias do Termo de Parceria a saber: objeto (inciso I); metas, resultados e prazos de execução dos programas de trabalho (inciso II); critérios de avaliação de desempenho (inciso III); previsão de detalhamento de receitas e despesas (inciso IV); apresentação de relatório ao poder público ao final de cada exercício e comparativo das metas e prestação de contas dos gastos e receitas (inciso V); extrato do Termo de Parceria publicado na imprensa e demonstrativo de sua execução (inciso VI).

De acordo com o art. 7º, a execução do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada pelo Conselho da Instituição Comunitária de Educação Básica (inciso I), pelo órgão público responsável pela parceria (inciso II), bem como pelo conselho de política pública educacional correspondente (inciso III). O § 1º desse artigo determina análise dos resultados alcançados com o Termo de Parceria por comissão de avaliação composta pelos celebrantes, cujo relatório será encaminhado à autoridade competente (§ 2º). Ademais, o Termo de Parceria está sujeito aos controles legais, segundo o § 3º.

Nos termos do art. 8º, a Instituição Comunitária de Educação Básica publicará regulamento com os procedimentos relativos ao emprego de recursos públicos.

No Capítulo III do projeto, o art. 9º estabelece que o Termo de Parceria não substitui as modalidades de ajuste, acordo e convênio previstos na legislação vigente. O art. 10, por sua vez, veda às Instituições Comunitárias de Educação Básica o financiamento de campanhas políticas. Por fim, o art. 11 estabelece a vigência da Lei para a data de sua publicação.

Na justificação da iniciativa, a autora sustenta a necessidade e oportunidade de estabelecer um marco legal para instituições comunitárias de educação básica, inspirado na legislação relativa à educação superior.

pe2022-01025



SF/22179.37085-87



A proposição, que até aqui não recebeu emendas, foi distribuída à apreciação da CE, de onde segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem caberá a decisão terminativa.

II – ANÁLISE

A par do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar quanto ao mérito de proposições de natureza educacional, como é o caso do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019. Sendo assim, resta observada, nesta manifestação, a competência regimentalmente atribuída a este colegiado.

No que tange ao mérito e oportunidade, importa consignar, preliminarmente, que disposição contida no inciso III do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), prevê que as instituições comunitárias sejam definidas “na forma da lei”.

Essa previsão, inserida na LDB por meio da Lei nº 13.868, de 3 de setembro de 2019, é importante para ratificar os termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, que trata da qualificação, prerrogativas e finalidades das instituições comunitárias no âmbito da educação superior. Nada obstante, abriu na legislação ordinária uma lacuna em relação às instituições comunitárias de educação básica. Assim, justifica-se a edição de lei sobre essas instituições, e, portanto, a oportunidade da proposição sob exame.

Particularmente em relação ao conteúdo, é de se ressaltar, inicialmente, que o PL nº 5.884, de 2019, intenta aplicar à educação básica normas que já se encontram a regular a educação superior por meio da citada Lei nº 12.881, de 2013. Para tanto, o projeto adota, praticamente na íntegra, as regras constantes dessa norma.

No que concerne ao mérito, insta destacar a relevância histórica, mas também atual, das instituições comunitárias de educação básica no concerto da educação brasileira. A participação dessas instituições na criação



SF/22179.37085-87



de oportunidades educacionais no País remonta a uma época em que o Estado se encontrava ausente em boa parte do território brasileiro.

Com efeito, é perfeitamente compreensível, do ponto de vista educacional e social, o objetivo do projeto de habilitar essas organizações ao recebimento de recursos públicos e ampliar as linhas de cooperação e parceria dessas entidades com o setor público, com vistas ao melhor desempenho de suas atividades, em benefício de toda a sociedade.

A propósito, no atual contexto de desafios da educação básica brasileira, seja no campo do atendimento, seja no da qualificação da oferta, as instituições comunitárias podem ser chamadas a contribuir para o atingimento de metas educacionais da maior importância para o País.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar, especialmente, uma atuação supletiva oportuna na criação de vagas em creches, onde a atuação do poder público tem sido insuficiente para suprir a demanda. Igualmente oportuna é a ampliação de oferta de vagas diferenciadas no ensino médio, onde as entidades comunitárias já detêm uma atuação estabelecida e socialmente reconhecida.

Por essas razões, julgamos a proposição merecedora da acolhida do Congresso Nacional e, particularmente, desta Casa Legislativa, onde inicia a sua tramitação.

Antes de concluir, contudo, apresentamos emenda abaixo para excluir a expressão “inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos” do inciso I, do art. 1º, tendo em vista que a partir da definição, qualificação, prerrogativas e finalidades, verificou-se que as características das instituições comunitárias de educação básica são incompatíveis com o modelo societário cooperativo.

Ademais, a restrição para que apenas cooperativas educacionais sem fins lucrativos possam criar uma entidade comunitária de educação básica não agregaria valor ao projeto. Afinal, em relação ao aspecto financeiro, o fator determinante da relevância pública e social da instituição



SF/22179.37085-87



7
6

comunitária criada é a garantia de que ela mesma, a instituição comunitária, não tenha finalidade lucrativa.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CE

Suprima-se a expressão “inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos” do inciso I, do art. 1º, do Projeto de Lei nº 5.884, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



pe2022-01025





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	
Carlos Viana (MDB)	Presente	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) Presente	
Rose de Freitas (MDB)	Presente	3. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Marcelo Castro (MDB)		4. VAGO	
Dário Berger (MDB)		5. VAGO	
Mailza Gomes (PP)		6. Daniella Ribeiro (PP)	
Kátia Abreu (PP)		7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Confúcio Moura (MDB)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Rodrigo Cunha (PSDB) Presente	
Styvenson Valentim (PODEMOS)	Presente	3. Eduardo Girão (PODEMOS)	
Carlos Portinho (PL)		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)		5. VAGO	
VAGO		6. VAGO	
PSD			
VAGO		1. Nelsinho Trad (PSD)	
VAGO		2. Otto Alencar (PSD)	
Vanderlan Cardoso (PSD)		3. Sérgio Petecão (PSD)	
VAGO		4. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jorginho Mello (PL)		1. Zequinha Marinho (PSC) Presente	
Maria do Carmo Alves (DEM)	Presente	2. Marcos Rogério (PL)	
Wellington Fagundes (PL)		3. Romário (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Zenaide Maia (PROS)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT) Presente	
Paulo Paim (PT)	Presente	2. Humberto Costa (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		3. Paulo Rocha (PT) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
Leila Barros (CIDADANIA)	Presente	2. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Fabiano Contarato (PT)		3. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

9

~~Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE~~**Data:** 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Soraya Thronicke

Angelo Coronel



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 5884/2019)

NA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CE, NESTA DATA, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA COM A EMENDA Nº 1-CE.

17 de Fevereiro de 2022

Senador IZALCI LUCAS

Presidiu a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2022

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 1862, de 2021, do Senador Jorginho Mello, que Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz

RELATOR: Senador Lasier Martins

17 de Fevereiro de 2022



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PARECER Nº DE 2022

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 1.862, de 2021, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.



SF/22059.73762-00

Relator: Senador LASIER MARTINS

I – RELATÓRIO

Chega para análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o PL nº 1.862, de 2021, do Senador Jorginho Mello, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas”.

O projeto é composto de três artigos, sendo que o primeiro deles enuncia o conteúdo do projeto, e o último é a cláusula de vigência, que ocorrerá após noventa dias da publicação da lei que vier a decorrer da aprovação do PL.

O cerne da proposta está contido no art. 2º, que altera o art. 101 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), que trata dos veículos com excesso de peso ou dimensões, para nomear especificamente os “tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícola”





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

entre os veículos aos quais pode ser concedida Autorização Especial de Trânsito (AET).

Na justificação, o autor aponta que de acordo “com a regras atualmente vigentes, os agricultores, ou contratam um serviço específico para o transporte de seu maquinário, ou estão sujeitos a sofrer penalidades aplicadas pelo órgão com circunscrição sobre a rodovia”. Portanto, seu objetivo seria o possibilitar o trânsito desse equipamento nas vias públicas, mediante a emissão de AETs para esse propósito.

A matéria foi distribuída a esta CRA e à CCJ, a quem compete a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

À CRA, de acordo com o art. 104-B do Regimento Interno do Senado, compete o exame de matérias que versem sobre agricultura, como é o caso do uso e movimentação dos equipamentos necessários ao seu manejo. Como a matéria ainda irá ao exame terminativo da CCJ, deixaremos àquela comissão o exame das questões formais, como constitucionalidade e juridicidade, restando-nos, portanto, focar apenas nos aspectos de mérito da proposta.

Nesse tocante, entendemos a proposta como extremamente bem-vinda. De fato, a movimentação de máquinas e equipamentos agrícolas entre as diversas fazendas que deles necessitam é atividade assaz corriqueira, inerente à agricultura moderna e ao uso racional dos bens de capital a ela relacionados.

Por outro lado, as vias públicas são essenciais para se realizar esse deslocamento com segurança, tanto dos bens em trânsito, quanto dos demais usuários da via.

Assim, a proposta aqui analisada atinge a esses dois objetivos, pois permite que os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, que não se enquadrem nos limites de peso ou dimensões estabelecidos pelo Contran, possam receber uma Autorização Especial de Trânsito (AET). Com



4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

a AET, tanto o transporte desses equipamentos poderá ser realizado com segurança, como será oferecida uma alternativa para que possam continuar a ser usados em diversas propriedades rurais isoladas entre si.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL nº 1.862, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

5

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CRA**Data:** 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 08h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Jader Barbalho (MDB)		1. VAGO	
Luiz do Carmo (MDB)		2. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Dário Berger (MDB)		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)		4. Esperidião Amin (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)		5. Mailza Gomes (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	1. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	3. Elmano Férrer (PP)	
Roberto Rocha (PSDB)		4. Rodrigo Cunha (PSDB)	
PSD			
Carlos Fávaro (PSD)	Presente	1. Irajá (PSD)	
Sérgio Petecão (PSD)		2. Nelsinho Trad (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Wellington Fagundes (PL)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Jayme Campos (DEM)	Presente	2. Chico Rodrigues (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)		1. Zenaide Maia (PROS)	Presente
Paulo Rocha (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Cid Gomes (PDT)	
VAGO		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 08h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 1862/2021)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA PARECER FAVORÁVEL AO PROJETO.

17 de Fevereiro de 2022

Senador ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 2, DE 2022

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei nº 486, de 2020, do Senador Zequinha Marinho, que Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz

RELATOR: Senador Paulo Rocha

17 de Fevereiro de 2022



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 486, de 2020, do Senador Zequinha Marinho, que *altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.*



SF/21230.15853-24

Relator: Senador **PAULO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 486, de 2020, do Senador ZEQUINHA MARINHO, que *altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.*

O art. 1º do Projeto, que é composto por um total de quatro artigos, enuncia o objeto da futura lei, nos mesmos termos da ementa acima.

O art. 2º, por sua vez, acrescenta o inciso V ao art. 4º da Lei nº 11.326, de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.



2³

Caberá ao Poder Público estabelecer condições especiais, que levem em consideração as particularidades regionais, para as linhas de crédito rural e para os serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó – Pronaf Marajó, nos termos do *caput* do art. 3º do PL. O § 1º desse mesmo artigo delimita a Região do Marajó a que se refere o *caput* e o § 2º estabelece que, sempre que possível e tecnicamente recomendável, os demais instrumentos da política agrícola a que se refere o art. 4º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, preverão condições diferenciadas para atendimento ao público a que se refere o *caput*.

Na Justificação, o Autor da matéria sustenta que, embora a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na década de 1990 tenha representado um grande avanço das políticas públicas destinadas ao setor agropecuário no Brasil, a distribuição dos recursos destinados ao Plano Safra da Agricultura Familiar ainda é bastante desigual, favorecendo as regiões mais desenvolvidas do centro-sul do País, em detrimento do Norte e do Nordeste. Argumenta, em seguida, que apesar de iniciativas pontuais focadas em problemas de regiões menos favorecidas, percebe a ausência de ações específicas para agricultores familiares da região Norte, em especial, para a Região do Marajó, que é uma das mais carentes do País.

O art. 4º, por fim, estabelece a vigência da futura lei a partir da data de sua publicação.

A matéria foi distribuída somente à CRA, para apreciação em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos IV, X e XIX do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes a agricultura familiar, política de financiamentos agropecuários e extensão rural, respectivamente. Por se tratar de apreciação terminativa nesta Comissão, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do PL nº 486, de 2020.

ev2021-08135



SF/21230.15853-24



00100.022259/2022-05
SF/21230.15853-24

4

3

Inicialmente, registramos que o Projeto atende aos pressupostos de constitucionalidade formal, uma vez que a competência legislativa da União sobre a matéria encontra-se albergada pelo art. 23, incisos VIII e X, da Constituição Federal (CF) – que tratam, respectivamente, do fomento da produção agropecuária e do combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização. É observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme estabelece o *caput* do art. 48 da CF. São respeitadas as normas relativas à iniciativa, uma vez que não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61 da CF, *caput* e § 1º; e a espécie legislativa eleita para veicular a matéria – lei ordinária – não fere a Constituição, uma vez que não se trata de conteúdo reservado a lei complementar. Ademais, o conteúdo do Projeto não afronta quaisquer cláusulas da Constituição, de forma que não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o Projeto.

A Proposição não merece reparos no que tange à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do Direito e, além disso, tramita de acordo com o que preconiza o RISF.

No que concerne à técnica legislativa adotada, o Projeto harmoniza-se com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, registramos que o PL nº 486, de 2020, é constituído por disposições de natureza principiológica (especialmente seu art. 2º), ou seja, são disposições que veiculam orientações do legislador quanto à execução de uma determinada política pública, mas com elevado grau de abstração e de indeterminação, o que dá às instâncias regulamentadoras um amplo grau de liberdade quanto à forma e o grau de concretização dessas orientações.

A disposição do art. 2º, que inclui, no art. 4º da Lei nº 11.326, de 2006, a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é compatível, a nosso ver, com os demais princípios dessa política pública, contribuindo para maior concretização de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no inciso III do art. 3º da CF.

ev2021-08135



5
4

O art. 3º, ao prever condições especiais, que levem em consideração as particularidades regionais, para as linhas de crédito rural e para os serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó, contribui, a nosso ver, para a promoção de políticas públicas focadas no atendimento às necessidades específicas de agricultores familiares dessa Região, que é umas das mais desfavorecidas do País.

Conforme bem ressaltou o Autor da Proposição, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de dados dos Censos Demográficos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o índice de desenvolvimento humanos nos municípios da Região do Marajó é, inclusive, inferior à média dos municípios do Semiárido.

Oferecemos apenas uma emenda ao art. 3º para que conste a qualificação “familiares” após o termo “agricultores”. Observe-se que a Lei nº 11.326, de 2006, ao fazer referência aos “agricultores”, sempre usa o adjetivo “familiar” para delimitar o universo beneficiário. Dessa forma, apesar de singela, a emenda proposta contribui para que não haja dúvidas acerca da abrangência do público que a futura lei busca contemplar.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do PL nº 486, de 2020, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº - CRA (ao PL nº 486, de 2020)

Dê-se a seguinte redação ao *caput* do art. 3º do Projeto de Lei nº 486, de 2020:

“**Art. 3º** O Poder Público estabelecerá condições especiais, que levem em consideração as particularidades regionais, para as linhas de crédito rural e para os serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó – Pronaf Marajó.

.....”

ev2021-08135

SF/21230.15853-24



6

5

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/21230.15853-24

ev2021-08135





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

7

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CRA**Data:** 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 08h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Jader Barbalho (MDB)		1. VAGO	
Luiz do Carmo (MDB)		2. Rose de Freitas (MDB)	Presente
Dário Berger (MDB)		3. VAGO	
Luis Carlos Heinze (PP)		4. Esperidião Amin (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)		5. Mailza Gomes (PP)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Soraya Thronicke (PSL)	Presente	1. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	3. Elmano Férrer (PP)	
Roberto Rocha (PSDB)		4. Rodrigo Cunha (PSDB)	
PSD			
Carlos Fávaro (PSD)	Presente	1. Irajá (PSD)	
Sérgio Petecão (PSD)		2. Nelsinho Trad (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Wellington Fagundes (PL)	Presente	1. Zequinha Marinho (PSC)	Presente
Jayme Campos (DEM)	Presente	2. Chico Rodrigues (DEM)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)		1. Zenaide Maia (PROS)	Presente
Paulo Rocha (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Acir Gurgacz (PDT)	Presente	1. Cid Gomes (PDT)	
VAGO		2. Weverton (PDT)	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 2ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 08h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Angelo Coronel



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 486/2020 e Emenda conforme Relatório apresentado.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				1. VAGO			
LUIZ DO CARMO				2. ROSE DE FREITAS			
DÁRIO BERGER				3. VAGO			
LUIs CARLOS HEINZE				4. ESPERIDIAO AMIN	X		
KATIA ABREU				5. MAILZA GOMES			
TITULARES - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
SORAYA THRONICKE				1. VAGO			
LASIER MARTINS	X			2. ALVARO DIAS			
IZALCI LUCAS	X			3. ELMANO FERRER			
ROBERTO ROCHA				4. RODRIGO CUNHA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARLOS FÁVARO	X			1. IRAJÁ			
SÉRGIO PETECÃO				2. NELSINHO TRAD			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES				1. ZEQUINHA MARINHO	X		
JAYME CAMPOS	X			2. CHICO RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEAN PAUL PRATES				1. ZENAIDE MAIA	X		
PAULO ROCHA	X			2. TELMARIO MOTA			
TITULARES - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ				1. CID GOMES			
VAGO				2. WEVERTON			

Quórum: TOTAL 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7, EM 17/02/2022
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Acir Gurgacz
Presidente



TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2020**

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei inclui a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“**Art. 4º**

.....

V – redução das desigualdades sociais e regionais.” (NR)

Art. 3º O Poder Público estabelecerá condições especiais, que levem em consideração as particularidades regionais, para as linhas de crédito rural e para os serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó – Pronaf Marajó.

§ 1º A Região do Marajó a que se refere o caput compreende os municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cacheira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

§ 2º Sempre que possível e tecnicamente recomendável, os demais instrumentos da política agrícola a que se refere o art. 4º da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, preverão condições diferenciadas para atendimento ao público a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de fevereiro de 2021.

Senador **ACIR GURGACZ**

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 486/2020)**

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA APROVA O PROJETO E A EMENDA 1-CRA.

17 de Fevereiro de 2022

Senador ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2020

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

Recebido o Ofício nº 11, de 2022, da CRA, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 21/2/2022 a 25/2/2022.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

OFÍCIO Nº 11/2022 - PRESIDÊNCIA/CRA

Brasília, 17 de fevereiro de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 486, de 2020, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que “altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó”, e a Emenda nº 1-CRA.

Respeitosamente,

Senador ACIR GURGACZ
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso V, confere ao Congresso Nacional competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

O decreto em testilha institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape) e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Comape), e o art. 10 do ato normativo em questão estabelece que a Amazônia Legal será a região prioritária para o desenvolvimento dos trabalhos da Comape.

Ao analisar o referido dispositivo, é possível perceber que a intenção do decreto é favorecer o desenvolvimento da mineração na região da Amazônia Legal.



SF/22809.87457-90





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

Amazônia Legal é o nome atribuído pelo governo brasileiro a uma determinada área da Floresta Amazônica, pertencente ao Brasil, e que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

A área da Amazônia Legal, que corresponde a aproximadamente 5.217.423 km², representa cerca de 61% do território brasileiro e mais da metade da população indígena do país - aproximadamente 55% - vive nesta região. Tal delimitação não ocorreu em razão de suas características geográficas, mas sim pelos aspectos políticos, sociais e econômicos que as zonas têm em comum.

Para os ambientalistas, o garimpo em mini escala é uma ficção. O decreto, portanto, pode se converter em retaguarda jurídica ao garimpo ilegal, cada vez mais atuante na maltratada Amazônia.

Em 2021, a Amazônia perdeu 10 mil quilômetros quadrados de floresta nativa, resultando na maior destruição dos últimos dez anos. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a floresta teve recorde de alertas para desmatamento no mês de janeiro deste ano.

Estudo inédito do projeto Amazônia 2030 mostra que os alvos preferidos dos criminosos são as terras públicas. Nos últimos três anos, 51% do desmatamento da região ocorreu em terras indígenas, unidades de conservação e florestas públicas não destinadas. Somente este quadro fático já seria suficiente para sustar o malfadado decreto, no entanto, outros vícios justificam o presente Decreto Legislativo.

O art. 22 da Carta Magna de 1988 diz que compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia. Por outro lado, o §4º do art. 225, da Constituição Federal disciplina que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônios nacionais, cuja utilização será feita na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Caminhando mais um pouco pela Constituição, paramos no §3º do art. 231, que atribui exclusivamente ao Congresso Nacional a prerrogativa de autorizar o



SF/22809.87457-90





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas.

Não é demais ressaltar que em seu artigo 49, XVI, a Constituição Federal é clara em afirmar que a autorização para exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais presentes em terras indígenas depende de autorização do Congresso Nacional.

A partir dos dispositivos transcritos, é possível concluir que a Constituição não apenas determinou caber à lei definir as condições específicas da mineração em terras indígenas, mas deixou bastante claro que o Congresso Nacional detém a competência exclusiva para autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais.

Destarte, a pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas não são admissíveis enquanto não ocorrer a regulamentação por lei específica. Consequentemente, na ausência de norma que estabeleça as condições especiais previstas pela Constituição, os requerimentos de direitos minerários que recaiam sobre as referidas terras não podem ser deferidos, porquanto veiculam pretensão de outorga. Nesse sentido:

É do Congresso Nacional a competência exclusiva para autorizar a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas (CF, art. 49, XVI, e 231, § 3º), mediante decreto legislativo, que não é dado substituir por medida provisória. Não a usurpa, contudo, a medida provisória que, visando resolver o problema criado com a existência, em poder de dada comunidade indígena, do produto de lavra de diamantes já realizada, disciplina-lhe a arrecadação, a venda e a entrega aos indígenas da renda líquida resultante de sua alienação. [ADI 3.352 MC, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 2-12-2004, P, DJ de 15-4-2005.]

Ora, se o decreto, em seu 10º artigo, estabelece que as áreas da Amazônia Legal são prioridades para estudo e incentivo de exploração mineral de larga escala; e, ao mesmo tempo, na Amazônia Legal está localizada a Floresta Amazônia brasileira e mais da metade da população indígena do país; e se considerarmos, ainda, que a exploração



SF/22809.87457-90





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

mineral exige lei formal e autorização do Congresso Nacional para autorizar o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, fica evidente que o Executivo exorbitou seu poder regulamentar, adentrando em competências que são exclusivas do Poder Legislativo e infringindo, desta forma, o princípio constitucional da harmonia dos poderes.

Cabe aqui transcrever trecho do estudo do professo Marcos Aurélio Pereira Valadão extraído das páginas da biblioteca deste Senado Federal¹ a respeito do Decreto regulamentar do Chefe do Executivo:

Cumpre alinhar de maneira sucinta o que se compreende por poder regulamentar. Diógenes Gasparini (1978, p. 38-42) ressalta a impropriedade do uso do termo “poder regulamentar”, como se houvesse, ao lado dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, outro poder de igual porte. A ressalva é pertinente. Contudo, a expressão “poder regulamentar” é de uso corrente e, evidentemente, não tem o mesmo significado, ou abrangência, de um “poder estatal”, mas o sentido de competência ou atribuição.

Há que distinguir entre poder regulamentar e poder normativo. O primeiro dirige-se à regulamentação das leis, o segundo é mais geral e abrange, inclusive, os regulamentos (decretos) autônomos.

Conforme Odete Medauar (2000, p. 135-136): “Do ponto de vista lógico, é melhor dizer que há um poder normativo geral, do qual o poder regulamentar apresenta-se como espécie”; e adiante: “No direito brasileiro o poder regulamentar destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução, completando-as, se for o caso. Do

¹ in <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/765/R153-22.pdf?sequence=4&isAllowed=y>



SF/22809.87457-90





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JORGE KAJURU

exercício do poder regulamentar resulta a expedição de regulamentos, veiculados por meio de decretos. Trata-se dos chamados regulamentos de execução, de competência privativa do Chefe do Executivo, são atos administrativos que estabelecem normas gerais.”.

Assim, entende-se que o poder regulamentar a que se refere o artigo 49, V, da Constituição Federal abrange aquele estabelecido no artigo 84, incisos IV e VI, i.e., abrange a regulamentação das leis; poder regulamentar que é atribuído, genericamente, em respeito ao mencionado inciso IV e especialmente sobre a organização e o funcionamento da administração federal, no caso inciso do VI.

Em vista destas considerações, peço aos nossos pares a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



SF/22809.87457-90



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- art225_par4

- Decreto nº 10.966 de 11/02/2022 - DEC-10966-2022-02-11 - 10966/22

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2022;10966>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso V, confere ao Congresso Nacional competência para **sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa**.

A partir de 1º de janeiro de 2022, por força da Resolução Conama nº 492/2018, ficariam proibidas, no Brasil, a fabricação e a importação de automóveis ou utilitários de pequeno porte que não tivessem uma "Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor" (LCVM) válida para a nova fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).



Ocorre que, em 30 de dezembro de 2021, foi publicada, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021 (doravante, "IN Ibama nº 23/2021"), editada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A IN nº 23/2021 visa basicamente produzir duas alterações principais no calendário: i) prorrogar por três meses o prazo para a fabricação de veículos L6, permitindo que estes fossem “finalizados” até 31 de março de 2022; ii) conceder, igualmente, três meses a mais do que o previsto para a comercialização desses veículos finalizados tardiamente, possibilitando que a sua “venda interna” para as concessionárias pudesse se estender até o dia 31 de junho de 2022.

No que tange à competência do Ibama para a edição do referido ato normativo, cumpre destacar que, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) atribui “**privativamente**” ao Conama a competência para estabelecer normas e padrões sobre controle da poluição por veículos (não só os automotores, como também de aeronaves e embarcações):

Art. 8º Compete ao CONAMA:

(...)

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

Tendo em vista que o Conama figura como “órgão consultivo e deliberativo” do Sisnama, enquanto o Ibama é “órgão executor”, entende-se que a autarquia ambiental, na tomada das medidas complementares para implementação do Proconve, deverá agir em estrita observância às balizas, parâmetros e inclusive aos prazos fixados pelo Conama em suas resoluções.

Nesse sentido, em Ofício PRR3^a/GAB-JLBL nº 125/2022, encaminhado ao Procurador-Chefe do MPF em São Paulo, Procuradores da República apontam:

A ilicitude da Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, por ato do presidente do Ibama, resta evidente não apenas pela usurpação que representou a uma competência



SF/22549.91370-90



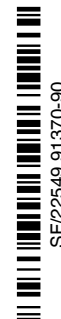
reservada privativamente ao Conama – qual seja, para estabelecer “normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores” (art. 8º, inc. VI, da Lei nº 6.938/1981) –, mas também pelo flagrante desvio de finalidade com que foi praticado, já que o uso indevido da limitada atribuição da autarquia para estabelecer “medidas complementares” relativas ao Proconve se deu no sentido de promover, na prática, a alteração do calendário previamente fixado pelo Conama para a introdução da nova fase do programa, tudo isso em prejuízo do meio ambiente e em favor tão somente de interesses particulares, de natureza econômica e comercial, das empresas fabricantes de veículos.¹

Além disso, cumpre destacar que o acúmulo de veículos não finalizados era um cenário plenamente evitável pelas montadoras. Ainda, segundo a manifestação do MPF, o alegado fator da falta de insumos se arrastava desde o primeiro semestre de 2021, tendo havido, portanto, tempo suficiente para que as fabricantes pudessem ajustar o seu fluxo de produção de modo que não chegassem ao dia 31 de dezembro – fim do prazo para fabricar veículos da fase L6 – com uma grande quantidade de unidades inacabadas.

Vale lembrar que o GT Qualidade do Ar do MPF já havia expedido em setembro de 2020 uma recomendação ao Ministério do Meio Ambiente para que não fossem admitidas propostas de adiamento ou alteração nas próximas das próximas etapas do Proconve. Em dezembro de 2020, o mesmo GT publicou uma nota técnica reafirmando sua posição em defesa da manutenção dos prazos. E, por fim, em dezembro do ano passado, mais uma vez, o GT se opôs ao adiamento do prazo para que montadoras se adequassem à nova fase do Proconve.

No que tange aos impactos dos poluentes na qualidade do ar, entende-se que o normativo contribui para o agravamento dos danos ao meio ambiente e dos problemas de saúde da população, não somente nesses três meses de prorrogação, mas também por todo o tempo de vida útil desses veículos colocados adicionalmente em circulação.

¹ http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/docs/2022/Oficio_PRR3-GAB-JLBL_125-2022_-_PR-SP_-_Representacao_IN_Ibama_23-2021.pdf



SF/22549.91370-90

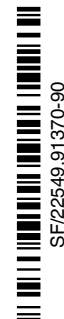


4

Ante o exposto, certos de que é imperioso sustar a Instrução Normativa nº 23, de 29 de dezembro de 2021, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), submetemos esse projeto aos demais Senadores e às demais Senadoras.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente - 6938/81

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- art8_cpt_inc6



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 300, DE 2022

Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 8º**

.....
§ 5º Além do disposto no § 2º deste artigo, os órgãos e entidades públicas deverão disponibilizar serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei tem como objetivo alterar o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar aos órgãos e entidades públicas a disponibilização de serviço de atendimento telefônico gratuito aos cidadãos (0800).

É sabido que a Lei nº 12.527, de 2011, Lei de Acesso a Informações, representou um grande avanço no sentido da transparência e de um melhor atendimento aos cidadãos no âmbito da Administração Pública.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GIRÃO**

Não obstante, o foco da referida Lei na disponibilização de informações por meio da internet acaba por deixar desassistida uma parcela significativa da população brasileira, que não possui acesso à rede mundial de computadores e que tem como único meio de comunicação um aparelho telefônico, muitas vezes sem crédito para efetuar ligações.

É com o intuito de preencher essa lacuna e aperfeiçoar a Lei de Acesso a Informações que apresentamos esse Projeto de Lei, razão pela qual solicitamos o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO GIRÃO**



rx2022-00316

Página 3 de 4

Avulso do PL 300/2022.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>

- art8





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 301, DE 2022

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.

SF/22220.85227-99

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º** Fica criado o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de assegurar recursos para:

I – apoio a projetos ou estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos;

II – prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.”
(NR)

“**Art. 3º**
.....





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

VIII - rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos do Fundo;

IX – no mínimo 20% (vinte por cento) das receitas da União em decorrência da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010;

X – no mínimo 20% (vinte por cento) da receita arrecadada com multas por desmatamento e queimadas de que trata a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e

XI – recursos de outras fontes.” (N.R.)

“Art.5º.....

§ 4º

XIV – garantia de segurança alimentar para as populações atingidas por eventos climáticos extremos;

XV – recuperação da infraestrutura econômica, social e urbana de cidades atingidas por eventos climáticos extremos;

XVI – prevenção a catástrofes, com prioridade para o fortalecimento de estrutura de barragens, recuperação de matas ciliares, execução de obras de contenção de encostas, dragagem de rios e drenagem pluvial;

XVII – combate ao desmatamento e às queimadas.

XVIII – desenvolvimento e implantação de tecnologias de combate à desertificação.” (NR)

Art. 2º Os arts. 42-B e 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42-B

§ 5º Dos recursos distribuídos para a União, nos termos da alínea f dos incisos I e II do *caput* deste artigo, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados ao Fundo Nacional sobre



SF/22220.85227-99





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Mudança do Clima, criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009.” (N.R.)

“**Art. 46.** Da receita advinda da comercialização referida no art. 45 desta Lei:

I – no mínimo 20% (vinte por cento) será destinada ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009;

II – até 80% (oitenta por cento) será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60 desta Lei.” (N.R.)

Art. 3º Os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

§ 4º Excluem-se das receitas que tratam o inciso I do *caput* deste artigo aquelas destinadas ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos dos arts. 42-B e 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.” (N.R.)

“**Art. 3º** Os recursos dos royalties e da participação especial destinados à União, provenientes de campos sob o regime de concessão, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido antes de 3 de dezembro de 2012, quando oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, localizados na área definida no inciso IV do *caput* do art. 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão integralmente destinados ao Fundo Social previsto no art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, exceto aqueles destinados ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos dos arts. 42-B e 46 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.” (N.R.)

Art. 4º O art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:



SF/22220.85227-99





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

“**Art. 73.** Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.”



SF/22220.85227-99

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo assegurar recursos para o atendimento da população impactada por catástrofes provocadas pelas mudanças climáticas.

Com o aquecimento global, a ocorrência de eventos extremos tem se tornado cada vez mais provável. Vemos assim alternância entre períodos de chuvas muito acima da média histórica com períodos de crise hídrica. Assim, a estação chuvosa de 2020/2021, a mais fraca em 91 anos e que provocou ameaça de racionamento de energia, com aumento nas tarifas e prejuízo para o poder aquisitivo da população e para a atividade econômica, foi sucedida pela forte estação chuvosa de 2021/2022, que vem provocando as recentes tragédias em Minas Gerais, na Bahia e no Rio de Janeiro.

É necessário, portanto, dispormos de um fluxo contínuo e seguro de receitas para lidar com essa situação. Por isso proponho acrescentar, entre os objetivos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), o de prevenir e responder a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos. Isso será feito por meio de ações que envolvem, entre outras, a garantia da segurança alimentar para as populações afetadas e a recuperação da infraestrutura econômica, social e urbana das cidades prejudicadas.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Para que a proposta tenha efetividade, é necessário garantir os recursos para as operações. Neste sentido, estou propondo que 20% (vinte por cento) da arrecadação da União decorrente da exploração do petróleo na região do pré-sal e das multas arrecadadas com desmatamento e queimadas sejam destinadas ao FNMC. Esses recursos devem garantir algo em torno de R\$ 800 milhões por ano.

Para se ter uma base de comparação, em 2020 (dados mais recentes), as ações do FNMC não atingiram R\$ 175 milhões. Em outra área correlata, das despesas em ações de proteção e defesa civil, os valores executados foram da ordem de R\$ 170 milhões em 2021. Nos últimos cinco anos, de acordo com o Portal da Transparência da União, a despesa máxima executada foi da ordem de R\$ 240 milhões em 2020. Ou seja, estamos propondo um aumento substancial nos recursos para atendimento das vítimas de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.

Vale lembrar que, quando o FNMC foi criado, o Fundo recebia 60% das receitas da participação especial decorrente da exploração do petróleo. Esses recursos foram, posteriormente, destinados para o Fundo Social, por força da Lei nº 12.734, de 2012. A participação especial, prevista na Lei nº 9.478, de 1997, tem o mesmo caráter econômico do óleo excedente pertencente à União do regime de partilha, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010. Ou seja, o que estamos propondo, ainda que em bases diferentes, é redirecionar ao FNMC aquilo que já lhe era de direito.

Diante da importância desta matéria, conto com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



SF/22220.85227-99



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 20.923, de 8 de Janeiro de 1932 - DEC-20923-1932-01-08 - 20923/32
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1932;20923>
- Lei nº 7.797, de 10 de Julho de 1989 - Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente - 7797/89
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7797>
- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo; Lei da ANP; Lei da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Lei de Petróleo e Gás - 9478/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - art73
- Lei nº 12.114, de 9 de Dezembro de 2009 - LEI-12114-2009-12-09 - 12114/09
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12114>
- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12351>
 - art2_cpt_inc4
 - art42-2
 - art46
 - art47
- Lei nº 12.734, de 30 de Novembro de 2012 - LEI-12734-2012-11-30 , LEI DOS ROYALTIES - 12734/12
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12734>
- Lei nº 12.858, de 9 de Setembro de 2013 - LEI-12858-2013-09-09 - 12858/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12858>
 - art2
 - art3



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2022

Constituição de uma Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar "in loco" a situação do Município de Petrópolis/RJ em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Romário (PL/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 74, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Externa composta de 7 (sete) membros titulares para, no prazo de 30 (trinta) dias, Destinada a acompanhar *in loco* a situação do Município de Petrópolis, - RJ, em decorrência dos fortes temporais que assolaram a cidade .

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2022.

Senador Wellington Fagundes
(PL - MT)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2022

Aditamento ao RQS nº 70/2022.

AUTORIA: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Mailza Gomes (PP/AC), Líder do PSDB Izalci Lucas (PSDB/DF), Líder do PSD Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 154 e demais artigos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 70/2022 com o objetivo de inserir no rol de convidados da sessão de debates temáticos:

- Representante do Ministério da Defesa; e
- Representante das Forças Armadas.

JUSTIFICAÇÃO

É de suma importância o debate sobre as deficiências e regulamentação de atos terroristas em nosso país. Esse assunto tramita no âmbito do congresso há muitos anos. Na sessão de debates a se realizar em decorrência da aprovação do Requerimento nº 70/2022 sobre o tema, é de suma importância a presença de um representante do Ministério da Defesa e das forças armadas, pelo fato de serem órgãos nacionais responsáveis pela segurança nacional.

Não podemos realizar uma sessão de debates temáticos sem esses representantes, uma vez que o Ministério da Defesa e as forças armadas sempre estão na linha de frente na defesa nacional e no combate ao terrorismo.

Posto isso, peço aos nobres pares que aprovem o presente requerimento.



Requeremos, nos termos do artigo 154 e demais artigos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 70/2022 com o objetivo de inserir no rol de convidados da sessão de debates temáticos:

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2022.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)

Nome do Senador	Assinatura

SF/22829.83374-94 (LexEdit*)



Requeremos, nos termos do artigo 154 e demais artigos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 70/2022 com o objetivo de inserir no rol de convidados da sessão de debates temáticos:

Nome do Senador	Assinatura

SF/22829.83374-94 (LexEdit*)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2022

Realização de Sessão Especial, no dia 25 de maio ou em data próxima, a fim de celebrar e dar visibilidade ao Dia Nacional da Adoção.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 25 de maio ou em data próxima, a fim de celebrar e dar visibilidade ao Dia Nacional da Adoção.

JUSTIFICAÇÃO

Adotar é um ato de amor!

O Dia Nacional da Adoção é comemorado todo dia 25 de maio. A data é um chamado à conscientização e à reflexão sobre a importância de adotar.

O Senado Federal é, sem dúvidas, um espaço importante para dar visibilidade a este ato tão relevante para a sociedade brasileira. Por esse motivo, entendo que a realização de uma sessão especial nesta Casa seria de extrema significância.

Peço apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores na aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2022.

Senador Fabiano Contarato
(PT/ES)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2022

Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Cunha, que presidia a NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Otávio Cunha, que presidia a NTU – Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Jurema, os filhos Marcelo, Roberto e Paula.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu nesta manhã, Otávio Vieira da Cunha Filho aos 81 anos.

Ótávio, foi um dos pioneiros do transporte coletivo urbano no Brasil e ficou marcado por sua interlocução com todos os setores.

Atuou como empresário de transporte urbano de passageiros por mais de 40 anos.

Certamente perdemos uma importante liderança para o setor.

Minhas orações e condolências à família.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2022.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Líder do PSD





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 45, DE 2021

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade às vereadoras negras de Porto Alegre Laura Sito, do PT, Daiana Santos, do PC do B e Karen Santos, do PSOL, pelos ataques racistas e ameaças de morte sofridos via a internet no dia 07 de dezembro de 2021.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



**REQ
00045/2021**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade às vereadoras negras de Porto Alegre Laura Sito, do PT, Daiana Santos, do PC do B e Karen Santos, do PSOL, pelos ataques racistas e ameaças de morte sofridos via a internet no dia 07 de dezembro, de 2021.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

As vereadoras negras de Porto Alegre Laura Sito, do PT, Daiana Santos, do PC do B e Karen Santos, do PSOL sofreram no dia 07 de dezembro de 2021 ataques racistas e ameaças de morte via a internet. Foram usadas palavras infames e desumanas como “macacas fedorentas”, “faveladas de gênero e sexualidade”. O poder legislativo municipal também foi atacado. O responsável pelas ameaças enfatizou que irá comprar uma pistola de 9 milímetros no Morro do Engenho, no Rio de Janeiro e uma passagem só de ida para Porto Alegre, para matá-las e quem estiver na Câmara e em seguida tirar a própria vida. Essas informações são gravíssimas. Como presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados; coordenador da Frente Parlamentar Mista Antirracista no Congresso Nacional; ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos no Senado e autor do requerimento que criou a Subcomissão de Promoção da Igualdade Racial entendemos que crimes como esses não podem ficar

SF/21456.51537-59 (LexEdit)



impunes. Vivemos dias extremante difíceis e desafiadores. O racismo estrutural no Brasil é uma chaga histórica que precisa ser combatida. A humanidade está desorientada e busca uma luz entre o caos. O racismo e as desigualdades cultivadas assolam os seres humanos, contudo não é por isso que devemos matar e ferir as pessoas. Precisamos olhar um para o outro como irmãs e irmãos, como sujeitos de direitos e deveres e com muita compaixão e amor. É somente isso que eu peso nesse momento fé e sabedoria.

SF/21456.51537-59 (LexEdit)

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2021.

Senador Paulo Paim
(PT - RS)





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE

Data: 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)	Presente	1. Eduardo Gomes (MDB)	
Carlos Viana (MDB)	Presente	2. Veneziano Vital do Rêgo (MDB) Presente	
Rose de Freitas (MDB)	Presente	3. Jarbas Vasconcelos (MDB)	
Marcelo Castro (MDB)		4. VAGO	
Dário Berger (MDB)		5. VAGO	
Mailza Gomes (PP)		6. Daniella Ribeiro (PP)	
Kátia Abreu (PP)		7. Esperidião Amin (PP) Presente	
Confúcio Moura (MDB)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
Izalci Lucas (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB) Presente	
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Rodrigo Cunha (PSDB) Presente	
Styvenson Valentim (PODEMOS)	Presente	3. Eduardo Girão (PODEMOS)	
Carlos Portinho (PL)		4. Lasier Martins (PODEMOS) Presente	
Roberto Rocha (PSDB)		5. VAGO	
VAGO		6. VAGO	
PSD			
VAGO		1. Nelsinho Trad (PSD)	
VAGO		2. Otto Alencar (PSD)	
Vanderlan Cardoso (PSD)		3. Sérgio Petecão (PSD)	
VAGO		4. VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
Jorginho Mello (PL)		1. Zequinha Marinho (PSC) Presente	
Maria do Carmo Alves (DEM)	Presente	2. Marcos Rogério (PL)	
Wellington Fagundes (PL)		3. Romário (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Zenaide Maia (PROS)	Presente	1. Jean Paul Prates (PT) Presente	
Paulo Paim (PT)	Presente	2. Humberto Costa (PT) Presente	
Fernando Collor (PROS)		3. Paulo Rocha (PT) Presente	
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Cid Gomes (PDT)		1. Eliziane Gama (CIDADANIA)	
Leila Barros (CIDADANIA)	Presente	2. Randolfe Rodrigues (REDE)	
Página 4 de 5		Avulso do REQ 45/2021 - CE.	
Fabiano Contarato (PT)		3. Alessandro Vieira (CIDADANIA) Presente	





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 1ª Reunião, Extraordinária, da CE**Data:** 17 de fevereiro de 2022 (quinta-feira), às 09h**Local:** Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Soraya Thronicke

Angelo Coronel



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Rodrigo Pacheco, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 1, DE 2022

Denomina “Estúdio Carlos Alberto Pereira” o estúdio da TV Senado situado no Salão Azul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O estúdio da TV Senado situado no Salão Azul, ao lado da Sala Senador Luiz Henrique da Silveira, passa a denominar-se “Estúdio Carlos Alberto Pereira”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de fevereiro de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL**ATO DECLARATÓRIO Nº 3, DE 2022**

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, em sessão realizada no dia 1º de setembro de 2021, o Plenário da Casa rejeitou os pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária da **Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021**, que “Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**) no âmbito das relações de trabalho”.

Senado Federal, em 16 de fevereiro de 2022.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-PL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Alexandre Silveira* (S)
Bloco-MDB - Carlos Viana**
PSD - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-DEM - Chiquinho Feitosa* (S)
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-PT - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 ** Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-PSL - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-PL - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-16 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Carlos Viana.	MDB / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-6 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcio Bittar.	PSL / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

DEM-5 / PL-6 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Chiquinho Feitosa.	DEM / CE
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	PL / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

PSD - 11

Alexandre Silveira.	MG
Angelo Coronel.	BA
Carlos Fávaro.	MT
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Rodrigo Pacheco.	MG
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 10

PT-7 / PROS-3

Fabiano Contarato.	PT / ES
Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 7

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	10
PDT/CIDADANIA/REDE.	7
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
Alexandre Silveira* (PSD-MG)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
Angelo Coronel** (PSD-BA)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)
Carlos Portinho** (PL-RJ)
Carlos Viana** (MDB-MG)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)
Chiquinho Feitosa* (DEM-CE)
Cid Gomes** (PDT-CE)
Confúcio Moura** (MDB-RO)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)
Dário Berger* (MDB-SC)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
Eduardo Braga** (MDB-AM)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)
Eliane Nogueira** (PP-PI)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
Elmano Férrer* (PP-PI)
Esperidião Amin** (PP-SC)
Fabiano Contarato** (PT-ES)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
Fernando Collor* (PROS-AL)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
Flávio Bolsonaro** (PL-RJ)

Giordano** (MDB-SP)
Humberto Costa** (PT-PE)
Irajá** (PSD-TO)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)
Jader Barbalho** (MDB-PA)
Jaques Wagner** (PT-BA)
Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)
Jayme Campos** (DEM-MT)
Jean Paul Prates* (PT-RN)
Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
Jorginho Mello** (PL-SC)
José Serra* (PSDB-SP)
Kátia Abreu* (PP-TO)
Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
Leila Barros** (CIDADANIA-DF)
Lucas Barreto** (PSD-AP)
Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
Luiz do Carmo* (MDB-GO)
Mailza Gomes* (PP-AC)
Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
Marcelo Castro** (MDB-PI)
Marcio Bittar** (PSL-AC)
Marcos Rogério** (PL-RO)
Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad** (PSD-MS)

Nilda Gondim* (MDB-PB)
Omar Aziz* (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Otto Alencar* (PSD-BA)
Paulo Paim** (PT-RS)
Paulo Rocha* (PT-PA)
Plínio Valério** (PSDB-AM)
Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Reguffe* (PODEMOS-DF)
Renan Calheiros** (MDB-AL)
Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Rodrigo Pacheco** (PSD-MG)
Rogério Carvalho** (PT-SE)
Romário* (PL-RJ)
Rose de Freitas* (MDB-ES)
Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Simone Tebet* (MDB-MS)
Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Telmário Mota* (PROS-RR)
Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Wellington Fagundes* (PL-MT)
Weverton** (PDT-MA)
Zenaide Maia** (PROS-RN)
Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24</p> <p>Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 16 Eduardo Braga (20,46)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p>Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (47)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (50)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17</p> <p>Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,70) Soraya Thronicke (31,69) Flávio Arns (71)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (67) Eduardo Girão (14,66) Styvenson Valentim (68)</p> <p>Líder do PSDB - 6 Izalci Lucas (22,24,37,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (56) Rodrigo Cunha (19,27,32,70)</p> <p>Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,69)</p>	<p>PSD - 11</p> <p>Líder Nelsinho Trad - PSD (43)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 12</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,39,76) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Líder do PL - 6 Carlos Portinho (40)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,39,76)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 10</p> <p>Líder Zenaide Maia - PROS (51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 7 Paulo Rocha (23,45)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (77)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (51)</p>	<p>CIDADANIA - 3</p> <p>Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (42)</p> <p>Vice-Líder Eliziane Gama (44,78,79)</p>
		<p>PDT - 3</p> <p>Líder Cid Gomes - PDT (60)</p>
		<p>REDE - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>
	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (54)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Jean Paul Prates - PT (48)</p>
<p>Governo</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,39,76)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (44,78,79)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019).
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019).
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3º vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE).
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n).
40. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n).
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA).
43. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
45. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT).
46. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
47. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
48. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
51. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1º Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB).
58. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB).
66. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Orioisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021).
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1º Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI).
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)
77. Em 19.10.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado vice-líder do PT (Of. nº 31/2021-GLDPT)
78. Em 07.12.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Vice-Líder do CIDADANIA (Of. nº 012/2021 - GLCID)
79. Em 15.02.2022, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 15/2022-GSSTEBET)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾

Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾

Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽¹⁾

Senador Diego Tavares (PP-PB) ^(2,4,5)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).

2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.

3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).

4. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

5. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): (61) 3303-3492



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁵⁾

RELATOR: VAGO ^(15,16,17)

Instalação: 28/10/2021

Prazo final: 06/06/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(10,11,12)	1. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(10,11,12,18)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽¹⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
VAGO ^(8,16,17)	2.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. VAGO ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾	1.

Notas:

- Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
- Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passar a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
- Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
- Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
- Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
- Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB).



12. Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)
13. Em 30.09.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 45/2021-GLDPP)
14. Em 21.10.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 46/2021-GLDPP)
15. Em 28.10.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jean Paul Prates e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado, e designou como Relator o Senador José Aníbal (Of. 001/2021-CTECRHE).
16. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
17. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
18. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Eduardo Braga, para compor a comissão (Of. 10/2022-GLMDB)



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

VAGO ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Notas:

1. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE
ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI Nº 1.079, DE 1950**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de lei para atualização da nº Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crime de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

(Ato do Presidente nº 3, de 2022)

Número de membros: 12

PRESIDENTE: Ricardo Lewandowski

RELATORA: Fabiane Pereira de Oliveira

Aguardando instalação: 15/02/2022

MEMBROS

Ricardo Lewandowski

Fabiane Pereira de Oliveira

Rogério Schietti Machado Cruz

Antonio Augusto Anastasia

Heleno Taveira Torres

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Fabiano Augusto Martins Silveira

Maurício de Oliveira Campos Júnior

Carlos Eduardo Frazão do Amaral

Gregório Assagra de Almeida

Pierpaolo Cruz Bottini

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP). ([DSF de 19/02/2021, p. 11](#))
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD). ([DSF de 20/02/2021, p. 36](#))
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 380](#))
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021). ([DSF de 02/03/2021, p. 6](#))
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP). ([DSF de 10/06/2021, p. 155](#))
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 12/04/2022

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(7,10,13)	2. ^(7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ^(3,11,12)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(11,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁴⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁶⁾	1.
VAGO ^(6,13)	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

**. Em razão da fusão do Bloco Parlamentar PSDB/PSL com o Partido PODEMOS, o Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL passa a ter 3 vagas de titular e 2 vagas de suplente neste colegiado.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))

5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).
8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).
12. Em 27.10.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-BLVANG).
13. Em 10.11.2021, o Senador Jorge Kajuru passa a compor a comissão, como membro titular, pelo Podemos (Memo. nº 58/2021-GLPODEMOS).
14. Em 18.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-BLPRD).
15. Em 02.12.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-GLDEM).

Secretário(a): Anderson Antunes de Azevedo



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,42,44,54,65,72)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57,72,75,82,86)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57,72)	5. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (9,41,45,86)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51,69,70,83,87)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,51,53,73,74)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (12,51,79)	3. VAGO (7,50,53,71,74)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Alexandre Silveira (2,33,35,49,84,85)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. VAGO (2,25,49)
Senador Irajá (61,78,80)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
VAGO (3,47)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (15,43,60,81)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. VAGO (56,58,77)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58,76,77)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF. ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 76](#))
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 10](#))
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 22](#))
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 7](#))
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 11](#))
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 20](#))
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. ([DSF de 24/02/2021, p. 377](#))
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 361](#))
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 391](#))
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 374](#))
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 393](#))
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD). ([DSF de 27/02/2021, p. 70](#))
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND). ([DSF de 16/03/2021, p. 65](#))
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB). ([DSF de 07/05/2021, p. 116](#))
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 56](#))
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/08/2021, p. 75](#))
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB). ([DSF de 02/09/2021, p. 725](#))
73. Em 27.09.2021, o Senador Reguffe deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 54/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 50](#))



74. Em 27.09.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, deixando a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 55/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/09/2021, p. 51](#))
75. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 80/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 109](#))
76. Em 18.10.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, como titular, pelo Cidadania (Of. nº 6/2021-GLCID). ([DSF de 19/10/2021, p. 42](#))
77. Em 26.10.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Cidadania (Of. nº 7/2021-GLCID). ([DSF de 27/10/2021, p. 136](#))
78. Em 26.10.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Irajá, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 91/2021-GLPSD). ([DSF de 27/10/2021, p. 137](#))
79. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 72/2021-GLPSDB e Of. nº 29/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 45](#))
80. Em 30.11.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 94/2021-GLPSD). ([DSF de 01/12/2021, p. 129](#))
81. Em 01.12.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-BLVANG). ([DSF de 02/12/2021, p. 76](#))
82. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
83. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
84. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
85. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2022-GLPSD).
86. Em 10.02.2022, os Senadores Confúcio Moura e Carlos Viana foram designados, respectivamente, membros titular e suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 5/2022-GLMDB).
87. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 4/2022-GLPSDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(51,53,54)	6. VAGO ^(55,56)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 93/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 108](#))
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 264](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 77](#))
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 8](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 23](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 19](#))
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 17](#))
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 360](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 376](#))
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 395](#))



46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 341](#))
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 71](#))
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP). ([DSF de 18/06/2021, p. 186](#))
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
55. Em 28.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLUNIDB). ([DSF de 29/10/2021, p. 100](#))
56. Em 07.02.2022, o Senador Eduardo Braga deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, (Of. nº 2/2022-GLMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: Acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	1. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 38/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Mara Gabrilli, Flávio Arns, Nilda Gondim, Maria do Carmo e Zenaide Maia, como membros titulares, e os Senadores Romário e Paulo Paim, como membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. 38/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

Prazo final: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2.
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ⁽²⁾	3.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	5.

Notas:

1. Em 30.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Mara Gabrilli, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 39/2021-CAS).
2. Em 30.09.2021, foram designados os Senadores Flávio Arns, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Romário e Zenaide Maia como membros titulares, para compor a subcomissão (Of 39/2021-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ^(1,127)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Giordano (MDB-SP) (8,89,121)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89,114,115)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,81,89,111)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,19,71,73,89,111)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (93,107,108)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (6,84,117)	2. VAGO (6,29,35,39,51,52,84,87,109,110,124,128,129)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (7,28,30,36,104)	3. Senador Marcio Bittar (PSL-AC) (6,84,100,120)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,18,26,27,72,74,122)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,95)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,95,105)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (14,43,78,98,101,104,105,122)
PSD	
Senador Alexandre Silveira (2,54,83,125,126)	1. Senador Nelsinho Trad (2,83,112)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,96,99,113,116)
Senador Vanderlan Cardoso (96,113,116)	4. Senador Sérgio Petecão (102)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,91)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,92)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁶⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (65,88,94,97,103,118,119)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,94,97,118,119)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,24,88,103,123)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))



38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))
39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL). ([DSF de 23/11/2019, p. 99](#))
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 23/11/2019, p. 102](#))
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 20/11/2019, p. 147](#))
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 26/11/2019, p. 60](#))
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 73](#))
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI). ([DSF de 10/12/2019, p. 91](#))
49. Em 11.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 196](#))
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI). ([DSF de 18/12/2019, p. 71](#))
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))



74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS(Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))
75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 257](#))
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 260](#))
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 78](#))
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 24](#))
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2021, p. 10](#))
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 8](#))
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 21](#))
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 362](#))
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 24/02/2021, p. 385](#))
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 378](#))
91. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 334](#))
95. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 350](#))
94. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND). ([DSF de 25/02/2021, p. 342](#))
93. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP). ([DSF de 25/02/2021, p. 351](#))
92. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 335](#))
96. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD). ([DSF de 26/02/2021, p. 93](#))
97. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/02/2021, p. 97](#))
98. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
99. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 110](#))
100. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
101. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/05/2021, p. 26](#))
102. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD). ([DSF de 14/05/2021, p. 138](#))
103. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
104. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 45](#))
105. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 46](#))



106. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
107. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
108. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
109. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021. ([DSF de 11/08/2021, p. 210](#))
110. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/08/2021, p. 55](#))
111. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB). ([DSF de 20/08/2021, p. 121](#))
112. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD). ([DSF de 25/08/2021, p. 137](#))
113. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD). ([DSF de 14/09/2021, p. 41](#))
114. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB). ([DSF de 16/09/2021, p. 116](#))
115. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB). ([DSF de 23/09/2021, p. 360](#))
116. Em 27.09.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 87/2021-GLPSD). ([DSF de 28/09/2021, p. 52](#))
117. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 71/2021-GLPSDB e Of. nº 30/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 47](#))
118. Em 23.11.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Alessandro Vieira passa a ser titular e a Senadora Eliziane Gama, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLCID).
121. Em 01.12.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 83/2021-GLMDB).
120. Em 01.12.2021, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 38/2021).
119. Em 01.12.2021, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Eliziane Gama permutaram as vagas de titular e suplente, a Senadora Eliziane Gama passa a ser titular e o Senador Alessandro Vieira, suplente, pelo CIDADANIA, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLCID).
122. Em 10.12.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 63/2021-GLPODEMOS).
123. Em 15.12.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo partido REDE, para compor a comissão (Of. nº 269/2021-GSRROD).
124. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.
125. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
126. Em 02.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2022-GLPSD).
127. Em 16.02.2022, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Vice-Presidente deste colegiado.
128. Em 16.02.2022, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2022-GLPSDB).
129. Em 16.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2022-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(7,44,59,60,62)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶³⁾	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
VAGO ^(1,2,40,61)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
VAGO ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))
4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 120](#))
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 256](#))
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 81](#))
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 18/02/2021, p. 9](#))



42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 28](#))
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 14](#))
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 14](#))
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 392](#))
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 363](#))
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 68](#))
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 119](#))
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG). ([DSF de 05/03/2021, p. 121](#))
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 29/04/2021, p. 272](#))
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA). ([DSF de 18/05/2021, p. 47](#))
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/07/2021, p. 47](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.09.2021, a Senadora Maria Eliza de Aguiar e Silva foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 77/2021-GLMDB). ([DSF de 29/09/2021, p. 100](#))
60. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.
61. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
62. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Republicanos, para compor a comissão (Of. 9/2022-GSMJESUS).
63. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 6/2022-GLMDB)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

Prazo prorrogado: 31/12/2022

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
VAGO ⁽²⁾	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

2. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (16,17,37,43,46,56)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. VAGO (17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁵³⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso (2,21,38,54)
Senador Otto Alencar (2,38)	2. VAGO (2,18,26,38,56)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) (3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 68](#))
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 110](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 86](#))
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 13](#))
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 30](#))
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 15](#))
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 11](#))
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 390](#))
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSEININD). ([DSF de 24/02/2021, p. 369](#))
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 398](#))
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/02/2021, p. 348](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP). ([DSF de 13/08/2021, p. 61](#))
54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD). ([DSF de 31/08/2021, p. 34](#))
55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP). ([DSF de 21/09/2021, p. 85](#))
56. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Márcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 3/2022-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,3)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
2. Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).
3. Em 05.11.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jean Paul Prates, para compor a Comissão (Of. 174/2021-CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,31,48)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,12,48)
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ^(12,48)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(9,12,13,15,19,35,36,41,43)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(12,17,19)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,21)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(26,48)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(23,31)	5. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(28,34,63)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶¹⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,45)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,25,32,46)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,45)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,45,54)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(24,46)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(37,46)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(10,25,46)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(11,24,46,53)
PSD	
Senador Irajá ^(1,39,40,42,44)	1. Senador Carlos Fávaro ^(1,2,44,59)
Senador Omar Aziz ^(1,62)	2. VAGO ^(1,30,33)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(20,38,52,58)	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,47)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,16,47)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,47)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,47)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁷⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,50,55,60)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,27,29,50,51)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(3,50,51)	2. VAGO ⁽¹⁸⁾

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))

9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

8. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))

10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

11. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
13. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
15. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
16. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
17. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
18. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
19. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
20. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
22. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
23. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
24. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
25. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
26. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
27. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
28. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB). ([DSF de 28/11/2019, p. 71](#))
29. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI). ([DSF de 12/12/2019, p. 195](#))
30. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
31. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
32. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
33. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
34. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
35. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
36. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
37. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
38. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
39. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
40. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
41. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
42. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 263](#))
43. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
44. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 87](#))
45. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 9](#))
46. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 26](#))
47. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 12](#))
48. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 10](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



49. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
50. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 366](#))
51. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 372](#))
52. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG). ([DSF de 27/02/2021, p. 66](#))
53. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021). ([DSF de 04/03/2021, p. 331](#))
54. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021). ([DSF de 05/03/2021, p. 123](#))
55. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 207](#))
56. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG). ([DSF de 17/04/2021, p. 6](#))
57. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
58. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG). ([DSF de 05/08/2021, p. 740](#))
59. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD). ([DSF de 12/08/2021, p. 112](#))
60. Em 11.11.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pela REDE Sustentabilidade, para compor a comissão (Of. nº 262/2021-GSRROD).
61. Em 07.12.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 84/2021-GLMDB).
62. Em 02.02.2022, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2022-GLPSD).
63. Em 04.02.2022, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 1/2022-GLMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) (9,49,52,65)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Chiquinho Feitosa (DEM-CE) (13,44,61)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43,62,63)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
VAGO (2,42,64)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
VAGO (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))

3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))

4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))

5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))

6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))

7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))

8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))

9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 261](#))
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 263](#))
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 84](#))
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 32](#))
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD). ([DSF de 23/02/2021, p. 22](#))
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 364](#))



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 396](#))
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB). ([DSF de 26/02/2021, p. 96](#))
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB). ([DSF de 27/02/2021, p. 72](#))
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 26/02/2021, p. 69](#))
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB). ([DSF de 03/03/2021, p. 512](#))
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 06/03/2021, p. 7](#))
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND). ([DSF de 31/03/2021, p. 303](#))
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
61. Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM). ([DSF de 09/11/2021, p. 49](#))
62. Em 30.11.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 61/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
63. Em 30.11.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 62/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 01/12/2021, p. 128](#))
64. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.
65. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Márcio Bittar para compor a comissão (Of. 8/2022-GLMDB)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (PSL-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,4)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
4. Vago, em virtude da renúncia do Senador Antonio Anastasia em 02.02.2022.

*. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,39)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(7,39,54)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁸⁾	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(14,39)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,47,52)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁶⁾	7. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) ^(5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,24,36,45)
^(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro ^(2,34,44,48)
Senador Alexandre Silveira ^(2,34,53)	2. Senador Otto Alencar ^(2,34)
Senador Lucas Barreto ^(2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁰⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴¹⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP). ([DSF de 11/02/2021, p. 265](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 82](#))
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 8](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 29](#))
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 20](#))
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 16](#))
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG). ([DSF de 24/02/2021, p. 381](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 368](#))
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 339](#))
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD). ([DSF de 25/02/2021, p. 354](#))



45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 358](#))
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP). ([DSF de 03/03/2021, p. 509](#))
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP). ([DSF de 05/03/2021, p. 120](#))
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD). ([DSF de 09/04/2021, p. 111](#))
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP). ([DSF de 14/04/2021, p. 211](#))
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG). ([DSF de 11/08/2021, p. 102](#))
52. Em 02.12.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLDPP). ([DSF de 03/12/2021, p. 309](#))
53. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 8/2022-GLPSD).
54. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos para compor a comissão (Of. 9/2022-GLMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(43,44)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 94](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021. ([DSF de 24/09/2020, p. 96](#))
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021. ([DSF de 21/10/2020, p. 141](#))
30. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR) ([DSF de 05/02/2021, p. 244](#))
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 80](#))
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 11](#))
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 13](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 27](#))
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 8](#))
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 367](#))
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 375](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 383](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR). ([DSF de 25/02/2021, p. 361](#))
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB). ([DSF de 05/03/2021, p. 124](#))
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP) ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. VAGO ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,32,44,48,50)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41,49,51)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 83](#))
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 13/02/2021, p. 10](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 31](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 16](#))
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 12](#))
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 389](#))
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 370](#))
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 357](#))
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 338](#))
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG). ([DSF de 25/02/2021, p. 340](#))
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB). ([DSF de 25/02/2021, p. 345](#))
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB). ([DSF de 25/03/2021, p. 76](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 26.10.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 81/2021-GLMDB). ([DSF de 27/10/2021, p. 135](#))
49. Em 07.12.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 75/2021-GLPSDB). ([DSF de 08/12/2021, p. 9](#))



50. Em 15.12.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2021-GLMDB). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))

51. Vago em 01.02.2022, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42,49,51,52)	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ^(9,43,52)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(9,52)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
^(18,26)	3. VAGO ^(19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Sérgio Petecão ^(2,3,36,50)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. VAGO ^(2,25,32,36,52)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD). ([DSF de 05/02/2021, p. 262](#))
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 34](#))
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG). ([DSF de 11/02/2021, p. 259](#))
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 79](#))
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 12](#))
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 25](#))
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 9](#))
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 7](#))
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 365](#))
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB). ([DSF de 24/02/2021, p. 388](#))
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP). ([DSF de 24/02/2021, p. 384](#))
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND). ([DSF de 06/03/2021, p. 8](#))
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND). ([DSF de 11/03/2021, p. 206](#))
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT). ([DSF de 20/08/2021, p. 120](#))
49. Em 06.10.2021, a Senadora Maria Eliza foi designada membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2021-GLMDB). ([DSF de 07/10/2021, p. 108](#))



50. Em 21.10.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 89/2021-GLPSD). ([DSF de 22/10/2021, p. 91](#))

51. Em 28.01.2022, vago, em função do retorno do titular.

52. Em 10.02.2022, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Carlos Viana, membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, que passa a ocupar a terceira suplência, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 4/2022-GLMDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 85](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 17](#))
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 33](#))



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS) ([DSF de 23/02/2021, p. 18](#))
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA). ([DSF de 01/06/2021, p. 6](#))
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(5,12,38)	2. VAGO ^(5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(5,38)	3. VAGO ^(5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá ^(1,33)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,22,27,33)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
VAGO ^(2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁷⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,7)	2. VAGO ^(14,15,16,44,45)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴¹⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁰⁾	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI). ([DSF de 06/02/2021, p. 33](#))
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 11/02/2021, p. 269](#))
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD). ([DSF de 12/02/2021, p. 88](#))
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2021, p. 14](#))
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2021, p. 34](#))
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 20/02/2021, p. 18](#))
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 23/02/2021, p. 15](#))
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB). ([DSF de 23/02/2021, p. 13](#))
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND). ([DSF de 24/02/2021, p. 371](#))
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP). ([DSF de 10/08/2021, p. 57](#))
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
45. Em 15.02.2022, o Senador José Serra deixa de compor a comissão, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 4/2022-BLVANG)



Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Carlos Viana (MDB-MG) ⁽¹⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Alexandre Silveira ^(2,16)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 17/03/2021, p. 208](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD). ([DSF de 17/03/2021, p. 210](#))
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB). ([DSF de 17/03/2021, p. 211](#))
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG). ([DSF de 18/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSEIND). ([DSF de 23/03/2021, p. 6](#))
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP). ([DSF de 23/03/2021, p. 7](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD). ([DSF de 24/03/2021, p. 70](#))
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP). ([DSF de 24/03/2021, p. 69](#))
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB). ([DSF de 24/03/2021, p. 71](#))
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP). ([DSF de 25/03/2021, p. 74](#))



11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 77](#))
12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 25/03/2021, p. 78](#))
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD). ([DSF de 25/03/2021, p. 79](#))
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND). ([DSF de 26/03/2021, p. 7](#))
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
16. Em 09.02.2022, o Senador Alexandre Silveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2022-GLPSD).
17. Em 10.02.2022, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 7/2022-GLMDB)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (PT-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**

MEMBROS	
	DEM
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)	
	PSD
Senador Irajá (TO)	
	PSDB
VAGO	



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



9) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

